



KLS

História Contemporânea: do Século XX ao XXI

História Contemporânea – do Século XX ao XXI

Alexandra Dias Ferraz Tedesco

© 2019 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente

Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação e de Educação Básica

Mário Ghio Júnio

Conselho Acadêmico

Ana Lucia Jankovic Barduchi

Danielly Nunes Andrade Noé

Grasiele Aparecida Lourenço

Isabel Cristina Chagas Barbin

Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

Revisão Técnica

Danusa Lopes Bertagnoli

Rafael Pavani da Silva

Editorial

Elmir Carvalho da Silva (Coordenador)

Renata Jéssica Galdino (Coordenadora)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tedesco, Alexandra Dias Ferraz

T256h História contemporânea : do século XX ao XXI / Alexandra

Dias Ferraz Tedesco. – Londrina : Editora e Distribuidora

Educacional S.A., 2019.

216 p.

ISBN 978-85-522-1406-9

1. Era da catástrofe. 2. Era dos extremos. 3. Guerras mundiais. I. Tedesco, Alexandra Dias Ferraz. II. Título.

CDD 900

Thamiris Mantovani CRB-8/9491

2019

Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza

CEP: 86041-100 — Londrina — PR

e-mail: editora.educacional@kroton.com.br

Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

Sumário

Unidade 1

Da Belle Époque ao mal-estar na civilização **7**

Seção 1.1

Contrastes do Ocidente da Belle Époque **9**

Seção 1.2

Pensadores, utopias e projetos no início do século XX **26**

Seção 1.3

Primeira Guerra Mundial e Revolução Russa **42**

Unidade 2

A era da catástrofe **63**

Seção 2.1

Os anos 1920: das vanguardas ao fascismo **65**

Seção 2.2

A crise de 1929 e o nazifascismo **80**

Seção 2.3

A Segunda Guerra Mundial **94**

Unidade 3

Guerra Fria e lutas anticoloniais **113**

Seção 3.1

O nascimento do mundo bipolar **115**

Seção 3.2

Independências e revoluções durante a Guerra Fria **130**

Seção 3.3

Pensadores, contracultura e projetos na segunda metade do século XX **147**

Unidade 4

Nova ordem mundial e globalização **167**

Seção 4.1

Do neoliberalismo à queda do muro de Berlim **169**

Seção 4.2

A “guerra ao terror” e o século XXI **183**

Seção 4.3

Historiografia e pensamento na contemporaneidade **198**



Palavras do autor

Caro aluno, seja bem-vindo ao século XX! O período ao qual nos dedicaremos neste livro é conhecido como um dos mais intensos da história do Ocidente. Essa percepção tem relação com o fato de que pensar o século XX é refletir, em larga medida, de modo autobiográfico, como salientou um dos grandes intérpretes desse período, Eric Hobsbawm. Por esse motivo, estudar esse período é um desafio para o historiador e, ao mesmo tempo, um modo de trazer à tona a discussão sobre a história – seus fatos, suas narrativas, suas representações – e a memória, tomando como ponto de partida a elaboração que diferentes grupos sociais fizeram do “breve século XX”.

Nosso percurso começa em Paris, cidade que o filósofo Walter Benjamin apelidou de “a capital do século XIX”. Poderemos observar como a confiança no progresso, na ciência e na racionalização do mundo encontrava seu auge na capital francesa de modo que Patrice Higonnet (2005) pôde afirmar que, embora o fenômeno do surgimento das grandes cidades ocorresse também em outros lugares, como Londres e Nova York, por exemplo, é em Paris que a modernidade encontra sua forma definitiva. Com os desdobramentos da Primeira Guerra Mundial, contudo, uma onda de pessimismo se espalhou por toda Europa. Os efeitos da crise econômica de 1929 e a Segunda Guerra antecederam um período de relativa prosperidade até o fim dos anos 1970. As últimas décadas do século, marcadas pela emergência das narrativas descoloniais, foram também o período de grandes reconfigurações no mundo ocidental, como o fim da União Soviética e as novas dinâmicas – territoriais, econômicas e culturais – da globalização. A partir dessa periodização ampla, podemos perceber que o século XX foi um período de contrastes: marcado por duas guerras globais e por eventos traumáticos como o Holocausto, assistiu também à emergência das grandes metrópoles modernas e de movimentos importantes, como as primeiras mobilizações trabalhistas, de movimentos feministas, de vanguardas artísticas (como o surrealismo) e de descolonização dos países africanos. Compreender a dinâmica desses contrastes é fundamental para que possamos desenvolver um olhar crítico e relacional sobre os processos históricos.

Nosso estudo está dividido em quatro unidades. Inicialmente, na Unidade 1, abordaremos as primeiras décadas do século XX, destacando a emergência das grandes cidades, as reformas urbanas que impactaram diretamente a experiência dos trabalhadores, a emergência e organização de alternativas ao modelo político e cultural vigente – na figura de movimentos como o sufrágio e o anarquismo –, e os eventos que deram início à Primeira Guerra Mundial e à Revolução Russa. Na Unidade 2, exploraremos o contexto político-cultural dos anos 1930 e 1940, com destaque para o surgimento de vanguardas artísticas, como o surrealismo, e para o “clima de ideias” que antecedeu a Segunda Guerra Mundial; pensaremos, sobretudo, sobre a ideia de crise – econômica e de expectativas – que se encontra na base do fenômeno nazifascista e nos atentaremos às discussões sobre trauma e memória que advêm desse período.

Continuando nosso percurso na Unidade 3, observaremos como os movimentos de descolonização promoveram uma expansão geográfica e cultural do mundo: setores anteriormente periféricos na narrativa da modernidade tornaram-se protagonistas. Refletir sobre essas mudanças nos habilita a pensar a importância de compreender os diversos pontos de vista a partir dos quais se construíram as memórias do século XX. Nessa perspectiva, trataremos da Guerra da Coreia, da Guerra do Vietnã e de alguns acontecimentos importantes no Oriente Médio, tendo como pano de fundo os desdobramentos da Guerra Fria. Por fim, na Unidade 4, discutiremos os fatos e anseios do fim do século XX, tais como o neoliberalismo, o fim da Guerra Fria, o imperialismo e o terrorismo. Além disso, algumas interpretações historiográficas, como a ideia do choque de civilizações e o pós-modernismo, nos servirão como guias para que possamos concluir a disciplina com um balanço dos contrastes que permearam o século: da Paris da virada do século XIX para o XX à “modernidade líquida”, de Zygmunt Bauman (2001).

Por todas essas questões, o século XX é um desafio para os historiadores e professores de História. Além de protagonizar momentos extremos, que nos informam sobre nossa trajetória enquanto sociedade, o século XX nos traz uma nova reflexão sobre os avanços dos movimentos de emancipação que ainda hoje buscam seu espaço nas narrativas da modernidade. Será possível afirmar que os problemas do século XX ficaram no século XX? Quais são as tensões que ainda experimentamos e como elas se revelam para nós? Convido você, nesse momento, a encarar esse desafio, adentrando-se nos temas e nas tensões do “breve século XX”.

Unidade 1

Da Belle Époque ao mal-estar na civilização

Convite ao estudo

Há um importante debate, hoje em dia, sobre a desconfiança e a descrença que alguns grupos sociais, os jovens em especial, manifestam em relação à política, sentimento que se torna ainda mais agudo quando nos aproximamos de processos eleitorais. Esse cenário não é novidade, pois as primeiras décadas do século XX também foram marcadas pela perda de confiança em relação à possibilidade de encontrar soluções negociáveis para os problemas sociais, bem como pela descrença em relação à ciência e ao progresso. Apesar de, em muitos aspectos, as primeiras décadas do século passado terem experimentado transformações positivas, esse sentimento de desconfiança, somado ao pessimismo advindo da Primeira Guerra Mundial, levou o historiador Eric Hobsbawm (1995) a chamar o período de “Era da Catástrofe”. É esse período que iremos trabalhar na Unidade 1.

Nos dias de hoje, ainda é comum nos depararmos com algumas situações que nos fazem retomar esse contraste das primeiras décadas do século passado e observar que algumas das tensões e hierarquias típicas daquele contexto permanecem: os trabalhadores vêm sendo confrontados em vários lugares do mundo com a precarização de seu trabalho depois de décadas de conquistas; as sociedades democráticas veem sua estabilidade permanentemente ameaçada por demandas autoritárias e por alguns movimentos identitários que fizeram ressurgir problemas aparentemente haviam resolvidos no século passado, como o nacionalismo e a xenofobia. A sala de aula é um lugar em que essas tensões frequentemente aparecem e é importante, enquanto professores de História, tentarmos entender diferentes posicionamentos, entre eles a descrença em relação à participação política e democrática.

Imagine que, em sala de aula e em conjunto com os professores de outras disciplinas, você precise organizar uma atividade sobre eleições que possa instigar os alunos a refletir sobre as seguintes questões: por que alguns setores da sociedade atual se posicionam com tanta força contra a igualdade e a inserção de novos sujeitos no mundo contemporâneo? Como dialogar, numa sala de aula do século XXI, sobre as tensões que o século XX nos deixou em termos de busca pela igualdade, superação do preconceito e construção de uma sociedade mais justa? Tendo como horizonte a participação do jovem

na política, quais fatos, ideias e movimentos da história do século XX podem ajudar a refletir sobre a perda de confiança na esfera política?

Para auxiliar nessa reflexão, a Seção 1 parte de dois aspectos fundamentais das primeiras décadas do século: a cidade e o trabalho. A partir das mudanças no mundo urbano podemos imaginar como as reformas, que procuravam tornar a cidade um espaço moderno, influenciaram na vida dos trabalhadores. Para entender essa questão, analisaremos o Taylorismo e o Fordismo, duas formas de organização do trabalho que marcaram as primeiras décadas do século. Retomando a ideia de que o século XX é uma época de contrastes profundos, na Seção 2, veremos de que modo essas transformações do mundo urbano se relacionam com o surgimento de movimentos de resistência e, também, de alternativas à modernidade capitalista. O feminismo do começo do século, por exemplo, nasce em paralelo ao amadurecimento dos movimentos socialista e anarquista influenciados pelas mudanças no mundo do trabalho. Por fim, na Seção 3, acompanharemos o amadurecimento de algumas das “tensões do moderno” que perpassaram os anos da Primeira Guerra Mundial e que fomentaram uma sensação de desconfiança no papel emancipatório da ciência. Os nacionalismos e as disputas territoriais que reconfiguraram todo o mapa da Europa são os aspectos primordiais desse percurso, que nos levará a refletir criticamente sobre as fontes, os debates e as alternativas das primeiras décadas do século XX.

Contrastes do Ocidente da Belle Époque

Diálogo aberto

Caro aluno, vamos retomar rapidamente a reflexão sobre a participação dos diversos setores sociais na política. Considerando que “política” é algo que não está presente apenas nas eleições, mas que, ao contrário, permeia diversas esferas de nosso cotidiano – inclusive a esfera do trabalho –, vamos tentar contextualizar as tensões que se estabeleciam entre as novas propostas de organização do mundo do trabalho e as demandas dos próprios trabalhadores.

Se observarmos o documento *Os princípios da administração científica*, escrito por F. Taylor, o formulador do modo de organização do trabalho que ficou conhecido como “taylorismo” (intensificação do processo produtivo baseado no controle dos gestos do trabalhador, visando estabelecer a “melhor e única forma” de trabalho, aquela do rendimento ótimo), veremos que um dos pontos principais de seu argumento é que o controle do tempo e das habilidades do trabalhador por parte da gerência não seria benéfico apenas para os donos dos meios de produção (como as fábricas, por exemplo), mas, também, para o próprio trabalhador, já que, em seu argumento, um mundo mais “eficiente” seria, ignorando a resistência dos trabalhadores e a desigualdade que esse modelo de produção gerava, um mundo bom em si mesmo.

Também Henry Ford, para defender a produção em larga escala em suas fábricas a partir da instalação das primeiras esteiras, sustentava que uma produção eficiente, feita por trabalhadores eficientes, não era uma proposta contrária à boa vida dos trabalhadores, na medida em que uma sociedade que trabalha mais rápido teria mais tempo para “as boas coisas da vida”, como o contato com a natureza e a vida familiar. Apesar desse discurso conciliatório, os trabalhadores resistiram, em vários momentos, a esses novos modos de organização do trabalho na medida em que uma produção mais eficiente passava, sobretudo, pela perda do controle do seu trabalho, que passava a ser organizado por uma “gerência”.

O trabalho é, portanto, um aspecto fundamental da vida em sociedade e das transformações do mundo contemporâneo. Você pode observar, por exemplo, a relevância que esse tema ganha em momentos de disputa

eleitoral. As diversas posições no campo político defendem, a seu modo, distintas concepções sobre leis trabalhistas, regulamentação do trabalho e representação política dos trabalhadores. Você consegue identificar essas disputas em nossos cenários eleitorais contemporâneos?

Assim como outras categorias profissionais, os docentes estão, desde 2017, sob organização da nova legislação trabalhista cujos pontos principais podem ser encontrados, por exemplo, no site do Planalto, referenciado ao final da unidade. Tendo isso em mente, quais aspectos do taylorismo, do fordismo e do capital monopolista poderiam ser mobilizados, em sala de aula, para discutir as seguintes questões: é possível comparar a situação dos trabalhadores do começo do século XX e a nossa atual? Os modos de trabalhar ainda são os mesmos? Afinal, as novas tecnologias nos fazem trabalhar mais ou menos? É possível afirmar que o fordismo e o taylorismo são, além de modos de organizar o trabalho, modos de organizar a própria vida? Convido você a refletir sobre o tema do “trabalho” nas primeiras décadas do século XX e a tentar, a partir dessa reflexão, realizar um exercício comparativo.

Não pode faltar

Uma das figuras mais típicas das narrativas sobre a modernidade é a do *flâneur* (BENJAMIN, 1985). Descrita por poetas, como **Charles Baudelaire** (1821-1867), e por filósofos, como **Walter Benjamin** (1892-1940), a figura do *flâneur* procura descrever um observador errante que caminha pela cidade em silêncio enquanto observa as novas galerias, as ruas abarrotadas de gente nas grandes cidades, como Paris, e os novos bens de consumo que o fim do século XIX oferecia. Mas, por que essa figura é tão importante para começarmos a entender esse período de mudanças intensas que foi o século XX? Você vai perceber que as mudanças nas cidades e nas relações de trabalho tiveram um impacto muito importante no cotidiano das pessoas e, por isso, muitos narradores daquele período retrataram o habitante da cidade como um observador amedrontado e titubeante diante da velocidade da mudança e das novas possibilidades da cidade, em especial a vida cultural e a boemia. Embora muitas cidades já fossem, no fim do século XIX, grandes e desenvolvidas, como Londres e Nova York, Paris ficou conhecida por sintetizar alguns anseios e tensões que, nas décadas seguintes, ajudariam a compor a atmosfera das reflexões sobre a modernidade e as cidades. Por esse motivo Walter Benjamin chamou Paris de “a capital do século XIX”, e, também por esse motivo, ela será nosso ponto de partida.

Uma faceta das mudanças sociais, políticas e econômicas da virada do século se condensou na expressão *fin du siècle* (fim de século). Mais do que demarcar cronologicamente um período, essa expressão procurava descrever um sentimento, uma atmosfera que se referia à transição de um mundo lento para um mundo rápido, de um mundo rural para um mundo urbano, de um mundo tradicional, em suma, para um mundo moderno. Eugen Weber (1989), por exemplo, explica que a expressão *fin du siècle* dizia respeito a um senso de novidade que, ao mesmo tempo, trazia consigo uma sensação de incerteza e um famoso discurso sobre a “crise do espírito” ocidental. Georg Simmel, em *A ponte e a porta*, publicado em 1909, reflete acerca da relação entre as mudanças no espaço urbano e suas reverberações nos modos de compreensão do espaço na modernidade. Max Weber (1864-1920), em *Ciência como vocação* (2017, publicado originalmente em 1919), via com olhos conformados o inevitável processo de *racionalização do mundo*. Essa expressão representava, para ele, o momento em que os indivíduos perdiam o controle total sobre seu mundo imediato e, por isso, se viam na necessidade de confiar na razão e na intelectualização do mundo. Contemporâneo de Weber, Ferdinand Tönnies (1855-1936) publicou, em 1887, a obra *Comunidade e sociedade*, na qual também tratava desse período conflituoso da virada do século de modo exemplar: falava sobre a morte da comunidade e das antigas relações tradicionais; sobre a prevalência da sociedade, das relações urbanas e artificiais e comentava sobre a dificuldade que os indivíduos sentiam frente a essas mudanças. Assim como Benjamin, Weber e Tönnies, muitos outros autores se dedicaram a esse período de incertezas, de modo que abordar todos eles, neste momento, seria inviável. Todavia, por meio desses breves exemplos sobre o “clima” daquele contexto, podemos nos perguntar: afinal, de onde vinha esse pessimismo? Não foi o século XIX o responsável por grandes mudanças positivas e por uma imensa confiança no potencial da ciência para tornar a vida melhor? O que aconteceu na virada do século para motivar tantos contemporâneos a falar em “decadência”, “crise” e “catástrofe”? Para tentar responder a esses questionamentos, vamos pensar em dois aspectos centrais do período, que nos ajudam a visualizar os contrastes que marcaram a virada do século, são eles a “cidade” e o “trabalho”. Para isso, vamos voltar um pouco ao caso de Paris.

Para entender a construção dessa cidade utópica, precisamos imaginar que cidades como essa cresceram drasticamente no período, abrigando mais de um milhão de trabalhadores em 1913 (em 1924, a população total chegava a 2.900.000 pessoas). Além do aumento populacional, novas empresas e novos espaços de convívio, como cinemas e teatros, cresciam em ritmo acelerado. Essa modernização marca o período que ficou conhecido como “**belle époque**”, a época da boemia. David Harvey (2015), analisando as mudanças urbanas de

Paris, conta que o projeto de **Napoleão III** – máxima autoridade da França entre 1851 e 1870 – envolvia a construção de uma cidade portentosa, que se tornasse a “capital do mundo”. Nesse sentido, governar um país cuja capital fosse um símbolo de progresso e de modernidade ajudava a mitigar as tensões de ordem política e econômica. Para isso, ele contou com o apoio do Barão von Haussmann, que, feito prefeito de Paris pelo próprio Napoleão III, iniciou um inédito plano de reforma urbana. Haussmann, na leitura de Harvey, “construiu um relato mítico acerca da importância do império e estimulou a percepção de uma total ruptura com o passado, na qual ele próprio inocentemente implementaria a vontade do imperador” (HARVEY, 2015, p. 139).

Agora, vamos tentar entender o que foi exatamente a reforma urbana de Paris. Basicamente, tratava-se de estimular a organização racional do espaço e, com isso, uma organização racional da vida. O plano era destruir o antigo traçado urbano da cidade (que era medieval, ou seja, repleto de becos, de ruas estreitas e de passagens mal iluminadas) e construir em seu lugar uma série de grandes avenidas. Os defensores do projeto alegavam que, com isso, conseguia-se um duplo benefício. O primeiro seria a possibilidade de controlar mais facilmente doenças como a tuberculose e as epidemias que frequentemente assolavam a capital – como a de cólera, em 1832, que vitimou cerca de 19.000 pessoas. Com a arquitetura da cidade mais arejada, seria possível implantar um sistema sanitário, além de combater a umidade das antigas ruas que, segundo se pensava, então, era o que deixava a população sujeita às epidemias. O segundo benefício levantado pelos defensores do plano de Haussmann dizia respeito à modernização da cidade em si: ampliar as ruas facilitaria a fluidez pela cidade, de modo que os automóveis, que então apareciam, bem como as carruagens e os primeiros coletivos pudessem circular rapidamente pela cidade.

Embora o projeto fosse, aparentemente, muito conveniente, sua aceitação não foi unânime. Na época das mudanças, vários contemporâneos criticaram o projeto, alertando para o fato de que a cidade se tornaria artificial e hostil aos seus próprios habitantes. Décadas depois, Walter Benjamin continuava a repercutir essas críticas. Ele notou que o projeto de Haussmann era uma espécie de “embelezamento estratégico”, pois, com a desculpa de tornar a cidade mais moderna, fazia com que as ruas se tornassem espaços estranhos para os mais pobres: as ruas largas e a fácil vigilância que nelas se estabelecia também tornavam mais difíceis os protestos e as barricadas. Assim, dizia Benjamin, a cidade se tornava paulatinamente inacessível a seus próprios moradores. Modernidade, velocidade, praticidade, esse era, para Higonet (2005), o coração da Paris de Haussmann. Tais mudanças representavam a ruptura com o passado e a aceitação de um mundo novo, tecnológico e racional.



Refleta

Você conhece o conceito de *gentrificação* (a palavra é derivada de *gentry*, que remete, no francês antigo, à *genterise*, termo utilizado para designar aqueles advindos da nobreza)? Trata-se de um processo de mudança nos bairros, especialmente nos mais antigos, engendrado pela construção de novos edifícios e comércios que, pela valorização dos imóveis, torna o bairro mais caro e inacessível aos antigos moradores, que acabam tendo que se mudar. Vimos que alterações no traçado urbano, como as de Haussmann, também afetaram a vida dos habitantes, mudando a sociabilidade da cidade. Uma ideia atual, que podemos observar em cidades como São Paulo, vem sendo a de “revitalizar” os centros históricos das cidades, substituindo zonas “degradadas” por novos centros comerciais, o que torna os imóveis mais caros – *gentrificação* –, além de ignorar, muitas vezes, as especificidades culturais do local. Tendo isso em mente, você consegue imaginar outros casos de planejamento urbano que tenham interferido negativamente na vida dos moradores? Será que poderíamos pensar, tal como Benjamin disse em relação às reformas de Haussmann, que o processo de remanejamento urbano ocorrido no Rio de Janeiro para as Olimpíadas de 2016 foi uma espécie de “embelezamento estratégico”?

Outro observatório privilegiado dessa nova relação com as cidades é a existência das **Exposições Universais**. Essas exposições eram grandes eventos itinerantes que, percorrendo algumas das grandes cidades ao longo de meados do século XIX até hoje, procuravam revelar e ao mesmo tempo celebrar as conquistas científico-culturais do Ocidente. Cada país participante mostrava, em seu barracão, suas contribuições ao progresso da humanidade. Já em 1851, em Londres, o tema das cidades e suas soluções teve um grande destaque no evento, com muitos países se dedicando ao tema do povoamento das cidades e de sua adequação ao homem industrial. Nenhuma exposição se compara, todavia, à famosa Exposição de 1889, justamente em Paris, que marcava os 100 anos da Revolução Francesa. Embora Paris já houvesse sediado outras exposições, essa data marca, especialmente, o auge da confiança no mundo moderno, o auge da “*belle époque*”.

Agora, podemos nos fazer alguns questionamentos sobre a modernização das cidades: que impacto isso tem na vida das pessoas? Para entender esse aspecto é preciso frisar o aspecto simbólico da modernização: racionalizar o espaço era racionalizar, também, outras esferas da vida, como a vida doméstica, as relações entre os gêneros e as relações de trabalho. Vamos levar em conta, ainda, um outro aspecto importante: na medida em que as cidades cresciam em tamanho e complexidade, as distâncias sociais se tornavam

mais visíveis e, com isso, grandes setores marginalizados começavam a se organizar em sindicatos e associações de bairro. Essas tensões se materializaram em conflitos violentos, como a *Comuna de Paris*, em 1871, e também em resistências cotidianas.

Essa situação conflituosa é ainda mais dramática quando se trata de pensar as relações de trabalho. Você consegue imaginar como as classes mais pobres foram afetadas por essa expansão da vida urbana? Para entender o impacto da modernidade nas relações de trabalho, contudo, é preciso refletir um pouco sobre quais tipos de relações tradicionais foram quebradas com o avanço do trabalho industrial. Ainda no início do século XIX, no contexto dos primeiros efeitos da Revolução Industrial, a organização do trabalho não era totalmente moderna. Em cidades como Manchester, Paris e Londres, conviviam, com as primeiras fábricas, as antigas solidariedades operárias. Os trabalhadores possuíam, apesar da situação de extrema pobreza em que viviam, o controle intelectual de seu ofício. Isso significa, por exemplo, que o aprendizado das funções industriais circulava entre os próprios trabalhadores, muitas vezes passando de pai para filho. O que muda, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX é que, apesar de os salários terem melhorado razoavelmente, os trabalhadores deixaram de ter o controle sobre o ofício que exerciam. Vamos considerar que, nas grandes e modernas cidades da virada do século, a produção passava a ser feita em larga escala, dando início a um processo de concentração da tecnologia e da mão de obra. Essa situação inviabilizava esse contato direto entre saber tradicional e produção. Por isso é importante, nesse momento, entender as mudanças econômicas que estão na base desse processo, atentando para o fato de que tais mudanças não podem ser separadas das reformas urbanas, dos conflitos políticos e sociais e das novas formas de manifestação cultural que ocorreram no período. É importante, considerar, nesse sentido, que na maior parte das atividades econômicas de então predominavam as organizações especulativas em conjunto com o crescimento do papel dos bancos e dos mercados de ações. É o que ficou conhecido como *capitalismo monopolista*.



Assimile

Partindo da análise de Goldstein (1986) e Antunes e Alves (2004), as principais características do capitalismo monopolista poderiam ser resumidas nos seguintes aspectos:

a. O aumento do tamanho das empresas. Se nas décadas anteriores, a maior parte da produção se dava em pequenas oficinas, o capitalismo monopolista se caracteriza pela existência de enormes conglomerados industriais. Se antes grande parte da produção respondia a rendas de subsistência, nessa fase de acumulação, em que a maior parte das

grandes empresas trabalha com base em linhas de crédito, os volumes de capital necessários são muito maiores.

b. O fato de que as empresas aumentavam de tamanho também implicava um maior número de funcionários e, com isso, maior especialização.

c. Novos instrumentos, como o crédito, mudam toda a fisionomia da produção. Para produzir em escala ampla não se pode contar apenas com o dinheiro em caixa, é preciso que as empresas possuam liquidez e capacidade de investimento; com isso, entra em cena o elemento financeiro.

d. A tecnologia se torna o aspecto central da produção. A fase monopolista é aquela em que a confiança científica, da qual falávamos no começo desta seção, encontra seu auge.

e. A internacionalização da produção, ou seja, a segregação das funções: não se produz mais apenas para uma pequena comunidade, mas sim para uma zona ampla de comércio internacional, o que faz com que certos países fiquem dependentes da produção que se realiza em outros locais.

Com todas essas mudanças, podemos imaginar que a vida do trabalhador também sofre alterações. Um dos principais aspectos dessa mudança foi a implantação de novos sistemas de gestão mais adequados às necessidades da produção monopolista. Para entender de que modo a economia se relaciona com a experiência cotidiana, é preciso entender que o valor das mercadorias, no contexto da produção capitalista, não é intrínseco a elas: isso significa que o valor dos produtos não é dado por uma conta simples, mas ao contrário, por uma complexa combinação entre o tempo de trabalho de que se necessita para produzir os bens industriais e toda uma cadeia de relações sociais que se materializa nas mercadorias produzidas. Isso é importante porque, como salientam Antunes e Alves (2004), Goldstein (1986) e Braverman (1980), conforme avança o capitalismo monopolista, avança também a perda de controle por parte do operário, de seu próprio trabalho, principalmente do saber necessário para produzi-lo. Vamos lembrar também de algumas das ideias de Haussmann quando defendia seu plano de mudança urbana: ele falava em abrir grandes avenidas para facilitar o movimento, a fluidez e a rapidez que demandam a cidade e a vida moderna. O mesmo pressuposto pode ser aplicado ao mundo do trabalho: a necessidade de produtividade, rapidez na produção e fluidez de receitas é um dos marcos desse contexto fabril. Se, no caso da Paris de Haussmann, tratava-se de planejar cuidadosamente toda a cidade, não deixando nenhum espaço para o improviso, também as relações de trabalho das primeiras décadas do século XX passam a se organizar por critério semelhante: para que a produtividade e o lucro aumentassem, era preciso planejar, concentrar as decisões nas mãos de poucas pessoas.

Conforme salienta Andressa Ribeiro (2015), alguns autores da economia clássica já vinham pensando sobre estratégias de organização e controle do trabalho, mas foi Frederick Winslow Taylor quem, nas últimas décadas do século XIX, desenvolveu a ideia de *gerência científica*. Taylor, nascido na Filadélfia, em 1856, foi um engenheiro mecânico que, após passar anos trabalhando em fábricas de amigos e conhecidos de sua família, formulou, a partir de testes realizados por ele nas fábricas em que trabalhou, os famosos “Princípios da Administração Científica”, publicados em 1911.

Vamos lembrar que, nesse momento, os EUA passavam por uma ampla industrialização e, principalmente, contavam com um grande fluxo de imigrantes de vários países da Europa. Essa situação gerava um aumento de mão de obra disponível para as grandes indústrias que se instalavam em cidades como Chicago e Detroit. Apesar do grande volume de trabalhadores disponíveis, muitos deles eram camponeses, que fugiam da Europa graças à expropriação das terras de cultivo requeridas pela Revolução Industrial. Empobrecido e desqualificado, a existência desse contingente de imigrantes é um dado fundamental para o sucesso da proposta de Taylor. Entre 1880 e 1915 chegaram legalmente aos Estados Unidos cerca de 15 milhões de imigrantes, a maioria da Europa do Leste (polacos, lituanos, alemães) e do Sul (italianos, gregos e armênios). Taylor foi capaz de perceber que esses trabalhadores poderiam ser conquistados por salários razoáveis e, sobretudo, pela inserção numa economia de emprego crescente, que também se ligava ao aumento do consumo.

Sucintamente, a proposta de Taylor era otimizar esses fatores, aproveitando-se da fragilidade organizacional e sindical dos recém-chegados. Para isso, ele elaborou um código em que o trabalho manual foi separado do trabalho mental que passava a ser feito pela gerência. Tratava-se, basicamente, do controle do tempo e dos movimentos dos operários, buscando eliminar qualquer desperdício. Ele procurou desenvolver, em seus *Princípios da administração científica*, um protocolo para o trabalho que, ao mesmo tempo, aumentasse a intensidade do trabalho e as taxas de produtividade. Taylor partia do pressuposto que, embora os trabalhadores qualificados trabalhassem melhor, eram também mais organizados, o que dificultava as relações de exploração que estavam implícitas em seu projeto. Essa estratégia foi favorecida, também, pelo aumento da aplicação de tecnologia, pois as máquinas modernas substituíam o trabalho especializado. Vamos observar o que o próprio Taylor dizia sobre o tema:

“Estabeleço como princípio geral (e me proponho a dar exemplo tendente a provar o fato mais adiante, nesta obra) que, em quase todas as artes mecânicas, a ciência que estuda a ação dos trabalhadores é tão vasta e complicada que o operário, ainda o

mais competente, é incapaz de compreender esta ciência sem a orientação e auxílio de colaboradores e chefes, quer por falta de instrução, quer por falta de capacidades cognitivas suficientes. A fim de que todo trabalho possa ser feito de acordo com leis científicas, é necessária melhor divisão de responsabilidades entre a direção e o trabalhador do que a atualmente observada em qualquer dos tipos comuns de administração. Aqueles, na administração, cujo dever é incrementar essa ciência, devem também orientar e auxiliar o operário sob sua chefia e chamar a si maior soma de responsabilidades do que, sob condições comuns, são atribuídas à direção. (TAYLOR, [s.d.], p. 34)

O que se pode concluir a partir do fragmento de Taylor? Afinal, retirar do trabalhador o controle sobre seu próprio trabalho é um modo de deixá-lo menos “sobrecarregado” ou é um modo de retirar dele a autonomia sobre seu ofício? Taylor afirmava que uma sociedade eficiente interessava a todos, inclusive ao próprio trabalhador. Ainda assim, ele admitia que, conforme se tratasse de trabalhadores mais qualificados ou mais organizados, aumentavam as tentativas de resistir a esse modelo. O sucesso de Taylor e da produtividade das fábricas que adotaram sua gestão foi imenso. A partir das fábricas dos Estados Unidos, o modelo de gestão científica se difundiu por toda Europa e por alguns países asiáticos e latino-americanos. Assim, se a modernidade tinha em Paris sua cidade modelo, tinha nas fábricas americanas o protótipo de como deveria se dar a produção de eficiência máxima.

Henry Ford, nascido em Greenfield Township, em 1863, era grande admirador das ideias de Taylor; a partir delas, desenvolveu alguns aspectos que tornaram a Ford Company a maior produtora de veículos automobilísticos daquele contexto. Ford propunha que a necessidade de destreza, tão comum ao trabalhador qualificado, deveria ser substituída pela completa fragmentação do trabalho. Coriat (1997) destaca, por exemplo, que, nas indústrias Ford, apenas 1% dos funcionários tinha treinamento superior a um ano. Em linhas gerais, ele estruturou a produção com base na esteira: cada trabalhador ficava fixo em um lugar específico da cadeia de produção e tinha seu trabalho manual regulado pelo ritmo da esteira. Além do controle do tempo, a esteira também permitia uma ampla vigilância na medida em que o atraso de um funcionário incidia no trabalho dos outros, o que gerava um clima de estreita auto-observação entre os próprios operários.

Assim como Taylor, Ford alegava que seu modelo de produção não era ruim para os trabalhadores. Vamos observar um pequeno trecho da autobiografia de Henry Ford em que ele explicita seu ponto de vista sobre isso:

“Poder e maquinaria, dinheiro e bens são úteis apenas quando nos libertam para viver. Eles são apenas meios para um fim. Por exemplo, não considero as máquinas que levam meu nome simplesmente como máquinas. Se isso fosse tudo o que havia para fazer, eu faria outra coisa. Eu os considero uma evidência concreta do funcionamento de uma teoria dos negócios, que, espero, é algo mais do que uma teoria dos negócios – uma teoria que busca tornar este mundo um lugar melhor para se viver (FORD, 2003, p. 2).

Tanto no fordismo quanto no taylorismo, trata-se de tentar impor uma mudança que extrapola o mundo das fábricas. A organização da vida com base no cronômetro industrial e no controle dos gestos também se espalha para outros âmbitos da existência, já que a rotina da família, as relações entre os gêneros e as atividades de consumo são profundamente alteradas com essa nova configuração. A cultura do trabalho de Taylor-Ford incentivava, para além do ambiente das fábricas, uma vida regrada e ordeira, higiênica e controlada. Essa não era também, afinal, a grande proposta por trás da modernização de cidades como Paris e Viena?

Se pensarmos por esse lado, podemos nos perguntar: como os trabalhadores reagiram a essas mudanças? Eles a aceitaram? Tinham condições de não aceitar? Por um lado, vamos lembrar que um dos principais mecanismos para a implantação desse sistema de trabalho era a formulação do consenso em torno dos benefícios que ele trazia. Os trabalhadores experimentavam, pela primeira vez, um aumento no seu poder de consumo, graças à alta dos salários. Isso gerava uma situação de enfraquecimento dos sindicatos e instrumentos de luta na medida em que as sociabilidades operárias eram estimuladas a se sentir como partes integrantes do sistema de produção. A grande questão é que Ford, ao aumentar a produtividade a valores antes inimagináveis – o tempo de produção de um carro chegou a ter uma redução de 80% – pôde, efetivamente, pagar salários melhores a seus funcionários. Essa estratégia ficou conhecida como “política da prosperidade”.

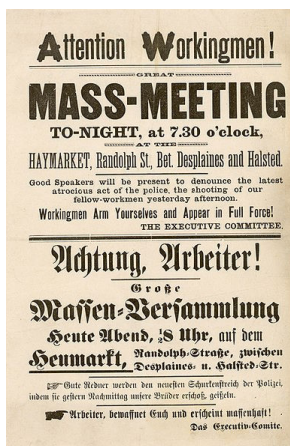
Apesar de tudo isso, não podemos afirmar que os trabalhadores da Europa ou dos Estados Unidos tenham aceitado sem protesto todas essas mudanças. Durante todo o século XIX, os países europeus assistiram a conflitos envolvendo as necessidades dos grandes capitalistas e as demandas dos trabalhadores por uma jornada de trabalho mais justa e pela retomada do controle sobre os processos produtivos. A Comuna de Paris, em 1871, foi um dos primeiros momentos em que

os operários questionaram profundamente sua situação, tendo sido duramente reprimidos. Nos Estados Unidos, apesar da alta de salários, vários movimentos se organizaram, setorialmente, em nome da redução da jornada de trabalho a oito horas diárias e de melhores condições de trabalho. Já em 1886, em Chicago, um conflito ocorrido no dia 1º de maio marcou uma manifestação pela redução da jornada de trabalho e levou a uma grande greve de trabalhadores, cuja pauta era 8 horas de trabalho, 8 horas de descanso e 8 horas de lazer.



Exemplificando

Figura 1.1 | Jornal Operário



Fonte: <https://goo.gl/k3FcrQ>. Acesso em: 24 set. 2018.

A imagem ao lado mostra um jornal da semana do dia 4 de maio de 1886, momento de maior tensão nas reivindicações de Chicago. Nessa ocasião, vários líderes sindicais foram presos e, após um conflito com a polícia no dia 4, mais de 80 operários foram assassinados. Perceba que o jornal está escrito em Inglês e também em Alemão. Qual será o motivo do uso dos dois idiomas? Vale a pena refletir sobre o papel das comunidades imigrantes na divulgação de ideias anarquistas e socialistas, que eram as principais plataformas de crítica e união dos trabalhadores sindicalizados na época.

Para finalizar esta seção, podemos fazer um balanço retomando a noção de contraste. A cidade e o trabalho, os dois grandes observatórios da confiança científica da virada do século XIX para o XX, foram também os cenários mais conflituosos desse período. Muitos dos descontentamentos gerados pelos dispositivos modernizadores que conhecemos se tornaram ainda mais sérios na década de 1920, sentimento que se cristaliza, conforme disseram Freud, Weber e Simmel em um amplo “sentimento de tragédia”, que, nos termos de Hobsbawm (1995), dão forma ao drama dessas primeiras décadas do século XX, ao qual ele chamou de “Era da Catástrofe”.

Ao considerarmos a problematização proposta em nossa seção, é preciso lembrar que as comparações exigem alguns cuidados de nós, historiadores e professores de história, como a atenção à especificidade de cada contexto e às possibilidades que os agentes tinham de perspectivar sua própria ação. Apesar disso, esse exercício pode ajudar a compreender criticamente as permanências e as rupturas das quais a história é feita e, além disso, é um caminho para pensar o mundo do trabalho como um universo de disputas, distante das narrativas unívocas que podem nos levar a uma compreensão apenas parcial do contexto em questão.

Um dos fatos mais reveladores dos novos modos de produzir que se generalizaram nas primeiras décadas do século XX (taylorismo e fordismo) foi o de que, embora os trabalhadores estivessem perdendo a autonomia sobre seu trabalho, os novos gestores dessas concepções insistiram em afirmar que as mudanças eram benéficas para todos, inclusive para os operários das fábricas.

Como vimos, um dos argumentos era o de que um mundo mais produtivo era algo bom em si mesmo e que todas as pessoas se beneficiariam da implantação das máquinas na medida em que, quando se produz mais em menos tempo, as pessoas poderiam ter mais tempo livre. Vimos também que Ford pagava salários acima da média para seus trabalhadores. Além disso, a competição por salários acabava com a solidariedade nas fábricas, na medida em que, se uma pessoa trabalhasse num ritmo mais lento, acabaria prejudicando a produtividade dos colegas bem como o rendimento e o salário. Será que é possível comparar o modo como se produzia no começo do século XX com a nossa realidade do século XXI? Os exercícios comparativos podem ser muito benéficos para o historiador e para o professor de História, desde que sejam tomados alguns cuidados: não podemos, por exemplo, esperar que os atores sociais daquela época vissem o mundo com nossos olhos e com nossos padrões, nem considerar que eles tinham uma visão de si mesmos como nós temos, beneficiados pela distância temporal.

Hoje em dia, na maior parte das empresas, o ritmo de produção taylorista e a organização fordista não são rigidamente seguidos. Outras tendências como o *just in time* (produção sem estoque) e o trabalho terceirizado, contudo, fazem-nos perceber que há dois aspectos de continuidade que merecem ser destacados: primeiramente o fato de que a jornada de trabalho ainda é um critério de organização da nossa vida (pense, por exemplo, que há muitos trabalhadores autônomos que trabalham bem mais do que 8h por

dia); somado a isso, temos que reconhecer que as inovações tecnológicas continuam transformando e orientando o modo como trabalhamos.

Vamos observar, por um momento, os debates sobre as relações jurídicas de trabalho que vêm sendo discutidas no Brasil nos últimos anos e se consolidaram com a Reforma Trabalhista, promulgada em 2017. A discussão girou em torno do fato que, sendo a legislação trabalhista brasileira elaborada, em sua maior parte, nos anos 1940, ela estaria defasada, devendo ser modernizada para acompanhar os novos tempos e as novas exigências do mercado de trabalho. Contudo, há discordâncias. Há quem argumente que o trabalhador deve ser protegido pela legislação, na medida em que é sempre o lado mais fraco e dependente em uma relação empregatícia. Nesse sentido, a existência de sindicatos seria fundamental, assim como a regulação dos salários, para evitar abusos.

Considerando agora, por um lado, os argumentos de Taylor e Ford sobre a modernização das relações de trabalho e, por outro, os argumentos contrários e favoráveis às mudanças em nossa legislação trabalhista, já estamos em condições de traçar um panorama para nossa análise comparativa:

- a. Tal como no começo do século, hoje, as tecnologias de ponta são fundamentais e alteram as relações de trabalho. Pense, por exemplo, no trabalho e no estudo virtual e em como o impacto das novas tecnologias altera nossa organização temporal da vida. Não estamos, afinal, sempre conectados? Qual seria nosso tempo de lazer?
- b. Henry Ford, ao introduzir o sistema de linha de montagem, defendia que o trabalhador deveria ser, para seu próprio bem, cada vez mais especializado, pois entraria em contato apenas com uma parte do processo produtivo. Será que hoje em dia nossas relações de trabalho também não são, cada vez mais, motivadas pela crescente especialização? Em uma empresa ou em uma escola, por exemplo, poderíamos realizar todas as funções?
- c. O controle dos movimentos, desenvolvido por Taylor, cedeu espaço a um novo modo de estimular a produtividade: hoje em dia já se sabe que quando alguém trabalha motivado, feliz, ou identificado com a empresa, há grandes chances de que trabalhe melhor e, assim, aumente a produtividade.
- d. A divisão do trabalho mental e intelectual é outro aspecto importante. Hoje em dia, isso se manifesta, principalmente, pela educação: há escolas formando pensadores e outras formando mão de obra? Quais seriam, afinal, as motivações dessa separação? Para responder a isso precisamos levar em conta o papel que a escola possui na reprodução das distâncias sociais.

Por todos esses fatores, e levando em conta nosso contexto de aprendizagem e nossa situação-problema, podemos concluir que, se por um lado a ideia de trabalho sofreu muitas alterações em relação ao começo do século XX, principalmente com a inserção do trabalho digital, por outro, algumas questões se atualizaram, tomaram nova forma adequada aos nossos tempos, mas seguem operantes em nossas relações sociais. Nesse sentido, observar historicamente aspectos de nosso cotidiano, como a Reforma Trabalhista e o envolvimento dos trabalhadores nas suas lutas por direito, é um modo de tornar a história uma ferramenta para a reflexão crítica sobre nossos problemas contemporâneos, especialmente em contextos de disputa eleitoral, momento em que essas questões são trazidas à tona e debatidas pelas diversas forças políticas em disputa.

Faça valer a pena

1.

“Observando essas pobres pessoas que hoje andam buscando entretenimento e que sem dúvida precisam muito disso, gostaria de lhes desejar que antes refletissem sobre duas coisas estreitamente relacionadas entre si, a saber, o trabalho e o relógio. Se o fizessem, evitariam as folgas onde tudo o que fazem é prolongar o trabalho. Quando, ao meio dia de sábado, correm em seus automóveis e em suas motocicletas até os lugares mais distantes possíveis, se dedicam ali a diversões frenéticas e, no fim do domingo, regressam repletos de ruído das cidades, não fizeram outra coisa senão prolongar sua semana de trabalho de outras formas, talvez ainda mais esgotantes. Não saíram do círculo mágico dos autômatos. Não se desligaram do ritmo dos relógios. (JUNGER, 2014, p. 170. Tradução nossa)

O texto de Junger reflete um ponto de vista crítico à organização do trabalho e da vida proporcionada pelo sistema moderno de produção industrial. Levando em conta os conceitos de taylorismo e fordismo à luz da crítica do ensaísta alemão supracitado, assinale a alternativa correta:

- a) O taylorismo e o fordismo contribuíram para o retorno a formas ancestrais de trabalho na medida em que incentivavam a especialização dos trabalhadores e a transmissão de saberes antigos de forma oral.
- b) O taylorismo e o fordismo são equivalentes, ou seja, não é possível localizar nenhuma diferença significativa entre ambos.
- c) Ao contrário do taylorismo, o fordismo não se fundamentava na implementação de novas tecnologias.

d) O trecho retirado da obra de Ernst Junger demonstra como os trabalhadores europeus das primeiras décadas do século XX foram afetados pelas novas formas de organização do trabalho, destacando de que modo eles puderam se autonomizar do tempo das fábricas e se emancipar, a partir do contexto fabril, da organização da vida imposta pelo trabalho.

e) O taylorismo e o fordismo são, como pontua Junger, fenômenos muito mais amplos que a organização do trabalho fabril, pois dizem respeito à consolidação de uma nova experiência com o tempo, típica da modernidade.

2. Observe a imagem a seguir:

Figura | Boulevard Haussmann



Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Charles_Marville,_Boulevard_Haussmann,_de_la_rue_du_Havre,_ca._1853-70.jpg. Acesso em: 28 ago. 2018.

A fotografia acima retrata a cidade de Paris já remodelada pelo projeto urbanístico do Barão Haussmann. A partir da observação da foto e dos aspectos relacionados às cidades e ao impacto da reforma urbana na vida dos trabalhadores, assinale a alternativa correta:

a) A reforma levada a cabo em Paris pautava-se, prioritariamente, na circulação de veículos, não se relacionando com as questões sanitárias da época já que, em Paris, não havia a mesma urgência em resolver problemas, como as epidemias de cólera, do mesmo modo que havia em outras cidades, como Veneza, na Itália, e Manchester, no Reino Unido.

b) As reformas urbanas de Paris contribuíram para que a cidade fosse exportada como modelo para outras capitais do mundo, as quais se espelhavam na estética parisiense

para promover politicamente seus governos por meio de um discurso modernizante.

c) São Paulo é a única capital latino-americana que simboliza a circulação do projeto de Haussmann considerando o número de grandes avenidas que compõem a malha urbana da capital paulista.

d) A questão sanitária foi um dos maiores entraves quanto à aprovação das reformas já que, ao contrário de Haussmann, Napoleão III não era favorável à modificação da política do controle de pestes e epidemias de Paris.

e) A foto mostra como cidades como Paris e Viena se tornaram desérticas após as reformas urbanas, situação que ocorria graças à implantação de traçados irregulares que amedrontavam os habitantes acostumados ao traçado medieval das cidades.

3. Observe a imagem a seguir:

Figura | Fordlândia



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=7760375>. Acesso em: 17 ago. 2018.

A imagem apresentada é um retrato contemporâneo de uma vila chamada Fordlândia. Tratou-se de uma tentativa feita pelas indústrias Ford de construir uma cidade no meio da Amazônia brasileira, em 1927. Naquela ocasião, Ford, entusiasmado pelo comércio de borracha da região, tentou implantar um regime de produção no qual a população local não apenas trabalhasse, como também vivesse de acordo com os princípios organizacionais de sua empresa. O projeto acabou fracassando e se encerrando em 1945. O motivo foi que a população local não se adaptou à alimentação e ao tipo de vida regido pelo modelo fordista, o que fez com que a iniciativa minguasse e, aos poucos, se tornasse inviável.

A partir dessas informações e das discussões sobre fordismo e taylorismo, assinale a alternativa que traz uma afirmação correta:

- a) Iniciativas como a Fordlândia ajudam a perceber que o sistema fordista-taylorista almejava controlar totalmente a vida privada dos trabalhadores, de modo que não se fazia necessário estabelecer padrões rígidos dentro da fábrica.
- b) A resistência dos trabalhadores aos modos de produção do capital monopolista ultrapassava a crítica ao sistema em si e, como podemos ver a partir do exemplo da Fordlândia, envolvia a resistência em se adaptar a um modo de vida que estava atrelado ao ritmo de produção fabril.
- c) A tentativa de Henry Ford na Amazônia brasileira retrata um dos aspectos fundamentais do fordismo: a expansão para a América Latina, já que, na Europa, a produção continuava sendo feita em sistema tradicional com traços de trabalho feudal.
- d) Os trabalhadores não manifestaram nenhuma resistência ao modo de produção chamado taylorismo já que, graças ao aumento de salários, julgavam que era mais produtiva a subserviência, motivo pelo qual não se tem registros de greves ao longo das primeiras décadas do século XX.
- e) Iniciativas como a Fordlândia demonstram a consonância de interesses entre patrões e operários, já que apenas com o esforço conjunto das duas partes foi possível trazer as indústrias Ford para tão longe (no caso, a Amazônia brasileira).

Pensadores, utopias e projetos no início do século XX

Diálogo aberto

Caro aluno, seja bem-vindo!

Nesta seção teremos a oportunidade de conhecer alguns dos mais importantes movimentos sociais do século XX, como o sufrágismo, o anarquismo e o socialismo. Embora esses sejam termos que circulam amplamente pelo imaginário político e cultural de nossas sociedades, eles são, muitas vezes, utilizados de modo apressado e sem as devidas nuances históricas. A respeito do feminismo, por exemplo, movimento que hoje em dia está tão em evidência, você sabia que ele tem suas origens há mais de 100 anos, no contexto da luta por direitos ao sufrágio universal? Você deve se lembrar de que, na virada do século, ocorreram mudanças importantes na configuração das cidades e nas relações do trabalho e que essas transformações não foram aceitas pacificamente, nem de modo imediato, por todos os grupos sociais. Neste momento, nós conheceremos com mais detalhes aqueles movimentos e aquelas narrativas que se confrontaram com os rumos que as sociedades ocidentais tomavam no começo do século.

Em conjunto com as mudanças urbanas e trabalhistas, outros aspectos da vida social também tomavam a forma da modernidade nas primeiras décadas do século XX. Em países como Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos e Argentina, por exemplo, as mudanças na economia e na composição social das massas urbanas, devido aos amplos fluxos imigratórios das décadas de 1910 e 1920, também impactaram o crescimento da educação formal e do letramento das sociedades. Se antes a cultura letrada era privilégio dos clérigos e de alguns setores muito específicos da elite, nas primeiras décadas do século XX ela é expandida por meio de jornais, panfletos e livros. O mundo moderno da produção em larga escala demandava, no começo do século XX, uma maior integração entre as pessoas, integração que era feita, principalmente, por meio da formulação de consensos capazes de congregiar distintos modos de vida em torno das ideias de progresso e de modernidade. Embora em ritmos desiguais, como veremos, os maiores índices de alfabetização permitiram que essas novas ideias circulassem com mais facilidade entre os diversos estratos sociais.

Muitos historiadores se preocuparam com esse tema. Se pensarmos, por exemplo, como Roger Chartier (2002), poderemos perceber que são os processos materiais que garantem o movimento das ideias e sua divulgação,

afinal, elas não circulam desencarnadas pelo mundo, mas sempre a partir de veículos concretos de propagação (sejam eles livros, revistas ou, mais recentemente, a internet). Isso significa que a confecção de pôsteres, livros e panfletos no começo do século nos dá pistas não somente sobre o conteúdo do que estava sendo dito, mas, também, o que é fundamental, sobre quem lia, quem produzia e, sobretudo, em quais condições as ideias eram recebidas. É importante notar que, em paralelo à “grande imprensa”, o começo do século XX foi marcado pela proliferação de uma imprensa engajada politicamente, feita por militantes de todas as esferas. Naquele contexto, na ausência de ferramentas como a internet, as revistas e os folhetos cumpriam o papel de divulgação rápida de informações. Essa “imprensa informal” foi fundamental para que os divulgadores das ideias anarquistas, socialistas e feministas conseguissem atingir um número maior de pessoas: por um lado, não se restringiam apenas ao contexto das fábricas, e, por outro lado, buscavam traduzir as discussões acadêmicas para públicos maiores, fazendo com que suas ideias circulassem por vários grupos sociais que antes estavam excluídos dos debates de ideias, como operários e mulheres.

Sugerimos, então, duas publicações em que você pode conferir exemplos dos materiais de movimentos feministas e de seus opositores: *Our weapon is public opinion* e *Os pôsteres que contam a história do movimento sufragista das inglesas*.

Considerando a importância da imprensa e dos meios de comunicação para o debate sobre as ideias políticas no início do século XX bem como o contexto de aprendizagem desta unidade, que se concentra na elaboração de uma atividade sobre política, de que modo os cartazes sufragistas e antissufragistas poderiam ser utilizados, em sala de aula, em uma reflexão sobre as fontes da imprensa informal? Tendo em vista que os alunos podem analisar os cartazes, quais aspectos podem ser relevantes para que esse trabalho com as fontes do período os ajude a dimensionar a importância da imprensa para movimentos como o sufragismo?

Não pode faltar

O “século dos contrastes” trouxe, em suas primeiras décadas, uma série de discursos críticos e de projetos alternativos à modernidade capitalista. Movimentos como o feminismo – especialmente em sua vertente sufragista –, o anarquismo, o socialismo e a psicanálise refletem essa conjuntura de emergência de novas demandas sociais e culturais. Vamos conhecer um pouco de cada um deles, neste momento, sem perder a visão de conjunto que permite que eles sejam pensados como respostas críticas ao projeto fordista-taylorista que conhecemos na seção anterior.

Hoje em dia temos acompanhado o fortalecimento do movimento feminista no mundo todo, inclusive no Brasil. Será que há pautas em comum entre as feministas do começo do século XX e as do século XXI? Embora alguns direitos já tenham sido conquistados, há algo em comum entre as duas “ondas” feministas: os dois movimentos têm como ponto de partida a ideia de que a mulher pode e deve, como o homem, ocupar os espaços políticos e o protagonismo das próprias ideias. Embora houvesse antecedentes importantes na luta pelos direitos civis femininos (BESTER, 2016; SANABRIA, 2016) – como a publicação da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (de Olympe de Gouges, em 1791), a *Vindication of the Rights of Woman*, (em 1792, da autora britânica **Mary Wollstonecraft** (1759-1797) e o movimento grevista, que, em 1857, em Chicago, acabou com 130 tecelãs carbonizadas enquanto lutavam por direitos trabalhistas –, a assim chamada “primeira onda feminista” das primeiras décadas do século XX marcou um ponto de inflexão na história das mulheres: pela primeira vez elas advogavam direitos iguais aos homens e a possibilidade de serem reconhecidas como cidadãs e não mais como seres infantilizados ou restritos ao âmbito doméstico e à função maternal.

As vezes podemos ter a impressão de que certas configurações do mundo em que vivemos são estáveis, quase naturais, mas você sabia que o voto feminino, por exemplo, condição inicial de participação democrática, só foi instituído, na maior parte dos países do ocidente, após a Primeira Guerra? Na Inglaterra foi em 1918; nos Estados Unidos, em 1919; na Itália e na França, apenas após a Segunda Guerra Mundial; e no Brasil, em 1932. Um dos principais movimentos pelo sufrágio feminino começou na Inglaterra, nos primeiros anos do século XX. As desigualdades iam além da questão do voto, já que as mulheres também possuíam menos direitos trabalhistas, salários menores e não eram consideradas capazes de tomar decisões nem mesmo sobre a própria casa e seus filhos (a violência doméstica, por exemplo, era extremamente comum, e não havia canais jurídicos para denunciá-la, já que se considerava que a mulher, imatura por natureza, devia obediência a seu marido). No caso dos EUA, apesar da declaração de Sêneca Falls, em 1848, as mulheres da *American Woman Suffrage Association* (AWSA – Associação Americana de Sufrágio Feminino) e da *National Woman Suffrage Association* (NWSA – Associação Nacional do Sufrágio da Mulher) tiveram de lutar por mais de 50 anos para que o voto feminino fosse finalmente reconhecido em 1920. Na França havia tensões similares e apenas na virada do século, a partir de organizações como a *Société le Droit des Femmes* (Sociedade do Direito das Mulheres), as reivindicações das mulheres ganharam espaço, ainda que o voto só tenha sido garantido, de fato, em 1945 (SANABRIA, 2016). O movimento mais robusto, que organizava encontros entre as diversas associações feministas ao redor do mundo era, contudo, o inglês.

Podemos começar a conhecê-lo a partir de uma de suas protagonistas, **Emmeline (Emile) Pankhurst** (1858-1928), fundadora da *Women's Social and Political Union* (WSPU - União Social e Política das Mulheres), de 1903, que propunha que os métodos da luta feminina deveriam ser repensados já que, conforme Pankhurst, as décadas de discursos ponderados não haviam surtido efeito no parlamento britânico. Conhecidas como *sufragetes* (ou *suffragettes*, o nome foi atribuído pelo jornal *Daily Mail*, que tentava ridicularizar o movimento), as integrantes da WSPU estabeleceram uma complexa rede comunicativa e organizacional elaborando panfletos e buscando informar as operárias e as mulheres de classe média acerca da necessidade de lutarem por seus direitos. O grande foco do movimento eram os chamados à desobediência civil e às manifestações criativas, não apenas institucionais: desde conversar com a vizinha mais próxima até o boicote no consumo, passando pela quebra de janelas em vias públicas e pela interrupção de discursos, esse movimento convidava as mulheres a se envolverem na luta cotidiana pelo sufrágio (SANABRIA, 2016).

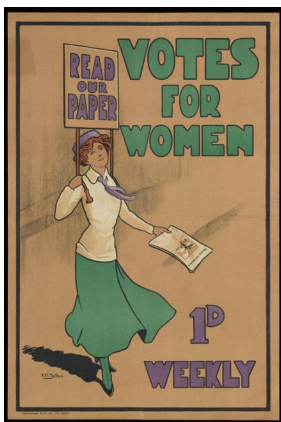
O movimento, contudo, não era homogêneo. Havia correntes no feminismo que pensavam, por exemplo, que certas atitudes consideradas violentas eram contraproducentes. Apesar das divisões, a diversidade dos métodos e o alcance das reivindicações feministas conseguiam se fazer ouvir nos primeiros anos do século, na sociedade inglesa, a ponto de despertar, inclusive, algumas reações. O lema das sufragetes (“ações e não palavras”) e as imagens dos atos correram o mundo em 1914 (inclusive, chegaram ao Brasil pela *Revista da Semana*, como lembra Gisela Bester, 2016). Vamos observar, por exemplo, como Emile Pankhurst se dirigia às feministas americanas em sua autobiografia:

“Disseram-me que as mulheres nos Estados Unidos se aliaram recentemente a partidos políticos, acreditando, assim como nós, que tal ação romperia a oposição ao sufrágio ao mostrar aos homens que as mulheres possuem capacidade política, e que a política também é trabalho para as mulheres. Que não sejam enganadas. Posso assegurar às mulheres americanas que nossa longa aliança com os grandes partidos, nossa devoção aos programas partidários, nosso fiel trabalho nas eleições, nunca avançaram a pauta do sufrágio nem um passo. Os homens aceitavam os serviços das mulheres, mas nunca ofereciam qualquer tipo de pagamento. (PANKHURST, 2011, p. 12, tradução nossa)



Exemplificando

Figura 1.2 | Sufragetes



Conforme salienta Mônica Karawejczyk (2010), uma série de charges ridicularizando as feministas começou a circular assim que elas ganharam proeminência no espaço público inglês. Observe nas imagens a seguir os cartazes que circulavam na Inglaterra do começo do século. Na Figura 1.2 temos uma representação das sufragetes, e na Figura 1.3, uma tentativa de ridicularizá-las.

Legenda: A imagem está disponível no site da Universidade de Cambridge, que, em ocasião da comemoração dos 100 anos do movimento, organizou uma exposição virtual que pode ser consultada no link da imagem.

Fonte: <https://www.cam.ac.uk/suffrage>. Acesso em: 30 ago. 2018.

Figura 1.3 | Antisufragetes



Fonte: <https://www.quotemaster.org/Suffragists>. Acesso em: 30 ago. 2018

Um dos pontos principais para compreendermos o alcance do movimento feminista é que, no começo do século XX, a circulação das ideias se tornava mais ampla com o aumento do público leitor e a consolidação de redes internacionais. Zena Abreu destaca, por exemplo, que essas redes possibilitaram

a divulgação do movimento sufragista por vários lugares do mundo, principalmente a partir das conferências de Washington (1902), Berlim (1904) e Copenhague (1906). Com a Primeira Guerra Mundial, as novas disposições geográficas e territoriais impactaram profundamente o movimento, como salienta Françoise Thébaud (DUBY; PERROT, 1991). A guerra eliminou, por força da necessidade, algumas barreiras, conferindo às mulheres responsabilidades e experiências inéditas até então – como podemos observar, por exemplo, a partir da moda e das sociabilidades urbanas –, porém, ao mesmo tempo, aprofundou uma cisão entre o patriotismo feminista e o pacifismo feminista especialmente dos Estados Unidos, uma vez que, nesse país, a luta pelos direitos das mulheres estava conectada à luta pelo fim da discriminação racial e, portanto, vinculava-se à uma pauta ampla de conquistas sociais.

Apesar de tudo, os direitos logrados a partir da década de 1920 foram paulatinamente consolidados e expandidos. Mas a essa altura, podemos nos perguntar: será que a garantia formal de direitos fez com que as mulheres fossem automaticamente consideradas cidadãs de plena igualdade? Certas atitudes, certos preconceitos e certas ideias consolidadas não são, infelizmente, alteradas por decreto. Continuavam a circular (e persistem ainda hoje), mesmo depois da conquista do voto, algumas vozes que desconfiavam da emancipação feminina e que a associavam ao famoso “discurso sobre a decadência de valores”, que se referia ao que Freud chamou de “mal-estar da civilização”.

Vamos, então, conhecer uma das principais correntes intelectuais do período, a **psicanálise**, que, ao mesmo tempo em que revolucionava algumas ideias do período, continuava definindo o feminino negativamente em relação ao masculino (DUBY; PERROT, 1991). Embora os estudos de **Freud** sobre o inconsciente, sobre os sonhos e sobre o papel do nosso Id em nossas manifestações conscientes fossem efetivamente revolucionários, eles também contribuíram para o famoso discurso sobre a decadência e sobre o “mal-estar na civilização” que se espalhava por toda a Europa a partir da Primeira Guerra Mundial. Freud partia de uma analogia entre a psique individual e a das coletividades. Vamos acompanhar brevemente seu raciocínio para entender o impacto da emergência de novos sujeitos, como a mulher, na esfera pública da Europa das primeiras décadas do século XX.

Em *Psicologia das massas e análise do Eu* (publicado em 1921), Freud parte justamente da ideia de que toda psicologia é, ao mesmo tempo, individual e social. Ele estava preocupado, sobretudo, com a emergência das “massas” na política (mulheres, operários, etc.) e com os efeitos que tal fato poderia gerar nas sociedades ocidentais. Para Freud, o indivíduo, quando dissolvido na massa, adquiria um sentimento de poder que lhe permitia ceder aos instintos graças ao desaparecimento do sentimento de responsabilidade. Já

em *O Futuro de uma Ilusão* (publicado em 1927), o tom de Freud é ainda mais afinado com a atmosfera de catástrofe que circulava na Europa daquele contexto. Ele afirma, nessa ocasião, que não se pode prescindir da dominação de uma minoria sobre a massa. A justificativa de Freud não é menos contundente: “pois as massas são indolentes e insensatas, não gostam de renunciar aos impulsos, não podem ser persuadidas com argumentos da inevitabilidade dessa renúncia e seus indivíduos se fortalecem mutuamente na tolerância dos desregramentos que praticam” (FREUD, 1927/2012, p. 40).



Assimile

Há três conceitos importantes da obra de Freud que estão na base da formulação de sua teoria do inconsciente, são eles Id, ego e superego. Cada um deles corresponderia a uma instância específica da psique humana. O “id” responderia às nossas pulsões primitivas mais obscuras e inacessíveis. A partir delas se desenvolveria o “ego”, mecanismo de equilíbrio da psique que surge a partir de nossa interação social, e o “superego”, espaço dos valores morais do indivíduo, responsável por operar como um “filtro” para nossos impulsos. Essas esferas não são apenas interdependentes como também, em cada indivíduo, aparecem em uma relação de tensão específica. Freud localiza, nos mecanismos de repressão dessas tensões – especialmente dos nossos desejos, de nosso id – a dinâmica da psique humana. Vem dessa dinâmica de repressão, inclusive, a sensação de “mal-estar na civilização”.

Está muito presente nas teses sociais de Freud, assim, a desconfiança de certos setores das elites em relação aos novos movimentos emancipatórios do começo do século. Se o movimento feminista despertou reações e preocupações em torno da “decadência dos valores”, você consegue imaginar como as elites intelectuais e econômicas reagiram ao aparecimento de movimentos como o socialismo e o anarquismo? Você certamente já ouviu o termo “anarquia” ser utilizado para designar desordem e caos. Nós veremos, todavia, que essa carga semântica não condiz, necessariamente, com as ideias do movimento anarquista. No começo do século XX, principalmente na Itália e na Espanha, esse foi um dos principais movimentos a se opor à organização do trabalho fordista-taylorista e, mais além, à própria noção de capitalismo e de Estado. Para George Woodcock, apesar das muitas diferenças entre cada uma das correntes anarquistas, podemos encontrar um ponto comum na ideia de que se trata de “um grupo de doutrinas e atitudes cuja característica comum é a crença de que o Estado é nocivo e desnecessário” (1981, p. 13). O Estado, para os anarquistas, é entendido como sendo a fonte e o motivo da maior parte dos problemas sociais. Agora você pode se perguntar: eliminar o

Estado significa viver em um mundo sem nenhum tipo de organização? Na realidade, o anarquismo sustenta que a ausência de Estado se dá porque ele não é necessário, ou seja, porque cada um de nós possui atributos para viver em sociedade junto aos outros sem precisar de uma organização hierárquica de cima para baixo. Eles apostam, portanto, em pequenas associações de rua, de bairro, e, apenas eventualmente, para discutir questões de macropolítica, apostam também na constituição de assembleias temporárias. Um dos primeiros pensadores a aceitar o título de anarquista (que havia sido, principalmente na França, associado aos exageros dos jacobinos na revolução) foi **Pierre-Joseph Proudhon** (1809-1865) que publicou, em 1840, o primeiro panfleto anarquista *O que é a propriedade*.



Refleta

Observe o seguinte trecho da obra *A Propriedade é um Roubo*, de Proudhon:

“Ser governado significa ser observado, inspecionado, espionado, dirigido, legislado, regulamentado, cercado, doutrinado, admoestado, controlado, avaliado, censurado, comandado; e por criaturas que para isso não tem o direito, nem a sabedoria, nem a virtude (...) Então, ao primeiro sinal de resistência, à primeira palavra de protesto, somos reprimidos, multados, desprezados, humilhados, perseguidos, empurrados, espancados, garroteados, aprisionados, fuzilados, metralhados, julgados, sentenciados, deportados, sacrificados, vendidos, traídos e, para completar, ridicularizados, escarnecidos, ultrajados e desonrados. Isso é o governo, essa é a sua justiça e sua moralidade! Oh personalidade humana! Como pudeste te curvar à tamanha sujeição durante sessenta séculos? (PROUDHON, 2014, p. 96)

Será que podemos afirmar que a obra de Proudhon possuía, para além de uma dimensão política, uma dimensão moral?

Assim como o movimento feminista possuía suas subdivisões, o mesmo ocorria com o anarquismo. **Tolstói** (1828-1910), por exemplo, acreditava em um anarquismo cristão, que não admitia nenhum tipo de violência. O inglês **William Godwin** (1753-1836), por outro lado, apostava que os debates públicos poderiam levar as pessoas a apoiarem a causa. Proudhon apoiava as organizações associativas e **Kropotkin** (1842-1921), famoso anarquista russo, alegava que a violência era inevitável. Os muitos modos pelos quais se discutiu como a sociedade finalmente alcançaria sua emancipação, contudo,

comungavam a recusa do Estado e a certeza de que todo ser humano possui os atributos necessários para viver bem em sociedade. Conforme Woodcock (1981), o contexto de formulação do anarquismo clássico é a França liberal das décadas de 1840 e 1850. Naquele contexto intelectual, fértil em novas ideias e impulsionado pela revolução dos anos anteriores, conviviam Proudhon, Bakunin e **Karl Marx**, que nos anos seguintes se tornaria comunista e franco opositor às ideias anarquistas. Ao contrário de Marx, que pregava uma revolução proletária e a tomada do Estado pelos trabalhadores, o anarquismo não achava que esse fosse um caminho possível, pois para eles o Estado é, em si, corruptor.

Você consegue perceber algo em comum entre o movimento sufragista encabeçado por Emile Pankhurst e as ideias anarquistas? Para responder a essa pergunta podemos começar por considerar uma crítica comum que os dois movimentos faziam: eles alegavam, cada um a seu modo, que os discursos e as disputas parlamentares não eram efetivos para a conquista de seus objetivos. Propunham, então, a ação direta. Embora o movimento sufragista estivesse ligado à ideia de obter o direito ao voto e o anarquista acreditasse que o voto é apenas uma liberdade ilusória, ambos os movimentos trabalhavam com a ideia de responsabilidade, ou seja, de que os indivíduos, homens e mulheres, têm capacidade de decidir diretamente sobre tudo que lhes compete.

Assim como o anarquismo, outros movimentos elaboraram projetos alternativos de mundo, e talvez o mais importante deles seja justamente aquele que disputava com os anarquistas o espaço de união dos trabalhadores: o socialismo. Tal como os outros movimentos que estamos estudando, também há muitas apropriações da palavra *socialista* que precisam ser entendidas dentro de seu contexto. Afinal, você já parou para pensar o motivo pelo qual a palavra *socialismo* aparece, por exemplo, em siglas de partidos tão diferentes entre si? Vamos nos dedicar, agora, a entender esse movimento, buscando compreendê-lo dentro do conjunto de manifestações críticas ao capitalismo tal como se dava no começo do século XX.

Você deve se lembrar de que o movimento socialista deve muitas de suas ideias principais aos textos de Marx e Engels, publicados em meados do século XIX. Foi a partir de ideias-chaves, como a emancipação dos trabalhadores, a construção de uma sociedade sem divisões de classe (objetivo final, mas não imediato, do Manifesto Comunista) e o protagonismo dos trabalhadores na construção de suas lutas, que vários movimentos socialistas emergiram nas primeiras décadas do século XX. Na Rússia, por exemplo, embora o que ficou conhecido como “Revolução Bolchevique” tenha ocorrido apenas em 1917, desde 1905 os trabalhadores

se organizavam para enfrentar as péssimas condições de trabalho às quais estavam submetidos. Esse movimento, que se radicalizou a partir da entrada da Rússia na Guerra contra o Japão, ficou conhecido como a “Primeira Revolução Russa”. A estratégia que eles utilizavam, os chamados “soviets” – agrupações em forma de conselhos operários que procuravam horizontalizar as tomadas de decisão – foi muito importante para que, a partir de 1918, os trabalhadores pudessem se organizar durante a Revolução. Outro exemplo de como as ideias socialistas foram importantes para as lutas dos trabalhadores na primeira metade do século XX pode ser encontrado na Itália. Logo após a Primeira Guerra Mundial, ainda que a Itália estivesse ao lado dos vencedores, o clima de descontentamento social e crise econômica – agravado pela emergência de movimentos de direita nacionalista que depois desembocariam no fascismo – culminou no que ficou conhecido como “biênio vermelho”. Também reunidos na forma de conselhos, os trabalhadores italianos – tanto anarquistas como socialistas – se organizavam para combater o desemprego e a inflação que se seguiam da Guerra.

Mas afinal, o que pretendia esse movimento? Para tentar definir seu significado e suas propostas, podemos partir da análise de Marini:

“O socialismo pode ser entendido como o período de transição para uma nova era histórica e se caracteriza pela superação da propriedade privada em favor de uma nova forma de propriedade individual, baseada na socialização dos meios de produção. Ele corresponde, no plano político, a uma democracia ampliada e participativa, dirigida à imensa maioria da sociedade. (MARINI, 1998, p. 112)

O socialismo, pois, aparece como uma alternativa à organização do trabalho capitalista, buscando superá-lo. As estratégias para tal conquista eram diversas. Podemos pensar, por exemplo, na grande variedade dos usos do conceito: a social-democracia, por um lado, é uma tradição que se formou na Alemanha e que propunha uma democracia preservada a partir de medidas de compensação social; o populismo russo, por sua vez, ainda em meados do século XIX, utilizava o termo **socialismo** para designar a aproximação às demandas populares; o trabalhismo inglês, ainda, propunha-se a levar pautas dos trabalhadores à discussão parlamentar. É importante considerarmos que o socialismo era um movimento plural e que, sob esse conceito, muitas lutas diferentes puderam se abrigar. Embora os escritos de Marx e Engels tenham uma importância decisiva, os movimentos socialistas não estiveram restritos à sua influência. Afinal, como nos lembra Pomar,

“A maioria destes diferentes grupos e tradições esteve unida apenas duas vezes: na Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1874) e nos anos iniciais da chamada Segunda Internacional (criada em 1889). No restante do tempo, as diferentes famílias socialistas ora enfrentavam-se ora uniam-se de maneira semelhante a como ocorre, hoje, com os diferentes partidos e tendências da esquerda brasileira. (POMAR, 2016, p. 39-40)

Como você pode perceber, a história do socialismo é longa e plural. Há um fato fundamental, todavia, que altera profundamente essa composição de forças: a **Revolução Russa** de 1917. É a partir desse evento que começam a aparecer, inspirados pelo pensamento socialista, diversos partidos comunistas pelo mundo. Até a Revolução Russa, em 1917, a ideia de tomada do Estado não era um consenso entre os movimentos emancipatórios. A partir do exemplo russo, todavia, a revolução tornou-se um ponto fundamental do movimento socialista, marcando uma radicalização em direção à fundação dos partidos comunistas em diversos países do globo, inclusive na Ásia e na América Latina (a fundação do Partido Comunista Brasileiro, por exemplo, é de 1922).

Vamos levar em conta que o socialismo era o movimento amplo de crítica ao capitalismo que supunha que os trabalhadores deveriam reter em suas mãos o controle do Estado e da produção, retomando a autonomia sobre seu ofício e sobre os lucros dele advindos. O comunismo, por outro lado, seria uma possibilidade – dentre outras, como a social-democracia – de seguimento do processo revolucionário, promovendo a abolição das relações de classe e, no limite, tornando o próprio Estado desnecessário. Seria, nesse sentido, uma culminação. Essa diferença é importante porque, como veremos na próxima seção, a Revolução Russa se tornou o paradigma de explicação desses conceitos, e por meio de seus desdobramentos e das críticas que se fizeram a ela, podemos entender como essas ideias – anarquismo, socialismo, comunismo – adquiriram os sentidos que chegaram até nós, estudantes e professores do começo do século XXI.

Sem medo de errar

Caro aluno, você pôde observar que diversos grupos sociais emergiram nas primeiras décadas do século XX e passaram a exigir direitos civis, sociais e, em alguns casos, a transformação radical do sistema capitalista. Os movimentos sociais estudados, ou seja, o feminismo sufragista, o anarquismo e o socialismo, foram beneficiados por um aumento no número de leitores no começo do século XX. Se nos séculos anteriores a imensa maioria das

profissões e das relações sociais se estabelecia no contexto da família e da pequena comunidade, as novas dinâmicas do capitalismo monopolista impediam que as pessoas vivessem restritas às antigas comunidades tradicionais. Com isso, também o saber passou a ser objeto de um esforço público e não mais das famílias. Claro que isso não significa que todos os grupos sociais tenham tido igual acesso à leitura e aos debates políticos, mas conforme avança o século XX, aumenta, pouco a pouco, o número de mulheres e operários letrados. Isso é importante porque, como vimos, os movimentos de contestação se faziam conhecer por meio de panfletos e pequenos livros distribuídos em atos ou vendidos a preços baixos, para que se pudessem comprar. Além disso, essa “imprensa informal” ajudou os movimentos a se internacionalizarem. Veja as feministas, por exemplo, que conseguiam reunir militantes de vários países nos anos anteriores à Primeira Guerra. Isso era possível devido à circulação de seus famosos panfletos. Os pôsteres do sufragismo eram muito inovadores e traziam muitas ilustrações, imitando a estética dos folhetos sensacionalistas da época e utilizando uma linguagem acessível aos setores recentemente alfabetizados. Havia também, não podemos esquecer, os folhetos negativos, que você pode conferir no link do jornal *Nexo*, referenciado ao final da unidade.

As questões que poderiam orientar os alunos no trabalho com as fontes são: como esses movimentos se comunicavam entre si? Como conseguiam adeptos em um momento em que não havia televisão, nem internet, e o rádio ainda estava em seus primórdios? Qual é o tipo de linguagem utilizado nos panfletos da época? A quem se dirigiam? Para ajudá-los a responder a essas questões, podemos considerar os seguintes aspectos da história da imprensa sufragista. Baseando-se no estereótipo de que as mulheres que estavam lutando por seus direitos eram infelizes e desequilibradas – as vestimentas das sufragetes nas imagens, por exemplo, eram sempre masculinizadas e, algumas delas, inclusive, continham martelos caindo dos bolsos, em uma tentativa de associar o movimento ao comunismo –, essas publicações populares rivalizavam com os panfletos das próprias sufragetes. Conforme lembra Karawejczyk, “a partir de 1908 a WSPU [] passou também a apostar no uso de cores para diferenciar as suas seguidoras e identificar a sua campanha pelo voto. Escolheram para isso as cores: violeta para representar a dignidade; o branco, a pureza; e o verde, a esperança” (KARAWEJCZYK, 2010, p. 12).

Além do apelo gráfico, esses pôsteres se utilizavam de uma linguagem direta e bem-humorada, que era capaz de passar mensagens rápidas e claras. Com isso, as mensagens podiam atingir públicos mais variados, além de serem facilmente identificáveis pelas cores e pelo estilo que os singularizava. Nesse sentido, os pasquins e panfletos eram importantes para a circulação

das ideias sufragistas quando a imprensa não atingia a todos e logravam alcançar o grande público na medida em que se baseavam no humor e em uma linguagem pictórica acessível. Como diz Romeiro,

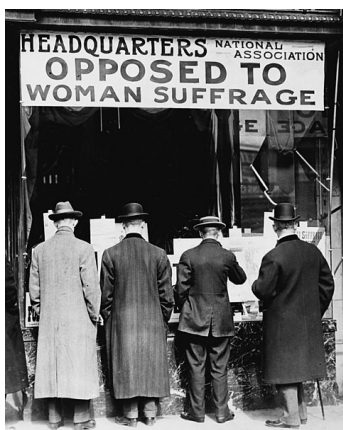
“Breves ou longos, esses papéis lançavam mão de estratégias de composição que visavam facilitar a sua leitura em voz alta e a memorização por parte do público, a exemplo a adoção de fórmulas consagradas pela tradição, como as orações religiosas e os documentos de natureza oficial. Escritos por vezes numa linguagem coloquial e irreverente, por vezes numa linguagem sóbria e culta, oscilavam entre um tom mais comedido e discreto e um tom mais virulento e ácido. (ROMEIRO, 2017, p. 87)

Deve-se compreender a importância dos modos de circulação das ideias, considerando que elas são apropriadas pelos ouvintes a partir de suas experiências pregressas e que, por isso, não se pode falar de um significado “puro” de uma palavra, mas sim, historicamente, dos diversos usos e disputas de sentido que a atravessam.

Faça valer a pena

1. Observe a imagem para responder à questão.

Figura | Oposição ao sufrágio feminino



Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Opposed_to_suffrage_\(cropped\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Opposed_to_suffrage_(cropped).jpg). Acesso em: 3 set. 2018.

A imagem mostra alguns homens reunidos em uma tentativa de oposição ao movimento pelo sufrágio feminino em Londres, no começo do século XX. A partir da imagem, jogue as sentenças a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () As sufragetes eram violentas e costumavam cometer atos drásticos, como assassinatos e sequestros de membros do parlamento, para divulgar suas ideias.
- () Todo o movimento por sufrágio universal feminino era contrário ao engajamento da Inglaterra na Primeira Guerra Mundial, motivo que levou a maior parte dos homens – que eram obrigados a alistar-se – a se posicionarem contra elas.
- () A emancipação feminina, na figura do direito ao voto, atemorizava alguns setores das elites inglesas, que viam no movimento sufragista uma ameaça à estabilidade da sociedade.
- () O direito ao voto feminino implicava a diminuição de direitos legais dos homens, por isso eles se reuniram em um contramovimento.
- () A ideia de que as sufragetes eram irresponsáveis e maldosas, que circulava pelos folhetins críticos ao movimento, ajudou a consolidar uma imagem negativa do movimento entre parte importante da sociedade inglesa.

Agora, assinale a alternativa com a sequência correta:

- a) V - V - F - F - V.
- b) F - F - F - F - V.
- c) F - F - V - F - V.
- d) V - F - V - F - V.
- e) F - F - V - V - V.

2. Texto

O texto de Goldman retrata uma crítica à Revolução Russa de 1917 que é, ao mesmo tempo, fruto de uma discordância profunda entre a concepção anarquista e socialista de emancipação. Em referência a essa diferença de posições, assinale a alternativa correta.

- a) O texto de Goldman demonstra que os anarquistas estiveram, desde o começo, contrários à Revolução Russa, já que não estavam dispostos a imaginar uma organização operária sem comando central.
- b) À diferença dos socialistas, os anarquistas não acreditam na revolução como ferramenta de transformação social, na medida em que consideram, tal como os socialistas utópicos, que o ser humano não se transforma em sociedade, mas apenas interiormente.
- c) O relato de Goldman aponta para uma similaridade entre os movimentos anarquista e comunista: ambas as vertentes consideravam que o Estado proletário deveria substituir o Estado burguês.

d) Segundo Goldman, certas características culturais do povo russo contribuíram para que o anarquismo se difundisse, mesmo em comunidades rurais.

e) Na análise de Goldman fica explícito que, embora os anarquistas comungassem com outros movimentos anticapitalistas na necessidade de derrubar o Estado burguês, discordavam da maior parte deles ao não planejar o estabelecimento de um outro tipo de Estado.

3. Vários países da América do Sul, incluindo o Brasil, receberam, ao longo dos séculos XIX e XX, um grande contingente de imigrantes europeus. Muitos deles, operários em seus países de origem, principalmente italianos, colocaram em circulação nos países em que chegavam correntes políticas como o anarquismo. Tal contato foi fundamental para a construção das primeiras agrupações sindicais brasileiras, bem como, no início do século XX, para a organização das primeiras greves por direitos trabalhistas, especialmente em São Paulo, onde começaram a aparecer, naquele momento, os primeiros sindicatos de trabalhadores. A partir dessa circulação, desenvolveram-se no Brasil agrupações ligadas a uma corrente dentro do anarquismo chamada “anarcossindicalismo”, que atribui aos sindicatos, enquanto organização autônoma dos trabalhadores, o ponto de partida de uma sociedade mais justa e mais emancipada, longe da rígida e distante organização estatal.

A partir das informações acima e de suas reflexões sobre os assuntos discutidos nesta

“O princípio do livre-arbítrio era forte nos primeiros dias da revolução, a necessidade de expressar-se livremente absorvia tudo. Mas quando a primeira onda de entusiasmo recuou na maré baixa da vida cotidiana e prosaica, era preciso que houvesse uma convicção muito firme para que o fogo permanecesse aceso. Havia apenas um punhado de gente em toda a vastidão da Rússia capaz de manter aquela chama viva – os Anarquistas, uma minoria cujos esforços, totalmente suprimidos sob o governo do Czar, ainda não tinham tido tempo de dar frutos. O povo russo, até certo ponto anarquista por instinto, conhecia ainda muito pouco os verdadeiros princípios e métodos do livre-arbítrio para aplicá-los na vida diária. A maioria dos anarquistas russos ainda estava, infelizmente, enredada nas malhas de atividades de pequenos grupos e de tentativas individuais contra os esforços coletivos bem mais importantes e eficazes [...]

Nunca antes, em toda a História, a Autoridade, o Governo e o Estado demonstraram ser tão inerentemente estáticos, reacionários e até mesmo contra-revolucionários em seus efeitos, em resumo: a própria antítese da Revolução. (GOLDMAN, 1924, apud WOODCOCK, 1981, p. 144)

seção, assinale a alternativa correta:

- a) A existência de correntes como o anarcossindicalismo é um indicativo de que, apesar da vocação internacionalista do movimento anarquista, ele se aclimatou a distintos contextos, respondendo às necessidades de cada conjuntura histórica.
- b) O fluxo de imigrantes para países como Brasil e Argentina ajudou a consolidar os partidos comunistas nesses lugares, contribuindo para as sucessivas revoluções comunistas que a América Latina vivenciou nos últimos 100 anos.
- c) A existência de um sindicato é contraditória à existência do anarquismo em si, uma vez que o movimento é contra qualquer tipo de autoridade, em qualquer situação.
- d) O movimento anarquista, que circulou pelo Brasil a partir da década de 1790, foi beneficiado pelo início da imprensa informal, de modo que folhetos e revistas de alta tiragem ajudaram a angariar um sólido número de apoiadores.
- e) O anarquismo é um dos movimentos anticapitalistas que, assim como o feminismo do começo do século XX, propunham a extinção do Estado burguês em nome de uma sociedade de indivíduos emancipados.

Primeira Guerra Mundial e Revolução Russa

Diálogo aberto

Caro aluno, você deve estar familiarizado com as notícias sobre conflitos migratórios que vêm ocorrendo nas últimas décadas. O caso da Guerra Civil Síria, por exemplo, é um dos mais famosos. Diante da situação de guerra em seus países de origem, muitas famílias oriundas do Oriente Médio decidem recomeçar a vida em segurança longe do conflito. Ao partirem em direção aos países europeus, todavia, muitas vezes os imigrantes são recebidos por parte da população desses países como uma ameaça, e não como refugiados. Veja, por exemplo, o caso da Itália que, sendo porta de entrada para o continente europeu, vem pressionando a comunidade da União Europeia para que não tenha que gerenciar sozinha o amplo contingente de pessoas que aporta em seu litoral, frequentemente após uma longa e perigosa jornada.

Para entendermos a relação entre esses conflitos e questões como o nacionalismo e o imperialismo, nós veremos nesta seção que o imperialismo das grandes potências nas primeiras décadas do século contribuiu para desarranjar as relações políticas nos países que sofreram sua influência, de modo a favorecer o aparecimento de muitos conflitos étnicos. Veremos também que o termo “nacionalista” não equivale, pensando historicamente, à ideia de patriotismo ou de pertencimento nacional. Trata-se de um tema que desperta muitas paixões políticas ainda hoje, até mesmo porque muitos conflitos que se gestaram nas primeiras décadas do XX ainda não estão resolvidos – como é o caso de alguns países dos Balcãs.

Temos como exemplo da sobrevivência desses conflitos alguns episódios ocorridos durante a Copa do Mundo de Futebol na Rússia em 2018. Em situações como essa, o termo *nacionalismo* costuma retornar aos debates nas redes sociais e nas salas de aula. Interpretado geralmente como algo positivo, o apelo nacionalista, conforme veremos ao longo dos debates desta unidade, não teve sempre efeitos benéficos, tendo sido muitas vezes associado, ao longo do século XX, a movimentos de intolerância e de imperialismo econômico e cultural. Na Copa da Rússia em 2018, a seleção da Croácia protagonizou uma polêmica envolvendo o nacionalismo de seus jogadores (VAN DEURSEN, 2018; MELO, 2018).

A partir de seu estudo sobre os movimentos nacionalistas do começo do século XX e, sobretudo, sobre a questão da Rússia soviética – que está ligada diretamente à questão da Croácia –, retome na sala de aula a situação da atividade sobre política, contexto de aprendizagem desta unidade de ensino, a fim de refletir sobre as seguintes questões: como poderíamos analisar o impacto dos discursos nacionalistas nas disputas eleitorais no Brasil? Quais fatos, argumentos e tendências da

questão do nacionalismo no século XX podem ser levantados por seus futuros alunos para compreender por que esse discurso é tão atrativo para certos grupos sociais também no Brasil?

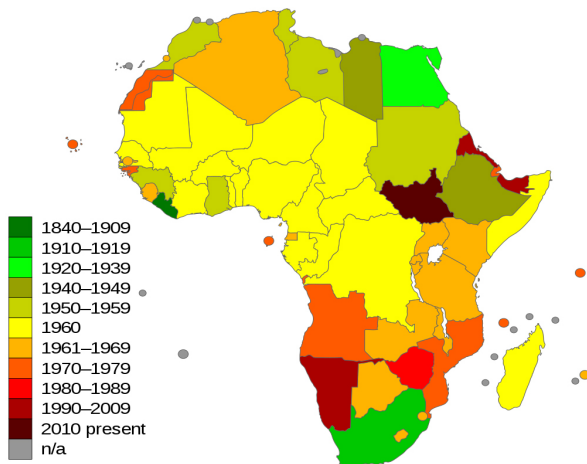
Não pode faltar

Caro aluno, seja bem-vindo a mais uma seção de estudo! Como você sabe, o fim do século XIX foi marcado por um amplo movimento de expansão dos países industriais, especialmente europeus, em busca de mercados para seus produtos. Hannah Arendt, uma conhecida filósofa do século XX, destaca que antes de 1884 o imperialismo era um movimento de “expansão pela expansão”, dinâmica parecida com aquela do Império Romano (ARENDR, 1989). A partir do fortalecimento da burguesia industrial, contudo, a expansão se torna uma política de Estado permanente. Além do aspecto político (de poder pelo poder) e econômico (expansão de mercados para os produtos produzidos em larga escala nas fábricas modernas), há um elemento cultural que vale a pena destacar. Você deve se lembrar, por exemplo, de expansões territoriais mais recentes, como as políticas do governo Bush, nos EUA, invadindo o Iraque e o Afeganistão. Um dos argumentos dos defensores dessa política era de que os EUA estariam levando a democracia para um país culturalmente atrasado e ditatorial e que, nesse sentido, as populações locais se beneficiariam da invasão. Esse argumento também operava com muita força no início do século XX e tomava a forma de uma narrativa nacionalista a partir da qual o “homem branco” teria o dever de expandir os benefícios das sociedades industriais ao redor do globo.



Exemplificando

Figura 1.4 | Mapa das descolonizações



Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Africa_independence_dates.svg. Acesso em: 25 set. 2018.

Esse mapa pode nos ajudar a dimensionar o impacto do expansionismo imperialista europeu que antecedeu a Primeira Guerra. Considerando a cronologia do conflito (1914-1918), você pode perceber que poucos territórios africanos estavam livres da dominação colonial de países como França, Itália, Portugal, Alemanha e Inglaterra. O processo que ficou conhecido como “partilha da África”, notadamente a partir da Conferência de Berlim, em 1885, contribuiu para a fomentação de diversos conflitos nacionais e étnicos em território africano e é um dos maiores exemplos dos efeitos da política expansionista da burguesia industrial europeia do começo do século XX.

É importante considerar, todavia, que esse discurso não era necessariamente aceito pelos países que sofriam com a expansão. **Edward Said**, por exemplo, destaca o protagonismo desses povos, de modo a combater a visão que opõe imperialistas proativos a povos submissos. A resistência se estabeleceu, muitas vezes, com a formulação de plataformas nacionalistas. Nesse sentido, o recurso às identidades nacionais foi fundamental não apenas para os países invasores, mas, sobretudo, para a resistência das comunidades autóctones. Nos termos de Said,

“O principal objeto de disputa no imperialismo é, evidentemente, a terra; mas quando se tratava de quem possuía a terra, quem tinha o direito de nela se estabelecer e trabalhar, quem a explorava, quem a reconquistou e quem agora planeja seu futuro — essas questões foram pensadas, discutidas e até, por um tempo, decididas na narrativa. (SAID, 1993, p. 5)

Podemos pensar, a partir das reflexões de Arendt e Said, que os fenômenos do imperialismo e do nacionalismo estão fortemente conectados. Para entender melhor essa dinâmica, vamos recorrer às origens desses movimentos, já que o “nacionalismo” não é simplesmente uma derivação automática da ideia de “nação”. Essa ponderação é importante porque, como veremos, a ideia de “nação” tal como a conhecemos hoje não era disseminada globalmente na virada do século e, por isso, não podemos tomá-la como “natural”. Para Benedict Anderson (2008), nações são “imaginadas”, no sentido de que mobilizam referentes emocionais e constituem objetos de desejos e projeções. Mas, você pode se perguntar, como se “imagina” uma nação? Quais são os elementos necessários para tal criação? Vamos pensar, por exemplo, na importância da língua, dos romances de fundação, das lendas, da mitologia comum e da experiência

cotidiana dos habitantes de certa região. Tais elementos nos ajudam a perceber que a legitimidade de uma nação não é um dado natural, mas, sim, um componente subjetivo ou “emocional” e “tem certa afinidade com as explicações religiosas: a magia do nacionalismo que converte o acaso em destino” (ANDERSON, 2008, p. 39).

Em comum, essas discussões sobre a nação partem do princípio de que podemos pensá-las como uma solidariedade que supõe um passado. Eric Hobsbawm (1990) nos conta que o nacionalismo era uma questão séria na política interna de todos os países dos anos anteriores à Primeira Guerra e que a maioria desses movimentos se fundamentava no componente étnico-linguístico. Um observatório privilegiado dessas tensões são os Balcãs, ou península balcânica, que se localizam no sudoeste da Europa e que, com algumas variações ao longo das décadas, englobam países como Albânia, Bósnia Herzegovina, Bulgária, Croácia, a parte europeia da Turquia, Eslovênia, Grécia, Montenegro, Romênia e Sérvia. Essa região sofreu, ao longo da história, inúmeras invasões, mas foi no começo do século XX, com o amadurecimento dos movimentos étnicos pan-eslavista (que pretendia a união dos povos eslavos, em comunhão com a Rússia) e pangermanista (união dos povos germânicos, estimulada pelo império austríaco), que a região passou a ser conhecida como “o barril de pólvora da Europa”. Não podemos esquecer, afinal, que foi em Sarajevo, capital da Bósnia, onde ocorreu um dos episódios mais famosos da Primeira Guerra Mundial.

Em 1908 a Áustria anexou ao seu território a região da Bósnia Herzegovina, ferindo os interesses pan-eslavistas da Sérvia. No bojo dessa tensão, ocorreu o assassinato do arquiduque **Francisco Ferdinando**, herdeiro do trono austríaco, em Sarajevo, em 28 de junho de 1914. **Gavrilo Princip**, o atirador, pertencia ao movimento nacionalista *Unidade ou Morte*, apoiado pelo governo sérvio, por sua vez ligado à Rússia. A reação militar da Áustria contra a Sérvia desencadeou a famosa “reação em cadeia”, gerada pela chamada política de alianças, que consistia em uma série de acordos firmados entre as nações e os impérios europeus que procuravam assegurar que, em caso de ameaça ou conflito armado entre qualquer um deles, os países aliados interviriam. A proposta era manter um certo equilíbrio entre as potências do continente. Contudo, a extensão desses acordos acabou amplificando o conflito: em apoio à sérvia, a Rússia se mobilizou contra a Áustria e sua protetora, a Alemanha. Desse momento até a declaração formal de guerra passaram-se poucos meses: a Alemanha se colocou, então, frente à Rússia e à França e, quando, para atingi-la, o exército alemão invadiu a Bélgica, até então neutra, a Inglaterra tomou parte do conflito.

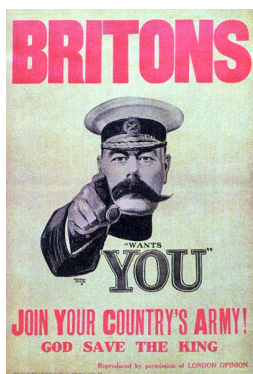
Apesar da importância do atentado para o desencadeamento da sucessão dos conflitos que levaram à guerra, nós veremos que o assassinato, em si, não pode ser entendido como o único causador das tensões. Na verdade, como já dizia Said (1993), os movimentos nacionalistas como o de Gavrilo Princip eram frutos de uma longa tensão que já acontecia nos bastidores da política europeia há décadas. Ao longo dos 50 anos anteriores, a Europa se encontrava em uma configuração conhecida como “**paz armada**”. Tratava-se da prevalência de uma política de alianças entre os países que, mesmo em tempos de paz, fazia com que o equilíbrio de forças estivesse sempre sob forte pressão. Nesse sentido, Hobsbawm (1995) destaca que, à época da eclosão da Primeira Guerra, fazia muito tempo que o continente não experimentava um conflito – ou, ao menos, um dessa proporção. O ano de 1914, para ele, inaugura a era do massacre.



Refleta

Observe, nos dois cartazes a seguir, os recursos gráficos e a linguagem utilizada pelos Estados Unidos e pela Inglaterra para fomentar o consenso acerca do engajamento nacional na Primeira Guerra Mundial. De que modo essas peças de propaganda contribuíram para criar um imaginário favorável à Guerra na opinião pública de ambos os países?

Figura 1.5 | Cartaz inglês



Fonte: <https://bit.ly/2OyEepa>. Acesso em: 25 set. 2018.

Figura 1.6 | Cartaz norte-americano



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Unclesamwantyou.jpg>. Acesso em: 11 abr. 2019.

Pela primeira vez em muito tempo, guerreava-se por objetivos ilimitados. As políticas expansionistas e imperialistas, aliadas ao discurso civilizador, geraram uma situação em que países como Inglaterra e Alemanha não se contentavam apenas em serem potências regionais, mas buscavam uma expansão ilimitada de seu poder político e comercial. “Era um objetivo absurdo, que trazia em si a derrota e que arruinou vencedores e vencidos; que

empurrou os derrotados para a revolução e os vencedores para a bancarrota e a exaustão física” (HOBSBAWM, 1995, p. 38).

Neste momento, já estamos em condições de entender os choques diplomáticos que levaram ao conflito, mas não podemos nos esquecer de que a Guerra foi também uma experiência vivida no cotidiano. Tanto as populações deslocadas para o *front* quanto aquelas que pereciam pela falta de alimentos e temiam as invasões nas cidades foram testemunhas de um conflito inédito em proporção de mortos e de uso de tecnologia. Para termos uma ideia da proporção desse impacto, na conhecida batalha de Verdum, em 1916, que envolveu dois milhões de soldados, o saldo foi de um milhão de mortos. A França perdeu 20% de seus homens em idade militar. Os britânicos perderam uma geração, 500.000 homens com menos de 30 anos. Um quarto dos alunos de Oxford com menos de 25 anos que serviam ao exército foi morto.

Para entender a dimensão desse conflito, vamos considerar que a Guerra começou a partir do enfrentamento entre a **Tríplice Aliança** (França, Grã-Bretanha e Rússia) e as chamadas “potências centrais”, logo **Tríplice Entente** (Alemanha e Áustria, com apoio da Sérvia). Vale a pena considerar também que essas alianças – dentro da política de ajuda mútua que mencionamos anteriormente – remetem à própria história política do continente europeu, que, embora tenha passado longas décadas sem conflitos de grande porte, foi marcado por uma série de disputas políticas e econômicas. A rivalidade econômica da Inglaterra e da Alemanha, duas potências industriais do período, por exemplo, assim como as antigas animosidades entre França e Alemanha que ecoavam da **Guerra Franco-Prussiana (1870-1871)** são fatores que precisamos ter em conta para analisar os motivos que estavam em jogo na ocasião da declaração de guerra. O plano alemão era ambicioso. Tratava-se de atacar em duas frentes: no Ocidente, o projeto era liquidar a França, e no Oriente, a Rússia. Os dois lados do conflito tentaram vencer pela tecnologia. Os alemães, com uma poderosa indústria química, desenvolveram armas como os gases tóxicos que tinham o poder de dizimar contingentes enormes de soldados. Os britânicos foram pioneiros nos veículos blindados em esteira, os tanques. Além disso, duas inovações tecnológicas marcaram o conflito e contribuíram para torná-lo o mais letal da história recente: os primeiros aviões de bombardeio e os submarinos, que, além de armas de guerra, eram também recursos para bloquear o comércio de alimentos, tanto nas frentes de batalha como nas cidades atingidas pelo conflito.

A historiografia sobre o tema costuma dividir o conflito em três momentos. Na primeira fase (1914-1915), temos um momento de “movimentação territorial”, com relativo equilíbrio entre os oponentes. Na segunda fase (1915-1917), teve vez o que ficou conhecido como “guerra de trincheiras”.

Essa expressão faz referência a uma tática militar que consistia em cavar profundas fendas em território defensivo, onde os soldados podiam se ver razoavelmente protegidos dos ataques com armas até então desconhecidas nos conflitos europeus, principalmente os aviões de bombardeio. A terceira e última fase, caracterizada pelo uso sistemático dos aviões e dos submarinos, ficou marcada pela saída da Rússia do conflito, em 1918, e principalmente pela entrada, a favor da Tríplice Aliança, de uma nova e poderosa força militar: os Estados Unidos. Esse fato foi fundamental para o andamento da Guerra, já que, embora a Alemanha tivesse logrado expandir seus domínios por muitos territórios franceses e belgas, suas forças já estavam exaustas e os suprimentos faltavam nas grandes cidades. “Assim que os aliados começaram a avançar, no verão de 1918, o fim era apenas uma questão de semanas. As potências centrais não apenas admitiram a derrota, mas desmoreram” (HOBSBAWM, 1995, p. 36).

Além do custo humano da Guerra (mais de 10 milhões de mortos), um enorme déficit econômico em todos países envolvidos no conflito levou ao endividamento de todo o continente. Você pode imaginar até que a própria indústria – que havia sido o motor econômico por trás das políticas expansionistas que levaram ao confronto – estava em condições precárias, já que durante a Guerra a maior parte delas havia sido direcionada para a produção bélica. O fim do conflito ficou marcado, ainda, por uma reconfiguração no mapa geográfico e político da Europa.

Uma das negociações mais famosas, sob o nome de **Tratado de Versalhes**, abordava especificamente a questão alemã. Nele ficou estabelecido que a Alemanha deveria: restituir a região da Alsácia-Lorena para a França; ceder regiões a Bélgica, Dinamarca e Polônia; entregar seus navios mercantes a França, Inglaterra e Bélgica; pagar uma enorme indenização em dinheiro aos vencedores e reduzir seu contingente militar. Muitos historiadores se dedicaram a pensar nos efeitos que o Tratado de Versalhes desencadeou nas relações internacionais europeias. Muito se falou, também, sobre a ligação entre a humilhação imposta à Alemanha nessa ocasião e a emergência do movimento do Nacional Socialismo nos anos anteriores. Podemos levar em conta que o rigor inédito com o qual foram tratados os países derrotados, em especial a Alemanha, esteve conectado com as antigas tensões históricas entre os países, especialmente com a França (DAEHNHARDT, 2014). Além disso, outro fator de complexidade eram as disputas entre os próprios vencedores. Woodrow Wilson, por exemplo, presidente dos EUA, defendia abrandar a pena alemã, a fim de evitar uma expansão da influência russa na Europa. Tal posição era combatida pela França, que, graças à política de alianças que mencionamos anteriormente, nutria históricas relações de hostilidade com a Alemanha.



Reflita

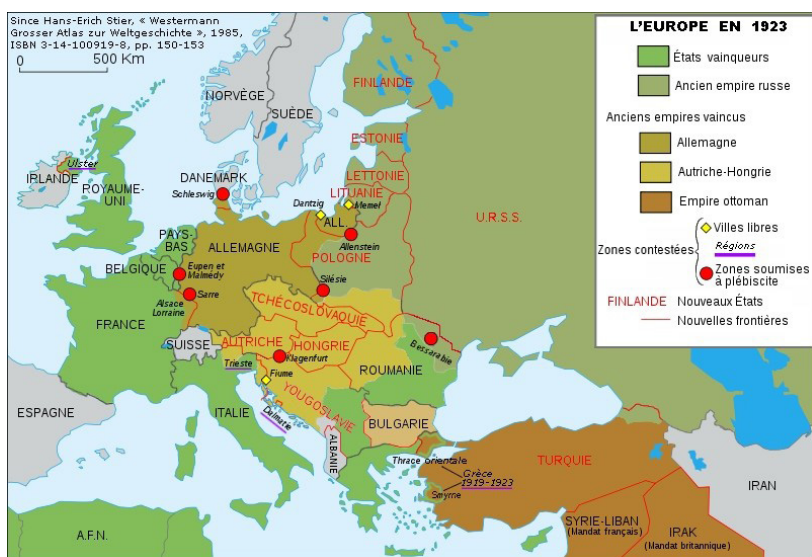
As imagens a seguir ajudam a mensurar a reconfiguração do cenário europeu após o término da Guerra. Você consegue identificar os principais deslocamentos territoriais? Considerando as antigas rivalidades entre Estados-Nacionais europeus como França e Alemanha, quais os efeitos dessa mudança geopolítica?

Figura 1.7 | Europa 1914



Fonte: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2014/07/26/primeira-guerra-fez-imperios-sumirem-confira-mapa-antes-e-depois-do-conflito.htm>. Acesso em: 23 nov. 2018.

Figura 1.8 | Europa 1923



Fonte: adaptada de https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Treaty_of_Versailles#/media/File:Map_Europe_1923a-fr.jpg. Acesso em: 5 out. 2018.

Não podemos esquecer que, mesmo antes da Guerra, vários conflitos regionais e algumas rivalidades entre países europeus já definiam os rumos da política externa do continente. Nesse sentido, todo o clima de reconstrução no Pós-Guerra esteve permeado por essas tensões, principalmente no caso da relação França-Alemanha, já que, a despeito dos protestos americanos, a França não aceitava a concessão de nenhum tipo de perdão para o país que havia dado início ao conflito. Além desse tratado, diversas outras tentativas de aliança entre os países vencedores teriam lugar nos anos imediatamente após o fim da Primeira Guerra. A criação da Liga das Nações, por exemplo, com sede em Genebra, era uma iniciativa para tentar equilibrar e mediar os conflitos internacionais. Todavia os Estados Unidos, grande força que surgiu com o fim da Guerra, acabaram por se retirar das negociações, o que tornava ainda mais difíceis as concordâncias entre os países em contenda.



Exemplificando

Observe, no documento a seguir, um ponto importante da chamada Sociedade das Nações, criada no fim da Primeira Guerra Mundial para a manutenção da paz na Europa:

“Art. 8º. Os Membros da Sociedade reconhecem que a manutenção da paz exige a redução dos armamentos nacionais ao mínimo compatível com a segurança nacional e com a execução das obrigações internacionais impostas por uma acção comum. [...] Considerando que a fabricação particular de munições e material de guerra levanta grandes objecções, os Membros da Sociedade encarregarão o Conselho de assentar as medidas precisas para evitar seus perigosos efeitos, tendo em conta as necessidades dos Membros da Sociedade que não podem fabricar munições e material de guerra de que carecem para sua segurança. Os Membros da Sociedade comprometem-se a trocar, do modo mais franco e mais completo, todas as informações relativas ao quantum de seus armamentos, aos seus programas militares e navais, e à condição de suas indústrias susceptíveis de ser utilizadas para a guerra. (PACTO..., [s.d., s.p.])

Vamos pensar agora em um fator que, como você deve ter percebido, desenvolve-se em paralelo ao conflito: a questão da Rússia. Afinal, se o país se retirou da Guerra, por que continuava sendo objeto de tantas preocupações dos aliados no término do conflito? Um dos frutos principais da Primeira Guerra, além da reconfiguração do mapa da Europa e da emergência dos

EUA como grande potência mundial, foi o processo que ficou conhecido como **Revolução Russa**.

Apesar de sua ampla influência na política europeia, especialmente nos Balcãs, o império russo vivia, na virada do século, uma situação de extrema desigualdade social e instabilidade política. O regime da monarquia absoluta governada pelo czar lidava com um país com um território excepcionalmente amplo e que sobrevivia, basicamente, de agricultura familiar, diferentemente de seus congêneres europeus já industrializados. Embora o Czar Nicolau II tenha estimulado, no começo do século XX, a entrada de indústrias estrangeiras, especialmente em cidades como Moscou e Kiev, a tensão política não diminuía, na medida em que, mesmo nas indústrias maiores, a situação dos trabalhadores russos era ainda mais degradante do que em países como Inglaterra e Alemanha.

Com a abertura ao Ocidente, contudo, vieram, além das indústrias, novas ideias. A mais importante delas, o **marxismo**, deu origem ao **Partido Operário Social Democrata**, em 1898, que catalisava a insatisfação dos trabalhadores. Em 1903 o partido dividiu-se entre **Mencheviques**, mais reformistas, que propunham a possibilidade de um ajuste entre classe operária e burguesia industrial, e **Bolcheviques**, sob o comando de líderes como **Vladimir Lênin** (1870-1924), que se baseavam na proposta marxista de tomada do Estado. A situação social se tornou dramática, contudo, quando a Rússia entrou na Primeira Guerra Mundial, em 1914. O envio de 13 milhões de soldados, somado à insatisfação social dos trabalhadores, levou o desgaste a um ponto insustentável. Após dois anos de conflito, o país estava em colapso. Em março de 1917 começaram as revoltas, que, um ano depois, seriam consolidadas no processo que ficou conhecido como “Revolução Russa”.

Em 1917, com a derrubada do Czar, o governo provisório, formado por políticos liberais e membros da realeza, começou a tomar medidas paliativas, como a redução da jornada de trabalho para oito horas, anistia aos presos políticos, retorno dos exilados e garantia de liberdades fundamentais. Isso não impediu, entretanto, que certos setores populares se radicalizassem. Vladimir Lênin, então exilado, retornou à Rússia e passou a liderar os Bolcheviques a partir da política dos “soviets”: comitês políticos formados por operários, soldados e camponeses rebeldes. Em 7 de novembro de 1917, os bolcheviques cercaram São Petersburgo e tomaram o poder. Lênin, seu líder, organizou, então, o Conselho dos Comissários do Povo e tomou duas medidas fundamentais para o futuro da revolução: primeiramente, retirou-se do conflito europeu por meio de um tratado com os alemães, conhecido como **Brest-Litovsk**, e em seguida iniciou a política de **confisco de propriedades privadas e estatização da economia**. Para Lênin, o conflito europeu era um reflexo do sistema

capitalista e o imperialismo era a fase superior do capitalismo, a “véspera da revolução social do proletariado” (LÊNIN, 2010, p. 14).

O momento de consolidação da Revolução foi marcado por uma ampla tentativa de reforma agrária e tomada das indústrias, favorecida e apoiada por grande parte da população russa, especialmente nas zonas rurais. Apesar disso, a hegemonia de Lênin dentro do partido estava começando a entrar em declínio já alguns anos após o início da Revolução. Os anos de 1918 a 1920 foram um período turbulento, em que o partido revolucionário foi obrigado a sanar muitas tentativas de reação.

Foi nessa ocasião que outro líder histórico da revolução, **Leon Trotsky**, organizou o poderoso **Exército Vermelho**, responsável por combater os contrarrevolucionários. Em 1920, em meio a diversos conflitos civis e à baixa produção de alimentos, a situação da revolução estava por um fio. Lênin propôs, então, a partir de 1921, a **Nova Política Econômica (NEP)**.



Assimile

A NEP (Nova Política Econômica) possuía um caráter híbrido: ao mesmo tempo em que adotava algumas medidas “capitalistas”, contribuía para que a URSS conseguisse se projetar como potência econômica em nível mundial. Sua estratégia flexibilizava alguns pontos do programa do Partido Comunista (PC), tais como a concessão de permissão para a liberdade de comércio, de salários, a criação de empresas privadas e o empréstimo de capital estrangeiro. Ao Estado ficava reservada a prerrogativa de supervisionar e controlar as indústrias de base, o comércio exterior e o sistema bancário.

Em 1921, o PC passou a tomar medidas radicais, como a proibição da oposição política e a unificação dos sindicatos, em resposta a movimentos críticos, como a famosa Revolta de Kronstadt, em 1921, ocasião em que um grupo de marinheiros da cidade de Kronstadt, no mar Báltico, desafiaram o PC proclamando, até mesmo, um Comitê Revolucionário Provisório. Esse momento de radicalização marca também a emergência de **Joseph Stalin**, que, em 1922, é nomeado secretário geral do partido. Também em 1922, tomou forma o que ficou conhecido como **União das Repúblicas Socialistas Soviéticas**.

Você deve se lembrar de que, desde 1905, os trabalhadores russos já vinham se organizando de modo horizontal em conselhos, os sovietes, que serviam para unificar as demandas da classe trabalhadora diante da situação de extrema pobreza em que viviam e na qual trabalhavam. Com a Revolução

de Outubro, os soviets voltaram a funcionar, mas dessa vez reuniam também políticos de formação e camponeses, tornando-se uma espécie de órgão colegiado desses três setores. Esse é um fator importante, pois, para além dos rearranjos políticos levados a cabo em grandes cidades como Moscou e São Petersburgo, toda a extensão da Rússia e, a partir de 1922, dos territórios sob sua influência tiveram sua estrutura produtiva bastante modificada. Vale lembrar que estamos falando de um amplo território que sempre havia sobrevivido de agricultura em pequena e média escala, e não de uma zona industrial como a Alemanha ou a Inglaterra. Esse envolvimento camponês no processo revolucionário – sob o lema Paz e Terra – era saudado por Lênin, o líder do setor mais radical da revolução.

Contudo, com a morte de Lênin, em 1924, teve início uma luta interna pelo comando do partido, polarizada entre Stalin e Trotsky, antigo comandante do exército vermelho. A vitória de Stalin marcou o início de um período dramático da Revolução. Stalin, ao contrário de Trotsky (fiel à vocação internacionalista da revolução), era contrário à tese da “revolução permanente” e defendia que, antes de expandir o comunismo pela Europa, ele deveria ser consolidado nacionalmente. A partir de 1929, começou o período do stalinismo, marcado por repressão, tortura e processos de perseguição política. Esses processos ficaram conhecidos como “depurações stalinistas”, com cerca de 500.000 opositores mortos.

A construção correta do período deveria afirmar que os processos de perseguição política realizados durante o stalinismo é que ficaram conhecidos como “depurações stalinistas”.

O “Estado soviético”, que inicialmente havia sido concebido como a negação dos Estados burgueses, tomou proporções titânicas no governo de Stalin (SUNY, 2008). O antigo anti-imperialismo do qual falava Lênin foi substituído, então, por uma ampla política de anexação de povos. Nesse sentido, a era stalinista pode ser entendida também com base na ideia de expansão imperialista: “a resposta de Stalin à ‘guerra civil internacional’ foi a construção da potência soviética” (PONS, 2008, p. 103). Tal situação se tornou paulatinamente dramática ao longo dos anos 1930 e culminou no famoso pacto de não agressão entre Stalin e Hitler, já nas antípodas da Segunda Guerra, o que contribuiu para que o legado de Stalin fosse compreendido, no fim da União Soviética, como uma subversão dos ideais da Revolução. Apesar de todas as tensões, a experiência soviética foi fundamental para a expansão do ideal comunista pelo mundo. Como disse John Reed (2010), referindo-se aos primeiros dias da Revolução de outubro de 1918, a história não foi mais a mesma depois dos *10 dias que abalaram o mundo*.

Muito se fala, hoje em dia, sobre o fim das nações e dos nacionalismos tal como os conhecemos ao longo do século XX. Supostamente, a era da globalização (e da transnacionalização) das culturas e do capital nos levariam a um afrouxamento das fronteiras nacionais e a uma relativização da ideia de “nação”. Todavia, quando observamos algumas persistências de conflitos migratórios, de guerras territoriais e a emergência de movimentos xenófobos como o PEGIDA – sigla para *Patriotische Europäer gegen die Islamisierung des Abendlandes* ou Europeus Patriotas contra a Islamização do Ocidente –, na Alemanha, podemos nos perguntar: será mesmo que o nacionalismo é uma ideia em extinção? Para pensar sobre a persistência dele, vamos partir da provocação de Benedict Anderson: “A realidade é muito simples: não se enxerga, nem remotamente, o ‘fim da era do nacionalismo’: que por tanto tempo foi profetizado. Na verdade, a condição nacional [*nation-ness*] é o valor de maior legitimidade universal na vida política dos nossos tempos” (2008, p. 28).

Para refletir sobre essa hipótese, podemos retomar alguns fatos ocorridos durante a Copa da Rússia 2018. Após a classificação para as semifinais do torneio, alguns jogadores da seleção da Croácia protagonizaram uma polêmica ao divulgarem, em suas redes sociais, frases como *Slava Ukrainia* (Salve a Ucrânia). Você poderia pensar: por que jogadores croatas estariam louvando outro país? E, ainda, não é perfeitamente normal que, em um torneio como a copa do mundo, no qual o patriotismo é sempre exaltado, os jogadores mencionem seus sentimentos nacionais? No entanto, os membros do time foram multados e, além disso, houve grande repercussão na imprensa internacional. Isso se deve ao fato de que a menção foi considerada, na ocasião, uma provocação à Rússia, que vive uma relação de tensão bélica com a Ucrânia desde 1914. Há, todavia, um outro elemento. Nas falas dos jogadores aparece também uma menção à Servia, aliada da Rússia e inimiga histórica da Ucrânia. As declarações serviram para reascender a memória de um conflito que, como vimos ao longo desta seção, remonta à questão dos Bálcãs, no início do século XX, e está diretamente ligada às dinâmicas que antecederam a Primeira Guerra Mundial.

Os conflitos étnicos dos Bálcãs, como vimos, relacionam-se com o expansionismo russo, que, nas preliminares da Guerra, estimularam a rivalidade entre os defensores do pangermanismo e do pan-eslavismo. O elemento étnico, importante para a construção simbólica da nacionalidade, foi mobilizado como **argumento** muitas vezes ao longo desse conflito para a criação de um “outro”, visto como inimigo e parasita. Sabemos que, em épocas como Copa do Mundo, o nacionalismo costuma ser destacado como uma característica positiva. Em eleições, igualmente, muitos discursos pretendem colocar a nação acima das tensões entre grupos sociais, entre gêneros, etc. Quais são os **efeitos desses discursos nos processos eleitorais**?

Se, por um lado, o discurso nacionalista contribui para uma identificação emocional (vimos que a nacionalidade conta sempre com esse elemento afetivo), por outro, pode levar a situações tensas, como o rechaço às imigrações advindas da Venezuela, no caso latino-americano, e do Oriente Médio, no caso europeu. Em tempos de instabilidade econômica e política, se observarmos a história do século XX, veremos que o recurso ao nacionalismo procurou criar “comunidades dentro da comunidade”, um laço de identidade entre as pessoas que, em tese, fomentado pela emoção, serviria como modo de ultrapassar os conflitos. Essa capacidade mobilizadora do discurso nacionalista, contudo, não é somente positiva. Vemos por exemplo que se, por um lado, o discurso nacionalista ajuda no engajamento político das pessoas – aspecto que substitui, muitas vezes, a própria política – por outro, não podemos nos esquecer de que o nacionalismo não é uma força neutra. Isso significa que ele pode ser utilizado a partir de distintas plataformas políticas e mobilizado para os mais diversos interesses.

Embora não possa, por isso, ser considerado bom ou ruim em si mesmo, é certamente um fator de complexidade ao qual devemos estar atentos. Quando levamos em conta esses aspectos, podemos compreender que tensões como essas observadas na Copa do Mundo de 2018, por exemplo, refletem dialeticamente o modo como os povos e os grupos sociais dentro deles respondem às tensões internacionais. Por esse motivo, a mobilização dos discursos nacionalistas em cenários eleitorais, embora muito eficiente em termos de comoção, precisa ser observada com um cuidadoso olhar histórico. Para isso, você, como futuro professor de História, tem muito a contribuir, desnaturalizando esses conceitos e procurando entender como os sujeitos se apropriam dessa narrativa.

Faça valer a pena

1. Observe a imagem a seguir:

Figura | Formação militar alemã na Bélgica



Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:New_Zealand_guns_in_Ploegsteert_Wood,_Belgium,_World_War_I_\(18150425679\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:New_Zealand_guns_in_Ploegsteert_Wood,_Belgium,_World_War_I_(18150425679).jpg). Acesso em: 25 set. 2018.

A imagem retrata uma formação militar alemã na Bélgica, durante a Primeira Guerra Mundial. É possível observar dois aspectos importantes da estratégia militar desse contexto, considerando o avanço técnico dos armamentos e também uma disposição tática que fez com que o conflito ficasse conhecido como “guerra de trincheiras”.

Pensando nisso, assinale a alternativa correta:

- a) A chamada “guerra de trincheiras” foi um recurso tático que permitiu que os soldados sobrevivessem em regiões muito belicosas, nas quais eram utilizadas novas tecnologias militares, como os aviões e as armas de longo alcance.
- b) A imagem retrata a precariedade militar da Primeira Guerra quando comparada aos conflitos anteriores. Isso pode ser explicado pelos acordos multilaterais anteriores ao conflito, que limitavam a produção de armamentos.
- c) O exército alemão não aderiu ao uso de trincheiras e tecnologias militares, fato que o levou a perder a Guerra em 1914 e, com isso, a ser forçado a abrir mão de toda a sua indústria bélica a partir da assinatura do Tratado de Versalhes.
- d) Os dois lados do conflito se beneficiaram de tecnologias militares. Apesar disso, como a imagem demonstra, os alemães restringiram-se ao esforço aéreo, enquanto as tropas inglesas, que não possuíam aviões nem navios, beneficiaram-se exclusivamente das trincheiras.
- e) A imagem retrata que o foco dos ataques militares, especialmente dos alemães, eram as cidades. Essa preferência ficou conhecida como “guerra de trincheiras”.

2. O excerto a seguir aciona um dos debates centrais da atualidade: a questão do nacionalismo, da xenofobia e da imigração.

“No dia 8 de novembro, aconteceu o que poucos esperavam: Donald Trump, do Partido Republicano, foi eleito presidente dos Estados Unidos da América. [...] Com base no discurso adotado por Donald Trump durante a campanha, é possível afirmar que essa eleição norte-americana trouxe grandes preocupações para o México. Propostas como a construção de um muro fronteiriço, que deveria, na opinião do candidato, ser pago pelo México, o discurso preconceituoso e intolerante com relação aos imigrantes e a proposta de renegociação do Nafta e dos mega-acordos regionais impactam diretamente a relação bilateral entre os países. (FRANZONI, 2016, p. 3)

Tendo em vista o caso americano descrito por Franzoni e as tensões envolvendo o Oriente Médio e a Venezuela, assinale a alternativa correta:

- a) O caso descrito por Franzoni não pode ser associado à política expansionista americana, já que esta se desenvolveu apenas no intervalo entre o fim da Primeira Guerra Mundial (1918) e o começo da Segunda Guerra (1939).

- b) O México é o único país da América Latina que sofre com as políticas anti-imigratórias do governo Trump. Isso ocorre porque se trata de uma sociedade que não amadureceu suficientemente seu discurso nacionalista.
- c) A crise dos Balcãs na Primeira Guerra Mundial, por exemplo, ajuda a perceber que os conflitos migratórios guardam estreita relação com as medidas imperialistas das potências centrais. Tal situação pode nos ajudar a entender, por analogia, o caso da tensão entre EUA e México.
- d) Não se pode fazer nenhuma comparação entre o contexto de emergência do nacionalismo, na virada do século XIX, e o atual, na medida em que, com a Segunda Guerra, os traumas do Holocausto criaram uma barreira para o surgimento de novos movimentos xenófobos.
- e) Conforme o trecho indica, todo nacionalismo é prejudicial em si mesmo. Por esse motivo, todos os símbolos nacionais devem ser destruídos, tal como, segundo Franzoni, desejam realizar os imigrantes mexicanos nos Estados Unidos.

3. Leia atentamente os textos a seguir:

“O imperialismo deve ser considerado o primeiro estágio do domínio político da burguesia e não o último estágio do capitalismo. Sabe-se muito bem do pouco interesse demonstrado em exercer o poder pelas classes proprietárias pré-burguesas, que se contentavam com qualquer tipo de Estado, desde que lhe pudessem confiar a proteção da sua propriedade. Na verdade, para elas o Estado havia sido sempre uma força policial bem organizada. Essa falsa modéstia, contudo, teve a curiosa consequência de manter toda a classe burguesa fora do corpo político; antes de serem súditos de uma monarquia ou cidadãos numa república, eram essencialmente pessoas privadas. Essa privatividade e a preocupação principal de ganhar dinheiro haviam gerado uma série de padrões de conduta que encontram expressão nos provérbios – ‘nada é tão bem sucedido como o sucesso’, ‘a força é o direito’, ‘o direito é a conveniência’, etc. – que são necessariamente frutos da experiência de uma sociedade competitiva. (ARENDT, 1989, p. 131)

[...] prova-se que a guerra de 1914-1918 foi, de ambos os lados, uma guerra imperialista (isto é, uma guerra de conquista, de pilhagens e de rapina), uma guerra pela partilha do mundo, pela divisão e redistribuição das colônias, das esferas de influência do capital financeiro etc. [...]. A guerra imperialista, aliás, é inevitável enquanto existir a propriedade privada. Pois “O

capitalismo transformou-se num sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países avançados”. (LÊNIN, 2010, p. 12)

Os excertos apresentados referem-se a duas análises distintas sobre o fenômeno do imperialismo. Tendo em mente essas distintas interpretações, assinale a alternativa correta:

- a) O conceito de imperialismo, do ponto de vista de Arendt, está mais ligado à conquista da burguesia industrial frente aos Estados Nacionais do que, propriamente, à ideia de expansão em si mesma. O de Lênin, por outro lado, assume que a dinâmica do capitalismo tem prioridade na explicação do fenômeno, em detrimento da política de Estado.
- b) Tanto Arendt quanto Lênin concordam com a ideia de que o imperialismo é a sucessão óbvia do crescimento do poder especulativo da classe média.
- c) Quando Arendt retoma as expressões clássicas da “sociedade competitiva” é para indicar que, tal como Lênin previra, todas as relações sociais que se desenvolvem no marco do capitalismo industrial estão automaticamente corrompidas pelo “espírito imperialista”.
- d) A primeira frase do fragmento de Arendt opõe-se frontalmente à tese de Lênin sobre o imperialismo. Tal oposição se deve ao fato de que Arendt, por ser alemã, considerava que a Revolução Russa e o imperialismo eram fenômenos sem importância para o entendimento do mundo ocidental.
- e) Para Arendt, as formações “pré-burguesas” lutavam por outro tipo de poder que não o econômico. Por esse motivo, como o fragmento sugere, ela não interpreta o fenômeno imperialista tal como Lênin, comunista, que via na economia o motor da luta de classes e, portanto, da História.

- ABREU, Z. Luta das mulheres pelo direito de voto: movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. **Arquipélago**, Açores, v. 6, 2ª série, p. 443-469, 2002.
- A HISTÓRIA por trás da foto do menino sírio que chocou o mundo. **BBC News**, Brasil, 3 set. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150903_aylan_historia_canada_fd. Acesso em: 11 abr. 2019.
- ALVES, J. A. L. Nacionalismo e etnias em conflito nos Balcãs. **Lua Nova - Revista de Cultura e Política**, n. 63, p. 5-29, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n63/a02n63.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2019.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago., 2004.
- ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BENJAMIN, W. **Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1985.
- BENJAMIN, W. Paris, capital do século XIX. In: BENJAMIN, W. (1935). **Passagens**. Belo Horizonte/São Paulo: Editora UFMG/Imesp, 2007.
- BESTER, M. G. A luta sufrágica feminina e a conquista do voto pelas mulheres brasileiras: aspectos históricos de uma caminhada. **Argumenta Journal Law**, Paraná, n. 25, jul./dez. 2016.
- BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm. Acesso em: 11 ABR. 2019.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- BRESCIANI, S. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 8-9, p. 35-68, set. 1984/abr. 1985.
- CAPELHUCHNIK, L. Os pôsteres que contam a história do movimento sufragista das inglesas. **Nexo**, São Paulo, 6 fev. 2018. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/02/06/Os-p%C3%B4steres-que-contam-a-hist%C3%B3ria-do-movimentosufragista-das-inglesas>. Acesso em: 11 abr. 2019.
- CHARTIER, R. **Os desafios da escrita**. Tradução Fulvia Moretto. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- CORIAT, B. **El Taller y el cronómetro: ensayo sobre el taylorismo, el fordismo y la producción en masa**. Madrid: Ed. Siglo XXI, 1997.
- DAEHNHARDT, P. As origens da Grande Guerra e o estatuto de Grande Potência: o caso da Alemanha. **Relações Internacionais**, n. 42, p. 79-93, jun. 2014. Disponível em: http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_r/pdf/ri42/n42a06.pdf. Acesso em: 11 abr. 2019.

DUBY, G.; PERROT, M. **História das mulheres no Ocidente**. v. 5. São Paulo; Porto: Editora Afrontamento, 1991.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_06.pdf. Acesso em: 11 abr. 2019.

ESTRADA, E. M. **La cabeza de Goliath**. Buenos Aires: Ed. Losada, 2001.

FORD, H. (1922). **My life and work**. Whitefish, MT: Kessinger Publishing, 2003.

FRANZONI, M. Vence Trump: repercussões no México. In: **Fórum do Jornal UNESP**, dez. 2016, p. 3. Disponível em: http://unesp.br/Modulos/Noticias/24728/forum---dezembro_web.pdf. Acesso em: 11 abr. 2019.

FREUD, S. (1921). **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Cia das Letras, 2010. (Obras Completas, v. 15).

FREUD, S. (1921). **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Cia das Letras. Obras Completas, v. 15, 2011.

FREUD, S. (1927). **O futuro de uma ilusão**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

FREUD, S. **O mal-estar da civilização, novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936)**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

GOLDSTEIN, G. Trabalho e dominação no capitalismo monopolista: um esboço de sistematização. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 5-17, out./dez. 1986. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901986000400001. Acesso em: 11 ABR. 2019.

HARVEY, D. **Paris: capital da modernidade**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2015.

HIGONNET, P. **Paris, capitale du monde: des lumières au surréalisme**. Paris: Tallandier, 2005.

HOBBSAWM, E. **Nações e nacionalismo desde 1870**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

HOBBSAWM, E. **A Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, E.; RENGGER, T. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

JUNGER, E. El libro del reloj de arena. In: INDIJ, G. (Ed.). **Sobre el tiempo**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: la marca editora, 2014.

KARAWCZYK, M. Urnas e saias: uma mistura possível. A participação feminina no pleito eleitoral de 1933, na ótica do jornal Correio do Povo. **Topoi**, v. 11, n. 21, p. 204-221, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v11n21/2237-101X-topoi-11-21-00204.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2019.

LÊNIN, W. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2010.

LEWSEY, F. **Our weapon is public opinion: posters of the women's suffrage movement at the University Library**. Cambridge, [s.d.]. Disponível em: <https://www.cam.ac.uk/suffrage>. Acesso em: 11 abr. 2019.

MARINI, R. M. Duas notas sobre o socialismo. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n. 5, p. 107-123, 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18898>. Acesso em: 11 abr. 2019.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2002.

MELO, D. Por que os jogadores da Croácia estão sendo acusados de apologia ao fascismo. **Huffpost**, Notícias, 12 jul. 2018. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2018/07/12/por-que-estao-dizendo-que-os-jogadores-da-croacia-fazem-apologia-ao-fascismo_a_23480965/. Acesso em: 11 abr. 2019.

NETO, B. R. M. Maquinaria, taylorismo e fordismo: a reinvenção da manufatura. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 31-34, dez. 1986. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901986000400003. Acesso em: 11 abr. 2019.

PACTO da sociedade das nações: 1919. [s.d.]. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/pacto-da-sociedade-das-nacoes-1919.html>. Acesso em: 11 abr. 2019.

PANKHURST, E. **My own history**. Project Gutenberg e-book, 2011. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/ebooks/34856>. Acesso em: 11 abr. 2019.

POMAR, W. **Socialismo**. São Paulo: Perseu Abramo, 2016. (Coleção O que Saber).

PONS, S. Império, Estado e ideologia na URSS Stalinista. **Lua Nova - Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 75, p. 99-113, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n75/06.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2019.

PROUDHON, P. J. **A propriedade é um roubo**. Porto Alegre: L&PM, 2014.

PROUDHON, P. J. *Idee generale de la Revolution*: 1951. In: PROUDHON, P., J. **A nova sociedade**. Lisboa: Editora Rés Ltda, [s.d].

RAGO, M. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 3, 2001.

REED, J. **Os dez dias que abalaram o mundo**. São Paulo: Penguin, 2010.

REIS, D. A. As revoluções russas e a emergência do socialismo autoritário. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 91, 2017.

RENAN, E. O que é uma nação? Conferência realizada na Sorbonne, em 11 de março de 1882. Tradução de Glaydson José da Silva. **Revista Aulas**, Dossiê Subjetividades, Campinas, v. 1, n. 2, p. 87-102, 2006. Disponível em: http://www.unicamp.br/~aulas/revista_aulas/subjetividades/subjetividade_arquivos/revista_aulas_subjetividades.pdf. Acesso em: 11 abr. 2019.

RIBEIRO, A. F. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 35, p. 65-79, jul./dez. 2015.

RODRIGUES, L. M. Lenin e o problema da burocracia na URSS. In: RODRIGUES, L. M. **Partidos e sindicatos**: escritos de sociologia política [on-line], Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 66-91.

ROMEIRO, A. Pasquins, libelos e panfletos. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 19, n. 35, p. 85-97, jul./dez. 2017.

SAID, E. W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANABRIA, D. El Feminismo sufragista: entre la persuasión y la disrupción. **Polis - Revista Latinoamericana**, v. 15, n. 43, p. 229-250, 2016.

SCHORSKE, C. **Fin de Siècle Vienna: Politics and Culture**. New York: Vintage Books, 1981.

SIMMEL, G. A ponte e a porta. **Revista Política e Trabalho**, v. 12, p. 10-15, 1996.

SUNY, R. G. Ascensão e queda da União Soviética: o império de nações. **Lua Nova** - Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 75, p. 77-98, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n75/05.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2019.

SWEEZY, P. **Teoria do desenvolvimento capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

TAYLOR, F. W. **The principles of scientific management**: 1910. [s.d.]. Disponível em: <http://nationalhumanitiescenter.org/pds/gilded/progress/text3/taylor.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2019.

TONNIES, F. (1887). **Comunidade e sociedade**. São Paulo: EDUSP, 1995.

VAN DEURSEN, F. A Croácia é fascista? Entenda essa e outras polêmicas da copa. **Superinteressante**, Blog Conta Outra, 15 jul. 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/blog/contaoutra/croacia-russia-imigracao-entenda-as-principais-tretas-politicas-da-copa/>. Acesso em: 11 abr. 2019.

VICENTINI, Y. Teorias da cidade e as reformas urbanas contemporâneas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora da UFPR, n. 3, p. 9-31, jan./jun. 2001.

VILLEGAS, G. **Los Profetas y el Mesias**: Lukács y Ortega como precursores de Heidegger em el Zeitgeist de la Modernidad (1900-1929). Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1998.

VINCENT, D. Alfabetização e desenvolvimento. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 58, jul./set. 2014.

WEBER, E. **França fin-de-siècle**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WEBER, M. (1919). **Ciência como vocação em metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Unesp, 2017.

WOODCOCK, G. **Os grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 1981.

Unidade 2

A era da catástrofe

Convite ao estudo

Caro aluno, seja bem-vindo! Para que possamos começar a entender os dilemas e contrastes do período que Eric Hobsbawm chamou de “era da catástrofe” (1995) – e que compreende o período entre o fim da Primeira Guerra Mundial e o Holocausto – vamos partir de uma polêmica reflexão do filósofo alemão Theodore Adorno (1903-1969). Em uma palestra intitulada “Educação após Auschwitz”, em 1967, (publicada em português no livro *Educação e emancipação*) ele se perguntava como reconstruir a experiência das sociedades ocidentais após o horror dos campos de concentração. Para ele, os episódios traumáticos que marcaram a Segunda Guerra Mundial e o extermínio dos judeus levavam a uma situação totalmente nova, na qual não funcionavam mais os códigos, a filosofia ou a experiência das gerações anteriores.

A relação entre a queda de governos autoritários e o processo de repensar os princípios políticos mais elementares da sociedade e sua história não é, contudo, exclusiva da Europa do pós-guerra. Muitos países, incluindo o Brasil, viveram, nas últimas décadas do século XX, um processo de revisão de sua história recente. Nesse processo, os regimes autoritários que ocorreram em vários lugares do globo ficaram no centro de um trabalho de recuperação da memória das décadas anteriores. Como exemplo, podemos pensar no caso das Mães de Maio, na Argentina. O Brasil também passou por esse processo a partir da criação da Comissão da Verdade.

Esses movimentos em prol da memória dos mortos e desaparecidos nos regimes autoritários do século XX são uma parte muito importante do trabalho do historiador e também do professor de História, na medida em que suscitam algumas questões fundamentais de nosso ofício, tais como: há como esquecer o passado ou, em outras palavras, fazer o passado passar? Esse é um contexto no qual você, como professor de História, pode se ver defrontado com perguntas acerca da utilidade da história a fim de prevenir que novas catástrofes, como os regimes totalitários, voltem a ocorrer. Considere que você está desenvolvendo um projeto interdisciplinar com os alunos, envolvendo Artes, Filosofia e Língua Portuguesa, e que o resultado desse projeto será uma exposição, organizada pelos alunos, que vise conscientizar a comunidade escolar sobre a importância de pensar a História em conjunto

com os direitos humanos. Para ajudá-lo nesse desafio, você pode consultar algumas informações que ajudam a pensar como a História e os Direitos Humanos podem trabalhar juntos no seguinte site: <http://memoriasdaditadura.org.br/justica-de-transicao/index.html>. E é tendo em vista as possibilidades de diálogo interdisciplinar que esta unidade pretende destacar o contato entre esses pontos de vista para explicar fenômenos tão dramáticos como o Holocausto e a memória dos regimes autoritários.

Inicialmente, na Seção 1, a partir do debate sobre as vanguardas artísticas, nós nos concentraremos em refletir sobre como a história e a arte estão conectadas; não enquanto reflexo uma da outra, mas como dois focos de luz que se iluminam reciprocamente.

Muito divulgada no século XIX, a “arte pela arte”, ou seja, descompromissada em relação ao mundo que é gestada, foi um paradigma bastante criticado no começo do século XX. As vanguardas como o surrealismo, o futurismo e o dadaísmo são observatórios interessantes para pensarmos sobre essa tensão. Nós veremos como, após o drama da Primeira Guerra Mundial, a subjetividade encarnada nas ideologias de vanguarda pode ser entendida como um aspecto do pessimismo e do “mal-estar na civilização”. Veremos também de que modo a experiência das vanguardas esteve associada ao surgimento do fascismo, ao menos no campo do compartilhamento de expectativas sobre um mundo novo que surgiria das ruínas do projeto da modernidade.

Na Seção 2, nós vamos conhecer com mais detalhes o processo que ficou conhecido como “crise de 1929”. Não apenas em âmbito econômico, mas também em termos políticos e culturais, a “sensação de crise” se generalizou pela Europa e, com ela, fomentou a adesão, na Alemanha em particular, às saídas autoritárias que culminariam no Nazismo e na Segunda Guerra Mundial – tema da seção 3. A pergunta que conecta essas reflexões poderia ser: afinal, o que levou tantas pessoas a apoiarem o surgimento de regimes autoritários? Será que a história pode contribuir para prevenir esse tipo de alternativa?

Os anos 1920: das vanguardas ao fascismo

Diálogo aberto

Os movimentos em prol da memória dos mortos e desaparecidos nos regimes autoritários do século XX trazem, como você pode imaginar, temas muito sensíveis para nós, historiadores e professores de história. Ao mesmo tempo em que a necessidade afetiva e o direito político das famílias dos mortos e desaparecidos são imperativos democráticos, esse debate traz questões que se referem à própria natureza de nosso ofício: afinal, há como esquecer o passado ou, em outras palavras, fazer o passado passar? Será que podemos afirmar que, se conseguirmos esquecer o passado, ele desaparecerá? Como o professor de história pode ajudar a sociedade em que vive a pensar essas questões?

O que conectará essas reflexões aos temas e às narrativas que estudaremos nesta seção é a questão da responsabilidade, não apenas dos políticos ou grupos sociais envolvidos diretamente nos debates públicos, mas, também, a responsabilidade de setores como os intelectuais e dos artistas. Nós veremos que diversos movimentos artísticos de vanguarda refletiram sobre o papel do artista na sociedade. Marcados pelo fim da Primeira Guerra e pelo trauma que ela causou nas sociedades europeias, esses movimentos expressaram uma realidade permeada pelo medo do futuro e, ao mesmo tempo, pela busca de novos projetos e de novas utopias. Se, por um lado, vanguardas como o futurismo defendiam que o artista e o intelectual deveriam sair de sua “torre de marfim”, responsabilizando-se por transformar a sociedade em que vivia, por outro lado, movimentos como o dadaísmo apostavam na ideia de subjetividade radical.

Apesar das diferentes propostas formais, todos esses movimentos possuem em comum a característica de manifestarem o espanto do homem moderno em relação às mudanças que ocorriam na política e na cultura de seu tempo. A relação entre arte e política, contudo, não é uma via de mão única. Se, por um lado, vanguardas como o futurismo contribuíram para o imaginário do regime fascista italiano, por exemplo, em outros contextos a arte assumiu uma função provocadora, entrando em choque com regimes políticos das mais variadas tendências. Em 1933, poucos meses após a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, a propaganda do regime empenhou-se em operar uma triagem entre a arte “boa”, que seria aceita pelo governo e que deveria ser alçada à categoria de “arte alemã”, e “arte degenerada”, que compreendia aquelas obras cujo conteúdo destoava das linhas gerais do regime.

Nesse mesmo momento, inclusive, ocorreu a famosa queima de livros em praça pública em Berlim, em que obras de autores judeus, como Freud, e comunistas, como Bertolt Brecht, foram simbolicamente renegadas pelas autoridades nazistas. Embora não tenha chegado a extremos como esse, a URSS também tinha uma política de “arte oficial”. Entre 1930 e 1960, o chamado “realismo soviético” dominou manifestações arquitetônicas, literárias e pictóricas.

Recentemente, em 2017, uma exposição intitulada “Queermuseu – cartografias da diferença na arte brasileira”, com curadoria de Gaudêncio Fidelis, foi encerrada um mês antes do previsto, em Porto Alegre, por conta de protestos de grupos políticos e religiosos. O motivo dos protestos era o mote da exposição: a questão da diversidade e dos grupos LGBT. Apesar de a exposição contar com artistas de renome, como Alfredo Volpi e Cândido Portinari, os críticos da exposição alegavam que se tratava de “arte degenerada”, mesma expressão difundida na Alemanha, que servia para qualificar as obras que discordavam, em qualquer medida, do regime nazista.

Retomando, então, o contexto de aprendizagem desta unidade, no qual os alunos, por meio de um projeto interdisciplinar, irão construir uma exposição, você, como professor de história, propõe inicialmente uma reflexão e um debate sobre as seguintes questões: como se dá a relação entre arte e política? Afinal, quem delibera sobre o que é arte: o governo, os grupos políticos, a comunidade artística ou o próprio autor? E a arte “boa”, no que difere da arte “má”?

Não pode faltar

Caro aluno, você deve se recordar que, após a Primeira Guerra Mundial, a Europa se viu em uma situação de mudança radical de suas configurações geopolíticas. Além de tratados como o de Versalhes – que repartiu o espólio territorial alemão –, outros aspectos importantes também precisam ser levados em consideração; dois deles, em específico, diretamente ligados aos rearranjos econômicos e políticos dos anos 1920: a consolidação da Revolução Russa e a formação da URSS (1922) por um lado, e, por outro, a emergência dos Estados Unidos como grande potência mundial.

A ascensão dos EUA, tanto econômica quanto politicamente, guarda estreita relação com a dificuldade que os países europeus encontraram para rearticular sua economia industrial. Conforme salienta Rogério Arthmar (2002), assim que se encerrou o conflito armado – que exigia que a produção estivesse toda voltada para a indústria bélica –, os Estados Unidos deram início ao processo de desarticulação do esforço de guerra, tentando reestabelecer o

laissez faire, ou seja, o regime de livre mercado, dos anos anteriores. Nesse sentido, várias agendas de regulação governamental foram desativadas e, ainda que alguns setores demorassem mais que outros para se reorganizarem – como o da indústria naval, por exemplo –, Arthmar destaca que “a impressão geral era que nada conseguiria deter a onda de progresso que embalava o país, confirmando o acerto de todos os prognósticos otimistas sobre o novo período de paz” (2002, p. 100).

Dois fatores, em especial, contribuíam para corroborar essa sensação de otimismo. Por um lado, o crescimento da renda agrícola, já que os EUA se beneficiavam do estado de destruição dos territórios europeus, e, por outro, o fato de que o país se tornou um grande exportador de capitais para a reconstrução do velho continente. Como investir em países como a Inglaterra e a Alemanha era, naquele contexto, arriscado, essa relação de exportação beneficiou o crescimento do setor especulativo americano.

A proeminência dos EUA, contudo, não se restringiu à economia. Uma nova cultura florescia em paralelo ao apogeu financeiro: o jazz, as diversões metropolitanas e o aumento da circulação de literatura especificamente americana. O Grande *Gatsby*, publicado por Scott Fitzgerald em 1925, e *Babbitt*, publicado por Sinclair Lewis em 1922, são exemplares de uma florescente literatura de costumes que, de modo eventualmente irônico, procurava retratar esse novo “homem americano”. Tudo se passava como se, diante da decadência da Europa, como exemplo de modernidade, os Estados Unidos agora fornecessem ao mundo um novo modelo de “homem moderno”, cosmopolita e liberal (VISCARDI, 2013).



Exemplificando

Uma das grandes expressões da confiança na cultura americana que ilustra seu novo estatuto de potência econômica e cultural foi o surgimento do movimento cultural em torno do Jazz. O estilo musical, antes praticado por descendentes de escravos, começa a se popularizar e ganhar destaque na imprensa como manifestação genuinamente americana, que expressava o otimismo quanto ao futuro e funcionava como discurso legitimador de que os EUA eram o portador dos novos códigos da modernidade, como a vida urbana. Alguns exemplos dos grandes nomes do jazz são: Louis Armstrong, Duke Ellington e Jelly Row Morton.

Você pode conhecer mais sobre a história do Jazz em:

HOBBSAWM, E. **História Social do Jazz**, publicado em 1959 e cuja resenha você encontra aqui:

Em contraste com a situação americana, os países da Europa, tanto perdedores quanto vencedores, não tiveram o mesmo sucesso em reestabelecer a confiança e o otimismo. O famoso conceito de Freud de “mal-estar na civilização” parecia se aplicar perfeitamente a sociedades que, além de se verem diante do desafio de se reconstruírem economicamente, precisavam lidar com o trauma de uma guerra que havia deixado mais de 10 milhões de mortos. Enquanto a França havia perdido uma geração de jovens (HOBBSAWM, 1995), a Alemanha de Weimar (GAY, 1978), por outro lado, endividava-se progressivamente para quitar as dívidas de guerra, tentando evitar que o aumento de impostos incidisse de modo brutal em sua população.

Muitos movimentos expressaram essa tensão no campo cultural, e vamos agora nos debruçar sobre alguns deles, especialmente no campo da arte. Mais do que sofrerem pacificamente os efeitos da perda de confiança no futuro, as vanguardas artísticas elaboraram versões da modernidade que impactaram decisivamente a autoimagem dos europeus daquele contexto.



Assimile

Segundo Roberta Calixto (2012), o termo *vanguarda* tem origem militar e designa “os que vão na frente”; começou a ser usado no campo da arte na França, em 1860, a partir da negativa dos grandes salões de arte em acomodarem as obras de pintores menos ortodoxos. No contexto do pós-Guerra, o termo serviu para designar um conjunto de movimentos artísticos que, diante da catástrofe, sugeriam, sobretudo um movimento de introspecção, de subjetividade, no qual o artista não sustenta mais nenhum compromisso com o real externo, mas apenas com a verdade de sua própria expressão. Apesar de os primeiros anos do século XX terem sido efetivamente um momento de efervescência dos movimentos de vanguarda, a ideia de que a arte poderia proporcionar um espaço de internalização e recolhimento em épocas de crise continuou operativa ao longo das décadas seguintes e, ainda hoje, chega a inspirar movimentos artísticos, publicitários e arquitetônicos.

Esses movimentos ficaram conhecidos por formularem uma representação do mal-estar da civilização: “um dos temas principais das vanguardas pode ser formulado a partir da percepção de uma crise da civilização, da qual sairão tencionadas as noções de primitivismo e barbárie, o primeiro percebido como ímpeto de renovação da cultura ocidental, o segundo como seu produto

imediatos” (LIMA, 2016, p. 303). Vamos conhecer alguns desses movimentos com mais detalhes, mas para que eles sejam analisados em interação, é importante considerarmos o que há em comum entre eles, a saber, a negação do passado em nome do radicalmente novo.

Na França, um dos países mais dramaticamente afetados pela guerra, desenvolveu-se um dos mais famosos movimentos de vanguarda do período, o surrealismo. Capitaneado por André Breton (1896-1966), o movimento contava com nomes como Antonin Artaud (1896-1948) no teatro; Luis Buñuel (1900-1983) no cinema; Max Ernst (1891-1976), René Magritte (1898-1967) e Salvador Dalí (1904-1989) nas artes plásticas, além do próprio Breton.

A trajetória de Breton é emblemática do percurso do movimento. Após participar da Primeira Guerra Mundial, quando lê toda a obra de Freud e se aproxima da análise dos mecanismos do inconsciente, Breton passa a se corresponder com Tristan Tzara (1896-1963) – o famoso dadaísta, autor do manifesto de 1918. Nos anos seguintes, tornou-se um dos responsáveis por organizar uma vigorosa imprensa de divulgação do movimento surrealista em Paris, inicialmente a partir da revista *Littérature*, em parceria com Aragon, e, a partir de 1924, na revista *La Révolution Surrealiste*.

Em linhas gerais, o movimento surrealista propunha acessar a essência última da realidade, adentrando-se nas profundezas de cada subjetividade individual. Para ele, o apego à racionalidade era responsável por ter deixado a Europa naquela situação de catástrofe e de guerra e, por isso, fazia-se necessário recuperar os elementos mais autênticos da experiência humana, que haviam se perdido no drama da guerra. Os surrealistas rechaçavam, ainda, a visão descritiva da realidade em nome do mitológico e do maravilhoso. Assim, a reabilitação do sonho, do onírico e daquilo que não havia sido contaminado pela “velha Europa” era a proposta que norteava o esforço dessa vanguarda nos termos de José Sebreli, “a arte moderna contra a modernidade” (2002).

Um dos procedimentos típicos do surrealismo era a chamada escrita automática, que vem do contato com as teses psicanalíticas de Freud. Originalmente encampada pelo movimento dadaísta (ver box a seguir), a chamada “escrita automática” ou “escrita surrealista” era um procedimento que pretendia capturar a subjetividade do artista a partir do fluxo de pensamentos livres, acessando o inconsciente e emancipando-se, assim, do que eles consideravam os “entraves da razão”. Você consegue imaginar uma experiência como essa? Trata-se de deixar que as ideias ocorram de modo aleatório e que, a partir delas, o mundo possa ser expressado tal como ele verdadeiramente é, no interior de cada um de nós. Além disso, uma ideia importante permeava a aposta dos surrealistas: a responsabilidade de construir um “homem novo”, livre e emancipado, capaz

de indicar caminhos para a reconstrução da sociedade europeia. Nesse ponto, muitos surrealistas se aproximavam do marxismo e das ideias irradiadas a partir da URSS, como é o caso de Breton, muito próximo de Leon Trotsky, que chegou a escrever com ele o *Manifesto por uma arte revolucionária independente*, em 1938. Vale a pena lembrar que, nesse contexto, a Revolução Russa inspirava a criação de Partidos Comunistas por todo o mundo, e que uma das principais bandeiras dessas novas organizações era, precisamente, a criação de um “homem novo”, emancipado dos vínculos capitalistas que o constrangiam. Essa poderosa simbologia foi fundamental na aproximação das discussões políticas dos grupos de esquerda e os debates artísticos das vanguardas.

Essa busca pelo “novo homem” foi também o tema de outros movimentos importantes, além dos já mencionados: surrealismo e dadaísmo. Podemos pensar, por exemplo, na própria elaboração do modernismo brasileiro projetado por nomes como Oswald de Andrade (1890-1954), em que também aparece, segundo Lima (2016), o tema do homem novo e do primitivismo, o que aproxima o movimento brasileiro de nomes como Igor Stravinsky, com sua *Sagração da Primavera*, de 1913, e André Breton, autor do *Manifesto Surrealista*, de 1920. “Utilizado para marcar distância em relação a convenções do passado na Europa, o primitivismo consistiu numa busca de elementos originários da arte, naquilo que muitas vezes seria da ordem do inconsciente: nos sentimentos e na descarga de emoções ‘brutas’, na simplicidade formal” (LIMA, 2016, p. 299). O recurso ao primitivismo também pode nos ajudar a entender um outro movimento importante das vanguardas, o futurismo.

Na verdade, o futurismo pode ser considerado um dos primeiros movimentos de vanguarda, anterior mesmo ao surrealismo. Conforme Jiménez (2015), a história do movimento se inaugura em 1909, com a publicação, no periódico parisiense *Le Figaro*, do manifesto fundacional do movimento, escrito por Filippo Marinetti (1876-1944). Assim como o surrealismo, o futurismo também surgia com uma “aspiração de modernidade”, defendendo a ideia de que a vanguarda não produz apenas obras, mas também visões de mundo. No entanto, diferentemente do surrealismo, o futurismo, como movimento, toma forma no contexto da emergência do nacionalismo italiano. Isso é o que abordaremos, agora, na intenção de entender a relação entre o surgimento das vanguardas e a emergência dos movimentos autoritários que fissurariam a Europa nas décadas seguintes.

O futurismo, gestado antes da guerra, retrata o apego à simbologia da modernidade e da técnica. Em linhas gerais, propunha-se louvar a energia e a coragem, contribuindo para consolidar o apego à velocidade, ao mundo

do automóvel e do maquinismo. Além disso, havia um forte componente bélico na narrativa futurista que incentivava o nacionalismo e o militarismo. Colocavam-se em oposição ao culto do passado e das velhas formas da Europa e desprezavam igualmente a tradição meditativa e introspectiva de intérpretes da modernidade, como Baudelaire e Mallarmé. Aldana Perazzo (2018) nota que, já no manifesto publicado no *Le Figaro*, esses componentes militaristas podem ser encontrados. Observe, por exemplo, este trecho do manifesto de 1919:

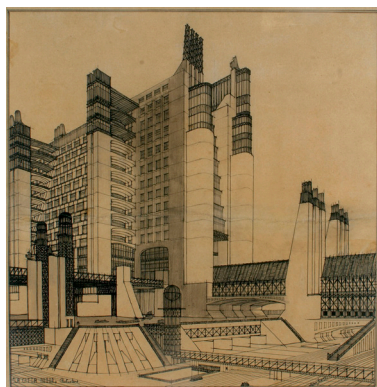
“Nós afirmamos que a magnificência do mundo foi enriquecida por uma nova beleza: a beleza da velocidade. Um carro de corrida cuja capota é adornada com grandes canos, como serpentes de respirações explosivas de um carro bravejante que parece correr na metralha é mais bonito do que a Vitória da Samotrácia. Nós queremos cantar hinos ao homem e à roda, que arremessa a lança de seu espírito sobre a Terra, ao longo de sua órbita 6. O poeta deve esgotar a si mesmo com ardor, esplendor, e generosidade, para expandir o fervor entusiástico dos elementos primordiais. Exceto na luta, não há beleza. Nenhum trabalho sem um caráter agressivo pode ser uma obra de arte. Poesia deve ser concebida como um ataque violento em forças desconhecidas, para reduzir e serem prostradas perante o homem. (MARINETTI, 1919, [s.p.])



Refleta

A imagem abaixo pode nos ajudar a refletir sobre um aspecto importante das vanguardas: elas não se restringiam apenas à pintura ou à literatura, mas informavam visões sobre o mundo e sobre a sociedade. Trata-se de uma proposta de arquitetura futurista, que projetava a cidade a partir dos ideais da técnica, da velocidade e da força. Você consegue reconhecer as afinidades entre o manifesto futurista e essa representação arquitetônica?

Figura 2.1 | *Utopie metropolitane* de Antonio Sant'Elia



Fonte: <https://bit.ly/2PrPtId>. Acesso em: 11 out. 2018.

Na Itália, onde o movimento se desenvolveu com mais vigor, ele foi beneficiado pelo crescimento de movimentos nacionalistas que pregavam a “grande Itália”. É importante ter em vista que no fim da Primeira Guerra, embora o país estivesse ao lado dos vencedores e tivesse ganhado vários territórios com a repartição do mapa europeu em 1919, não se pode afirmar que tenha emergido como força política decisiva no cenário do continente, como esperavam os líderes do movimento nacionalista e muitos adeptos do futurismo. Além disso, o crescimento industrial da guerra não se sustentou nos anos posteriores, especialmente diante das políticas protecionistas americanas. Essa situação tornou-se complexa ainda mais durante os chamados “anos vermelhos” (1920-1922), momento em que a permeação de ideais socialistas e anarquistas no operariado italiano fez emergir uma série de movimentos de descontentamento que culminaram em greves e conflitos armados (MANDEL, 1987).

Frente a essa tensão, nacionalistas como Gabrielle D’Annunzio (1863-1938) contribuíam para gerar um clima de insatisfação que encontra sua culminação na emergência do fascismo italiano, sob liderança de Benito Mussolini (1883-1945). Embora a palavra “fascismo” tenha sido empregada para designar um tipo de movimento autoritário da primeira metade do século XX, ela tem sua origem na ideia de “aliança”. O movimento fascista surgiu no ano de 1919 por meio da criação do movimento nominado Fascio di Combattimento, por Benito Mussolini, representado por um grupo nacionalista que defendia o ataque à burguesia, o republicanismo, o anticlericalismo e o fim do Estado Liberal. A biografia de Mussolini o retrata como um homem “novo”, apto a fazer pela Itália o que as antigas elites, congregadas em torno da monarquia, não haviam feito. Mas você pode se perguntar: por que as elites apoiariam um projeto que as criticava e, no limite, pretendia substituí-las por um governo militar? Para entender a postura desse grupo, é preciso considerar que se a elite liberal tinha medo do fascismo, tinha mais medo ainda da possibilidade de que a URSS influenciasse os trabalhadores italianos e que o país se tornasse comunista. Por isso, mesmo com um discurso violento, Mussolini ascendeu ao poder em 1922, no episódio que ficou conhecido como *La Marcia su Roma* (a marcha sobre Roma), amparado por grupo miliciano nacionalista, os Camisas Negras (MANDEL, 1987).

Agora, você pode se perguntar: é possível estabelecer uma relação entre as propostas do futurismo como vanguarda artística e o ideal fascista? Certamente não podemos pensar em uma relação de causalidade. Todavia, há um elemento importante que conecta os dois fatores: a recusa da “velha Europa” e o apego ao “novo” como valor positivo em si mesmo. Nesse sentido, conforme Rollemberg (2017), embora os discursos autoritários do tipo fascista de fato questionassem o capitalismo, o clericalismo e as antigas

relações monárquicas, a preocupação desses movimentos era, uma vez no poder, confrontar os elementos democráticos, e não o capitalismo em si. Em todo caso, o discurso da “grande ruptura” era muito poderoso e conseguia adquirir bastante apoio dos mais diversos estratos sociais.

Essa ampla base de aceitação contribuiu para que, cinco anos após a ascensão de Mussolini, a Itália se tornasse uma ditadura fascista. Contudo, diferentemente de outros regimes ditatoriais que conhecemos, é importante levar em conta uma característica do “fascismo”, a saber, a ideia de que a dominação deve ser “total”. Isso significou, na Itália, a fragilização dos partidos, a perseguição incansável a opositores – especialmente de esquerda, como é o caso do filósofo Antônio Gramsci (1891-1937) – e a um recrudescimento do nacionalismo. Tais fatores se alinhavam, além disso, com uma ampla circulação dessas ideias a nível continental. Na Espanha, por exemplo, a partir de 1923, Primo de Rivera (1870-1930) também tentava implantar o autoritarismo. Por outro lado, e não menos importante, há o caso da Alemanha. Conforme Mandel, o Pós-Guerra alemão ficou marcado por uma relação de tensão entre o crescimento de um poderoso movimento operário, influenciado pelo Partido Comunista e, por outro lado, pelos acordos econômicos que o então governo alemão, intitulado República de Weimar, foi obrigado a assinar, como resultado da derrota na Guerra, e que geraram um amplo processo inflacionário. Essa situação de crise seria responsável, nos anos seguintes, por estimular a adesão à saída totalitária do nazifascismo.

Assim, apesar de ser um regime que pregava a adesão total aos símbolos e temas da nacionalidade, o **fascismo** tomou distintas formas em cada uma das sociedades em que se desenvolveu. Para William Reich, contemporâneo desses fenômenos e analista de suas consequências, o fascismo era a expressão de uma estrutura irracional:

“fascismo” não é mais do que a expressão politicamente organizada da estrutura do caráter do homem médio, uma estrutura que não é o apanágio de determinadas raças ou nações, ou de determinados partidos, mas que é geral e internacional. Neste sentido caracterial, o “fascismo” é a atitude emocional básica do homem oprimido da civilização autoritária da máquina, com sua maneira mística e mecanicista de encarar a vida. (1988 p. 11)

Outros analistas, como Hannah Arendt, Erich Fromm e toda a tradição da chamada Escola de Frankfurt, dedicaram-se a pensar esse fenômeno da adesão total a regimes como o fascismo. Cada um a seu modo, eles elaboraram a pergunta sobre como se explica que tantas pessoas aceitem, tão

resignadamente, sua opressão? Arendt, como veremos na próxima seção, tratando especificamente do caso alemão, responde afirmando que a banalidade do mal não é privilégio de seres maus por natureza ou de líderes carismáticos, como Mussolini, mas, ao contrário, que se encontra precisamente no homem normal, nosso vizinho, que comete ou avaliza as maiores atrocidades acreditando que está agindo de acordo com preceitos morais. Fromm (1974), por outro lado, responde afirmando que as pessoas aderem a regimes que atentam contra sua própria liberdade porque a sociedade tem um caráter, em seus termos, sadomasoquista – ou seja, baseado na necessidade de sofrer e fazer sofrer.

Todas essas interpretações e esses questionamentos nos fazem notar que a ideia de “crise” – econômica, política, moral – foi um dos pontos de ligação entre a decadência do Pós-Guerra, as vanguardas do mal-estar da civilização e o movimento inicial dos fascismos. Num contexto em que a Europa perdia sua hegemonia econômica, política e cultural para os Estados Unidos, a resposta a essa conjuntura tomou a forma de um discurso pessimista na maior parte das vanguardas. Em algumas delas, como no futurismo, essa sensação de perda das referências da experiência contribuiu para a gestação de um discurso radical, que acabou por se coadunar com o crescimento de ideias autoritários. O próprio Marinetti, autor do manifesto futurista, foi, durante muito tempo, um entusiasmado apoiador de Mussolini.

Sem medo de errar

Caro aluno, após esse percurso, vamos retomar a reflexão inicial desta seção, a saber, a complexa e nem sempre tranquila relação entre arte e política para que possa compreender como você, enquanto professor de história, poderia discutir, com seus alunos, essa relação e as questões que ela coloca, antes de eles darem início à organização da exposição.

As vanguardas artísticas do começo do século estiveram conectadas com os debates políticos da Europa do pós-Primeira Guerra Mundial. Cada uma, a seu modo, propunha que a sociedade encontrasse um novo sentido para as expectativas de modernidade. Nesse sentido, muito embora os surrealistas e os dadaístas, por exemplo, propusessem que o indivíduo e o artista, em especial, devessem voltar para dentro de si mesmos, dando vazão a seu inconsciente, e o oposto ocorresse com o futurismo – que propunha a exaltação à força, à velocidade e aos símbolos da sociedade industrial – podemos perceber que ambas as atitudes são modos distintos de responder ao mesmo diagnóstico: ao “mal-estar da civilização”, que se espalhava pela Europa após o trauma do conflito armado.

Os movimentos de vanguarda foram responsáveis por trazer à tona a discussão sobre o próprio artista e sua função na sociedade, extrapolando a mera leitura interna das obras. A própria imagem do “artista” como alguém engajado politicamente em sua sociedade é uma contribuição desses movimentos, como vimos no caso do surrealismo.

Todavia, a relação entre arte e política não é estanque. Os regimes autoritários, como o fascismo italiano e, posteriormente, o nazismo alemão, nutriam uma relação de tensão para com as manifestações artísticas e intelectuais de forma geral. Sintomaticamente, os movimentos de vanguardas que nós estudamos nesta seção foram considerados, na Alemanha nazista, “arte degenerada”, na medida em que não eram compatíveis com o ideal romântico de arte que o regime queria fazer vigorar. Assim, as mais distintas concepções vanguardistas, como a Bauhaus, o cubismo, o surrealismo, o fauvismo e o expressionismo, foram classificadas, naquela ocasião, como “arte degenerada”. Essa foi a mesma expressão utilizada por alguns grupos sociais em 2017, em Porto Alegre, para criticar a exposição do Queermuseu. Mas afinal, qual é a similaridade entre a obra das vanguardas e a exposição sobre a diversidade e o universo LGBT? De que modo o uso do mesmo termo pode nos ajudar a entender a permanência dessa tensão entre arte e política?

No caso alemão, a ideia de “degeneração” era utilizada para definir um mundo que era percebido como crise. Segundo o discurso romântico que inspirava o movimento nazista, a “grande Alemanha” deveria ser recuperada. Para isso, era preciso recorrer à história e às tradições nacionais, combatendo a modernidade anglo-francesa que, representada pelas vanguardas, era associada à decadência moral e à vida mundana. Agora, será que a reação à exposição de Porto Alegre pode ser compreendida a partir desse mesmo raciocínio? Vamos levar em conta que, tal como na crítica às vanguardas, os grupos que protestavam não se colocavam na posição de julgar apenas a qualidade das obras, mas, também, o que essas obras simbolizam em termos de mudança nos valores e nos comportamentos. Quando observamos por esse ponto de vista, percebemos que a história pode nos ajudar a entender que a arte e a política, embora imbricadas em uma complexa relação de reciprocidade, também podem ser compreendidas a partir da cultura e dos costumes de cada época. Por isso, embora os critérios sobre a definição do que é arte ou, mais ainda, do que é “boa arte” ou “arte ruim” passem pelas próprias disputas do campo artístico, não podemos nos esquecer que os valores estéticos não estão desconectados das relações sociais de maneira geral.

Retomando nosso Contexto de Aprendizagem, de que modo essa discussão poderia ser levada para a comunidade escolar? Baseando-nos na discussão sobre direitos humanos e sobre a resistência a regimes autoritários,

esse debate poderia ser transformado em uma exposição na qual, a partir da eleição de alguns regimes autoritários como casos exemplares – o caso alemão pode ser um deles, mas também o argentino, o chileno ou mesmo o brasileiro – os alunos localizassem movimentos artísticos que procuraram se contrapor à ameaça aos direitos humanos fundamentais. Desse modo, associando a reflexão sobre a arte a um debate mais amplo sobre a necessidade de preservar os direitos humanos e as garantias democráticas, a comunidade escolar pode ser apresentada a novas formas de perceber e avaliar a relação entre o mundo da “autonomia criadora” e a responsabilidade que os movimentos artísticos e intelectuais possuem em relação ao contexto em que vivem.

Faça valer a pena

1. Uma das principais alterações no cenário geopolítico do período imediatamente posterior ao fim da Primeira Guerra Mundial foi a emergência dos Estados Unidos como principal articulador econômico e político do Ocidente.

Tendo em mente a hegemonia americana ao longo dos anos 1920, julgue as afirmativas a seguir:

- I. A hegemonia dos Estados Unidos a partir dos anos 1920 tem relação com o crescimento dos mercados europeus no período imediatamente posterior à guerra, bem como à rápida recuperação da economia alemã.
- II. Os EUA se tornaram grandes exportadores de capital para os países europeus, o que favoreceu seu crescimento econômico.
- III. As dificuldades que os países europeus encontraram para se reestruturar após a guerra são um fator decisivo para dimensionar a importância dos EUA.
- IV. A ideia de que os EUA seriam os portadores de uma nova modernidade capitalista contrastava com o pessimismo que reinava nos países da Europa.
- V. Tanto Alemanha quanto EUA saíram fortalecidos da Primeira Guerra, motivo pelo qual a URSS se colocava em oposição a ambos.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) I, III e V.
- d) II e IV.
- e) I e V.

2. A figura a seguir foi capa da publicação *La Révolution Surrealiste* e servia como divulgação do movimento na França, em 1925. Observe atentamente a imagem:



Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:La_R%C3%A9volution_surr%C3%A9aliste,_n02,_1925.djvu?uselang=et. Acesso em: 7 jan. 2019

Tendo em mente a questão do “inconsciente” que conecta o surrealismo às reflexões de Freud, assinale a alternativa correta:

- A publicação da revista *A revolução surrealista* servia para que os artistas pudessem fazer com que seu projeto fosse aceito pelos críticos mais conservadores no campo da arte. Essa aceitação foi, inclusive, um dos objetivos iniciais do movimento.
- A imagem que ilustra a Revista aponta para um dos temas centrais do movimento: a necessidade de assumir o onírico e o inconsciente a partir das leituras psicanalíticas de Freud.
- A influência de Freud no movimento surrealista restringe-se à literatura. A imagem acima denota, ao contrário, que muitos surrealistas aprovavam a representação conservadora da relação entre consciente e inconsciente.
- O surrealismo, assim como o futurismo, esteve amparado na ideia de que o inconsciente e a subjetividade eram aspectos coletivos, e a publicação da Revista acima recusa-se a focar na representação individual.
- Os surrealistas, assim como Freud, acreditavam que a subjetividade era algo rígido e infrutífero e que poderia ser facilmente substituída por qualquer outra esfera do comportamento humano.

3.

“A mentalidade fascista é a mentalidade do ‘Zé Ninguém’, que é subjugado, sedento de autoridade e, ao mesmo tempo, revoltado. Não é por acaso que todos os ditadores fascistas são oriundos do ambiente reacionário do ‘Zé Ninguém’. O magnata industrial e o militarista feudal não fazem mais do que aproveitar-se deste fato social para os seus próprios fins, depois de ele se ter desenvolvido no domínio da repressão generalizada dos impulsos vitais. Sob a forma de fascismo, a civilização autoritária e mecanicista colhe o ‘Zé Ninguém’ reprimido, nada mais do que aquilo que ele semeou nas massas de seres humanos subjugados, por meio do misticismo, militarismo e automatismo durante séculos. O ‘Zé Ninguém’ observou bem demais o comportamento do grande homem, e o reproduz de modo distorcido e grotesco. O fascista é o segundo sargento do exército gigantesco da nossa civilização industrial gravemente doente. Não é impunemente que o circo da alta política se apresenta perante o ‘Zé Ninguém’; pois o pequeno sargento excedeu em tudo o general imperialista: na música marcial, no passo de ganso, no comandar e no obedecer, no medo das ideias, na diplomacia, na estratégia e na tática, nos uniformes e nas paradas, nos enfeites e nas condecorações. Um imperador Guilherme foi em tudo isto simples ‘amador’, se comparado com um Hitler, filho de um pobre funcionário público. Quando um general ‘proletário’ enche o peito de medalhas, trata-se do ‘Zé Ninguém’ que não quer ‘ficar atrás’ do ‘verdadeiro’ general. (REICH, 1988, p. 13)

A partir da leitura do fragmento acima, julgue as sentenças como verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () Segundo Reich, o fascismo é uma categoria intrínseca às classes populares.
- () O uso do termo *Zé ninguém* indica que, para Reich, o fascismo não é obra de grandes ditadores ou grandes personalidades, mas uma possibilidade inscrita em nossas relações ordinárias e cotidianas.
- () A reflexão sobre o fascismo esteve muito conectada, como se vê pelo fragmento, com os debates psicanalíticos de Freud.
- () O misticismo, o militarismo e o automatismo, segundo Reich, são traços de imaturidade psíquica que explicam porque o fascismo é uma fatalidade das sociedades modernas, já que as classes populares são menos suscetíveis às atitudes autoritárias e, por isso, não ascendem aos postos de comando.
- () Podemos conciliar a interpretação de Reich com a tese de Arendt, mencionada no texto, de que o comportamento fascista não é o comportamento sádico de grandes ditadores, apenas, mas também uma construção cotidiana.

Agora, assinale a alternativa com a sequência correta.

- a) F-V-F-F-V.
- b) V-V-V-F-F.
- c) V-F-V-F-V.
- d) F-F-V-F-V.
- e) F-V-V-F-V.

A crise de 1929 e o nazifascismo

Diálogo aberto

Caro aluno, o século XX presenciou diversas ditaduras associadas aos mais distintos espectros políticos, da extrema esquerda à extrema direita. Na Europa, apenas para citar algumas, além do nazifascismo, tivemos o franquismo na Espanha (1939-1975), o período de Vichy, na França (1940-1947) e o Stalinismo na URSS (1924-1953). Na América Latina, países como o Chile (1973-1990), a Argentina (1973-1983) e o Brasil (1964 a 1985) também vivenciaram regimes ditatoriais. Após a derrota desses regimes, grande parte da opinião pública considerou que a experiência democrática seria consolidada e que esses regimes não voltariam a ocorrer. No entanto, em pleno século XXI, essa confiança parece perder força. Você conhece discursos que afrontam diretamente a democracia e os direitos humanos hoje?

Para entender a persistência da adesão a regimes autoritários em cenários de desequilíbrio econômico, muitos pensadores fizeram uma pergunta crucial: afinal, o que leva pessoas esclarecidas a apoiarem regimes autoritários? Esse questionamento ganhou importância central, tanto nas discussões acadêmicas quanto nos debates políticos, com o fim da Segunda Guerra e a explicitação das políticas de extermínio do regime nazista. Considerando as discussões desta unidade e atentando para o fato de que a sala de aula é um espaço de troca de ideias em que o aluno é protagonista da própria aprendizagem, quais pontos de partida poderiam ser mobilizados por você, enquanto professor de história, para pensar, em conjunto com as experiências dos alunos, as razões que tornam os discursos autoritários tão populares? De que modo essa discussão pode ser feita a partir da experiência concreta dos alunos? Como essa questão pode ser abordada na exposição a ser organizada pelos alunos?

Para que você possa refletir sobre esses aspectos, esta seção se debruçará sobre a crise econômica de 1929 e os efeitos da “grande depressão” que a seguiu. Veremos de que forma ela se relaciona com o crescimento e a mundialização do fascismo que, surgido na Itália dos anos 1920, torna-se uma força avassaladora a partir da ascensão ao poder, na Alemanha, do Partido Nacional Socialista Alemão, sob o comando de Adolf Hitler, em 1933. Também vale a pena mencionar que a crise da economia liberal esteve atrelada à crise da democracia e que, por isso, é importante entender os fundamentos do regime para que possamos compreender, depois, a constituição da aliança que ficou conhecida como “Eixo” e que esteve na base das

tensões que levaram à Segunda Guerra Mundial. Depois desse percurso você será convidado, mais uma vez, a refletir sobre a relação entre crise econômica e soluções autoritárias. Igualmente, nos colocaremos à discussão sobre como a história pode contribuir para que as novas gerações não se sintam atraídas por esse tipo de discurso. Afinal, é possível “prevenir” um regime de exceção e considerar que a História tem uma função “exemplar”?

Não pode faltar

Caro aluno, há poucos anos, em 2008, o mundo foi sacudido por uma crise econômica que, até hoje, tem efeitos na economia e na política de vários países ao redor do mundo, inclusive do Brasil. Naquela ocasião, a falência do banco norte-americano Lehman Brothers desencadeou uma reação em cadeia em todo o sistema financeiro do país, de modo que o governo dos EUA foi obrigado, para salvar sua economia de um completo desastre, a subsidiar as dívidas de vários outros bancos. Esse evento foi considerado a maior crise da economia capitalista desde o famoso **“crack da bolsa de 1929”**, também originado nos EUA, mais precisamente em Nova Iorque. Nós vamos conhecer, a partir de agora, alguns aspectos dessa crise que gerou uma profunda depressão econômica ao longo dos anos 1930. Veremos, também, que assim como em 2008, os efeitos imediatos da crise foram a revisão de algumas ideias liberais que então organizavam a economia financeira.

Apesar de o dia 24 de outubro (dia do “crash” da bolsa) ter entrado para a história como o dia simbólico da crise, não se tratou de um fenômeno momentâneo. A relação entre superprodução e subconsumo na economia americana e o fato de que as empresas que faliram passaram a vender suas ações a preços muito altos, geraram uma situação de crise sistêmica que logo se faria sentir na vida da classe média e dos trabalhadores, não apenas dos EUA, mas também de toda a Europa. Segundo dados de Eric Hobsbawm (1995), no pior período da depressão (entre 1932 e 1933), 22% da força de trabalho britânica, 24% da sueca, 27% da americana, 32% da dinamarquesa e nada menos que 44% da alemã não tinham emprego (1995, p. 97). Soma-se a isso, o fato de que essas economias tinham baixíssimo índice de seguridade social ou garantias trabalhistas. Conforme Osvaldo Coggiola (2009), a produção americana se reduziu a um terço da que era no período imediatamente posterior à Primeira Guerra, o que contribuiu para a quebra global do mercado financeiro.

Você pode se perguntar, como uma crise que começou em um país específico se generalizou pelo restante do mundo? Para entender esse movimento, é preciso lembrar que a economia havia se mundializado – graças à divisão

internacional do trabalho iniciada nas décadas anteriores – e todas as economias europeias encontravam-se dependentes das inversões americanas. A crise iniciada em 1929 e a depressão que a seguiu abalava a esperança cíclica de que o capitalismo conseguiria solucionar suas próprias crises. Nesse sentido, a própria defesa do liberalismo econômico parecia impossível:

“[...] mais especificamente, a Grande Depressão obrigou os governos ocidentais a dar às considerações sociais prioridade sobre as econômicas em suas políticas de Estado. Os perigos implícitos em não fazer isso - radicalização da esquerda e, como a Alemanha e outros países agora o provavam, da direita - eram demasiado ameaçadores. (HOBBSAWM, 1995, p. 99)

Nos EUA, desde o começo da década de 1930, ou seja, logo após os efeitos imediatos da crise, a chamada política do New Deal já procurava incentivar a recuperação econômica a partir da gestão estatal em setores chave da economia. Com a propagação da crise e das críticas ao sistema liberal, a formulação de propostas alternativas ao liberalismo se sistematizou. Inspirados nas teorias do economista John Keynes (1883-1946), vários países começaram a pôr em prática iniciativas intervencionistas, fazendo com que o Estado voltasse a protagonizar a organização econômica no intuito de proteger as economias nacionais.



Assimile

O Keynesianismo é uma corrente de análise macropolítica iniciada por J. Keynes. Essa abordagem defende que, diante dos efeitos da depressão da década de 1930, não é possível sustentar que o mercado se autorregula, como então propunha a chamada Economia Neoclássica. Para Keynes, o Estado deveria intervir em certos setores econômicos, garantindo o emprego e boas condições de trabalho para o maior número possível de pessoas. Fazendo isso, além de proteger sua economia, os Estados estariam também garantindo a segurança política e institucional.

Se os efeitos econômicos da crise das economias liberais foram sentidos durante toda a década de 1930, não podemos nos esquecer que em alguns países da Europa, como a Itália e a Alemanha, os custos da Primeira Guerra Mundial ainda eram sentidos. A crise econômica deu vazão à uma crise de expectativas e, nesse sentido, as soluções radicais e autoritárias encontraram terreno fértil em sociedades fragilizadas pelos efeitos inflacionários do período. Foi na Alemanha, contudo, que as reações à crise foram sentidas com mais dureza, já que ela estava, ainda, em pleno esforço de pagamento de sua

dívida de guerra. Nesse país, o período que vai de 1919 a 1933 ficou conhecido como a **República de Weimar**. Inicialmente, os democratas foram alocados no poder para negociarem os tratados de rendição após o fim da Primeira Guerra. Tal situação acabou por fragilizar politicamente a jovem república, na medida em que amplos setores da sociedade alemã atribuíam à República os termos nada favoráveis dos acordos de rendição, como o Tratado de Versalhes. O parlamento (**Reichstag**) foi confrontado com uma agudização das tensões entre movimentos de direita e de esquerda, que se organizavam para criticar os efeitos da inflação e da crise econômica do Pós-Primeira Guerra. Conforme nos lembra Peter Gay (1978), o militarismo, que havia sido amplamente difundido durante o período bélico, havia despertado, nos setores mais conservadores da sociedade, a nostalgia pela “velha Alemanha”, de modo que a República de Weimar era atacada por render-se ao cosmopolitismo francês e americano e preterir os antigos laços da comunidade alemã.



Refleta

O cartaz apresentado a seguir, confeccionado pelo Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), apresenta-nos alguns elementos importantes que nos faz pensar sobre o apelo ao passado que ajudava a compôr a simbologia do nazismo. A frase na parte inferior do cartaz significa “Seus companheiros precisam de conselho e apoio para retornar à sua comunidade”. Quais outros elementos visuais do cartaz podem ajudar a refletir sobre a importância do apelo ao passado na mobilização de uma sociedade em crise?

Figura 2.2 | Cartaz NSDAP



Fonte: <https://bit.ly/2PanMkQ>. Acesso em: 10 ago. 2018.

A sociedade de Weimar, aos poucos, viu crescer uma solução autoritária e o número de apoiadores do radicalismo. Foi durante o período de Weimar, inclusive, que **Adolf Hitler** (1889-1945), ex-combatente da Primeira Guerra, ingressou no então denominado Partido dos Trabalhadores Alemães, fundado em 1919, e tornou-se, no ano seguinte, a principal figura do partido,

que, nesse momento, teve seu nome alterado para Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, mais conhecido como **Partido Nazista**. Nesse contexto, os setores conservadores da sociedade alemã temiam que a influência russa acabasse por atingir os operários alemães, tradicionalmente bem organizados. É importante considerar, todavia, que, apesar de a esquerda e a direita comungarem a crítica à sociedade liberal, havia entre elas diferenças profundas. Bertone Sousa alerta que:

“As duas ideologias tinham em comum o antiliberalismo e anti-humanismo, de onde provinha seu desprezo pelo individualismo e sua ênfase no coletivismo. Mas suas razões de existir e seus objetivos eram diferentes e até antagônicos: a utopia soviética se via na vanguarda da emancipação da humanidade e da construção ulterior da sociedade sem classes, estágio mais elevado do progresso humano, e o nacional-socialismo era a ideologia de um povo, a legitimação de sua dominação sobre os demais e seu objetivo maior era a construção de uma ordem social baseada na hierarquia racial e na superioridade da raça germânica. (SOUSA, 2015, p. 145)

Vamos pensar agora sobre o que foi, efetivamente, o movimento nazista. Entre os anos de 1928 e 1929, Adolf Hitler, já a partir do NSDAP (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães), inicia uma ampla campanha destinada a obter votos para o partido nas eleições para o parlamento alemão que se dariam em 1930. Nessa ocasião, os nazistas conseguiram maioria em diferentes cidades, todavia, em 1932, na ocasião das eleições presidenciais, estava por se consolidar o triunfo eleitoral do partido. A vitória de Hitler e sua nomeação como Chanceler, em 1933, dão início a um amplo processo de centralização administrativa que culminaria, em 1934, com a associação da chancelaria à presidência e à ascensão de Hitler ao posto de máximo comando do país. O movimento possuía um amplo programa político direcionado às massas, que envolvia aspectos como esportes, lazer e bens de consumo. Esses pontos do programa nazista já haviam tomado forma anos antes, a partir de 1925, quando Hitler, ainda preso, em 1925, começou a redação do *Mein Kampf*, no qual havia delineado os princípios basilares do *Führenprinzip* (conceito de líder) e do discurso antisemita que se radicalizaria conforme a institucionalização do movimento. A essa altura, você pode se perguntar: se os alemães já conheciam os projetos de Hitler quanto à sua ascensão, o que pode ter explicado tão grande adesão? Para entender esse aspecto, não podemos nos esquecer que, juntamente com esses princípios de centralização

política, as propostas do programa nazista traziam uma robusta discussão sobre como combater os efeitos da grande depressão que vitimava o país.

A partir de uma política amplamente não liberal, o governo desencadeou um amplo esforço nacionalista e militar. Apoiado na ideia de salvar a honra alemã, recuperar a economia e trazer de volta o orgulho germânico, que ele julgava atingido pelos termos dos acordos de rendição, o movimento baseava-se em recuperar os antigos laços da comunidade germânica, que tinha em comum, com Mussolini, a retórica abertamente popular. Para isso, estreou na cena política a partir da divisão entre o “autenticamente” alemão e um “outro”, representado pela tradição liberal anglo-francesa e, no caso das disputas específicas da década de 1930, pelo que se entendia como “ameaça comunista” representada pela URSS. Nesse sentido, a associação entre judaísmo e comunismo, estimulada pela propaganda nazista, pretendia criar uma síntese do “inimigo” que deveria ser combatido. Desse modo, apesar de não ter sido o único grupo perseguido pelo regime, os judeus representavam, para esse discurso autoritário, o próprio sujeito liberal. Dando vazão a um já amplamente difundido antissemitismo, o movimento nazista encontrava, nessa dicotomia, a possibilidade de se utilizar do discurso de crise para propagandear-se como o único capaz de salvar a sociedade alemã da vitória do utilitarismo liberal.

Tratava-se, nesse sentido, de uma combinação de um discurso conservador e nacionalista com algumas teses da biologia que então circulavam. Conforme Sousa:

“Enquanto o nacionalismo se aliou a ideologias raciais com status de ciência no século XIX e evoluiu para uma postura cada vez mais segregacionista, o socialismo buscava ampliar a noção de direitos oriunda da Revolução Francesa no sentido de estendê-los às classes desfavorecidas” (2015, p. 149).

Para que esse discurso se disseminasse e encontrasse apoio na sociedade alemã, o movimento nazista contava com uma gigantesca máquina de propaganda, principalmente a partir da figura de **Joseph Goebbels** (1897-1945), responsável por controlar a cultura e a mídia, estimulando a associação entre judaísmo e crise da sociedade alemã. A propaganda nazista, aliás, foi um dos pilares centrais do regime. A começar pela designação dada ao período, “Terceiro Reich”. Embora objetivamente “Reich” seja a palavra alemã para “rico”, o termo carrega uma história, que foi astuciosamente mobilizada pelos ideólogos do regime. O Primeiro Reich remete à época do Sacro Império Romano Germânico, ainda na Idade Média. O Segundo Reich, 1871-1918, fazia referência ao Império Alemão

pré-Primeira Guerra Mundial. Mobilizando essa nomenclatura, o regime nazista pretendia a continuidade lógica da história alemã, intitulado-se, inclusive, o “Reich dos Mil Anos”. Essa filiação é importante pois toda a propaganda e divulgação do regime estiveram baseadas na recuperação desses elementos ancestrais que ajudavam a consolidar a oposição entre um “autêntico alemão” e um “outro” ameaçador. Essa lógica, como você deve se lembrar, também baseou a narrativa de Benito Mussolini na Itália, que pretendia, como vimos na seção anterior, recuperar a “grande Itália” dissolvida pela “modernidade”. Como salienta Krausz, a propaganda nazista deve ser entendida na seguinte chave:

“A gradativa entrega ao fanatismo que se observa na Alemanha dos anos 1933-1945 revela-se como o triunfo de uma retórica e de uma língua cujo objetivo é conduzir à criação de hordas e não de um corpo de consciências individuais. E este impulso no sentido de transcendência das limitações individuais e de fusão na massa é associado por Klemperer ao romantismo: ele afirma que a bestialidade do hitlerismo e o impulso fáustico da poesia do classicismo alemão e da filosofia idealista têm em comum o desprezo por qualquer tipo de fronteira e de limite. Klemperer, citado por SAFRANSKI (2007: 348), escreveu: “Eu tinha e tenho certeza sobre a mais íntima ligação entre o nazismo e o romantismo alemão. Pois o germe de tudo o que constitui o nazismo se encontra no romantismo: o destronamento da razão, a animalização do ser humano, a glorificação das idéias de poder, dos predadores, das bestas loiras.” (KRAUSZ, 2010, p. 196)



Assimile

O antissemitismo é o termo utilizado para designar a hostilidade com a qual os judeus passaram a ser tratados, sendo uma força política e ideológica com origens bastante antigas. Segundo Bauman:

“[...] a animosidade em relação aos judeus na modernidade pode ser mais bem compreendida não como um sentimento de hostilidade em face do diferente ou daquilo que não é familiar (heterofobia), mas como um sentimento de desconforto perante aqueles que não se enquadram facilmente na estrutura de um mundo ordenado (proteofobia), que não podem ser claramente classificados nas categorias estabelecidas do “nós” e “eles”. (BAUMAN, 1995, apud SORJ, 2007, p. 98)

Nesse sentido, embora tenha sido um traço definidor das políticas nazistas, o antisemitismo é um movimento antigo e tem como um de seus momentos paradigmáticos o conhecido “caso Dreyfus”, ocorrido na França em 1899, com a condenação injusta de um oficial judeu, que mobilizou grande parte da sociedade francesa. O discurso do judeu estereotipado, contudo, e associado ao que havia de mais corrupto, foi estimulado durante a ascensão do regime nazista. Você pode observar, por exemplo, esse trecho das famosas “Leis de Nuremberg”, de 1935, que marcam o endurecimento da política de perseguição a esse grupo:

“Art. 1º 1) São proibidos os casamentos entre judeus e cidadãos de sangue alemão ou aparentado. Os casamentos celebrados apesar dessa proibição são nulos e de nenhum efeito, mesmo que tenham sido contraídos no estrangeiro para iludir a aplicação desta lei. 2) Só o procurador pode propor a declaração de nulidade.

Art. 2º - As relações extra-matrimoniais entre Judeus e cidadãos de sangue alemão ou aparentado são proibidas.

Art. 3º - Os Judeus são proibidos de terem como criados em sua casa cidadãos de sangue alemão ou aparentado com menos de 45 anos...

Art. 4º - 1) Os Judeus ficam proibidos de içar a bandeira nacional do Reich e de envergarem as cores do Reich. 2) Mas são autorizados a engalanarem-se com as cores judaicas. O exercício dessa autorização é protegido pelo Estado. (CECIERJ, [s.d.], [s.p.]

Nesse momento, você pode se perguntar: os países democráticos, como a França e a Inglaterra, não tentaram impedir a ascensão do militarismo na Itália e na Alemanha? Conforme você deve se lembrar, essas potências haviam imposto duras sanções à Alemanha no Tratado de Versalhes, de modo que o descumprimento delas deveria constituir-se um grave desacato às normas internacionais. Todavia, apesar de receosas com o crescimento do militarismo alemão, as democracias liberais não tinham, em seus próprios países, uma opinião pública favorável à uma nova intervenção armada. Em poucos anos, o discurso nacionalista e imperialista do nazifascismo vai se tornando uma preocupação para as potências continentais, tornando inevitável a percepção de que o projeto desses regimes era ideologicamente robusto e que ia muito além de promover a recuperação econômica na Itália ou na Alemanha. Tal situação se torna ainda mais evidente a partir da assinatura dos tratados de amizade entre os países alinhados ao nazifascismo.



Exemplificando

Um dos sintomas da radicalização do movimento nazista ocorreu em maio de 1933, na chamada *Bücherverbrennung* (Queima de Livros). Nessa ocasião, as autoridades alemãs – apoiadas por amplos setores da sociedade que então apoiava o regime – queimaram, em praça pública, livros que consideravam “nocivos para a identidade alemã”. Dentre os livros havia nomes importantes da tradição literário-filosófica ocidental, tais como Stefan Zweig, Thomas Mann, Sigmund Freud e Erich Kästner.

Em 1936, ano em que Hitler e Mussolini assinaram o primeiro tratado de aliança, também foi anunciada a criação do **Eixo-Roma-Berlim**. No mesmo ano, a Alemanha assinou, com o Japão, o famoso **pacto Comintern** (Pacto Anti-Internacional Comunista), para combater a União Soviética (o pacto foi assinado também pela Itália em 1937). Em 1939, esses tratados de amizade tornaram-se militares a partir da assinatura do que ficou conhecido como “pacto de Aço”. Finalmente, já no contexto bélico, em 1940, Alemanha, Itália e Japão assinaram o Pacto Tripartite, conhecido como “eixo”. Antes de tratarmos do conflito em si, todavia, vale a pena notar que a radicalização dos termos do governo nazista, o aumento da perseguição aos judeus, o discurso imperialista do Terceiro Reich e, sobretudo, a lentidão dos aliados em perceber a impossibilidade de fazer acordos com o regime contribuíram para a agudização das tensões europeias, as mesmas que haviam, algumas décadas antes, dado início ao conflito armado em 1919. Foi a partir da assinatura desses tratados que esses países iniciaram uma ampla ofensiva militar (o Japão invadiu a Manchúria, ainda em 1931, a Itália invadiu a Etiópia, em 1937) que culminaria na Segunda Guerra Mundial.

Sem medo de errar

Caro aluno, agora que você conhece a escalada do regime nazifascista ao poder, vamos pensar em algumas questões que se depreendem da nossa situação-problema. Apesar de a maior parte das pessoas alegar defender a democracia e os direitos humanos, nós podemos perceber o crescimento atual de adesões a discursos autoritários. Afinal, será que o apoio de grande parte da população alemã ao nazismo (lembramos que Hitler chegou ao poder por vias eleitorais) pode nos ajudar a compreender o motivo que leva certos setores sociais, em pleno século XXI, a apoiar discursos autoritários? Será que podemos afirmar que quem apoia essas ideias é tão monstruoso como elas?

Essas perguntas podem ser pensadas a partir da realidade dos alunos, de modo a fazê-los refletir sobre a possibilidade de que os discursos autoritários não são prerrogativas de “grandes líderes” ou de “grandes partidos”, mas encontram-se também em nosso cotidiano. Para essa reflexão, podemos partir de um conceito muito debatido ao longo do século XX, a saber, o de “responsabilidade”. Como você sabe, uma das autoras que pensou sobre os assuntos tratados nesta seção, Hannah Arendt, oferece uma porta de entrada para essa reflexão.

Lançado em 1963, o livro *Eichmann em Jerusalém*, um relato sobre a banalidade do mal foi fruto da cobertura que a autora fez para a revista *The New Yorker* do julgamento de Adolf Eichmann, ex-tenente coronel das forças repressivas do governo nazista e responsável por gerir a logística de deportação dos judeus, capturado na Argentina em 1960. Arendt, como muitos outros intelectuais alemães de origem judaica, havia fugido do país e se estabelecido nos Estados Unidos. No livro, ela ressalta que Eichmann, ao ser questionado pelo tribunal, afirmava ser um cidadão cioso do cumprimento das leis, e não um criminoso. Ele argumentava que, dadas as leis que então vigoravam no regime nazista, ele teria agido de modo rigorosamente legalista. A partir desse fato, Arendt se faz a seguinte questão: Afinal, os oficiais tinham culpa? Era possível que os oficiais descumprissem as leis do Terceiro Reich? É possível atribuir toda a responsabilidade pelo genocídio judeu à paranoia de Adolf Hitler ou todos os apoiadores teriam igual parcela de culpa? Isso não causaria uma situação paradoxal na qual, sendo todos culpados, ninguém poderia ser especificamente responsabilizado?

Ao se referir à defesa de Eichmann, Arendt nos conta que:

“Assim sendo, eram muitas as oportunidades de Eichmann se sentir como Pôncio Pilatos, e à medida que passavam os meses e os anos, ele perdeu a necessidade de sentir fosse o que fosse. Era assim que as coisas eram, essa era a nova lei da terra, baseada nas ordens do Führer, tanto quanto podia ver, seus atos eram os de um cidadão respeitador das leis. Ele cumpria o seu dever, como repetiu insistentemente à polícia e à corte; ele não obedecia ordens, ele também obedecia à lei (...). Como além de cumprir aquilo que ele concebia como deveres de um cidadão respeitador das leis, ele também agia sob ordens – sempre o

cuidado de estar coberto – ele acabou completamente confuso e terminou frisando alternativamente as virtudes e os vícios da obediência cega, ou a obediência cadavérica, como ele mesmo chamou. (1999, p. 152)

A conclusão de Arendt é de que Eichmann não era nenhum tipo de monstro. Ao contrário, era um homem comum que acreditava estar cumprindo as leis e, por isso, sequer entendia as acusações que lhe estavam sendo imputadas. Ele foi sentenciado à morte em 1962, mas a reflexão sobre a responsabilidade das “pessoas comuns” por seu apoio a regimes autoritários despertou uma imensa polêmica na comunidade judia e fora dela. Afinal, se o nazismo chegou ao poder pelas urnas, podemos afirmar que todos os eleitores que corroboraram as propostas foram enganados por Hitler? Ou, ao contrário, como sugere a autora, é preciso considerar que o discurso ditatorial é endossado também por pessoas que não são especialmente diferentes de nós, mas que acreditam que o cumprimento de ordens as desresponsabiliza de pensar sobre suas ações?

A partir da discussão que Arendt faz sobre Eichmann e dos filmes *A Onda* e *Look Who's Back*, nós podemos fazer com que os alunos debatam situações do cotidiano em que são confrontados com questões de responsabilidade. Inclusive, eles podem utilizar os filmes ou trechos deles como recursos para discussão na exposição que estão organizando, de modo a ampliar essa reflexão para a comunidade escolar e extraescolar.

Considerando que nossa reflexão mais ampla se dedica a pensar em que medida a história pode ser pensada por sua função exemplar, ou seja, como dispositivo de prevenção para que novos regimes autoritários não voltem a ocorrer, a questão da corrupção, por exemplo, assunto tão debatido nos dias atuais, pode se configurar como uma introdução ao tema. Afinal, a diferença entre caixa 2 e dirigir depois de beber dois copos de vinho é de grau ou de natureza? Estimulando os alunos a pensarem em exemplos como esse, é possível refletir acerca dos seguintes tópicos:

- a. A sensação de “crise” contribui para que as pessoas comuns se sintam atraídas por soluções radicais, na medida em que todo o seu horizonte de expectativas encontra-se fraturado pelo pessimismo e pela falta de horizonte de futuro.
- b. Os discursos autoritários costumam vir acompanhados, como é o caso do nazifascismo, de uma retórica salvacionista. Isso significa que, ao invés de preferirem o caminho da política e da negociação, eles fomentam alternativas personalistas e pouco democráticas.

- c. O fato de que as pessoas realmente acham que estão fazendo a coisa certa ao apoiarem esses regimes indica que a história tem um importante papel a cumprir nesse debate, auxiliando na reflexão sobre os desdobramentos desses discursos autoritários.

Faça valer a pena

1. Leia atentamente o fragmento abaixo para responder à questão:

“Nenhum Congresso dos Estados Unidos já reunido, ao examinar o estado da União, encontrou uma perspectiva mais agradável do que a de hoje [...]. A grande riqueza criada por nossa empresa e indústria, e poupada por nossa economia, teve a mais ampla distribuição entre nosso povo, e corre como um rio a servir à caridade e aos negócios do mundo. As demandas da existência passaram do padrão da necessidade para a região do luxo. A produção que aumenta é consumida por uma crescente demanda interna e um comércio exterior em expansão. O país pode encarar o presente com satisfação e prever o futuro com otimismo.

COOLIDGE, 1928 apud HOBBSBAWM, 1995, p. 90)

Tendo em mente o texto acima e, principalmente, a data do documento, assinale a alternativa correta:

- a) O fragmento demonstra que os EUA se beneficiaram da crise econômica europeia após a Primeira Guerra Mundial, de modo a consolidar uma economia sem sobressaltos até o ano de 2008.
- b) O otimismo que transparece no fragmento foi rompido com a entrada dos EUA na guerra, em 1941 ou 1942, a favor dos aliados.
- c) A data do documento indica que, mesmo com a crise que assolou a Europa na década de 1930, os EUA se mantiveram estáveis durante o período.
- d) Coolidge sintetiza o grande otimismo que tomou conta da sociedade americana antes da crise da bolsa de Nova Iorque e demonstra que ela foi razoavelmente imprevisível para a sociedade americana.
- e) O fragmento ajuda a compreender a solução encontrada pelo governo Coolidge: esconder dos acionistas o escoamento de capitais e, com isso, garantir a neutralidade dos EUA na Segunda Guerra.

2. A imagem a seguir retrata a queima de livros ocorrida em Berlim em 1933.



Fonte: <https://encyclopedia.ushmm.org/images/large/485862cd-b142-4c05-9a6f-c809642d4740.jpg>. Acesso em: 8 nov. 2018.

Considerando a imagem, assinale a alternativa correta:

- a) A queima dos livros proibidos pelo governo nazista indica que a maior parte dos apoiadores do regime não reconhecia o valor da cultura.
- b) Esse episódio ajuda a entender de que modo o discurso do medo e da subversão ajudou a mobilizar ideologicamente a sociedade alemã a favor do nazismo.
- c) A cultura não era um aspecto importante no nazismo, o que importava era a recuperação econômica promovida pelas medidas protecionistas do Terceiro Reich.
- d) O índice que proibia os livros atentava especificamente para aquelas obras que tinham conteúdo manifestamente comunista, como Sigmund Freud.
- e) A queima dos livros nazistas ajudou a população a perceber que o regime estava indo longe demais, por isso, foi considerada o momento em que a população se colocou contra o regime.

3. Observe os trechos a seguir, retirados da obra *A era dos extremos*, de Eric Hobsbawm.

Fragmento I

“No nazismo, temos um fenômeno difícil de submeter-se à análise racional. Sob um líder que falava em tom apocalíptico de poder ou destruição mundiais, e um regime fundado numa ideologia

absolutamente repulsiva de ódio racial, um dos países mais cultural e economicamente avançados da Europa planejou a guerra, lançou uma conflagração mundial que matou cerca de 50 milhões de pessoas, e perpetrou atrocidades – culminando no assassinato mecanizado em massa de milhões de judeus – de uma natureza e escala que desafiam a imaginação. Diante de Auschwitz, os poderes de explicação do historiador parecem deveras insignificantes.

(KERSHAW, 1993 apud HOBBSBAWM, 1995, p. 3-4)

Fragmento II

“Morrer pela Pátria, pela Idéia! [...]. Não, isso é fugir da verdade. Mesmo no front, matar é que é importante [...]. Morrer não é nada, isso não existe. Ninguém pode imaginar sua própria morte. Matar é o importante. Essa é a fronteira a ser cruzada. Sim, esse é um ato concreto de vontade. Porque aí você torna sua vontade viva na de outro homem.

(PAVONE, 1991 apud HOBBSBAWM, 1995, p. 413)

Julgue as afirmativas a seguir:

- I. O Fragmento I retrata, sob outro ponto de vista, o espanto que motivou autores como Hannah Arendt a refletirem sobre a possibilidade de que continuasse existindo filosofia, tal como a conhecemos, após o fenômeno do nazismo.
- II. O Fragmento II ilustra um aspecto fundamental da mobilização totalitária, a saber, a dissolução do indivíduo em um projeto coletivo, no caso, a pátria, como observamos, durante a seção, a partir da reflexão de L. Krausz.
- III. Ambos os fragmentos ajudam a perceber que os componentes emocionais e retóricos eram parte integrante da mobilização do Terceiro Reich e ajudam a entender o sucesso da propaganda organizada por Goebbels.
- IV. Ambos os fragmentos indicam que os soldados da Alemanha nazista não se sentiam representados pela ideologia do regime, mas eram forçados a compactuarem na medida em que suas vidas também eram ameaçadas pela brutalidade do regime

Assinale a alternativa correta:

- a) Estão corretas apenas as afirmativas I e II.
- b) Estão corretas apenas as afirmativas III e IV.
- c) Estão corretas apenas as afirmativas I e IV.
- d) Estão corretas apenas as afirmativas II e III.
- e) Estão corretas apenas as afirmativas I, II e III.

A Segunda Guerra Mundial

Diálogo aberto

Um dos acontecimentos mais traumáticos do século XX foi, sem dúvida, o Holocausto. Não apenas para a comunidade judaica – principal vítima das políticas de extermínio nazista –, mas também para as sociedades ocidentais como um todo: a memória e o trauma que se projetaram a partir do fim da Segunda Guerra Mundial continuam sendo temas de profunda reflexão no campo da História. Mais de 60 anos depois do fim da perseguição aos judeus, as discussões sobre a importância da preservação dos lugares de memória (Pierre Nora, 1984) seguem tendo papel de destaque nos debates públicos, especialmente na Alemanha, onde, recentemente, vem ocorrendo um aumento do apelo eleitoral da extrema direita e, em alguns casos específicos, de correntes neonazistas.

Considerando a importância da memória para a construção de políticas de prevenção e conscientização sobre os regimes totalitários, podemos nos perguntar: há algum modo de prevenir e combater o crescimento dessas ideias? Atividades como a exposição que os alunos estão organizando, dentro do contexto de aprendizagem desta unidade, podem ajudar nesse movimento preventivo? De que maneira esse tipo de iniciativa contribui para inibir o surgimento de movimentos que defendem o totalitarismo? Para refletir sobre isso, vamos voltar à década de 1920 e tentar entender de que modo a sociedade europeia daquela época lidava com a questão. Você deve se recordar que, quando estudamos a difusão de perspectivas fascistas por países como Itália e Alemanha, destacamos o fato de que esses movimentos chegaram ao poder por via eleitoral, ou seja, foram apoiados por amplos setores da população (na Itália, com Benito Mussolini, em 1922, e na Alemanha, com a eleição de Adolf Hitler, em 1933). Durante a curadoria do que seria abordado na exposição, os alunos levantaram as seguintes questões: considerando que a Europa havia encerrado um conflito de grandes proporções (a Primeira Guerra Mundial) há pouco mais de 20 anos, os países democráticos não perceberam o crescimento desses movimentos totalitários? Se perceberam, não tentaram combatê-los antes que se tornassem poderosos a pontos de desencadear uma Segunda Guerra Mundial? É possível encontrar algum paralelo entre esse momento e os últimos anos nas democracias ocidentais?

Caro aluno, seja bem-vindo! Os temas desta seção exigirão de nós algumas reflexões importantes, que vêm sendo feitas por historiadores e intelectuais ao longo das últimas seis décadas. Vamos nos recordar, para começar nossa jornada, que a despeito dos acordos formais, as relações diplomáticas entre os países europeus não começaram no Tratado de Versalhes (1919): ao contrário, elas possuem uma história cheia de tensões, alianças e rivalidades seculares (como é o caso da relação conflituosa entre França e Alemanha, que remonta às guerras napoleônicas e à histórica competição industrial entre Alemanha e Inglaterra). Além disso, podemos nos lembrar que, após a Primeira Guerra, vários países europeus viviam uma época de retomada econômica, e os tratados de paz e de não intervenção se faziam necessários para garantir a estabilidade política e social. Durante o período que antecedeu a Segunda Guerra, as democracias liberais tiveram de lidar com o amplo custo humano do conflito das décadas anteriores e, ligado a isso, com uma opinião pública muito desfavorável a novos conflitos militares, como salienta Eric Hobsbawm (1995, p. 164), de modo que, enfrentar o surgimento do nazismo na Alemanha com uma invasão armada era, até mesmo para presidentes muito bem aceitos pela opinião pública, como o norte-americano Franklin D. Roosevelt (1882-1945), uma decisão bastante impopular. Além disso, os países ocidentais eram relutantes em fazer alianças com a URSS de Stalin, temerosos de que isso poderia reforçar o protagonismo russo no continente europeu. Esses aspectos podem ajudar a explicar a demora da frente antifascista europeia em tomar providências frente à radicalização dos movimentos italiano e alemão.

Vamos conhecer agora um processo específico no qual essas questões se condensaram de forma clara: a **Guerra Civil Espanhola** (1936-1939). A Espanha era, naquele contexto, um país política e economicamente periférico do continente europeu. Conforme lembra Costa (2009), o país ainda não era industrializado nos anos 1930 e sofreu fortemente o impacto da crise de 1929, o que acabou agravando as tensões étnicas e sociais, especialmente na Cataluña e no País Basco. Diante dos crescentes clamores populares, especialmente do setor urbano, e graças à ampla organização popular, especialmente anarquista, que havia se constituído durante a ditadura de Primo de Rivera (1923), foi proclamada, em 1931, a República Espanhola, sob a presidência de Niceto Alcalá Zamora, que fora ministro de Alfonso XIII.

Essa mudança deu início a um processo repleto de avanços e retrocessos: entre 1931 e 1932, com o poder distribuído entre as forças de esquerda, a Espanha passou por um amplo processo de secularização, modernização institucional e políticas de distribuição de renda. Em 1933, com o

esgotamento econômico da República, os conservadores – especialmente aqueles agrupados na Falange (partido fascista espanhol), sob a liderança de José Antônio Primo de Rivera, filho do ex-ditador) – iniciaram um retorno às políticas ligadas à forte tradição católica do interior do país. Essa situação se manteve até 1936, momento em que novas eleições acabaram por deslocar o poder para a Frente Popular. Essa situação deu início ao processo de guerra civil. Conforme salienta Maria do Carmo C. da Costa:

“Os militares rebeldes formam uma junta de defesa nacional, e entregam ao General Franco a direção do movimento. Desse lado, estavam o alto clero, o exército, representados pelo partido da Falange, cujos membros eram antigos monarquistas, proprietários de terras, industriais e católicos tradicionalistas. Os nacionalistas, como seriam chamados a partir de então, contrários à República contavam com o apoio da maior parte do Exército regular. (2009, p. 2)

Enquanto os falangistas tinham apoio logístico e militar da Itália fascista e da Alemanha de Hitler, os republicanos (constituídos por socialistas, comunistas radicais e moderados, anarquistas, intelectuais e sindicatos) operavam em péssimas condições, tinham poucas armas e carência de suprimentos básicos. Com exceção da URSS, do apoio do governo mexicano de Lázaro Cárdenas – especialmente no que diz respeito ao acolhimento de fugitivos e exilados – e de milícias de voluntários franceses, por exemplo, os republicanos não contavam com o apoio formal de países como a Inglaterra e os EUA, que se mantinham na posição de não intervenção.



Exemplificando

Apesar de, formalmente, França e Inglaterra tentarem se manter distantes do conflito, o apelo revolucionário do movimento republicano atraiu mais de 40.000 jovens estrangeiros como voluntários, inclusive artistas como Pablo Picasso e Ernst Hemingway. Além deles, outro voluntário que registrou o conflito foi Georg Orwell, em sua famosa *Homenagem à Catalunha*, em que ele se refere ao movimento de autogestão dos trabalhadores:

“[...] para quem acabava de chegar directamente de Inglaterra o aspecto de Barcelona constituía algo de surpreendente e avassalador. Era a primeira vez que me encontrava numa cidade em que a classe trabalhadora estava no poder. Praticamente todos os edifícios de tamanho apreciável tinham sido tomados pelos

trabalhadores e estavam envoltos em bandeiras vermelhas ou ostentavam a bandeira encarnada e negra dos anarquistas; em todas as paredes se viam pintadas a foice e o martelo e as iniciais dos partidos revolucionários; quase todas as igrejas tinham sido esvitradas e as suas imagens queimadas. Aqui e ali, brigadas de trabalhadores demoliam sistematicamente igrejas. Não se topava loja nem café que não tivesse uma inscrição dizendo que fora coletivizado – até os engraxadores estavam coletivizados e tinham as suas caixas pintadas de encarnado e preto. (ORWELL, [s.d.], apud POMINI, 2012, p. 3)

Para Graham (2013), o caso espanhol – principalmente o fortalecimento da extrema direita na Falange – tem estreita relação com os movimentos alemão e italiano, na medida em que os três casos respondiam à mesma atmosfera de insatisfação social gerada pelos efeitos da crise de 1929. Nesse sentido, tal como na Alemanha e na Itália, o nacionalismo e o espiritualismo conservador ajudaram a mobilizar as forças antirrepublicanas. “Surgiu então uma geração de cadetes que se consideravam defensores da unidade e da hierarquia na Espanha, bem como de sua homogeneidade cultural e política, valores que acreditavam ser consubstanciais à grandeza histórica do país” (GRAHAM, 2013, p. 13). Esses movimentos se colocavam em contraposição ao crescimento das organizações anarquistas que tinham, na Espanha, uma ampla base de aceitação. Nas trincheiras da Falange, o objetivo era defender a Espanha da influência da URSS, especialmente na região de Barcelona. Conforme Hobsbawm, o conflito espanhol pode ser entendido como uma expressão exemplar do conflito global entre fascismo e forças progressistas:

“Em toda a Espanha, iniciou-se uma longa guerra civil entre o governo legítimo e devidamente eleito da República, agora ampliado e incluindo socialistas, comunistas e mesmo alguns anarquistas, mas coabitando de maneira pouco confortável com as forças da rebelião de massa que haviam derrotado o golpe, e os generais insurgentes que se apresentavam como cruzados nacionalistas contra o comunismo. (1995, p. 159)

Em 1939, Francisco Franco (1892-1975), general nacionalista, conseguiu vencer o exército republicano e consolidar a vitória com uma gigantesca parada militar. Diante disso, os soldados alemães e italianos retornaram a seus países e Franco iniciou a organização de um Estado inspirado no fascismo italiano e amparado pelas forças mais tradicionais da Igreja Católica e do Exército. Apesar da derrota, uma experiência de organização

popular ocorrida durante o conflito tornou-se uma das principais tentativas da esquerda não comunista de estabelecer uma alternativa ao fascismo: o sistema de autogestão. Em cidades como Barcelona e Bilbao, diversas fábricas foram ocupadas pelos trabalhadores, que se organizavam também em comitês de autodefesa armada e em núcleos de distribuição de alimentos. Apesar de a iniciativa ter sido muito importante para o fortalecimento do movimento anarquista internacional, a influência da URSS sobre as forças republicanas acabou prejudicando o movimento, na medida que Stalin não se posicionava favoravelmente aos movimentos autonomistas.

Com a vitória na Espanha, tornava-se mais claro, para os países da frente aliada, como França e Inglaterra, que o movimento nazifascista não era apenas um problema local. Ao contrário, ele assumia, cada vez mais, uma política externa agressiva e expansionista. A partir da invasão do Japão à Manchúria, das investidas italianas no norte africano e, principalmente, do avanço alemão sobre a região da Renânia, na fronteira com a França, em 1936, a situação foi se tornando paulatinamente insustentável. Em 1938, Hitler anexou a Áustria sem resistência, beneficiando-se do discurso antissemita que já circulava na região, assim como do pangermanismo, difundido desde a Primeira Guerra Mundial. No mesmo ano, investiu na Tchecoslováquia. Diante disso, ocorre a Conferência de Munique (1938), que contou tanto com representantes do eixo, Itália e Alemanha, quanto com Chamberlain, da Inglaterra, e Daladier, da França. A intenção era pôr um freio ao expansionismo alemão pela via do diálogo, o que logo se mostrou infrutífero na medida em que os alemães não se mostravam dispostos a aceitar as negociações então firmadas. Em agosto de 1939, após o pacto de não agressão assumido entre a Alemanha e a URSS, o exército de Hitler invadiu a Polônia, diante do que, finalmente, Inglaterra e França declaram guerra à Alemanha. Ao todo, entre Europa, Extremo Oriente e África, 58 países tomaram parte no conflito.

A primeira etapa da guerra, entre 1939 e 1941, foi marcada pela chamada “guerra relâmpago” (ou Blitzkrieg), estratégia desenvolvida pelo exército alemão que envolvia rápidos ataques ao inimigo com o apoio de carros blindados e de uma poderosa força aérea. Isso garantiu que os primeiros anos fossem relativamente vitoriosos para os alemães (DAEHNHARDT, 2014). A partir de 1941, todavia, o expansionismo de Hitler passou a sofrer alguns reveses, apesar da invasão da França e da instauração do regime de Vichy. A derrota da Luftwaffe (a poderosa força aérea de guerra nazista) para a Inglaterra, que limitou a expansão à oeste, e a entrada do governo de Roosevelt na guerra a favor dos aliados, após o bombardeio japonês à base americana de Pearl Harbor, em 1941, foram fatores de desestabilização para o exército alemão. Nesse mesmo ano, Hitler descumpriu o tratado com Stalin e invadiu a URSS, convencido de que seu poderoso exército não teria

dificuldades de travar disputas em muitas frentes. Em 1942, teve início a famosa Batalha de Stalingrado, que duraria mais de um ano. Essa ocasião, em que 20 milhões de soviéticos perderam a vida (metade deles civis), marcou o início da decadência do exército alemão. Após a derrota humilhante para os russos, os soldados alemães retornaram famintos e exaustos, dando início a um processo de franca desmoralização das tropas. Somado a isso, a poderosa força militar americana a favor dos aliados foi decisiva para que, em 1944, no famoso Dia D, desembarque na Normandia, o conflito começasse a encontrar seus termos. Em 25 de abril os aliados tomaram Berlim, cinco dias depois se suicidaram: Adolf Hitler, sua esposa Eva Braun e Joseph Goebbels, braço direito de Hitler. Em 8 de maio o conflito chegava ao fim na Europa.



Assimile

Além da Conferência de Munique, outra reunião de líderes políticos na Segunda Guerra teve influência decisiva nos rumos do conflito. Em 1943, na chamada Conferência de Teerã, reuniram-se, pela primeira vez, os líderes das três maiores potências aliadas. Josef Stalin, da URSS, Winston Churchill, do Reino Unido, e Franklin Roosevelt, dos Estados Unidos. Foi nessa ocasião que se traçaram as linhas principais da investida contra a Alemanha que pretendia liquidar o conflito. Entre as principais estratégias militares, delineou-se nesta ocasião o famoso “Dia D”, desembarque sobre a região francesa da Normandia, que foi um marco na consolidação da vitória militar dos aliados. Os três países constituiriam, no fim da Guerra, as três maiores forças políticas responsáveis pelos acordos de paz e de indenização militar.

Um aspecto destacado por Hobsbawm (1995) é que, na Segunda Guerra, grande parte dos conflitos se deu fora do território europeu. Esse é um aspecto importante quando levamos em conta, por exemplo, as disputas coloniais que havia entre países europeus e africanos. De que modo a guerra afetou essas relações? A essa pergunta, o autor sugere que as lutas anti-imperial e antifascista tendiam a ser antagônicas, e a aliança com o eixo baseava-se no princípio de que inimigos de inimigos são amigos. Nesse sentido, é importante considerar o seguinte aspecto:

“Para a maior parte da Ásia, África e o mundo islâmico, o fascismo, como ideologia ou como política de um Estado agressor, não era e jamais se tornou o principal e muito menos o único inimigo. Este era o “imperialismo” ou “colonialismo”, e as potências imperialistas eram, em sua maioria, as democracias liberais:

Grã-Bretanha, França, os Países Baixos, Bélgica e os EUA. Além disso, todas as potências imperiais, com exceção do Japão, eram brancas. (HOBBSAWM, 1995, p.171-172)

A dimensão não europeia do conflito é importante, além de tudo, porque foi fora do continente que ocorreu um dos eventos mais importantes e traumáticos da Guerra: a explosão das bombas atômicas nas cidades de Hiroshima e Nagazaki, em 1945.

A descoberta da fissão nuclear, assim como muitos outros avanços científicos, havia sido feita por físicos alemães. É importante considerarmos, todavia, que muitos cientistas e intelectuais foram expulsos das universidades alemãs durante o período; a maior parte deles por sua ascendência judaica. Nos Estados Unidos, “os cientistas vindos da Alemanha estavam convencidos de que o Terceiro Reich iria tornar-se uma potência nuclear e certos de que convinha intensificar as pesquisas nucleares a fim de ultrapassá-lo” (MOURÃO, 2005, p. 684). Dentre os exilados estavam físicos mundialmente reconhecidos, como Léo Szilard (1898-1964) e Albert Einstein (1879-1955), que se juntaram a Julius Oppenheimer (1904-1967) – diretor da pesquisa que ficou conhecida como “Projeto Manhattan”. Depois de Pearl Harbor e da entrada dos EUA na Guerra, o projeto de construir uma arma de proporções nunca antes imaginadas passa a receber forte apoio do governo americano e um suporte financeiro de dois bilhões de dólares.

Apesar da rendição da Alemanha em 1945, o governo americano pressionava o Japão – antigo aliado alemão – para assinar um tratado de rendição incondicional. O imperador japonês, no entanto, encontrava-se em situação delicada em seu próprio país e tentava negociar a rendição em termos mais favoráveis a seu regime. Em todo caso, apesar de o governo americano ter se utilizado do argumento de que as explosões atômicas pouparam milhares de vidas dos oficiais americanos (por evitarem uma invasão por terra), a decisão americana também precisava ser equacionada a partir da disputa por zonas de influência com a poderosa URSS. A península japonesa era, já em 1945, objeto de interesse de americanos e soviéticos (NAKAGAWA, 2015).

Com esse mapa de interesses em mente, podemos compreender o ultimato lançado ao imperador japonês. Com a aprovação do presidente Harry Truman e com a assinatura de Churchill, os aliados intimaram o governo japonês à uma rendição incondicional e informaram que, em caso de negativa, o governo norte-americano se valeria de armas até então nunca experimentadas. “Em 26 de julho, esse ultimato foi enviado ao Japão: a rendição incondicional ou a exterminação. Em 28 de julho, os japoneses rejeitaram o ultimato” (MOURÃO, 2005, p. 697). Em 6 de agosto houve a explosão da primeira

bomba em Hiroshima, deixando, de imediato, 140 mil civis mortos. Em 9 de agosto foi a vez da cidade de Nagasaki, onde morreram mais 70 mil civis. Em 2 de setembro o Japão assinava sua rendição incondicional.

O lançamento das bombas e a morte de mais de 200 mil inocentes – sem contar as inúmeras mortes por efeitos da radiação que seguiram ocorrendo nas décadas seguintes – somaram-se ao Holocausto naquilo que Michael Lowy chamou de “barbárie civilizada” (2008).

A narrativa sobre o Holocausto de judeus na Alemanha nazista é uma das mais conhecidas da história moderna. Você, certamente, já teve contato com inúmeros filmes, imagens e livros de testemunhos sobre o período. Esse grande interesse é sintomático do impacto desse evento, que transcendeu a questão da guerra e tornou-se uma das questões mais debatidas do século XX. Vamos dedicar a esse assunto as últimas reflexões desta seção.

Conforme você deve se lembrar, o antissemitismo era uma ideia antiga e difundida em vários países da Europa. Conforme Georges Bensoussan, a Alemanha possuía uma violenta tradição de hostilidade aos judeus.

“O imperialismo alemão e mais o pangermanismo fundam-se sobre uma concepção da Nação bem diferente da que prevalece na França republicana. Ali a nação não é um acordo que se estabelece entre cidadãos livres que se sabem membros de uma comunidade de destino, senão que é uma emanção da raça, do sangue e da terra; isto é, uma luta pela vida, que esmaga as etnias mais frágeis. O racismo, que exalta a força e a seleção, converte o “particularismo judeu” em centro de suas preocupações. Essas teses inspiram tanto a liga pangermanista (1891) como grande parte da sociedade alemã que desde 1806, vê no anti-semitismo uma função de coesão nacional. O judeu é o bode expiatório que ajuda a forçar uma identidade coletiva e a criar uma ordem social sem necessidade de invocar a luta de classes. (BENSOUSSAN, 2005, p. 11, tradução nossa)



Assimile

Para entender de que modo o antissemitismo alemão acabou se convertendo a uma política de extermínio, podemos partir da difusão do conceito de “eugenia”. Essa ideia, ligada ao desenvolvimento da biologia do século XIX, procura transpor para as sociedades humanas a tese darwinista de melhora social. Foi a partir desse paradigma que, conforme Guerra, radicalizaram-se as políticas de perseguição aos judeus:

“Em julho de 1933, foi decretada lei de esterilização compulsória de diversas categorias de “defeituosos” e, com o início da Segunda Guerra Mundial, os alemães considerados mentalmente deficientes passaram a ser mortos em câmaras de gás. Médicos nazistas realizavam experimentos em prisioneiros nos campos de concentração, e, em Auschwitz, Mengele dedicou-se ao estudo de gêmeos para investigar a contribuição genética ao desenvolvimento de características normais e patológicas – de 1.500 pares de gêmeos submetidos a suas experiências, menos de 200 sobreviveram. (GUERRA, 2006, p. 2)

A ascensão do partido nazista ao poder, em 1933, esteve diretamente associada ao discurso antisemita. Já em *Mein Kampf*, livro que Adolf Hitler começou a escrever antes de se tornar chanceler alemão, estão presentes a associação entre judeus e ratos e a ideia de que os judeus eram parasitas no corpo da nação alemã. Essas foram as linhas centrais da política de perseguição aos judeus que ajudaram a corroborar o discurso nacionalista e militarista que caracterizou o regime. Em 1933, ano da eleição de Hitler, o primeiro campo de concentração, Dachau, foi construído. Em paralelo, o boicote a lojas de judeus e a animosidade crescente nas ruas das grandes cidades ajudaram a sedimentar o clima de perseguição aos judeus. Além disso, nesse mesmo ano, eles foram excluídos do funcionalismo público e foi criada a GESTAPO, a polícia secreta nazista que organizava as estratégias de captura de judeus. Em 1935, já com Hitler no mais alto posto de comando do país, os judeus foram proibidos de entrar para as forças armadas e expulsos de universidades. Nesse ano, também, as leis de Nuremberg passaram a reger as relações entre judeus e não judeus, estabelecendo os padrões raciais “toleráveis” de acordo com a ascendência. Em 1936, nos arredores de Berlim, começou a funcionar Sachsenhausen, que viria a se tornar o local de gestão para as políticas de extermínio.



Assimile

Na madrugada do dia 9 para o dia 10 de novembro de 1938 teve vez o episódio que ficou conhecido como a “Noite dos Cristais”. Nessa ocasião, oficiais das SS – as forças de repressão nazista – e um grande contingente de civis entraram em confronto com a comunidade judaica em muitas cidades do Reich (e até em Viena), invadindo moradias, hospitais e sinagogas a golpes de marretada. Nessa ocasião, em que cerca de 60 judeus foram mortos, teve início um programa de delação e perseguição sistemática aos judeus. O evento ganhou esse nome por conta dos vidros das lojas e casas que foram estilhaçados na noite do conflito.

Cerca de 6 milhões de judeus foram vítimas dessa perseguição ao longo da guerra. Alguns deles, confinados nos guetos de grandes cidades antes de serem presos, morriam de doenças como o tifo. Os que sobreviviam e não conseguiam emigrar ou esconder-se eram identificados pela polícia, perseguidos e enviados para os campos de trabalho forçado. Lá, trabalhavam em regime análogo ao da escravidão para satisfazer a demanda de mão de obra de empresas como Siemens-Halske e Bayer (IG-Farben), notadamente nos campos de Saschenhausen e Auschwitz, na Polônia. A escalada de horror, todavia, ainda não tinha chegado ao seu fim. Em 1942, na chamada Conferência de Wannsee, em Berlim, os oficiais nazistas começaram a debater o que ficou conhecido como “solução final” da questão judaica: o desenvolvimento das câmaras de gás, capazes de matar duas mil pessoas de uma só vez com o uso do veneno Zyklon-B. Nesse momento, a maior parte dos campos de concentração se converteu em campos de extermínio, e ficou estabelecida o que, anos depois, o oficial nazista responsável pelas execuções em Auschwitz, Hudolf Hoss, admitira ser uma “gestão da morte”.



Refleta

Uma das discussões mais candentes sobre o tema do Holocausto refere-se ao debate sobre se o genocídio dos judeus na Alemanha ser considerado ou não um crime contra a Humanidade ou, mais especificamente, um crime contra o povo judeu. Para Zygmunt Bauman (1998), o Holocausto deve ser entendido como um sintoma do nosso próprio desenvolvimento enquanto humanidade e, por isso, um problema universal. Outros autores, como Bernardo Lewgoy (2010), por exemplo, sustentam que a especificidade da perseguição e a singularidade da situação dos judeus frente ao regime devem garantir que o Holocausto seja interpretado como um problema da própria história do judaísmo. Você consegue imaginar de que forma essas discussões são importantes para a composição da memória sobre o Holocausto? De que modo os testemunhos de sobreviventes podem nos ajudar a refletir sobre a importância dessa memória para a identidade dos povos que sofreram genocídios? Talvez valha a pena pensar, como sugere Lewgoy, que “não há outro caminho para a prevenção senão a educação e a abertura cosmopolita para diferentes sujeitos” (LEWGOY, 2010, p. 55).

Sem medo de errar

Entre 1945 e 1949, na cidade de Nuremberg, uma série de julgamentos procurou caracterizar os crimes de guerra em termos de genocídio e crime

contra a humanidade. Nessas ocasiões, não apenas oficiais nazistas, mas também médicos, advogados e profissionais liberais que colaboraram com a perseguição aos judeus foram responsabilizados pelo genocídio. Você também já conhece o julgamento de Eichmann, ocorrido em 1962, descrito por Hannah Arendt.

Apesar de a comunidade internacional ter feito um amplo esforço nesse sentido, inclusive com a criação do Estado de Israel, em 1948, a questão da memória e do trauma, como você pode imaginar, não pode ser solucionada por decretos ou pactos internacionais. Por isso, na tentativa de evitar o revisionismo – ou seja, a relativização sobre a magnitude dos crimes ou sobre o caráter genocida da perseguição nazista aos judeus – muitas iniciativas foram tomadas no campo cultural e das políticas públicas para lidar com a memória traumática da guerra. Em Berlim, onde essas questões são latentes até os dias de hoje, foram construídos museus e memoriais no centro da cidade, e em lugares como Auschwitz, na Polônia, onde funcionou um dos maiores campos de concentração, as ruínas dos prédios foram transformadas em locais de memória e de homenagem aos mortos.

Todavia, esse amplo esforço não parece impedir a ocorrência de novos movimentos de intolerância e de xenofobia, não apenas na sociedade alemã como nas democracias ocidentais contemporâneas de forma geral. Tendo isso em mente, vamos voltar a uma de nossas reflexões inaugurais: é possível encontrar um paralelo entre o que acontecia na Europa naquele contexto e os últimos anos das democracias ocidentais?

Para responder a esse questionamento, vamos considerar que o século XXI vem presenciando o ressurgimento de movimentos nacionalistas, alguns deles de tom francamente xenófobo – como o PEGIDA, por exemplo, e alguns setores conservadores dos Estados Unidos que se opõem à imigração dos latinos. Além disso, o crescimento do discurso militarista também possui alguns pontos em comum com a atmosfera bélica dos anos 1930. Contudo, o elemento que nos ajuda a visualizar os paralelos com mais clareza talvez seja o questionamento dos direitos humanos e a negação do direito de memória às vítimas de regimes autoritários que vêm crescendo na contemporaneidade. Podemos concluir, então, que muitos elementos que caracterizaram o clima de crescimento do autoritarismo na sociedade europeia dos anos 1920 e 1930 continuam atuantes nos dias de hoje, embora seja preciso considerar, antes de encontrar semelhanças causais, que o século XXI possui especificidades – políticas, culturais e tecnológicas – e ter em vista o crescimento dessas tendências autoritárias dentro desse novo quadro de referências.

De que modo podemos envolver a comunidade escolar nesse debate, estimulando a cultura democrática a partir dos diálogos desta disciplina?

Um dos elementos que dificultou o combate ao fascismo nos anos 1930 foi, precisamente, o fato de que o fenômeno não foi plenamente compreendido pelas potências aliadas em seu tempo. Considerou-se, na época, que poderia ser um problema regional ou, no limite, uma reação temporária e setorial às políticas de austeridade que a Alemanha sofria durante a República de Weimar. Aos poucos, contudo, o movimento se mostrou não apenas mais forte do que se supunha, como também impermeável à crítica e ao debate de ideias: você conheceu, por exemplo, as sucessivas tentativas do Terceiro Reich em calar as vozes dissidentes, até mesmo com a queima pública de muitos livros que, supostamente, afrontavam seus princípios.

Pensando nisso, manter vivo o debate sobre o que é um movimento autoritário, quais são os perigos do discurso xenófobo e, sobretudo, a influência que essas ideias podem ter no surgimento de movimentos extremistas contemporâneos é uma tarefa com a qual você, como futuro professor de História, pode contribuir. Ao garantirmos um debate amplo com a comunidade escolar por meio de conversas, exposições e trabalhos de extensão que transcendam a mera exposição dos conteúdos, podemos sensibilizar a comunidade escolar para a necessidade de cultivar os direitos humanos e as garantias fundamentais, inibindo o surgimento de autoritarismos e extremismos na sociedade contemporânea.

Faça valer a pena

1. A imagem a seguir é uma reprodução da obra *Guernica*, pintada por Pablo Picasso em 1937. Ela retrata o bombardeio alemão contra a pequena cidade espanhola de Guernica, localizada no país Basco, na fronteira da França com a Espanha, durante o avanço da influência nazista no contexto do fim da Guerra Civil Espanhola.



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Guernica_\(quadro\)#/media/File:Mural_del_Gernika.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Guernica_(quadro)#/media/File:Mural_del_Gernika.jpg). Acesso em: 8 jan. 2019.

A partir do quadro de Picasso e de seus conhecimentos sobre a Guerra Civil Espanhola, assinale a alternativa correta.

- a) A Guerra Civil Espanhola ajudou a consolidar os pactos de não intervencionismo de potências como França, Inglaterra e Alemanha.
- b) Os bombardeios alemães e a ajuda militar que o país ofereceu às forças falangistas espanholas podem ser interpretados como um prelúdio da política expansionista do regime nazista.
- c) O bombardeio de Guernica foi uma das disputas finais do conflito espanhol, que consolidou a hegemonia republicana.
- d) O quadro de Picasso, enquanto manifestação crítica ao militarismo nazifascista, indica que os intelectuais e artistas pouco ou nada se envolveram na denúncia dos crimes de guerra do conflito espanhol.
- e) Guernica é um exemplo de como o militarismo nazifascista não teve influência no conflito espanhol, já que indica que era possível produzir arte mesmo durante o período de maior enfrentamento de republicanos e falangistas.

2. Observe a imagem a seguir. Trata-se da entrada do campo de concentração de Auschwitz, na Polônia. A citação que se encontra na porta de acesso significa, em alemão, “O trabalho liberta”. Considerando essa citação e seus conhecimentos sobre o nazismo, julgue as sentenças como verdadeiras (V) ou falsas (F).

Figura | Entrada do campo de concentração de Auschwitz



Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/Auschwitz_concentration_camp#/media/File:Entrance_Auschwitz_I.jpg. Acesso em: 9 jan. 2019.

- I. A frase “O trabalho liberta” faz parte do discurso antissemita do regime nazista, que associava os judeus a um subgrupo humano que deveria ser segregado.

- II. Considerando que os judeus eram levados à força para os campos de concentração, como o de Auschwitz, podemos inferir que a frase no portão de entrada era um modo de fazê-los se sentir bem diante da possibilidade de servirem ao regime nazista.
- III. Os campos de concentração foram úteis para empresas como a Siemens e a Bayer, que se utilizavam do trabalho escravo dos judeus para a produzir novas tecnologias e, após 1942, experiências científicas.
- IV. A frase acima da porta de entrada de Auschwitz ajuda a entender por que os judeus não estavam dispostos a fugir dos campos de concentração.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) I, II e IV.
- d) I, II e III.
- e) II e III.

3. Leia o trecho a seguir para responder à questão. Trata-se de um depoimento colhido na cidade de Hiroshima, em agosto de 1945.

“Apesar de ninguém visível, eu podia dizer que, devido à quantidade de gemidos, havia muitas pessoas presas embaixo da parede derrubada. Nós tentamos levantar a parede, mas somente com a força de algumas garotas a parede não se movia. Nós chamávamos pelos nossos colegas de sala soterrados embaixo da parede para os encorajar; não havia mais nada que pudéssemos fazer. O tempo passou em frustração. Não sabíamos mais o que fazer. Foi quando nosso diretor da escola, Sr. Takuo Matsumoto, apareceu e nos mandou fugir. ‘É uma bênção vocês terem sobrevivido. O fogo está se aproximando, então eu quero que vocês escapem imediatamente para o Mt. Ushita. Certo?’, ele disse, quase gritando. Percebemos que havia chegado a hora de dizermos adeus para nossos amigos. Ficávamos olhando para trás, pedindo desculpas em nossos corações e juntando nossas mãos em oração. Eu ainda, até hoje, ouço meus amigos suplicando por ajuda.” (HIROSHIMA JOGAKUIN ALUMNI ASSOCIATION, 2005, p. 72 apud NAKAGAWA, 2015, p. 246, tradução nossa)

Assinale a alternativa correta.

- a) O fragmento é um exemplo de como o testemunho pode ter um papel importante na construção da história, na medida em que acessa narrativas que uma abordagem “macro” tende a não considerar. O caso das testemunhas de Hiroshima, como nos conta Nakagawa, é um exemplo dessa possibilidade.
- b) O testemunho ajuda a perceber que a experiência traumática é fruto de uma sensibilidade individual e, portanto, não pode se referir a acontecimentos coletivos como a bomba atômica, por exemplo, que foi um evento que dizia respeito unicamente às tensões entre os governos americano e japonês, não afetando o cotidiano das populações envolvidas.
- c) A última frase do depoimento é um indicativo de que as memórias de guerra só podem ser superadas a partir do esquecimento. Tal aspecto pode ser observado, também, pela ausência de memoriais sobre esse conflito, inclusive no que se refere aos campos de concentração nazistas.
- d) As cidades de Hiroshima e Nagasaki eram focos de resistência civil ao domínio americano, motivo pelo qual os EUA não tinham outra alternativa senão atacá-las com a bomba atômica.
- e) O depoimento ajuda a perceber que os efeitos em cadeia da explosão da bomba – como o incêndio de amplas proporções – não foram tão importantes para a reconstrução testemunhal das vítimas, já que a derrota na Guerra foi, para os japoneses, um modo de se reconciliarem com o ocidente, o que permitiu que a memória da explosão fosse superada com a integração na sociedade ocidental.

- ADORNO, T. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém**. Un estudio sobre la banalidad del mal. Barcelona: Lumen, 1999.
- ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- ARTHMAR, R. Os Estados Unidos e a economia mundial no Pós-Primeira Guerra. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 29, p. 97-117, 2002. Disponível em: <http://biblioteca-digital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2156>. Acesso em: 11 out. 2018.
- AZEVEDO, E.; PONGE, R. André Breton e os primórdios do surrealismo. **Revista Congénita**, v. 3, n. 2, p. 277-284, nov. 2008.
- BAUMAN, Z. **Modernidade e holocausto**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BENSOUSSAN, G. **História da Shoah**. Tradução de Xoán Garrido Vilariño. [S.l.]: Asociación de Tradutores Galegos, 2005.
- BLOCH, M. **Apologia da história ou Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. [s.d.]. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 21 dez. 2018.
- BRASIL. Memórias da Ditadura. **O que é justiça de transição**. [s.d.]. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/justica-de-transicao/index.html>. Acesso em: 21 dez. 2018.
- BRETON, A. **Manifesto Surrealista**. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2320. Acesso em: 30 set. 2018.
- CALIXTO, R. **As vanguardas europeias do século 20 e as influências da semana de arte moderna na ilustração de livros de literatura infantil brasileiros**. 2012. 13 f. Resumo (Departamento de Artes e Design) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2012.
- CARUTH, C. (Org.) **Trauma: explorations in memory**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1995.
- CECIERJ. **Leis de Nuremberg**. [s.d.]. Disponível em: <https://goo.gl/JKh2DS>. Acesso em: 8 jan. 2019.
- COGGIOLA, O. **As grandes depressões (1873-1896 e 1929-1939): fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente**. São Paulo: Alameda, 2009.
- COSTA, M. C. C. Cultura e resistência na Guerra Civil Espanhola. **Cadernos Neolatinos**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 7, 2009. Disponível em: http://www.letras.ufrj.br/neolatinas/media/publicacoes/cadernos/a9n7/maria_costa.pdf. Acesso em: 12 out. 2018.
- DAEHNHARDT, P. As origens da Grande Guerra e o estatuto de Grande Potência: o caso da Alemanha. **Relações Internacionais**, [S.l.], n. 42, p. 79-93, jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1645-91992014000200006&lng=pt&nrm=i. Acesso em: 24 out. 2018.
- FREUD, S. **O mal-estar da civilização e outros textos**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- FROMM, E. **O medo à liberdade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- FUNDO BRASIL. **Mães de Maio**. [s.d.]. Disponível em: <https://fundodireitoshumanos.org.br/projeto/maes-de-maio/>. Acesso em: 21 dez. 2018.

GARCÍA, H. A historiografia sobre a Guerra Civil espanhola no início do século XXI entre a política e a renovação. **Revista de Relações Internacionais**, [S.l.], n. 10, p. 123-136, jun. 2006. Disponível em: http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri10/RI10_11HGarcia.pdf. Acesso em: 24 out. 2018.

GAY, P. **A cultura de Weimar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GRAHAM, H. **Guerra Civil Espanhola**. São Paulo: L&PM Pocket, 2013.

GUERRA, A. Do Holocausto nazista à nova eugenia no século XXI. **Com Ciência** [revista digital], Campinas, 10 fev. 2006. Disponível em: <http://comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=8&id=44>. Acesso em: 14 out. 2018.

HOBBSAWM, E. **A Era dos Extremos**. O Breve século XX. 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, E. **História social do jazz**. Tradução de Ângela Noronha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. Resenha de: Maria Regina Vannucchi Leme. História social do jazz segundo Hobsbawm. **Revista de Estudos Universitários**, v. 31, n. 1, p. 9-32, 2005. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/reu/article/view/2635/2256>. Acesso em: 11 out. 2018.

JIMÉNEZ, A. **Futurismo italiano y fascismo paradigmático**: estética y política en una convergencia problemática. Tese (Doutorado) – Universidad del País Vasco-Euskal, Herriko Unibertsitatea, Denostia, 2015.

KRAUZS, L. Consciência e Inconsciência do nazismo. **Pandaemonium germanicum**, São Paulo, v. 15, p. 190-196, 2010.

LEWGOY, B. Holocausto, trauma e memória. **WebMosaica**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 50-56, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/webmosaica/article/view/15544/9300>. Acesso em: 24 out. 2018.

LIMA, B. C. Eles devoraram tudo: primitivismo, barbárie e as vanguardas. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 64, p. 296-309, ago. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/119554>. Acesso em: 17 out. 2018.

MANDEL, E. **El fascismo**. Madrid: Ed. Akal, 1987.

MOURÃO, R. R. F. Hiroshima e Nagasaki: razões para experimentar a nova arma. **Revista Scientia Studia**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 683-710, out./dez. 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ss/article/view/11059>. Acesso em: 24 out. 2018.

NAKAGAWA, C. Hiroshima: a catástrofe atômica e suas testemunhas. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 29, n. 84, p. 241-259, maio/ago. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000200241. Acesso em: 24 out. 2018.

NAPOLITANO, M. A relação entre arte e política: uma introdução teórico-metodológica. **Temáticas**, Campinas, v. 37/38, p. 25-56, jan./dez. 2011.

NORA, P. Présentation. In: NORA, P. (Ed.) **Les lieux de mémoire**. Paris: Editions Gallimard, 1984. (Bibliothèque Illustrée des Histoires).

PERAZZO, A. **La ambivalente relación entre la ideología futurista y el fascismo italiano**. [s.d.]. Disponível em: https://www.academia.edu/27103093/La_ambivalente_relaci%C3%B3n_entre_futurismo_y_fascismo. Acesso em: 30 set. 2018.

POMINI, I. P. **Guerra civil e autogestão**: a revolução espanhola. [s.d.]. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/7sneq/docs/025.pdf>. Acesso em: 14 out. 2018.

PRADO, L. C. A grande depressão e a grande recessão: uma comparação das crises de 1929 e 2008 nos EUA. **Revista Econômica**, Niterói, v. 13, n. 2, dez. 2011.

REICH, W. **Psicologia de massas do fascismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

ROLLEMBERG, D. Revoluções de direita na Europa do entre-guerras: o fascismo e o nazismo. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 355-378, maio./ago. 2017.

SEBRELI, J. J. **Las aventuras de la vanguardia**: el arte moderno contra la modernidad. Buenos Aires: Sudamericana, 2002.

SORJ, B. Antisemitismo na Europa hoje. **Novos Estudos**, v. 79, n. 2, p. 97-115, nov. 2007.

SOUSA, B. Nazismo, Socialismo e as políticas de direita e esquerda na primeira metade do século XX. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS**, v. 7, n. 14, p. 141-163, dez. 2015.

VASCONCELOS, D. Justiça de transição e Direito Internacional: o direito à verdade e o dever do Estado de processar e punir graves violações aos direitos humanos. **e-Civitas**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 1-33, dez. 2013.

VISCARDI, R. F. A Guerra e o homem americano. Anos 1920 em Scott Fitzgerald. **Revista Landa**, v. 2, n. 1, 2013.

Unidade 3

Guerra Fria e lutas anticoloniais

Convite ao estudo

Caro aluno, seja bem-vindo! Nesta unidade você será convidado a conhecer as linhas gerais do processo de reorganização mundial ocorrido após a Segunda Guerra. Você verá que, em paralelo à consolidação do chamado “mundo bipolar”, proliferaram conflitos regionais, de modo que a divisão do mundo entre a esfera de influência americana, de um lado, e soviética, de outro, não pode ser entendida sem que se observe, atentamente, a emergência de novos sujeitos políticos e culturais, como as mulheres, os jovens e os protagonistas dos movimentos da contracultura de modo geral. Quando observamos a existência de tantos movimentos polissêmicos nas décadas de 1950 e 1960, vemos que, dentro da bipolaridade da Guerra Fria, existiram nuances, e vamos estar atentos a elas durante este percurso.

Para que possamos refletir acerca dessa situação aparentemente contraditória, começaremos o percurso nas primeiras conferências do pós-guerra e em seus resultados mais imediatos, como a criação da ONU e do Estado de Israel. Em seguida, veremos como conflitos como a Guerra da Coreia, a Revolução Chinesa e a Guerra do Vietnã estiveram ligados à divisão do mundo entre duas potências rivais, os EUA e a URSS. Percorreremos também a história de países orientais, das independências africanas, do movimento pacifista de Gandhi e dos conflitos no Oriente Médio. Por fim, nos debruçaremos sobre os projetos de alternativa à modernidade que germinaram no terreno fértil dessas modificações: a contracultura, o feminismo dos anos 1960 e, especialmente, a figura do “jovem” como ator político. Vale a pena considerar, inclusive, que o ano de 2018 marcou os 50 anos de um movimento muito importante para esse processo: o episódio que ficou conhecido como “Maio de 1968”, que você pode conhecer acessando as seguintes páginas:

CHARLEAUX, J. P. Maio de 1968: as origens e os ecos do movimento. **Nexo**, São Paulo, 5 maio. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2018/05/05/Maio-de-1968-as-origens-e-os-ecos-do-movimento>. Acesso em: 5 fev. 2019.

THIOLLENT, M. Maio de 1968 em paris: testemunho de um estudante. **Rev. Sociol.**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 63-100, out. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v10n2/v10n2a06>. Acesso em: 5 fev. 2019.

O intelectual palestino Edward Said, autor de obras importantes sobre a questão do colonialismo moderno, narrou, na introdução de seu livro *Representações do Intelectual*, uma situação complexa pela qual passou enquanto escritor, e que também se relaciona com a emergência dos novos sujeitos políticos e culturais no contexto do mundo bipolar a qual esta unidade se dedicará. Ao ser chamado por uma famosa emissora de Rádio, a BBC, para falar sobre a questão palestina, Said foi criticado por alguns grupos que afirmavam que, sendo ele um palestino, não poderia falar sobre a questão palestina, pois não teria a devida “neutralidade”. A situação descrita por Said nos leva a algumas perguntas importantes, que são alvo de intensos debates na historiografia, sobre as décadas de 1960 e 1970: afinal, quem pode falar por quem? É possível que um intelectual fale em nome de povos ou grupos sociais que não aqueles aos quais pertence?

Sabemos que, ao longo do século XX, os europeus, que antes detinham o monopólio da narrativa sobre a maior parte de uma história dita universal, viram esse privilégio ser confrontado por grupos e autores periféricos, que pretendiam falar em nome de sua própria identidade e não serem vistos como “exóticos”. Esse debate vem sendo atualizado, hoje em dia, pelas discussões acerca do “lugar de fala”. Diversos movimentos, como o das mulheres, por exemplo, vêm reivindicando a propriedade de falar por si mesmos, superando a narrativa que “os outros” historicamente fizeram de sua identidade. Essas discussões, muito presentes nas redes sociais, podem aparecer em sala de aula quando falamos a respeito da emergência de novos sujeitos de enunciação. Tendo isso em mente, vamos manter, no horizonte de nossa prática em sala de aula, a possibilidade de acionar o debate sobre os “lugares de fala” como um tema transversal às problemáticas tratadas na Unidade a partir do envolvimento dos alunos na criação de um jornal a fim de que possam refletir sobre a produção de narrativas e seu impacto na comunicação de ideias e acontecimentos. Vamos começar nossa jornada?

O nascimento do mundo bipolar

Diálogo aberto

Caro aluno, nesta seção nos dedicaremos ao nascimento e à consolidação do chamado “**mundo bipolar**”. Essa expressão, que procura caracterizar o mundo do pós-guerra, especialmente as décadas de 1960 e 1970, pretende abarcar a competição entre as duas principais potências vencedoras do conflito mundial: EUA e URSS. Faz sentido pensarmos em um mundo bipolar se esse contexto – 1960’s 70’s – é precisamente aquele em que novos sujeitos emergem na cena política e os países orientais e africanos conquistam sua emancipação política frente às potências europeias?

Para responder a esse questionamento, nós vamos acompanhar de que modo o “mundo bipolar” comportou, em seu interior, uma série de conflitos: casos como a **Revolução Chinesa** e a **Guerra da Coreia**, por exemplo, reproduziram, a seu modo, a divisão das zonas de influência americana e soviética. Igualmente, as criações da **ONU** e da **OTAN** e as discussões sobre a criação do Estado de Israel tinham como pano de fundo a divisão do mundo entre as duas potências do pós-guerra: EUA e URSS.

Uma das principais novidades do período, quando pensamos no contexto mais amplo da emergência de novos sujeitos, é o fortalecimento da imprensa e da opinião pública diante da política. Essa relação entre imprensa e política é, nos dias atuais, ainda mais candente graças às mídias digitais. Todavia, as imbricações entre as duas instâncias não são novas e remontam às décadas de 1950 e 1960, quando a divulgação, em larga escala, do rádio e da televisão permitiram que a opinião pública se tornasse uma força que nenhum partido político poderia desconsiderar.

Hoje em dia, podemos observar diversas situações em que a imprensa e a política se relacionam, algumas vezes, de forma conflituosa, como nos casos de censura aplicada à produção de jornalistas, e, outras vezes, harmonicamente, cabendo à imprensa o papel de divulgar e informar a população acerca da política. Veja, por exemplo, alguns casos emblemáticos em que a escolha de palavras da grande mídia sobre algum movimento que está sendo retratado influencia a percepção da audiência sobre o tema. Recentemente, no Brasil, vimos como a imprensa cumpre um papel relevante na política: ao eleger quais pautas serão abordadas, ela consegue direcionar uma parte considerável da opinião pública para os temas que julga importante. Perceba, por exemplo, como o tema da “corrupção” tornou-se uma constante em nossa grande mídia, enquanto

outros, muito comuns em outras circunstâncias, como “dívida externa”, são menos abordados.

Tendo isso em mente, vamos retomar o contexto de aprendizagem desta unidade, que trabalha a relação entre lugar de fala e comunicação. Os alunos comentaram com você que estão com um projeto de criar um jornal da escola. Pensando nisso, você propôs a seguinte atividade para a turma: analisar algumas manchetes de jornal sobre “corrupção”, um tema bastante reiterado pela imprensa brasileira nos últimos anos, a fim de identificar as distintas escolhas narrativas que os meios de comunicação fazem na produção de seus textos. A partir dessa análise, você coloca as seguintes questões: podemos afirmar que a escolha dos termos utilizados nas manchetes é neutra? Que escolhas narrativas elas fazem e de que lugar enunciam?

Não pode faltar

Você deve se lembrar que, após a Primeira Guerra Mundial, as potências vencedoras (principalmente Inglaterra e França) tentaram formar uma organização supranacional que pudesse evitar e arbitrar conflitos em sua área de influência, a Liga das Nações. Naquela ocasião, contudo, os EUA, potência militar que emergia com a derrota alemã, resistiram a pactuar alguns pontos e, na década de 1930, a tentativa de arbitragem acabou perdendo força. No fim da Segunda Guerra, todavia, os Estados Unidos se envolveram enfaticamente na construção de uma arbitragem internacional. Uma série de conferências entre os países vencedores do conflito – especialmente Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética – buscava reorganizar e pacificar os territórios envolvidos no conflito após a rendição do Eixo. A principal delas, que tomaria proporções decisivas nos anos seguintes, foi a Conferência de Potsdam, ocorrida em Berlim, ainda em 1945. Nessa ocasião, as duas potências que haviam saído fortalecidas da guerra, EUA e URSS, dividiram o território alemão, deliberaram sobre o destino do Japão e, sobretudo, repartiram o mundo nas chamadas “zonas de influência”, de modo a garantir que ambas teriam sua soberania respeitada econômica e politicamente. Essa divisão foi discutida também na Conferência de Yalta, também em 1945, que envolveu não apenas EUA e URSS, mas também Grã-Bretanha, China e França. Como resultado dessas conferências, a Alemanha foi dividida em quatro zonas de ocupação – uma francesa, uma inglesa, uma norte-americana e uma soviética – e a própria cidade de Berlim foi dividida entre americanos e soviéticos. A criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, na Califórnia, é fruto desse contexto. Observe, por exemplo, o preâmbulo da carta de fundação da Organização:

“Nós, os povos das Nações Unidas, decididos: a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra que por duas vezes, no espaço de uma vida humana, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade; a reafirmar a nossa fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações, grandes e pequenas”, tendo como primeiro objetivo “Manter a paz e a segurança internacionais e para esse fim: tomar medidas coletivas eficazes para prevenir e afastar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão, ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos, e em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajustamento ou solução das controvérsias ou situações internacionais que possam levar a uma perturbação da paz. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, [s.p])

Como você pode perceber pelos objetivos que estão colocados no documento de fundação, a criação da ONU (bem como da OTAN, Organização do Tratado do Atlântico Norte, em 1949) estava diretamente ligada à superação do trauma da Segunda Guerra Mundial. É com essa prerrogativa, vale lembrar, que, em 1948, a ONU lançou seu documento mais famoso, a Declaração dos Direitos Universais do Homem.

Apesar das boas intenções, a ONU nunca foi um território diplomático isento de conflitos e interesses nacionais (HOBBSAWM, 1995). Um dos primeiros imbróglios que a organização enfrentou foi a demanda pela criação de um Estado para o povo judeu, que havia sido vítima do Holocausto durante a Segunda Guerra Mundial. Nessa ocasião, os interesses favoráveis e contrários aos termos da criação do novo estado mostraram que, efetivamente, não se tratava de uma arena neutra, mas de uma esfera de disputas acirradas. A região da Palestina, anteriormente sob comando britânico, havia sido cedida aos EUA que, no fim da Segunda Guerra, delegou à ONU a responsabilidade pelos conflitos naquela região, especialmente radicalizados após a criação da Liga Árabe, em 1945, no Cairo. A partilha da Palestina em benefício de Israel foi decidida em votação na assembleia geral da ONU em 29/11/1947, com 33 votos a favor, 13 contra e 10 abstenções (ZUCCHI, 2014). Essa decisão esteve permeada por uma ampla discussão acerca da criação do novo Estado, que não era consensual nem mesmo entre os países integrantes da ONU. Vamos agora conhecer um pouco dessa história.



Assimile

O sionismo, movimento em defesa da autodeterminação do povo judeu, é um movimento que se fortaleceu como resposta ao antissemitismo, que,

como você sabe, tinha grande força na Europa mesmo antes das Guerras Mundiais. A partir do caso Dreyfus, ocorrido na França nos últimos anos do século XIX, uma série de autores começou a ventilar a demanda por um “lar judeu”, sendo um dos principais porta-vozes desse movimento León Pinsker. Ainda em 1897, na Basileia, Theodor Herzl, outro porta-voz, falava em nome da criação de um *Judenstaat*. Nessa ocasião, inclusive, a região da Palestina foi escolhida para ser o lugar de estabelecimento do Estado. Tais postulações culminaram na famosa Declaração de Balfour, em 1917, na qual importantes personalidades do movimento sionista, como o Barão Rothschild, pactuaram com o governo inglês no sentido de garantir a autonomia do estado judeu após o término do conflito com os otomanos. Isso significa que a demanda por autonomia territorial da década de 1940 não é, simplesmente, uma resposta ao Holocausto, mas sim uma radicalização de uma disputa histórica.

A decisão da ONU em favor da criação do Estado de Israel, como você pode observar, inseria-se em um amplo debate internacional sobre os danos causados ao povo judeu pelo Holocausto. A opinião pública nos países vencedores, de modo geral, era favorável à essa reparação. Nos Estados Unidos, em específico, o tema era alvo de calorosos debates. Em 1947, o presidente Harry Truman (1884-1972) lançou a famosa Doutrina Truman, que consagrava uma política anticomunista e que pretendia projetar o país como grande árbitro de questões internacionais. Tal proposta se unia ao famoso Plano Marshall, tentativa econômica de recuperação dos países europeus e, consequentemente, de contensão à expansão soviética no Oriente.

É nesse contexto que emerge com mais força, na esfera pública americana, a defesa do sionismo, movimento em luta pelo direito de autodeterminação do povo judeu. A convergência de interesses entre a política externa dos EUA (frear o expansionismo soviético no Oriente) e o sionismo favoreceu a pressão na ONU que acabou corroborando a demanda dos grupos judaicos envolvidos na defesa de sua soberania territorial. Nos termos de Bernardo Sorj:

“O objetivo do sionismo era “normalizar” o povo judeu com a criação de uma nova cultura secular que tinha como base a relação com a natureza e o trabalho físico, rompendo assim com a “herança diaspórica”. O processo de religação do sionismo com a religião foi longo e, até hoje, conflitivo. A justificativa de Theodor Hertzl, criador do sionismo político, para colonizar a terra de Israel não se fundava na religião, mas numa visão pragmática que acreditava que a Palestina era um território pouco habitado

e que a emigração judia iria trazer progresso e oportunidades de trabalho para todos (2014, p. 65)

O Estado Judeu comportaria, nos planos iniciais de sua criação, 498 mil judeus e 497 mil árabes, abarcando 56% da Palestina; o árabe comportaria 725 mil árabes e 10 mil judeus e abrangeria 44% da Palestina; Jerusalém, com uma população de 100 mil judeus e 105 mil árabes, teria status internacional (ZUCCHI, 2014). A cidade de Jerusalém, sagrada para muçulmanos, judeus e católicos, permaneceria como um corpo separado e viveria sob um regime especial, sendo administrada pela ONU.



Reflita

Figura 3.1 | Palestina



Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Map_of_Israel,_neighbours_and_occupied_territories_mk.svg. Acesso em: 18 nov. 2018.

Em 1988, em Argel, na Argélia, a OLP (Organização para Libertação da Palestina) proclamou a independência palestina. Vários países imediatamente reconheceram sua legitimidade e, em 1989, a ONU começou a negociar a legitimidade formal do Estado Palestino. Um dos entraves para a negociação foi o Estado de Israel, que se recusa, até hoje, a reconhecer a autoridade palestina sob parte do que considera seu território. Observando o mapa da Figura 3.1, atente-se para os territórios em verde (pertencentes a Israel) e para as sucessivas fronteiras territoriais que as linhas indicam. É possível perceber de que modo a divisão operada no pós-guerra, que redundou na criação de Israel, tem relação com

as disputas territoriais de hoje em dia? Você sabia que, até hoje, Israel não reconhece a soberania palestina?

Outra grande questão que passou pela ONU e que também dizia respeito às reparações de Guerra foi o julgamento de Eichmann, que você já conhece, narrado pela filósofa Hannah Arendt (1999). Ainda na esteira da opinião pública favorável às demandas judaicas, o ex-oficial das SS, Adolf Eichmann, havia sido capturado, na Argentina, em 1960, e levado a Israel para ser julgado, processo que o levou à pena de morte, em 1962. O caso Eichmann, inclusive, foi o precedente para que a organização passasse a atuar como paradigma internacional para casos de crimes de guerra, genocídios e atentados contra a humanidade. Sobretudo, o julgamento marcou o fortalecimento de uma política de identidade nacional israelense, contribuindo para consolidar as demandas desse estado por reconhecimento internacional e, em paralelo, as tensões no mundo árabe.



Pesquise mais

A criação do Estado de Israel acirrou disputas territoriais e culturais no mundo árabe. Para conhecer sobre o processo que levou a grandes massacres e deslocamentos de comunidades inteiras ao longo do século XX, consulte:

PAPPÉ, I. **A Limpeza étnica na Palestina**. São Paulo: Sundermann, 2016.

Em paralelo ao fortalecimento da ONU, uma série de conflitos regionais emergiu nos anos que seguiram à Segunda Guerra. Um dos casos mais importantes é o da Revolução Chinesa, justamente por se relacionar intimamente com o predomínio da URSS em sua zona de influência oriental. Embora o Partido Comunista Chinês (PCC) tivesse sido fundado ainda em 1921 com o apoio do Komitern soviético, o ano de 1949 marcou o recrudescimento de uma tensão que vinha sendo gestada há muitas décadas na política chinesa: o conflito entre os comunistas e os nacionalistas.

Após a derrota do Japão na Segunda Guerra e a consequente perda de influência japonesa no território chinês, a Revolução que se iniciou em 1949 foi importante para consolidar o poder dos comunistas e, sobretudo, para a reverberação internacional da posição chinesa, que se tornava, aos poucos, uma liderança comunista ao lado da URSS. Vale considerar esse aspecto amplo do conflito já que “o tema dominante desse texto fundador da China moderna é a periclitante situação da China na desesperada passagem do duro período de colonialismo para conseguir sua autonomia e participação

igualitária no concerto das nações”. (SPROVIERO; CHEN, 2004, p. 49 *apud* DA SILVA, 2008, p. 53).

Entre 1949 e 1962, uma série de reformas foi posta em prática pela liderança do PCC, encabeçada por Mao Tsé Tung (1893-1976). A reforma agrária, especialmente, pretendia modernizar as relações produtivas da China – vamos considerar que de uma população em torno de 1,3 bilhão, mais de 800 milhões compunham o mundo rural chinês (DA SILVA, 2008). Sob os auspícios da URSS, uma série de medidas aprofundava as mudanças no campo e modernizava as relações urbanas, tais como a abolição dos casamentos forçados, a emancipação da mulher, especialmente no que diz respeito às relações de concubinato, entre outras medidas de grande impacto e boa aceitação. Com a morte de Stalin em 1953, contudo, as relações entre China e URSS passaram por um período turbulento. Observe, por exemplo, o documento a seguir, firmado pelo Partido Comunista (PC) chinês em 1963 e dirigido a Nikita Krushov, secretário Geral do PC-URSS a partir de 1953.

“O avanço para o comunismo quer dizer o desenvolvimento na direção de elevar a consciência comunista das massas populares. É inconcebível uma sociedade comunista em que persista a ideologia burguesa. Porém Kruchov insiste por fazer renascer a ideologia burguesa na União Soviética e trabalha como um missionário da putrefata cultura norte americana. Difunde o incentivo material, reduz as relações entre os homens a simples relações de dinheiro e fomenta o individualismo e o egoísmo. Devido a ele, o trabalho manual volta a ser considerado como algo indigno, e o amor aos prazeres as custas do trabalho alheio, como algo honorável. (CÔMITE CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, 1963, p. 430 *apud* SANTANA, 2009, p. 117)

A difícil relação com a URSS, por um lado, e o aumento da demanda por produtividade, por outro, levaram o PC chinês a tomar medidas bastante impopulares para aumentar a produtividade no campo. Diante da necessidade de mão de obra para o cultivo agrário e da ameaça da oposição letrada ao regime, intelectuais e professores passaram a ser enviados às zonas rurais. Medidas como essa fizeram com que o líder histórico do partido, Mao Tsé Tung, fosse relegado a uma posição de menor prestígio dentro do partido. Após um período de reclusão, contudo, Mao começa a organizar o que ficou conhecido como “Revolução Cultural”, a partir de 1966, baseado no princípio de “luta de classes contínua”. Atualizando a seu modo alguns pressupostos do marxismo-leninismo, passa a vociferar contra as ideias “antigas” e propor um

estado de permanente engajamento intelectual que se generalizasse por todos os setores sociais. Mao instigou seus seguidores à perseguição de professores e intelectuais, e uma poderosa milícia que agia em seu nome atacava escolas e outras instituições em nome da “destruição da cultura burguesa”. Estima-se que esse processo tenha vitimado cerca de 30 milhões de chineses. Embora o partido comunista tenha continuado no poder, a radicalização proposta por Mao foi encerrada após sua morte, em 1976, quando os moderados reassumiram o poder.

Apesar de as relações entre a China e a URSS terem sido oscilantes, algumas ações estratégicas aproximavam os dois países comunistas. A interferência da URSS na chamada “questão da Coreia”, por exemplo, foi uma dessas ocasiões em que a confluência de interesses entre Pequim e Moscou se mostrou determinante. Nesse caso, contudo, a disputa de influências contaria com um outro fator importante: os Estados Unidos.

A Guerra da Coreia propriamente dita se dá entre 1950 e 1953, mas seus antecedentes remontam ao fim da Segunda Guerra Mundial. Após a derrota militar dos japoneses, em 1945, o território coreano dividiu-se entre o Norte, majoritariamente apoiador do comunismo soviético, e o Sul, alinhado aos EUA.

Em 1950, o Norte invade o Sul, em uma ofensiva disposta a tomar a cidade de Seul. Diante dessa situação, a ONU foi chamada a negociar. Essa mediação, contudo, atendendo ao chamado dos EUA, não atendia nem aos interesses soviéticos nem aos chineses, também interessados em manter influência militar na península. Após três anos de intensos conflitos, a Coreia do Sul, apoiada por Estados Unidos e outros países capitalistas, apresentava várias vitórias militares. O custo humano, todavia, foi imenso. Sangrentos conflitos ocorreram em território coreano, provocando a morte de aproximadamente 4 milhões de pessoas, em grande parte civis. Em julho de 1953, o governo norte-americano ameaçou usar armas nucleares contra Coreia do Norte e China caso a guerra não fosse finalizada com a rendição norte-coreana. Em 28 de março de 1953, Coreia do Norte e China aceitaram a proposta de paz das Nações Unidas.

Apenas em julho de 1953 a assinatura do armistício entre as forças americanas e soviéticas foi levada a cabo. A divisão entre as duas Coreias, todavia, seguiu atuante por toda a Guerra Fria.

Não podemos menosprezar, nesse sentido, que os conflitos regionais, no caso da Coreia, foram potencializados pelas linhas de força da disputa mais ampla entre EUA e URSS. Inclusive, naquela ocasião, pela primeira vez após as bombas de Hiroshima e Nagazaki, em 1945, o mundo vivia uma apreensão a respeito da possibilidade do uso de armas atômicas entre as duas

potências. Segundo Hobsbawm (1995), o conflito na Coreia é importante por ter sido uma das poucas ocasiões em que a animosidade militar entre EUA e URSS foi, efetivamente, concretizada. A disputa, nesse sentido, transcendia a negociação territorial entre as Coreias e traduzia-se na competição simbólica entre as duas potências. É a partir desse momento que, inclusive, começa a se acirrar uma ampla competição militar entre os dois países, a chamada corrida armamentista, publicamente divulgada como uma disputa entre o mundo comunista e seu oposto, a sociedade liberal americana.



Exemplificando

Um dos episódios mais famosos da chamada “corrida armamentista” ocorreu em Cuba, em 1962. Três anos após a tomada do poder por Fidel Castro, a ilha estava amparada pela influência soviética. Nikita Krushov, o líder soviético, havia instalado em Cuba mísseis capazes de atingir os EUA. John Kennedy, alarmado pela proximidade do arsenal soviético (apenas 140 km do território americano) lança um alerta à população americana, gerando uma situação de tensão internacional que durou 13 dias. Diante da ameaça internacional de uma precipitação do uso de arsenal atômico, Kennedy e Krushov acabam entrando em acordo com a promessa de retirada dos mísseis americanos na Turquia, de modo que o uso de bombas nucleares acabou sendo descartado. O episódio, contudo, notabilizou-se por evidenciar ao mundo a potência destrutiva da corrida armamentista. Para saber mais sobre ele, você pode consultar o artigo de Sidarta Domingos sobre o tema:

DOMINGOS, S. 50 anos da crise dos mísseis: horror nuclear em tempos presentes. **Historiæ**, Rio Grande, v. 4, n. 2, p. 79-90, 2013.

Desde os primeiros anos da década de 1960, tanto Nikita Krushov como John Kennedy articulavam seus discursos presidenciais em seus respectivos países, URSS e EUA, a partir da animosidade que as duas potências sustentaram durante a Guerra Fria. Se, por um lado, o governo soviético precisava lidar com o aumento crescente do poder americano, os governos de Washington contavam com uma grande máquina de propaganda capaz de convencer amplamente a opinião pública da necessidade de manutenção do estado de alerta anticomunista. Nesse sentido, como salienta Hobsbawm,

“ não foi o governo americano que iniciou o sinistro e irracional frenesi da caça às bruxas anticomunista, mas demagogos exceto isso insignificantes - alguns deles, como o notório senador

Joseph McCarthy, nem mesmo particularmente anticomunistas - que descobriram o potencial político da denúncia em massa do inimigo interno” (1995, p. 232).

Real ou fictícia, a ameaça permanente de guerra entre EUA e URSS possuía uma grande força mobilizadora. O aumento do número de armamentos, inclusive atômicos, que respondia à necessidade de ambos os países de projetar-se à frente um do outro no que diz respeito ao alcance de seu potencial bélico, deixava o restante do mundo em estado de alerta. Como você deve se lembrar, o programa atômico americano, desenvolvido em grande medida a partir dos estudos de físicos alemães exilados durante o nazismo (MOURÃO, 2005), já havia provado ao mundo, nas explosões no Japão, que uma guerra de proporções nucleares poderia facilmente levar à extinção da humanidade. A URSS, por outro lado, já em 1949, testava com sucesso sua primeira arma atômica, no Cazaquistão. Os limites dessa tensão são expandidos à corrida espacial a partir de 1957, ano em que os URSS põem em órbita o primeiro satélite artificial da Terra, o Sputnik 1. Um mês depois, a URSS enviava não apenas um satélite, mas um capaz de levar a bordo uma cadela, Laika. Com isso, Krushov abria caminho para uma antiga ambição dos projetos científico-militares russos, a saber, o envio de uma missão tripulada para o espaço. Tal propósito se consolida em 1961, primeiro ano da presidência de Kennedy, quando Yuri Gagarin, a bordo da Vostok 1, expande definitivamente os até então consolidados limites da corrida espacial.

É importante considerar que essas iniciativas soviéticas fomentaram na opinião pública internacional, especialmente na norte-americana, uma atitude favorável ao desenvolvimento da ciência e ao seu uso para fins militares. Em nome da corrida espacial, afinal, começava-se a descortinar um amplo campo de pesquisa inédito. Nesse sentido, a área de ciência e tecnologia, embora subordinada aos interesses político-econômicos das duas potências, passou a ganhar proeminência, inclusive no discurso público, de modo que os altos gastos do programa espacial eram politicamente aceitáveis para grande parte da população. Aproveitando-se dessa grande aceitação da ciência em termos populares, o presidente Kennedy anunciou, em 1961, que os EUA enviariam astronautas para a Lua antes do fim da década. Em 1969 a promessa foi cumprida, e o mundo assistiu, incrédulo, aos famosos primeiros passos de Neil Armstrong no satélite natural.

Apesar do sucesso científico da corrida espacial, é preciso levar em conta que foi um período de muito temor. O impasse conhecido como MAD (Destruição Mútua Assegurada), segundo Weiland, era o que gerava a sensação de que a existência mundial estava ameaçada pela corrida entre os dois países, que deveria, em algum momento, encontrar um limite político

e humanitário, o que só viria a acontecer, efetivamente, com o enfraquecimento da URSS, já no fim dos anos 1970. Ainda assim, mesmo em 1986, após o fim das animosidades, havia cerca de 70 mil ogivas.

Conforme lembra Hobsbawm, referindo-se ao período da Guerra Fria, “gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, poderiam estourar a ‘qualquer momento e devastar a humanidade’” (1995, p. 224). Podemos terminar essa reflexão com um exercício de perspectivação: embora a ciência, a tecnologia e a política internacional pudessem ter se beneficiado enormemente dos avanços gerados pela corrida armamentista e espacial, o medo de que a humanidade sucumbisse, mais uma vez, ao pesadelo nuclear, somado ao fato de que tanto EUA quanto URSS empregavam agressivas políticas expansionistas, incidiam no cotidiano das sociedades ocidentais, fomentando o surgimento de alternativas pacifistas e emancipatórias e colocando em cheque a própria divisão do mundo em dois blocos estanques.

Sem medo de errar

Conforme mencionamos no começo desta unidade, o período que compreende o fim da Segunda Guerra Mundial até a queda da URSS, em 1989, foi marcado por um movimento paralelo: ao mesmo tempo em que os dois polos (capitalista e comunista) se recrudesçam, novas vozes e novos sujeitos despontavam como capazes de fazer valer suas narrativas a respeito do mundo. A opinião pública, nesse sentido, teve grande importância no panorama simbólico daquele contexto. Para dimensionarmos essa importância, vamos levantar alguns dados sobre a sociedade americana das décadas de 1950 e 1960. Observe, por exemplo, o fenômeno que ficou conhecido como Macarthismo. O termo faz referência a um senador, Joseph McCarthy (1908-1957), que presidia o Comitê de Investigação de Atividades Antiamericanas do Senado. Trata-se de uma política de estímulo a delações e acusações de suspeitos de praticarem qualquer tipo de ideologia similar ao comunismo. Vários intelectuais e artistas, por exemplo, foram perseguidos por serem, supostamente, apoiadores dos “vermelhos”. Muito mais do que iniciativa de apenas um senador, todavia, o Macarthismo logo se disseminou por meio de uma ampla rede de divulgação, que incluía, inclusive, setores da imprensa. Portanto, o gerenciamento da ameaça comunista por parte da imprensa americana contribuiu para que a população ficasse, de modo geral, bastante disposta a aceitar os largos investimentos em tecnologia militar que serviriam para proteger os americanos da suposta iminência de uma guerra com os soviéticos. Partindo desse exemplo, vamos retomar nosso cenário inicial a respeito do impacto das escolhas narrativas da imprensa. No caso brasileiro, um dos termos mais

frequentes nos noticiários dos últimos anos é “corrupção”. Jornais de centro, de direita e de esquerda têm insistido bastante nesse termo, e o impacto que ele causa nas pessoas é, sem dúvida, bastante proeminente. Para que os alunos possam debater acerca do papel da imprensa na formação de consensos, você, enquanto professor, pode organizar a atividade da seguinte forma:

- a. Inicialmente, apresente aos alunos diversas manchetes, de variados meios de comunicação, que mencionem o termo “corrupção”.
- b. O debate em torno dessa atividade pode orientar-se pelos seguintes questionamentos: os usos são sempre iguais? Qual a relação entre as escolhas dos termos e a reação dos leitores? Será possível construir uma linguagem plenamente neutra do jornalismo? Será que é desejável exigir que os meios de comunicação sejam “neutros”?
- c. Com os alunos divididos em grupos, sugira que eles elaborem alguns projetos de texto do jornal que estão elaborando e que abordem temas referentes ao cotidiano escolar. Estimule-os a pesquisar sobre a estrutura do jornal (seções de opinião e seções de divulgação, por exemplo).
- d. A título de avaliação, volte a debater, coletivamente, as escolhas narrativas que os grupos efetuaram em seus projetos de texto a partir das mesmas questões levantadas no item “b”.

A partir dessa atividade os alunos podem refletir tanto sobre o papel da imprensa na escolha das narrativas aceitas pelos leitores como também sobre as nuances do debate acerca da “neutralidade”. Quando eles mesmos estão na posição de formuladores das narrativas, tornam-se mais abertos a considerar que todas as expressões comunicativas dizem respeito a um contexto de enunciação: quem escreve, para quem escreve, com quais objetivos o faz. Nesse sentido, a relação entre imprensa e política – tão importante para os debates sobre a Guerra Fria – pode conectar-se, também, com o contexto mais amplo da disciplina, a saber, as disputas por consolidar um lugar de fala autônomo para cada grupo social. Afinal, quando compreendemos que a neutralidade não é, necessariamente, um valor positivo em si mesmo, estamos em condições de entender as demandas por ampliação das narrativas que caracterizam tanto o contexto dos anos 1960 quanto os debates contemporâneos que os alunos têm contato por meio das redes sociais.

Faça valer a pena

1. O fragmento a seguir é um dos 30 itens da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão promulgada em 1948 por iniciativa da Organização das Nações Unidas:

“Artigo 21.

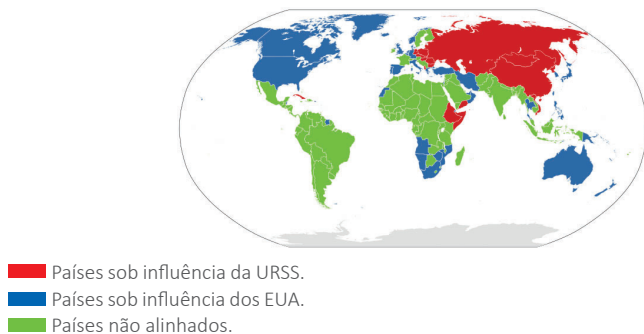
1. Todo ser humano tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.
2. Todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.
3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto” (UNESCO, 1998, [s.p.])

Tomando por base o fragmento da Declaração, assinale a alternativa correta.

- a) A criação de agências reguladoras como a ONU está diretamente ligada à necessidade da URSS de controlar a ingerência dos EUA em seu território.
- b) O artigo 21 é um exemplo de como a ONU e a UNESCO eram organizações livres de quaisquer conflitos políticos, já que se supõe que o sufrágio universal, por exemplo, são garantias fundamentais.
- c) O artigo 21 nos ajuda a entender a interferência da ONU em situações de conflito fora da Europa. Em muitos casos, a pressão americana na Organização influenciou a decisão de intervenção nesses contextos.
- d) O direito ao voto, ao qual se refere o artigo 21, era mundialmente aceito no fim da Segunda Guerra Mundial, inclusive nos países do Oriente Médio, o que torna o artigo irrelevante.
- e) A declaração à qual pertence o artigo 21 foi fundamental para consolidar o predomínio da URSS na China e na Coreia do Norte.

2. Observe o mapa a seguir, que ilustra as zonas de influência do “mundo bipolar”.

Figura | Zonas de influência do “mundo bipolar”



Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cold_War_alliances_1975.svg. Acesso em: 8 nov. 2018.

A partir da leitura do mapa e das reflexões desta seção, assinale a alternativa correta:

- a) A informação que o mapa nos passa é de que tanto URSS quanto EUA não possuíam uma zona de influência regionalizada, mas sim dispersa.
- b) O interesse norte-americano em expandir sua zona de influência para a América Latina foi uma das principais razões que levaram a URSS a estender sua hegemonia a países como Brasil e Argentina.
- c) Observando a região da Europa, podemos perceber que a URSS dominava o cinturão ocidental, situação que gerava desconforto aos EUA e que está na base do episódio que ficou conhecido como “crise dos mísseis”.
- d) A África estava neutra diante desses conflitos porque nem URSS nem EUA tinham interesse em expandir seus domínios para além das fronteiras nacionais.
- e) O único território no continente americano que destoava da zona de influência hegemônica é Cuba, que se consolidou, com a China, como um dos grandes parceiros ideológicos da URSS.

3. Leia o texto a seguir e julgue as afirmativas

“Um número muito elevado de áreas da ciência foi beneficiado pela viagem à Lua. Desde a medicina até objetos do dia-a-dia como as frigideiras de teflon”, aponta Antonio Fernando Bertachini de Almeida Prado, presidente do Conselho do Curso de Pós-Graduação em Engenharia e Tecnologia Espacial, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Uma das grandes marcas do desenvolvimento científico e tecnológico foram os satélites espaciais, que hoje possuem um enorme leque de utilidades: do monitoramento de tropas, desmatamento e mudanças climáticas até atividades corriqueiras, como atender ao telefone, assistir televisão ou acessar a internet. Na medicina, o sistema de telemetria (envio de sinais a distância), criado para monitorar a saúde dos astronautas, rendeu aplicações em marca-passos e ambulâncias. Soma-se a esses produtos, a comida desidratada e o velcro que, embora não tenham sido criados pelos programas espaciais, se popularizaram com eles. (BUENO, 2009, p.19-20)

- I. A corrida espacial, da qual a viagem à Lua é um dos pontos altos, estimulou diversos avanços científicos, assim como uma opinião pública favorável ao investimento em ciência.
- II. Os EUA e a URSS se beneficiaram de muitos modos dos avanços tecnológicos obtidos durante as décadas de 1960 e 1980; tais avanços asseguraram, inclusive, a salvaguarda militar dos dois países e sua relação harmoniosa durante a guerra fria.

- III. Conforme o fragmento aponta, o uso político da ciência é sempre nocivo, na medida em que as finalidades da pesquisa são subordinadas a interesses estranhos à comunidade científica.
- IV. Os cientistas da URSS e dos EUA não possuíam relação direta com o governo, mas trabalhavam isoladamente nos laboratórios e universidades, de modo que a chegada do homem à lua, por exemplo, deve ser creditada aos influxos políticos, e não à competição científica.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a alternativa I está correta.
- b) Somente a alternativa II está correta.
- c) Somente as alternativas III e IV estão corretas.
- d) Somente as alternativas I, II e III estão corretas.
- e) Somente as alternativas I, III e IV estão corretas.

Independências e revoluções durante a Guerra Fria

Diálogo aberto

Caro aluno, seja bem-vindo!

Como você sabe, a história não é composta por apenas uma narrativa. Todavia, durante muito tempo, até as primeiras décadas do século XX, os fatos foram contados a partir da perspectiva “dos vencedores”. Isso significa, basicamente, que enquanto a história só podia ser contada a partir de documentos “oficiais” ou institucionais, uma série de narrativas, de vozes e de experiências se encontravam fora da possibilidade analítica do historiador. Hoje em dia, contudo, já temos à disposição uma série de recursos – técnicos e metodológicos – que nos permitem construir uma visão mais ampla dos processos sociais, bem como das nuances que caracterizam cada grupo dentro da sociedade.

Quando pensamos no chamado “mundo bipolar”, podemos notar que uma das características dominantes do período era o fato de que, em paralelo à divisão do mundo entre uma zona de influência americana e outra soviética, surgiram diversos movimentos e conflitos em várias partes do globo. Agora, pensando que a história foi muitas vezes contada pela ótica dos vencedores, será que podemos nos contentar com uma narrativa que resume os anos da Guerra Fria ao conflito entre apenas dois polos, Estados Unidos e União Soviética? Nesta seção, veremos que, mesmo diante do acirramento das tensões entre o bloco capitalista e o bloco socialista, as décadas de 1950 e 1960 marcaram também a emergência de novas vozes na esfera pública mundial. A Conferência de Bandung, em 1955, por exemplo, baseava-se na ideia de criar uma solidariedade entre os países do então chamado terceiro mundo, ajudando a consolidar essa pluralização de vozes e de perspectivas.

Para materializar esses debates, vamos, então, retomar o contexto de aprendizagem desta unidade e propor a situação-problema desta seção. Lembre-se de que você está, nesta unidade, enquanto professor de história, auxiliando os alunos a criar o jornal da escola. Depois de trabalhar algumas aulas sobre a Guerra Fria e os vários conflitos ocorridos nessa época, pensando na questão de como as narrativas sobre a história são construídas, você propõe aos alunos que criem uma seção no jornal que aborde as múltiplas perspectivas que um mesmo acontecimento pode assumir nas diferentes narrativas históricas. Nesse exercício, será fundamental atentar para uma questão básica

do ofício do historiador: como admitir a influência das forças e dos impasses do presente na narrativa histórica sem, contudo, cair em uma interpretação relativista que considera a história uma mera opinião sobre o passado?

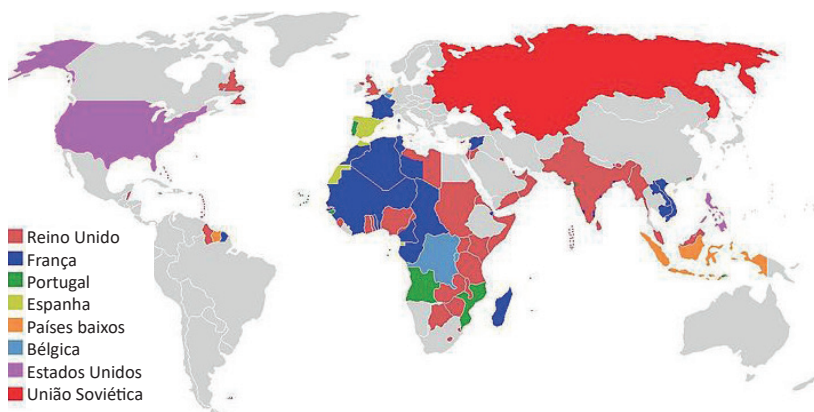
Para estimulá-los a pensar sobre isso antes de iniciar a produção do jornal, organize um debate com os alunos, no qual uma parte deles fique incumbida de representar os interesses americanos e a outra parte, respectivamente, a perspectiva soviética. A partir da nossa trajetória nesta seção, quais temas poderiam ser levantados por você, mediador do debate, no intuito de fazer os alunos compreenderem e discutirem as posições em torno dos conflitos do período da Guerra Fria?

Não pode faltar

Nesta seção nos dedicaremos a refletir sobre uma série de processos que marcaram as décadas de 1960 e 1970. Dessa vez, no entanto, vamos sair da órbita da hegemonia europeia e americana sobre o mundo e atentar para uma série de movimentos de independência que se fortaleceram, justamente, no momento em que os países europeus lutavam para se recuperar dos danos da Segunda Guerra Mundial.

Conforme você observou nas unidades anteriores, países como Inglaterra e França, por exemplo, possuíam uma ampla quantidade de territórios sob seu jugo, desde o auge do imperialismo que antecedeu à Primeira Guerra. Para ter uma ideia da escala dessa dominação mundial, observe o mapa a seguir, de 1945:

Figura 3.2 | Mapa Colonialismo



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Colonialism.jpg>. Acesso em: 16 nov. 2018.

Como você pode perceber, o território asiático e, especialmente, o continente africano eram os locais de maior incidência do domínio colonialista por parte dos europeus. No entanto, após a Segunda Guerra Mundial, as duas potências que emergiram vitoriosas, Estados Unidos e União Soviética, tinham outros planos para esses territórios. A rigor, ambos os países sustentavam uma postura favorável à independência das colônias; eles estavam interessados em desenvolver novas formas de influência – comercial, cultural, política – e o domínio formal dos países europeus inviabilizava a construção dessas relações. Além disso, outro fator que contribuía para que a opinião pública mundial – inclusive em países como França e Inglaterra – fosse favorável à descolonização é o fato de que a própria ONU baseava sua existência no direito à autodeterminação dos povos, de modo que o colonialismo nos moldes do século XIX parecia, para importantes setores progressistas, um resquício de um antigo mundo que deveria ter sido superado.

Nenhum desses fatores, no entanto, é suficiente, em si mesmo, para explicar o movimento das descolonizações. É preciso considerar que esse não foi um processo de mão única (ligado à perda de poder dos países europeus) mas, ao contrário, foi protagonizado por uma série de movimentos de resistência, alguns deles existentes há mais de duas décadas, que conheceremos a partir de agora. Vale mencionar que esses movimentos são, em grande parte, efeitos da invasão desses territórios ainda no século XIX e, por esse motivo, é importante estudá-los a partir da perspectiva dos efeitos do domínio colonial no funcionamento social dessas sociedades. Nesse sentido, o termo “descolonização” tem sido debatido: a ideia de “descolonizar” remete a uma ação que teria sido tomada pelas próprias potências europeias em vez de enfatizar as guerras anticoloniais e o processo de expulsão das tropas imperialistas pelas populações antes dominadas na África e na Ásia. Por isso, apesar do uso recorrente da expressão “descolonização”, a historiografia tem dado destaque a outras formulações como “Guerras de Independência”. Trata-se, a partir dessa discussão, de assumir que as sociedades em questão possuíam, antes dos processos de invasão, suas próprias narrativas, e que importa, agora, retomá-las.

A história das lutas dos povos submetidos ao colonialismo remonta à própria origem das invasões, por isso, precisamos considerar que os movimentos de independência não foram gerados da noite para o dia, mas eram frutos da própria estrutura de dominação que vigorava naquelas sociedades. Um marco importante da construção da narrativa emancipacionista é o ano de 1955, quando ocorre, na cidade de Bandung, na Indonésia, a Primeira Conferência Afro-Asiática. Patrocinada por Indonésia, Índia, Birmânia, Sri Lanka e Paquistão, o evento reuniu lideranças de 29 países. Basicamente, estavam empenhados em rejeitar a divisão do mundo em dois blocos, o

americano e o soviético, e pregavam uma política de não alinhamento. Conforme salienta Walden Bello (2015, p. 3), “foi uma condensação histórica de dezenas e dezenas de lutas de independência e de libertação nacional, que vinham ocorrendo até então e continuariam ocorrendo no Sul Global”.

O ponto fundamental da Conferência foi que “uma significativa parcela da Humanidade antes marginalizada mostrava a consciência de seu papel e fazia ouvir a sua voz” (BISSIO, 2015, p. 62). Emancipando-se da órbita dos conflitos entre EUA e URSS, os então denominados países de “terceiro mundo” poderiam concentrar-se em seus próprios conflitos. Observe, por exemplo, esse trecho de um documento dessa conferência:

“Todos nós, estou certo, estamos unidos por coisas mais importantes do que aquelas que superficialmente nos dividem. Estamos unidos por uma repulsa comum ao colonialismo sob qualquer forma que ele se apresentar. Estamos unidos por uma repulsa comum ao racismo. E estamos unidos por uma determinação comum de preservar e estabilizar a paz no mundo. Falando em termos relativos, todos os que estamos reunidos aqui somos vizinhos. Praticamente todos estamos unidos pela experiência comum do colonialismo. Muitos de nós temos a mesma religião. Muitos de nós temos as mesmas raízes culturais. Muitos de nós, as assim chamadas nações subdesenvolvidas, temos problemas econômicos similares, de modo que cada um pode aproveitar a experiência do outro e ajudar. E, eu penso que devo dizer que todos partilhamos os ideais comuns de independência nacional e liberdade.

(SELECTED DOCUMENTS OF BANDUNG, 1995 *apud* BISSIO, 2015, p. 64)

A conferência resultou em dez princípios, a partir dos quais se pretendia assegurar a resistência do terceiro mundo em aderir explicitamente a um dos lados da Guerra Fria. São eles: respeito aos direitos humanos fundamentais, respeito à soberania e integridade territorial das nações, reconhecimento da igualdade racial, não intervenção em assuntos internos, respeito ao direito de todas as nações de se defender, rejeitar os acordos de defesa coletiva que beneficiavam as grandes potências, abstenção de ameaças à independência de qualquer país, solução de conflito por meios pacíficos, fomento dos interesses mútuos e de cooperação e respeito da justiça internacional. Em síntese, a grande conquista foi estimular a cooperação entre países do

terceiro mundo, preterindo a divisão entre EUA e URSS e assumindo que os países do Hemisfério Sul tinham, mais do que peculiaridades conjunturais, importantes semelhanças. Ainda que, conforme Hobsbawm (1995), o chamado “não alinhamento” não significasse que os integrantes de Bandung eram igualmente refratários aos EUA e à URSS – veremos, mais adiante, que o socialismo era uma referência muito presente nos discursos emancipacionistas –, a Conferência marcou um importante passo na consolidação da autonomia política do terceiro mundo.

Além disso, era forte o discurso de não apenas fomentar o direito à autodeterminação *strictu sensu* como, também, de resistir à dominação mascarada, à “influência” cultural que os países do Norte pretendiam exercer nos territórios recentemente emancipados. Essa dimensão cultural ou “ideológica” é um ponto de partida interessante para começarmos a conhecer esses movimentos, já que muitos deles, para além da pauta estritamente política, traziam também uma perspectiva ética sobre a resistência, mobilizando, eventualmente, o conceito de “guerra justa”.

Nas colônias Inglesas, a maior parte dos movimentos de emancipação foi pacífica; é o caso de Gana (1957), Nigéria (1960) e Serra Leoa (1961). O caso do Quênia (1963) foi um pouco diferente, já que organizações nacionalistas já ofereciam resistência ao Império Britânico desde a década de 1930 e a segregação racial era um elemento dificultador. Em relação à Ásia, 27 países obtiveram sua independência política nesse contexto, como Sri Lanka (1948), Indonésia (1945), Vietnã (1945) e Laos (1945). Um caso paradigmático, ao qual nos dedicaremos neste momento, é o da Índia, colônia inglesa desde 1858.

O território indiano tinha movimentos pela independência razoavelmente organizados desde 1885. Uma vasta camada de intelectuais, a maior parte deles formada em Londres, inclusive, já elaborava, desde o fim do século XIX, o discurso de libertação nacional como guerra justa. Durante a Primeira Guerra, a Coroa inglesa chegou a negociar com esses movimentos, prometendo maior autonomia de gestão e canais de diálogo sobre a independência caso os indianos servissem ao exército inglês. Terminada a guerra, contudo, a Inglaterra não apenas descumpriu sua parte no acordo como, sintomaticamente, passou a reprimir com mais ênfase os movimentos, dentre eles o chamado Partido do Congresso, liderado por Mahatma Gandhi (1869-1948) e Jawaharlal Nehru (1889-1964).

Grande parte da fama do movimento está ligada à pessoa de seu principal líder, Gandhi, que, segundo Giuliano Pontara, era nomeado frequentemente como um “Maquiavel da não violência” (2016, p. 22) graças à sua grande capacidade estratégica. Mohandas Karamchand Gandhi nasceu na cidade de Porbandar, na Índia Ocidental. Apesar de ter entrado para a história

como ativista da independência indiana, Gandhi era advogado de formação e começou sua carreira e sua militância (entre Londres e a África do Sul) a partir de sua atividade jurídica. Juntamente com Jawararlal Nehru, foi o grande organizador do Partido do Congresso. O movimento de emancipação que ambos protagonizaram, contudo, não era o único; havia outros, entre eles, a Liga Muçulmana, de Muhammad Ali Jonnah (1876-1948), para a qual a independência deveria estar associada à criação de um Estado muçulmano separado dos hindus. O Partido do Congresso, contudo, possuía algumas peculiaridades importantes em relação aos outros movimentos: foi a partir dele que Gandhi formulou o método *Satyagraha*, baseado na ideia de transformação não violenta da sociedade. Trata-se, segundo a definição de Randle, de

“Um método de luta política coletiva baseada na ideia básica de que os governos dependem, em última instância, da colaboração ou ao menos da obediência da maioria da população e da lealdade dos militares, da política e dos serviços de segurança civil. Ou seja, que está baseada nas circunstâncias reais do poder político. Ela funciona mobilizando a população civil para que retire esse consenso, para que soçobre as fontes do poder do oponente e que o faça apoiando outras partes. Seus métodos abarcam desde o protesto e a persuasão em relação à não cooperação social, econômica e política e, por último, a intervenção não violenta. (RANDLE *apud* BERNAL, 2016, p. 352, tradução nossa)

Segundo a proposta de Gandhi, a violência e a morte, mesmo que aplicadas a uma causa justa, como a libertação do colonialismo inglês, desvirtuariam a própria finalidade da luta, a saber, a construção da justiça. Como lembra Mario Lopes Martínez (2012), a palavra *Satya*, de onde deriva o nome que Gandhi deu a seu método, significa “verdade”, e estava amparada por princípios do budismo e do hinduísmo. Essa concepção ética da política, inclusive, pode ser apreendida segundo os próprios termos de Gandhi: “Minha filosofia, se posso dizer que tenho alguma, exclui a possibilidade de prejudicar a causa de alguém por agências externas. O dano vem merecidamente e somente quando a causa em si é ruim ou, sendo bom, seus defensores são falsos, de coração fraco ou impuro” (fala de Gandhi reproduzida em KRIPALANI, 1968, p. 196, tradução nossa).

O componente ético do pensamento de Gandhi, que se materializava na defesa do pacifismo como pressuposto da transformação social, contribuiu para que sua figura se consolidasse, inclusive na própria Inglaterra, como um símbolo messiânico. Seu método, contudo, apesar de não violento, mostrou-se

bastante efetivo. Gandhi pregava a desobediência civil. Essa ideia, aplicada ao caso indiano, traduzia-se em uma política de não colaboração, que significava, efetivamente, medidas de resistência cotidiana, como o não pagamento de impostos aos ingleses, a atitude de não comprar produtos da metrópole e, eventualmente, instrumentos simbólicos poderosos, como a greve de fome.



Assimile

O conceito de **desobediência civil** remete a uma ampla tradição anterior a Gandhi. Étienne de la Boétie, com seu *Discurso sobre a servidão voluntária* (1563), e Henry Thoreau, com seu *A desobediência civil* (1849), foram duas das principais vozes dessa discussão. Por outro lado, o movimento de Gandhi seguiu inspirando manifestações em torno da ideia de desobediência civil até os dias de hoje. O ativismo de Martin Luther King Jr. em relação ao movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos na década de 1970, as manifestações populares em Manilha, nas Filipinas, em 1986, e os protestos na ocasião da reunião da OMC em Seattle, em 1999, bem como a consolidação dos Fóruns Mundiais ocorridos em diversos lugares do mundo (inclusive no Brasil) ajudaram a popularizar os conceitos de “resistência passiva”, “resistência civil” e “desobediência civil”.

Para saber mais sobre esse conceito, você pode consultar a análise de Hélio Boeri:

BOERI, H. A. A. **Desobediência Civil**: um estudo da resistência como ato de cidadania. 2001. 96 f. Dissertação (Mestrado em Direito) –Departamento de Estudos Jurídicos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

Apesar da grande influência de Gandhi e da repercussão internacional de seu nome, o conflito com a Inglaterra se estendeu até 1947. Os esforços do movimento redundaram no acordo de independência da Índia, ainda que com uma cláusula de divisão, imposta pelos ingleses, que separava o território indiano em: República do Paquistão, de maioria muçulmana, e República da Índia, de maioria hindu. O acordo, todavia, não foi capaz de refrear as animosidades entre os dois grupos, que seguiram existindo durante a década de 1950. O próprio Gandhi foi assassinado por um fanático hindu – descontente com as concessões aos muçulmanos – no ano de 1948.

A repercussão da estratégia indiana pelas demais colônias foi enorme. Assim como ocorreu com as colônias inglesas, grande parte das colônias francesas também adotaram estratégias pacíficas e de negociação, como

Camarões (1960), Senegal (1960), Costa do Marfim (1960) e Gabão (1960). Todavia, assim como o caso queniano é um lembrete de que nem todos esses processos foram “negociados”, a independência da Argélia, colônia francesa desde 1848, é uma importante exceção na tradição “não violenta” que inspirou outros movimentos africanos.

Após a Segunda Guerra Mundial, uma França enfraquecida política e economicamente via surgir, em seu próprio território, um amplo movimento na opinião pública em prol da causa de libertação da Argélia. Na década de 1950, a luta pela emancipação era capitaneada por Ahmed Ben Bella (1916-2002), que liderava a Frente de Libertação Nacional (FNL). A estratégia de guerrilha urbana e rural que envolvia uma série de atentados levou, em 1954, a um acirramento do conflito. A França enviou cerca de 400.000 soldados para a colônia, como represália à radicalização da FNL. Após quatro anos de tensão, Charles de Gaulle (1890-1970), então presidente francês, visitou a região e concedeu, dado o diagnóstico de que a situação era incontornável, a autodeterminação. Os conflitos, contudo, não cessariam antes de 1962 (Acordo de Evian), com o saldo de 25 mil franceses e mais de um milhão de argelinos mortos. Ainda assim, a relação entre franceses e argelinos continuaria tensa por todo o século XX, inclusive com episódios recentes de enfrentamento, como, por exemplo, o caso de atletas com dupla nacionalidade que foram hostilizados por colegas e pela torcida nacionalista francesa.



Pesquise mais

Para saber mais sobre a história da Guerra da Argélia no contexto das lutas descoloniais, você pode acessar o seguinte estudo:

CANCELA, D. S. **“Solidariedade Internacional”** – A Revolução Argelina e os movimentos anticoloniais (MPLA, FRELIMO e PAIGC) e antifascistas (FPLN). 2014. 95 f. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.

Você pode recorrer também ao filme:

A BATALHA de Argel. Direção Gillo Pontecorvo. Produção: Saadi Yacef e Antonio Musu. Intérpretes: Brahim Haggiag; Jean Martin; Yacef Saadi e outros. Roteiro: Gillo Pontecorvo e Franco Solinas.

Conforme Hobsbawm (1995), é importante considerar que esses movimentos de libertação, embora amparados pelos resultados de Bandung, repercutiam nas disputas internacionais europeias, especialmente porque os movimentos socialistas acabaram triunfando em grande parte desses conflitos

regionais. Nesse sentido, a perda de hegemonia americana era notável em regiões como o norte da África, situação que muito preocupava os governos de Dwight Eisenhower (1890-1969) e John Kennedy (1917-1963) na medida em que representavam, frente à opinião pública, o perigo do crescimento soviético. Talvez o conflito mais paradigmático desse momento seja a Guerra do Vietnã, por meio do qual podemos perceber de que modo o novo posicionamento do então chamado “terceiro mundo” afetava as pretensões das grandes potências. As lutas anticoloniais, além disso, guardam uma estreita relação com os movimentos pelos direitos civis que emergiram em outras partes do mundo, como nos Estados Unidos, já que forneciam um repertório de pautas emancipatórias comum que passava pela crítica do imperialismo, pela necessidade de igualdade civil e pelo fim da violência governamental.

O conflito que teve lugar entre 1959 e 1975 foi um dos mais violentos da segunda metade do século e envolveu Vietnã do Norte, Vietnã do Sul, Laos e Camboja. Essa região era conflituosa desde a Segunda Guerra Mundial, da invasão do Japão à região conhecida como Indochina. Naquela ocasião, os vietnamitas organizaram um amplo movimento de resistência, especialmente na figura da Liga Revolucionária, liderada por Ho Chi Mihn (1890-1969). Isso permitiu que, logo após a derrota japonesa na guerra, o domínio francês no Vietnã fosse questionado por essa frente de libertação. Em 1954, a Conferência de Genebra reconheceu a independência do país e o dividiu em duas partes: o Vietnã do Norte, socialista, sob a liderança de Ho Chi Mihn, e o Vietnã do Sul, capitalista, alinhado aos Estados Unidos e liderado por Ngo Dinh Diem (1901-1963). O conflito entre os dois Vietnãs, contudo, estimulado por essa profunda desavença ideológica, não tardou a ocorrer. Em 1959, o ataque a uma base americana do Sul, incentivado pelos soviéticos, deu início à guerra. Conforme Rodrigo Pedroso:

“Oficialmente, a intervenção militar direta dos Estados Unidos teria começado no final de janeiro de 1965, mas, desde o início dos anos de 1950, já havia uma grande participação indireta norte-americana na organização política do Vietnã, juntamente com os franceses que tentavam manter seus “direitos” de colonizadores da região. (PEDROSO, 2015, p. 6)

Em 1964, os EUA assumem efetivamente seu envolvimento no conflito, com o envio de armamentos e soldados. O que parecia ser uma guerra curta – aspecto que foi permanentemente ressaltado frente à opinião pública – transformou-se em um longo e violento conflito. Os EUA enviaram cerca de 2,5 milhões de soldados, com mais de 58 mil mortos. Do lado dos vietnamitas,

foram cerca de 1 milhão de soldados e 1,5 milhão de mortos, entre soldados e civis. Embora os EUA tivessem equipamentos militares de ponta, estimulados pela corrida armamentista, não tiveram facilidade em derrotar os vietnamitas que, além de estarem melhor adaptados ao clima tropical e ao território acidentado, lutavam a partir das técnicas de guerrilha urbana, forjadas ainda no período da Liga Revolucionária. Derrotas vexatórias dos americanos estimularam a crítica ao envolvimento americano no Vietnã, e vários movimentos civis se desenvolveram em oposição a ele. Em 1968, tropas do Norte invadiram a embaixada americana e a ferocidade da retaliação deu ainda mais munição para os movimentos pacifistas que pediam o retorno dos soldados americanos. A retirada das tropas americanas e o fim do conflito, contudo, ocorreriam apenas em 1975.



Exemplificando

A imagem a seguir mostra uma passeata ocorrida nos EUA, em 2017, e que se posicionava contrária ao muro que o presidente Donald Trump pretendia construir na fronteira com o México. Um dos dizeres do cartaz “*Make Love Not Wall*” (Faça amor, não muros) é uma adaptação de um dos slogans mais famosos do movimento Hippie que se posicionava contra a Guerra do Vietnã, “*Make Love, Not War*” (Faça amor, não Guerra). Podemos observar, portanto, que o discurso pacifista de Gandhi não apenas inspirou os movimentos da década de 1960 nos Estados Unidos como, também, possui ainda desdobramentos contemporâneos.

Figura 3.3 | *Make love not wall*



Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Make_love_not_wall_\(32328528201\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Make_love_not_wall_(32328528201).jpg). Acesso em: 6 nov. 2018.

Se observarmos as disputas ideológicas em jogo no Vietnã, poderemos refletir sobre como esses conflitos incidiam na relação entre EUA e URSS. Na região da África, assim como no Vietnã, várias revoluções socialistas no período pós-descolonização, muitas delas diretamente estimuladas e apoiadas pela URSS, faziam com que o antigo apoio americano às guerras de libertação passasse a ser reconsiderado pelo governo e por parte da opinião pública. Um dos casos em que essas tensões entre as grandes potências foram mobilizadas de modo exemplar é o caso iraniano. Conforme Hobsbawm, apesar do amplo apelo civil que envolveu o caso do Vietnã, “foi a derrubada do xá do Irã em 1979, de longe a maior de todas as revoluções da década de 1970, e que entrará na história como uma das grandes revoluções sociais do século XX” (1995, p. 440).

Certamente você já ouviu falar em algum conflito no Oriente Médio. Os meios de comunicação, principalmente após o ataque às Torres Gêmeas, em 2001, dedicaram-se a explorar vários aspectos da organização política e social da região, muitas vezes contrapondo-os à democracia americana. Esses conflitos, contudo, não surgiram recentemente. Ao contrário, têm uma longa história que remete, como no caso do Irã, a contextos anteriores ao fim da Guerra Fria.

O líder iraniano (ou persa, já que o país mudou oficialmente de nome apenas em 1935) desde a década de 1930, Xá Reza Khan (1878-1944), nutria abertas simpatias pelo nazismo. Por esse motivo, durante a Segunda Guerra Mundial, o Irã teve seu território invadido pelos soviéticos e pelos americanos. Diante da ameaça, abdicou em prol de seu filho, Mohammad Reza Pahlevi (1919-1980), que manteve uma política de submissão ao Ocidente, ainda que com forte oposição parlamentar, principalmente na figura do líder nacionalista Mohammed Mossadegh (1882-1967), eleito primeiro-ministro em 1951. Sua política de nacionalizações, especialmente no setor do petróleo, provocou, em 1953, o bloqueio comercial britânico. Os soviéticos anunciaram o apoio e a compra de petróleo, o que acabou, graças às animosidades da Guerra Fria, envolvendo também os EUA. O serviço secreto britânico e a CIA arquitetaram um plano de golpe, intitulado Operação TP-Ajax, que realocou o Pahlevi no poder, no mesmo ano de 1953, dando início a uma ditadura.

Em fins da década de 1970, Pahlevi sustentava um programa de modernização social baseado nos lucros do petróleo. A monarquia governada por ele era, todavia, bastante criticada internamente, por dois aspectos: inicialmente por sustentar um projeto de modernização que escamoteava as necessidades mais pobres da população e, sobretudo, porque esse projeto estava alinhado aos EUA, entendido como uma ameaça à cultura islâmica. Um dos críticos do regime, o aiatolá Ruhollah Khomeini (1902-1989), condensava as

críticas de um amplo setor de iranianos: o governo seria permissivo demais, aliado dos EUA e da devassidão ocidental, de modo que se fazia necessária uma revolução capaz de restaurar os princípios do Islã. Após a tentativa da Monarquia de Pahlevi de reformar as instituições, afastando-se dos princípios do islamismo e, sobretudo, após a crise do petróleo de 1973 abalar ainda mais um país que vivia apenas desse insumo, os conflitos se agudizaram, até que, em 1979, teve início a Revolução Iraniana.



Refleta

O conceito de “revolução” esteve associado, na simbologia das sociedades europeias e americanas, à ideia de transformação progressista. A partir de seu uso pelos movimentos socialistas, anarquistas e comunistas, a palavra sinalizava para uma sociedade mais emancipada e mais moderna, de acordo com os princípios que orientavam cada um desses movimentos. Contudo, no caso iraniano, a “Revolução” marca um momento de recrudescimento de políticas conservadoras, especialmente para as mulheres.

O processo da Revolução Iraniana, liderado pelo aiatolá Khomeini, instituiu uma República Islâmica Teocrática após destituir o regime monárquico de Reza Pahlevi. Nesse momento, você pode estar se perguntando: faz sentido chamar de “Revolução” um movimento que tinha como uma de suas principais bandeiras o retorno ao conservadorismo islâmico? Para refletirmos sobre essa questão, precisamos considerar que a população mais pobre do Irã, que havia sido prejudicada pelas tentativas modernizadoras de Pahlevi, era um setor fervorosamente religioso e menos aberto à “ocidentalização dos costumes”. Predominantemente rurais, as comunidades mais pobres desejavam o retorno aos valores basilares do islamismo. A classe média urbana, especialmente em Teerã, que tinha contato com o mundo ocidental, parecia, a esses camponeses, o próprio inimigo a ser combatido. Nesse processo de radicalização, muitos costumes ocidentais foram banidos do Irã. As vestimentas, a música, o jogo e o cinema ocidentais, por exemplo, foram proibidos pelo regime de Khomeini. Foram reintroduzidos os castigos corporais para quem violasse os princípios da religião e a pena de morte foi generalizada para todos aqueles que desafiassem o regime teocrático, entre eles homossexuais, marxistas e devotos de outras crenças.

Após esse percurso, podemos refletir um pouco sobre os conflitos que ocorreram nas décadas de 1950 e 1960. Todos eles, como você pôde observar, não se esgotaram nas datas de encerramento dos conflitos, nem mesmo nos casos em que o objetivo foi atingido, como as independências formais

em relação aos países europeus. Apesar da persistência dos conflitos, a emergência de novas vozes no cenário da Guerra Fria, especialmente a partir da Conferência de Bandung, marcou decisivamente o período, exigindo de nós, historiadores e professores de história, um olhar atento às novas complexidades e às novas dinâmicas político-culturais que tão decisivamente incidiriam nas décadas finais do século XX.

Sem medo de errar

Caro aluno, vimos que o período da Guerra Fria possui muitas vicissitudes e que é difícil resumi-lo, de forma sumária, no conflito entre as duas grandes potências, Estados Unidos e URSS. Contudo, um modo interessante e produtivo de entender os conflitos e movimentos que surgiram durante as décadas de 1950 e 1960 é observá-los pelo prisma dessa tensão mais ampla, de modo a entender suas particularidades em relação às posições geopolíticas mundiais. Sabemos que o colonialismo e o imperialismo, assim como sua confrontação, são aspectos diretamente relacionados com as disputas por mercados e por poder na competição entre as potências europeias e os EUA. Tendo isso em mente, vamos imaginar que você organize um debate com os alunos no intuito de fazê-los compreender e discutir as posições em torno dos conflitos do período da Guerra Fria, bem como observar os movimentos de emancipação que surgiram nesse contexto a partir dessa tensão mais ampla. Quais temas poderiam ser levantados por você, mediador do debate, para tornar essa atividade produtiva?

Sucintamente, pode-se partir de cinco aspectos, a partir dos quais os dois grupos precisarão articular sua posição e colocá-la em debate:

- O conflito no Vietnã pode ser considerado uma invasão americana ao território de influência soviética?
- A conferência de Bandung é igualmente benéfica e prejudicial para os dois espectros da Guerra Fria?
- Estados Unidos e União Soviética têm direito de interferir nas guerras de libertação africanas e asiáticas?
- O movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos deve ser reprimido como uma ameaça comunista em território americano?
- Pode-se afirmar que os Estados Unidos têm responsabilidade pelas sucessivas tensões ocorridas no Irã?

Imaginando que os alunos estejam de posse dessas perguntas alguns dias antes do debate, pode-se estimular que eles pesquisem sobre esses temas,

debatam entre eles e tentem, na ocasião do debate em sala de aula, expor coerentemente suas posições.

Para concluir a atividade, sugira que os alunos façam um exercício escrito no qual a história dos conflitos estudados na seção seja repensada a partir do ponto de vista dos dominados para que, posteriormente, os alunos possam criar a seção no jornal da escola. Para isso, divida a sala em grupos e sugira que cada um deles, a partir dos subsídios do debate, eleja um conflito do período da Guerra Fria entre os abordados na seção e elabore um texto de cerca de uma página no qual o ponto de vista dessas regiões prevaleça e contraste com a narrativa clássica que, geralmente, observa esses conflitos do ponto de vista das grandes potências.

Com isso, os temas da seção aparecerão contextualizados pela Guerra Fria, o que pode ajudar os alunos a perspectivar a importância dos movimentos supracitados e, também, fazê-los compreender a ideia de uma narrativa descolonial.

Faça valer a pena

1. Observe o fragmento a seguir

“Para ver face a face o Espírito da Verdade universal, que tudo permeia, o indivíduo deve amar a mais insignificante criatura como a si próprio. E um homem que quer chegar a isso não pode permanecer fora de nenhum campo da vida. É por isso que minha devoção à Verdade me levou ao campo da política. E posso afirmar, sem a menor hesitação e ainda assim humildemente, que aqueles que dizem que religião não tem nada a ver com política não sabem o que significa religião. (GANDHI *apud* MIGUEL, 2011, p. 92)

Com base no fragmento e nas reflexões sobre Gandhi e a Independência da Índia, assinale a alternativa correta:

- a) Mahatma Gandhi tornou-se um símbolo da independência indiana por separar a política da religião, contribuindo para a pacificação entre muçulmanos e hindus.
- b) A estratégia do pacifismo e da desobediência civil envolvia, conforme explicitado no fragmento, a imposição da ética hinduísta aos invasores ingleses.
- c) O discurso de Gandhi é permeado por elementos religiosos, motivo pelo qual, mesmo após a independência da Índia, ele foi considerado um proselitista da religião hindu.

- d) Os elementos místicos do pensamento de Gandhi contribuíram para solidificar, no Ocidente, a imagem de uma personalidade messiânica e inspiradora.
- e) A faceta religiosa do pensamento de Gandhi era o aspecto que despertava maior admiração dos ingleses, tanto que, após a Independência, a Índia pôde permanecer unida em um Estado multirreligioso.

2. Observe a imagem a seguir (capturada em uma manifestação do movimento Hippie contra a Guerra do Vietnã, em 1969) para responder à questão.

Figura | Manifestação do movimento Hippie contra a Guerra do Vietnã



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Vietnamdem.jpg>. Acesso em: 16 nov. 2018.

Assinale a alternativa com a afirmação correta.

- a) Os movimentos de crítica ao envolvimento americano no Vietnã provinham, exclusivamente, dos Estados Unidos.
- b) Embora o governo americano tenha afirmado, frente à opinião pública, que a Guerra do Vietnã seria curta, a longevidade do conflito acabou informando vários movimentos antiguerra nos EUA.
- c) O movimento hippie pode ser interpretado como uma cópia fiel do pacifismo de Gandhi, por isso um de seus slogans principais afirmava “Faça amor, não faça guerra”.
- d) A desobediência civil e a simbologia da paz eram componentes da crítica à Guerra do Vietnã, mas tais movimentos não atingiam os EUA.
- e) O movimento anti-Vietnã contribuiu para que a opinião pública mundial apoiasse a retirada tardia das tropas americanas da região asiática.

3. Leia o texto a seguir para responder à questão:

“Os fatos ocorreram no final dos anos 70, mais especificamente entre agosto ou setembro de 1978 e maio de 1979. Marcas que denunciam os limites arbitrários entre os artigos aparecidos no jornal italiano *Corriere della Sera*, no dia 28 de setembro de 1978, e no tradicional jornal francês *Le Monde*, no dia 11 de

maio do ano seguinte. A revolução iraniana encontrava-se no seu momento crucial, da tomada do palácio de inverno, em termos da esquerda ocidental – nesses termos tão claros e iluministas como os de “revolução proletária” ou “vanguarda revolucionária”, tão diferentes do conceito de Revolução Islâmica, que era proclamado no Irã e com o qual Foucault iria simpatizar. Os partidários do Xá achavam-se política e militarmente encurralados, e os revolucionários, às vésperas da instauração de um novo regime. Os enfrentamentos e as mortes cresciam e as denúncias internacionais de massacre, genocídio, transgressão dos direitos humanos básicos por parte dos guardas do regime, que desmornava, eram divulgados amplamente. Em Paris, o aiatolá Khomeini esperava pacientemente, após um exílio de décadas, o retorno e a tomada do poder. Nesse contexto, Michel Foucault interioriza o processo político iraniano e, com a finalidade de escrever um artigo para o *Corriere della Sera*, viaja ao Irã para construir uma visão própria e correta da situação. Entrevista políticos e revolucionários, estudantes, intelectuais, dirigentes, diplomatas. Caminha, pergunta, viaja, mistura-se com aqueles que poderiam oferecer-lhe dados, os quais imediatamente são cotejados/checados a partir do contato com outros informantes. Tenta elaborar uma visão ampla e densa, porém exata, dos problemas políticos aí implicados. Um pensamento parece ocorrer-lhe mais de uma vez; um pensamento que ele explicitará mais tarde em resposta a uma carta de leitores, de uma exilada iraniana, que desconfia da atitude do Foucault (*Une iranienne...*, 1978, p. 27): “O Islã, como força política, é um problema essencial da nossa era e dos anos vindouros. A condição necessária para nos aproximarmos dele, mesmo sendo com uma pitada de compreensão, é não começar impulsionando o ódio contra ele” (FOUCAULT, 1994, p. 708 *apud* NARODOWSKI, 2004, p. 70-71).

Tendo em vista os complexos desdobramentos da Revolução Iraniana, assinale a alternativa correta.

- a) O fragmento destaca que o conceito de *revolução* tal como entendido pela tradição ocidental foi utilizado, de forma precisa, para qualificar o complexo processo que ocorreu no Irã a partir de 1978.
- b) A última frase do fragmento, de autoria do filósofo Michel Foucault, procura debater o ódio ao islamismo que tomou conta de toda a sociedade francesa no século XXI, impulsionado pelo radicalismo da lei da Sharia.
- c) A instauração do regime de Khomeini foi pacífica, dado que o Xá já estava desmoralizado por conta de sua predileção pela simbologia ocidental.

d) O aiatolá Khomeini, exilado em Paris, foi uma das figuras centrais do processo da Revolução Iraniana e conseguia personificar de modo quase messiânico os anseios das camadas mais conservadoras da população.

e) Após a Revolução Iraniana, muitos intelectuais do Ocidente, tais como Foucault, foram convidados para testemunhar que, embora se convertessem em uma república teocrática, os iranianos passaram a viver sob um regime de amplas liberdades civis.

Pensadores, contracultura e projetos na segunda metade do século XX

Diálogo aberto

Caro aluno, ao longo desta unidade você vem tendo a oportunidade de conhecer alguns movimentos que se desenvolveram nas décadas entre 1950 e 1970, no bojo do chamado “Mundo Bipolar” que caracterizou o período pós-Segunda Guerra Mundial. Apesar de a dicotomia entre EUA e URSS ser entendida como uma importante linha de força desses eventos, esse período marcou também o amadurecimento de novas narrativas e novos espaços de poder. Novos sujeitos colocaram-se de forma ativa no cenário mundial, principalmente a partir das descolonizações africana e asiática.

Um dos movimentos que emerge com força nesse contexto é o feminismo. Você deve se lembrar que a luta pelos direitos das mulheres não nasce na década de 1960. Desde o fim do século XIX, quando Emeline Pankhurst e as sufragistas protestavam pelo direito ao voto, passando pelas organizações norte-americanas até as mudanças nos costumes dos anos 1920, essa demanda atravessa todo o século XX. O que a década de 1960 nos traz de novidade é a organização de uma nova “onda” feminista amparada justamente pelas novas possibilidades que se abrem com a pluralização dos espaços na descolonização. Retomando essa longa trajetória de lutas, Margareth Rago nos lembra que

“De Olympe de Gouges às sufragettes, socialistas e anarquistas, como Emma Goldman e Federica Montseny, chegando ainda à “queima de sutiãs” em praça pública, desde o final dos anos sessenta, elas se opuseram à figura conservadora e santificada da “mãe”, enaltecida pelo discurso rousseauísta, provando que poderiam igualar-se, no espaço público, aos seus opositores, com muita competência. (2004, p. 283)

Você verá que, tal como ocorreu no século XIX, o movimento feminista das décadas de 1960 e 1970 enfrentou resistências de diversas partes, principalmente em questões como o direito ao corpo e a igualdade de salários. Por outro lado, foi amparado simbolicamente pelos movimentos de emancipação negra, antissegacionistas, e pela onda de maio de 1968, que fez emergir novos debates e novos protagonismos na esfera pública. Nosso percurso, nesta seção, começará a partir de dois discursos sobre emancipação que

vêm de espaços considerados “periféricos” pelas dinâmicas políticas da Guerra Fria: o primeiro é o de Frantz Fanon, nascido na colônia francesa da Martinica, e o segundo, de Edward Said, intelectual originário de Jerusalém. Em seguida, veremos como o movimento feminista da década de 1960 se relacionava com a emergência da figura do “jovem” como agente atuante na política, principalmente a partir dos eventos ocorridos em Paris, em 1968.

Esses debates, como você pode observar, ainda são bastante significativos para nós, no século XXI. Algumas das questões que esses movimentos da década de 1960 levantam – como o racismo e a discriminação feminina – são temas ainda candentes nas nossas sociedades.

Tendo isso em mente, vamos retomar brevemente o contexto de aprendizagem desta unidade: um grupo de alunos da escola em que você dá aula está se articulando para criar um jornal da escola. Nesse processo, surge um conflito entre os alunos: uma parte deles defende que haja uma coluna para tratar de questões do movimento feminista e que ela seja escrita sempre por meninas, enquanto outro grupo acha que não é necessário dedicar um espaço do jornal só para isso e que a coluna poderia tratar de questões do jovem em geral, podendo ser escrita tanto por meninos quanto por meninas. Em uma de suas aulas, os alunos colocam essa questão pedindo a sua ajuda para arbitrá-la. E, então, como você, enquanto professor de história, poderia contribuir na solução desse conflito? De que forma você pode mobilizar os conteúdos tratados nesta seção para ajudar os alunos nessa questão?

Não pode faltar

Caro aluno, seja bem-vindo!

Nesta seção nós vamos conhecer alguns pensadores e alguns projetos emancipatórios que emergiram dos processos de descolonização e, ao mesmo tempo, inspiraram alguns deles. Esse conjunto de ideias, mais tarde agrupado sob o nome de “pensamento pós-colonial”, compreende uma série de abordagens que procuraram realocar o lugar de fala das sociedades e dos atores anteriormente vistos como “exóticos” ou, nos termos mais abrangentes de Edward Said, como os “Outros”. Nós vamos partir de dois intelectuais que representam, cada um a seu modo, dois debates importantes desse processo, são eles Frantz Fanon e o próprio Edward Said. Antes de apresentá-los, contudo, vale mencionar que ambos os intelectuais escrevem a partir de posições não hegemônicas: Fanon nasceu na colônia francesa da Martinica e Said tem origens na Palestina. Conforme formos conhecendo as linhas gerais de suas ideias, vamos manter em vista a seguinte questão: o que representa essa exterioridade no caso dos dois autores? Faz alguma diferença, afinal, escrever a partir da França ou a partir da Argélia?

Essa discussão é importante pois uma das características do chamado movimento “pós-colonial” é o questionamento da epistemologia colonial. Isso significa, basicamente, que não apenas se colocava a necessidade de pensar sobre as sociedades que, usualmente, eram interpretadas pelo polo dominante (normalmente europeu), mas, também, que era necessário pensá-las a partir de um referente próprio. Não se tratou de um movimento teórico único, na medida em que esteve associado às lutas pela descolonização, que têm peculiaridades importantes de acordo com o país em que ocorreram. Na verdade, o chamado “pós-colonialismo” congrega um vasto número de estudos das áreas de História, Filosofia, Epistemologia, Sociologia, entre outras. Eles têm em comum o fato de partirem da crítica às narrativas eurocêtricas, que são tomadas como único modelo possível. Nesse sentido, eles se opõem à arraigada tradição do pensamento europeu de pensar o mundo em termos evolutivos, como se as sociedades “atrasadas” tivessem de percorrer o mesmo caminho que as nações europeias e, assim, saírem de seu estágio atrasado. Em oposição a isso, o pensamento pós-colonial pretende valorizar os saberes ditos “não hegemônicos”, vindos da periferia do cenário mundial.

Frantz Omar Fanon (1920-1961) foi um estudioso dos problemas raciais e da psicanálise, tendo se formado, em Lyon, como médico psiquiatra (ORTIZ, 2014). Fanon esteve também na Argélia cujo conturbado processo de independência da França você conheceu na seção anterior. Ali, ele trabalhou como médico psiquiatra e integrou a Frente de Libertação Nacional. A violência do processo de colonização e, também, das guerras de libertação inspiraram Fanon a elaborar suas teses acerca do racismo.

Primeiramente, vamos considerar que Fanon não era apenas um intelectual acadêmico, era também um ativo militante. Esse engajamento não era exclusividade de Fanon naqueles conturbados anos 1960. Efetivamente, a ideia de que o intelectual deveria estar comprometido com a mudança social era um imperativo de época e decorria das ideias de Jean Paul Sartre sobre a responsabilidade dos intelectuais. Segundo Antonio Guimarães, “Sartre e Fanon representavam a fusão do antiimperialismo, do antiracismo, da descolonização e das lutas de classes” (2008, p. 102).



Assimile

Uma das principais contribuições de Fanon é considerar que a questão do racismo não é apenas um problema social, mas também um problema epistemológico. Isso significa que sua proposta passava por assumir que o etnocentrismo, que até então vigorava, impossibilitava o negro de pensar a si mesmo, uma vez que não possuía os dispositivos – sociais,

linguísticos e emocionais – próprios e adequados para tanto. Em sua obra mais famosa, publicada em 1952, e intitulada *Pele negra, máscaras brancas*, Fanon questiona o fato de que a própria esquerda europeia – supostamente dedicada a combater os problemas sociais colocando-se em uma posição emancipatória – não era capaz de fornecer os quadros analíticos necessários para a reflexão em torno do problema racial. Para esse autor, a linguagem deveria ser reformulada a partir da própria experiência da negritude, de modo a viabilizar e efetivar a expressão da questão racial. Enquanto isso não ocorresse, sustentava Fanon, os negros ainda continuariam desejando embranquecer-se para adequar-se à epistemologia dominante. Isso foi visto por ele na chave da violência, psicológica e existencial, que era causada em uma raça constantemente subjugada. “Fanon descobre assim junto à personalidade do negro um complexo de inferioridade em relação ao branco [...] o complexo de inferioridade resulta de uma situação concreta, a opressão branca” (ORTIZ, 2014, p. 431). Observe, por exemplo, a frase que abre o famoso livro de Fanon, em que ele se dedica, efetivamente, a pensar de que modo a subjugação afeta a subjetividade e o querer dos negros:

“De todos os lados, sou assediado por dezenas e centenas de páginas que tentam impor-se a mim. Entretanto, uma só linha seria suficiente. Uma única resposta a dar e o problema do negro seria destituído de sua importância. Que quer o homem? Que quer o homem negro?

Mesmo expondo-me ao ressentimento de meus irmãos de cor, direi que o negro não é um homem.

Há uma zona de não-ser, uma região extraordinariamente estéril e árida, uma rampa essencialmente despojada, onde um autêntico ressurgimento pode acontecer. A maioria dos negros não desfruta do benefício de realizar esta descida aos verdadeiros Infernos. (FANON, 2008, p. 26)

Em resenha, Matheus Bello (2016) lembra que Lewis Gordon, prefaciador da obra de Fanon, dá destaque para uma característica de sua trajetória, a saber, o fato de que ele era mais conhecido como político e militante do que, propriamente, como teórico. Tal questão o aproxima de nosso próximo autor, Edward Said, que, apesar de ter passado toda a vida como professor de história comparada em universidades europeias e americanas, ficou conhecido por sua militância em prol da causa palestina.

Edward Said (1935-2003) nasceu em Jerusalém e passou boa parte de sua infância no Cairo. Já adulto, foi fazer seus estudos nos Estados Unidos, onde transitou por universidades como Princeton, Harvard, Columbia, Johns Hopkins e Yale. Assim como no caso de Fanon, Said preocupava-se com o fato de que a linguagem cristalizada pelas narrativas dominantes causava sérios problemas epistemológicos. Para ele, o Ocidente havia criado uma imagem do Oriente, a partir da qual definia a existência do “outro”, que não correspondia, efetivamente, com o que era o Oriente como espaço geográfico. Nesse sentido, assim como ocorria com os povos colonizados na visão de Fanon, Said destacava que o Oriente ocupava sempre o lugar de objeto. A proposta de Said era estruturar um humanismo, no sentido de uma expansão do pensamento, que permitisse usar o intelecto para compreender reflexivamente as relações entre saber e poder, livrando-se dessas concepções pré-concebidas pela narrativa oficial sobre o “outro”.

“Talvez a tarefa mais importante de todas seja a de empreender estudos das alternativas contemporâneas ao Orientalismo, perguntar como é possível estudar outras culturas e povos a partir de uma perspectiva libertária, ou não repressiva e não manipuladora. Mas nesse caso seria necessário repensar todo o problema complexo de conhecimento e poder. (SAID, 2013, p. 55 *apud* CAIXETA, 2015, p. 62)

Em sua obra *Orientalismo*, publicada em 1978, Said afirmaria que “O oriente não é apenas adjacente à Europa; é também o lugar das maiores, mais ricas e mais antigas colônias europeias, a fonte de suas civilizações e línguas, seu rival cultural e uma de suas imagens mais profundas e mais recorrentes do Outro” (SAID, 2007, p. 28). Isso significa que o orientalismo não é simplesmente um dado geográfico, mas um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica entre Ocidente e Oriente. Assim, conectando a questão do imperialismo com as formas de ver ocidentais, Said conclamava a uma *leitura de contraponto* (LIMA, 2008, p. 73) e convocava os intelectuais a abandonarem a ideia preconcebida de Oriente.

Você pode ter notado que, embora essas reflexões se relacionem com o conceito de “mundo bipolar”, dividido entre EUA e URSS, a questão cultural emerge como protagonista nos debates de Said e Fanon. Vários autores e movimentos sociais, nesse contexto, passam a criticar a ideia, de origem marxista, de que a divisão entre operários e burgueses seria suficiente para explicar o mundo. Com efeito, esse momento vê surgir a ideia de *interseccionalidade*, segundo a qual vários elementos compõem a posição do sujeito

no mundo: a classe, o gênero, a raça, a idade, etc. Para entender esse deslocamento vamos considerar que a década de 1960 foi, para todos os efeitos, aquela da generalização dos chamados meios de comunicação de massa, na qual os modos de vida hegemônicos eram constantemente promovidos pelos meios de comunicação. A televisão, o rádio, os jornais e, sobretudo, a publicidade vendiam a imagem de uma sociedade moderna e emancipada, coroada pela tecnologia – lembre-se por exemplo do apelo da corrida espacial. A chamada *cultura de massas* torna-se um estilo de vida, produzindo produtos em larga escala e, principalmente, produzindo nas pessoas o desejo por esses produtos. A década de 1960, especialmente nos países do primeiro mundo, como os EUA, procurava generalizar a confiança na recuperação econômica e nas utopias tecnológicas.



Exemplificando

Uma das expressões mais famosas desse período é o movimento pop art, encabeçado por artistas como Andy Warhol. A proposta era, conforme Barros (2017), dessacralizar a ideia de arte acadêmica focada na personalidade do artista. Para isso, recorria-se ao uso de objetos da cultura de massa e da sociedade do consumo transformados em obras de arte. O movimento foi muito importante na década de 1960 e tem grande repercussão na cultura artística até os dias de hoje. Observe, por exemplo, a obra *Cola Classic* (2013), de Andrei Krioukov (nascido em 1959), que recupera os pressupostos da pop art.

Figura 3.4. | Pop art



Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Pop_art#/media/File:AK015_Cola_Classic.jpg. Acesso em: 27 nov. 2018.

A expressão “cultura de massas”, contudo, foi bastante debatida. Para alguns intelectuais vinculados à chamada Escola de Frankfurt, como Walter Benjamin (1982-1940) e Theodor Adorno (1903-1969), o que se convencionava chamar de cultura de massa seria mais bem condensado na expressão “indústria cultural”. Eles argumentavam que, chamando esse fenômeno de “cultura de massa”, ficava-se com a impressão de que a massa tinha alguma participação efetiva na produção dos símbolos culturais. Para eles, a produção em larga escala de símbolos culturais para satisfazer a sociedade do consumo levava a uma padronização da vida e da sensibilidade das pessoas. Desse modo, ainda que o consumidor se sentisse um rei, ele era, na verdade, o objeto da indústria da arte (HORKHEIMER; ADORNO, 2002).

As ideias de Adorno, dentre as de outros pensadores, foram muito importantes para o movimento da contracultura, que procurava negar esses aspectos da sociedade de consumo. Esses movimentos (beatniks, hippies, etc.) procuravam criticar a sociedade moderna por meio da ideia de que a ciência e a razão não haviam dado os frutos esperados, ao contrário, tinham fomentado novas cadeias e um mundo artificial. A juventude americana, especialmente, engajada no fim da Guerra do Vietnã, propunha uma sociedade mais livre, com menos códigos sociais e menos racionalizada. Um símbolo disso são as mudanças nas expectativas dos jovens dos anos 1960: em vez de uma vida pacata e estável da geração de seus pais, ansiavam por romper com esses padrões e propunham uma nova sensibilidade. A minissaia, o *rock'n'roll* e o cabelo comprido simbolizavam essa nova atmosfera. Essas mudanças de hábitos e de comportamento estiveram relacionadas, ainda, à ampliação da oferta de entretenimento e de comunicação de massas. O crescimento do apelo cinematográfico (que contribuía com a divulgação mundial do novo “estilo americano”) e o surgimento de uma poderosa indústria fonográfica ajudaram a pôr em circulação esse novo repertório cultural.

Esse espírito foi traduzido por Guy Debord (1931-1994), para quem o capitalismo seria o responsável por transformar tudo em espetáculo, ignorando as essências. Debord criticava o que Marx chamava de fetiche da mercadoria, ou seja, a transformação de pessoas em coisas e de coisas em pessoas. Observe, por exemplo, a primeira tese de seu famoso livro *A sociedade do espetáculo*, publicado em 1967: “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação” (1997, p. 13).

O clima de ruptura estética e comportamental dos anos 1960, contudo, não ficou restrito apenas à esfera da cultura. Na verdade, conectava-se a uma ampla gama de movimentos de libertação, como a insurreição de Berlim, em 1953, e os conflitos na Hungria (1956) e na Polônia (1956). Nesse sentido,

Carmen Diniz (2009) aponta que o contexto de radicalização da contracultura estava ligado a questões como o impacto do assassinato do líder do movimento negro Martin Luther King, em 1968, e às críticas ao sistema de ensino que ocorriam em várias partes do mundo: em Praga, na República Checa, passando por Berkeley, nos Estados Unidos, e em Nanterre, na França, onde tomou sua forma mais famosa. Foi justamente ali, em uma sociedade já bastante dividida pela Guerra da Argélia, que teve início o famoso movimento de “maio de 1968”.

Um famoso texto de Herbert Marcuse, grande líder intelectual do movimento, pode nos dar algumas pistas sobre o que foi esse movimento. Em *Essays on Liberation*, publicado em 1968, Marcuse afirmava que a juventude lutava por um relaxamento do tabu, pela diminuição da tensão e da culpa das gerações anteriores. Para isso, condensava da seguinte maneira o slogan do movimento: “não nós, mas nossos pais, são os culpados” (1968, p. 9 [tradução nossa]). Agora, de que se tratou efetivamente esse conjunto de eventos? Em 1968 havia uma crise na Universidade francesa. Segundo a visão dos alunos e de alguns professores, a instituição não havia acompanhado as mudanças da sociedade, tais como o acesso dos imigrantes e a modernização do sistema de ingresso. O que começou como uma reivindicação pontual contra algumas medidas, tornou-se uma ampla crítica ao modo autoritário de transmissão do saber. Em 1967, na Universidade de Nanterre, o movimento de greve organizado pelo estudante Daniel Cohn Bendit acabou mobilizando não apenas o corpo docente, mas também vários setores do movimento operário. Essa conjunção foi importante para o movimento, que conseguiu, em poucos meses, tomar proporções internacionais.

O principal legado desse movimento foi que, pela primeira vez, estudantes e operários aliavam-se para criticar o *establishment*. Assim, o “jovem” tornava-se um sujeito político em si mesmo, conforme responsabilizava a geração anterior pelas mazelas da universidade, das relações de trabalho e do moralismo que ainda vigorava na sociedade francesa. Maio de 1968 marca, nesse sentido, uma profunda alteração no campo dos costumes, alinhando-se com os movimentos que já ocorriam em outros países, como os EUA.

A década de 1960 marcou o surgimento, nos Estados Unidos, de diversas organizações femininas. Na mesma efervescência do movimento negro e do movimento estudantil, as mulheres procuravam um espaço na esfera pública onde pudessem denunciar a sociedade patriarcal, a posição de objetos na qual se encontravam e a desigualdade salarial que as colocava, ainda que com formação semelhante ou superior à dos homens, em condição de dependência financeira. Surgem, então, organizações como a *National Organization for Women* (NOW), de Berry Frieden, que originou o Movimento de Libertação da Mulher. A partir disso, organizaram-se diversos coletivos e associações

de mulheres, que visavam inserir o movimento feminista também nas lutas pelos direitos civis dos negros norte-americanos e pelo fim da Guerra do Vietnã (DINIZ, 2009).



Pesquise mais

A relação entre o feminismo dos anos 1960 e o movimento pelos direitos civis é bastante estreita. Uma das protagonistas dessa relação foi a filósofa e militante Ângela Davis (1945), membro do grupo Panteras Negras. Para saber mais sobre a trajetória de Davis, bem como sobre as intersecções entre o movimento feminista e outros movimentos pelos direitos civis, como os Panteras Negras e o Black Power, consulte:

DAVIS, A. O significado de emancipação para as mulheres negras. In: DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

BLOOM, J.; MARTIN JR., Waldo E. **Blacks Against Empire: The History and Politics of the Black Panther Party**. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2013. 540 p.

CHAVES, W. S. O Partido dos Panteras Negras. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 359-364, jan./jun. 2015.

Conforme Bittencourt (2015), tratava-se de questionar

“[...] o patriarcado como forma de expressão do poder político exercido através da dominação masculina e inferiorização das mulheres que ultrapassa o campo do privado, invade todos os espaços da sociedade e representa uma estrutura de poder baseada tanto na violência quanto na ideologia (SAFFIOTI, 2004, p. 53-58). (BITTENCOURT, 2015, p. 201)

Nesse segundo momento marcante dos movimentos feministas destacaram-se várias autoras, como Heleieth Iara Saffioti, Joan Scott, Betty Friedan e Nancy Fraser. A ampla rede de solidariedade do movimento permitia a circulação de textos dessas autoras, que informavam as mulheres a respeito de seu corpo, seu direito reprodutivo (o direito ao aborto, por exemplo, era uma pauta muito forte nessa ocasião) e suas condições frente a uma sociedade que pretendia colocá-las no papel de esposas e mães, sem reconhecer sua subjetividade.



Refleta

Lançado em 1963 o livro de Betty Frieden *A mística feminina* causou muito impacto nas origens do movimento feminista. Frieden estava preocupada com uma certa mística que fazia com que as mulheres permanecessem distantes de sua condição de sujeitos. Observe, por exemplo, a relação que ela estabelecia entre o trabalho doméstico e a condição feminina:

“Quanto mais privada de sua função na sociedade ao nível de sua capacidade, tanto mais o trabalho doméstico, materno e conjugal se expandirá — e tanto mais ela resistirá a terminá-lo, a fim de não ficar sem função. (Evidentemente a natureza humana detesta o vácuo, mesmo nas mulheres) (...) O tempo necessário para o trabalho doméstico varia no sentido inverso das exigências de qualquer outro trabalho que a mulher execute. Não tendo nenhum interesse externo, é virtualmente forçada a dedicar todos os seus instantes às ninharias domésticas. (FRIEDEN, 1971, p. 207)



Refleta

Ela concluiu que o vazio que as mulheres sentiam ao serem privadas de sua própria subjetividade fazia com que elas gastassem mais tempo em afazeres domésticos do que suas mães ou avós, como um modo de “preencher” a rotina. Será que as reflexões de Frieden ainda são válidas para os dias atuais?

Agora, você pode estar se perguntando: o que esses movimentos e projetos têm em comum? Além de coincidirem temporalmente, há um aspecto que lhes confere unidade: eles contribuíram para a consolidação de novos sujeitos políticos e novos espaços de reflexão sobre o mundo. Em 2003, em prefácio a uma nova edição de sua obra *Orientalismo*, Edward Said afirmou que muitas das questões levantadas nos anos 1960 e 1970 ainda não estão plenamente resolvidas. Apesar disso, vimos, ao longo desta seção, a importância que esses movimentos tiveram em colocar novas questões, novos pontos de vista e novas propostas para a organização do mundo contemporâneo.

Sem medo de errar

Caro aluno, vimos que o movimento feminista das décadas de 1960 e 1970 esteve relacionado com a emancipação de outros grupos subjugados naquele

momento, como as populações africanas que, lutando contra o imperialismo europeu, inspiraram os negros dos EUA, que lutavam contra a segregação e se organizavam em movimentos como os Panteras Negras. O diálogo entre esses grupos foi fundamental para a força do movimento. Muita coisa mudou desde então, embora, como você pode ver nas mídias sociais e na internet, esse tema, o feminismo, ainda é um ponto de debate.

Vejam os que Margareth Rago, uma das principais historiadoras do tema no país, diz a respeito. Em *A mulher cordial*, ela afirma que a possibilidade de que pensemos hoje em feminismo como algo que atinge a toda sociedade e merece ser debatido em vários espaços é resultado de conquistas históricas. Entre essas conquistas estão o reconhecimento da importância do próprio movimento e a

“[...] desestigmatização da imagem da ‘feminista’, outrora associada às figuras negativas da feiura e da velhice, ou taxadas de ‘sapatão’ e ‘mal-amadas’, desde seus inícios no século XIX; a maneira pela qual o feminismo se reconfigura e generaliza amplamente, atingindo setores muito jovens da população, como moças de 15 e 16 anos. (RAGO, 2004, p. 280-281)

Tendo isso em mente, vamos retomar a situação-problema desta seção e discutir como podemos solucioná-la. Um grupo de alunos está se articulando para a produção de um jornal na escola quando surge o debate sobre a pertinência de uma coluna que trataria temas ligados ao movimento feminista e quem poderia escrevê-la. Como você, enquanto professor de história, pode se beneficiar desse debate em sala de aula? Que pontos você pode abordar e que paralelos pode construir?

Para elaborar um projeto dessa natureza, que pode, além de tudo, envolver a comunidade escolar de forma geral, você pode seguir estes passos:

- a) Realizar uma conversa partindo da própria discussão de sala de aula, na qual alunos e alunas expressem o que pensam sobre o movimento feminista. Nesse ponto, faça uma sistematização histórica do movimento atentando para o fato de que o feminismo foi responsável por alguns direitos que, hoje, os alunos podem tomar como naturais, como, por exemplo, o sufrágio.
- b) Realizar um levantamento sobre a representatividade das mulheres na imprensa: quais revistas são escritas por e para mulheres? Que tipo de temática elas costumam tratar? Elas guardam semelhança com a proposta das estudantes para o jornal da escola? Por que?

- c) Posteriormente, as alunas podem ser orientadas a elaborarem uma pesquisa com suas mães, tias, avós, colegas, etc., acerca de como essas pessoas enxergam a condição da mulher nos dias de hoje. Nesse sentido, você, professor de história, pode orientá-las no sentido de refletirem sobre a relevância de considerar as experiências de sujeitos pouco considerados pelas narrativas clássicas da historiografia. Aspectos como o cotidiano e as microrrelações pessoais podem ser enfatizadas nesse sentido, permitindo aos alunos a reflexão sobre o papel emancipatório do direito ao lugar de fala.
- d) Essa pesquisa poderia ser convertida em um projeto de conscientização da comunidade escolar, de modo a dirimir, ou ao menos tentar dirimir, a resistência que alguns setores da sociedade ainda têm em relação ao tema. Essa resistência, que se encontra muitas vezes disseminada na sociedade como um todo, costuma ser veiculada a partir das redes sociais. Você, enquanto professor de história, pode ajudá-los a historicizar as lutas e demandas do movimento feminista, mediando essa discussão e não deixando que ela se torne um campo de ofensas.

Esse planejamento é similar àquele utilizado pela própria Berry Frieden na composição de seu livro *A Mística Feminina*, o que é possível observar na citação a seguir.

“Aos poucos, sem o perceber claramente a princípio, comecei a notar que existe hoje algo de muito errado na maneira de viver da americana. De início senti uma dúvida sobre a minha própria vida de esposa e mãe de três filhos pequenos, que com algum remorso e, portanto, meio tolhida, usava capacidade e conhecimentos em trabalho que me afastava de casa. Foi essa dúvida pessoal que me levou, em 1957, a interrogar minuciosamente minhas colegas de turma de Smith, quinze anos após nossa formatura. As respostas de 200 mulheres a perguntas de caráter íntimo levaram-me a compreender que o erro não podia relacionar-se com a educação no sentido em que ela era então concebida. Os problemas e as alegrias de suas vidas e da minha, e a maneira como nossa educação para eles havia contribuído simplesmente não se adaptavam à imagem da americana moderna, tal como se apresentava nas revistas femininas e tal como era estudada e analisada em clínicas e salas de aula, incessantemente louvada ou condenada, desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Havia uma estranha discrepância entre a realidade de nossa vida de

mulher e a imagem à qual nos procurávamos amoldar, imagem que apelidei de mística feminina, perguntando a mim mesma se outras mulheres, num círculo mais amplo, se defrontavam também com esta cisão esquizofrênica e qual seria o seu significado. (FRIEDEN, 1971, p. 11)

Conforme você pode observar na introdução que ela redige ao livro, um dos ganhos que nossas alunas podem ter ao inserirem outras vozes no debate é perceber, justamente, como o feminismo se encontra com outras questões sociais, como a questão da raça e a questão de classe, aproximando as discussões de sala de aula do cotidiano dos alunos e da comunidade escolar de forma geral.

Faça valer a pena

1. Leia o seguinte fragmento da obra de Edward Said, *Orientalismo*, para responder à questão

“Considere-se como o Oriente, e em particular o Oriente Próximo, tornou-se conhecido no Ocidente como o seu grande oposto complementar desde a Antiguidade. Houve a Bíblia e o surgimento do cristianismo; houve viajantes como Marco Polo que traçaram as rotas comerciais e padronizaram um sistema regulado de intercâmbio comercial, e depois dele Ludovico di Varthema e Pietro della Valle; houve fabulistas como Mende-ville; houve os terríveis movimentos orientais de conquista, principalmente do islã, é claro; houve os peregrinos militantes, sobretudo os cruzados. Todo um arquivo internamente estruturado é construído a partir da literatura que pertence a essas experiências. Disso surge um número restrito de condensações típicas: a viagem, a história, a fábula, o estereótipo, o confronto polêmico. Essas são as lentes pelas quais o Oriente é vivenciado, e elas moldam a linguagem, a percepção e a forma do encontro entre o Leste e o Oeste. (SAID, 2007, p. 96)

Tendo em vista a descrição de Said a respeito da “fabricação” da ideia de Oriente, assinale a alternativa correta.

a) A obra de Said, tal como a de Fanon, parte da ideia de que a linguagem tipicamente utilizada para retratar o “outro” é um dos elementos que impedem a emancipação dos grupos subalternos.

- b) O “Oriente” e o “Ocidente” são, na obra de Said, conceitos criados pelos povos árabes para se diferenciarem das sociedades europeias e americanas.
- c) As múltiplas narrativas sobre o Oriente têm papel fundamental na visão que se criou sobre ele, por isso Said propõe que se deve separar, definitivamente, as duas regiões do globo, evitando o contato entre elas.
- d) A obra de Said inscreve-se nos estudos pós-coloniais e nos ajuda a perceber que o imperialismo é uma questão somente econômica.
- e) Tanto Said quanto Fanon eram militantes e, por isso, não podem ser considerados intelectuais.

2. Observe a imagem e o texto apresentados a seguir:

Figura | Marilyn Diptych. Andy Warhol, 1962



Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Pop_art#/media/File:Detail_Andy_Waholi_teosest_%22Marilyn_Diptych%22.jpg.

“O sistema econômico fundado no isolamento é uma produção circular do isolamento. O isolamento fundamenta a técnica; reciprocamente, o processo técnico isola. Do automóvel à televisão, todos os bens selecionados pelo sistema espetacular são também suas armas para o reforço constante das condições de isolamento das ‘multidões solitárias’. O espetáculo encontra sempre mais, e de modo mais concreto, suas próprias pressuposições. (DEBORD, 1997, p. 23)

A obra de Wharol é uma expoente do movimento da pop art, muito associado à cultura de massa ou do espetáculo, à qual faz referência Guy Debord.

Tendo isso em mente, assinale a alternativa correta.

- a) A cultura de massa foi criticada, entre outras coisas, por louvar a arte clássica de inspiração renascentista.
- b) A obra de Wharol faz uso da linguagem do pop art, movimento que propunha a crítica da técnica e do consumo.
- c) O isolamento de que fala Debord é uma crítica à sociedade de massa, que teve na pop art um de seus movimentos paradigmáticos.
- d) Para Guy Debord, a técnica é a principal contribuição da pop art e da cultura de massa e deveria ser perpetuamente incrementada.
- e) O “espetáculo” ao qual se refere Debord está associado a uma sociedade isolada e consumista, aspecto que não aparece nas obras da chamada pop art.

3. Observe as duas imagens publicitárias a seguir, que têm, entre elas, o intervalo de 50 anos:

Figura | Propaganda 1



Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:G70Woman_1960s.jpg. Acesso em: 27 nov. 2018.

Figura | Propaganda 2



Fonte: <https://www.revistaforum.com.br/as-10-propagandas-mais-machistas-e-racistas-do-ultimo-ano/>. Acesso em: 27 nov. 2018.

Assinale a alternativa que faz uma afirmação correta sobre as duas imagens.

- a) As duas imagens retratam a situação privilegiada das mulheres que, mesmo sem nenhum direito trabalhista até hoje, são sustentadas emocionalmente e economicamente pelos maridos.
- b) As imagens abordam um tema muito recorrente na discussão do feminismo: a questão da domesticidade e do fato de que a mulher não é reconhecida como indivíduo na própria casa, mas apenas como um sujeito público e político.
- c) Ambas as imagens sugerem que as mulheres, após o feminismo, tornaram-se desleixadas e pararam de se preocupar com a casa. Por isso, é preciso impedir que as mulheres reivindiquem igualdade de salários, já que isso representaria uma mudança drástica nas relações domésticas.
- d) A permanência do padrão nas imagens indica que a situação das mulheres não se alterou em nada nos últimos 50 anos, pois elas continuam sendo vinculadas à completa submissão e à sua não existência como sujeito.
- e) A luta contra o confinamento da mulher à esfera do lar é um dos aspectos centrais do feminismo da década de 1960 e, hoje, continua sendo uma questão importante, embora alguns passos já tenham sido dados. A imagem contemporânea, todavia, indica que as agências publicitárias ainda posicionam a mulher em papel semelhante àquele das décadas passadas.

- ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém**. Un estudio sobre la banalidad del mal. Barcelona: Lumen, 1999.
- AGUIAR, L. Maio de 68: novas subjetividades, micropolíticas e relações de poder. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**, v. 2, n. 1, p. 13-25, 2008.
- BARROS, J. A vida como obra de arte: de Andy Warhol a Chacal ou do A ao C e de volta ao A. in: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC, 15., 2017, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ABRALIC, 2017. Disponível em: www.abralic.org.br/anais/arquivos/2016_1491261216.pdf. Acesso em: 27 nov. 2018.
- BELLO, M. Uma introdução filosófica à vida e ao pensamento de Frantz Fanon na visão de Lewis Gordon. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 108-116, jan./abr. 2016. Disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/rechtd.2016.81.11>. Acesso em: 11 dez. 2018.
- BELLO, W. O significado de Bandung e nossa resposta à crise do capitalismo global. **Revista Perspectivas**, n. 3, p. 1-8, 2015.
- BERNAL, D. La resistencia y la resistencia civil: la importancia de la teoría no violenta. **Pap. Polít.**, Bogotá - Colômbia, v. 21, n. 2, p. 343-371, jul./dez. 2016.
- BISSIO, B. A posteridade do espírito de Bandung: Continuidade e ruptura na diplomacia do Sul 1955-2015. **Contra Relatos desde el Sur**, [S.l.], n. 12, p. 61-77, 2015. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/contra-relatos/article/view/20529/0>. Acesso em: 16 nov. 2018.
- BITTENCOURT, N. As ondas do movimento feminista e o eurocentrismo da história. **Revista InsURGência**, Brasília, ano 1, v. 1, n. 1, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/viewFile/16758/11894>. Acesso em: 11 dez. 2018.
- BUENO, C. Chegada do homem à Lua comemora 40 anos com nova missão. **Ciência e cultura**, [S.l.], v. 61, n. 3, p. 19-20, 2009. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v61n3/a08v61n3.pdf>. Acesso em: 31 out. 2018.
- CAIXETA, M. V. Desconstruindo essencialismos: a análise do imperialismo de Edward Said, os estudos pós-coloniais e as sociologias do Sul. **Temáticas**, Campinas, v. 23, n. 45/46, p. 53-74, fev./dez. 2015. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/2315>. Acesso em: 11 dez. 2018.
- DA SILVA, J. M. **China: a questão camponesa na República Popular**. 2008. 153 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-22042009-160453/pt-br.php>. Acesso em: 7 nov. 2018.
- DEBORD, G. **Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DINIZ, C. Movimentos feministas da década de sessenta e suas manifestações na arte contemporânea. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 18., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAP, 2009. 15 p. Disponível em: anpap.org.br/anais/2009/pdf/chtca/carmen_regina_bauer_diniz.pdf. Acesso em: 27 nov. 2018.
- DOMINGOS, C. S. Cultura do pós-guerra: o aspecto nuclear e sua negação. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 23, n. 1, jan./jun., p. 117-125, 2010.

DOMINGOS, C. S. 50 anos da crise dos mísseis: horror nuclear em tempos presentes. **Historiæ**, Rio Grande, v. 4, n. 2, p. 79-90, 2013.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

FRIEDEN, B. **Mística Feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

GUIMARÃES, A. S. A recepção de Fanon no Brasil e a Identidade Negra. **Novos Estudos Cebrap**, [S.l.], v. 81, n. 2, p. 99-114, jul. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n81/09.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2018.

HOBSBAWM, E. **A Era dos Extremos**. O Breve século XX. 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas. In: LIMA, L. C. **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KAWAHALA, E.; SOLER, R. Por uma psicologia social antirracista. Contribuições de Frantz Fanon. **Psicologia & Sociedade**, [S.l.], v. 22, n. 2, p. 408-410, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n2/23.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2018.

KINZER, S. **Todos os homens do Xá**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KRIPALANI, K. **All men are Brothers. Life and Thoughts of Mahatma Gandhi as told in his own words**. Switzerland: UNESCO, 1968.

LIMA, M. O humanismo crítico de Edward Said. **Lua Nova**, São Paulo, n. 73, p. 71-94, 2008.

LÓPEZ MARTÍNEZ, M. Gandhi, política y Satyagraha. **Ra-Ximhai**, v. 8, n. 2, p. 39-70, jan./abr. 2012.

MARCUSE, H. **Essays on liberation**. 1969. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/archive/marcuse/works/1969/essay-liberation.htm>. Acesso em: 27 nov. 2018.

MELLO, J.; GUERREIRO, M. A. Da desobediência civil à independência da Índia: uma breve análise do percurso político de Gandhi. **Revista da Universidade Ibirapuera**, São Paulo, v. 5, p. 1-7, jan./jun. 2013.

MIGUEL, S. Gandhi e a verdade: reflexões entre autobiografia e história. **Revista Aedos**, [S.l.], v. 3, n. 8, p. 88-110, jan./jun. 2011.

MOURÃO, R. Hiroshima e Nagasaki: razões para experimentar a nova arma. **Scientia Studia**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 683-710, 2005.

NARODOWSKI, M. Foucault, o Aiatolá, os Intelectuais e a Política. **Educação e realidade**, [S.l.], v. 29, n. 1, p. 69-78, jan./jun. 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta de fundação**. 1945. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/cap1/>. Acesso em: 1 nov. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em: 1 nov. 2018.

ORTIZ, R. Frantz Fanon: um itinerário político e intelectual. **Revista Contemporânea**, São Carlos, v. 4, n. 2, p. 425-442, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/241>. Acesso em: 18 dez. 2018.

PATRICK, A. O Irã entre o Ocidente e sua autodeterminação. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 24, p. 257-260, jun. 2005.

PEDROSO, R. A. A Guerra do Vietnã e suas representações nas histórias em quadrinhos do Capitão América (1965-1970). **Revista Contemporânea – Dossiê Guerras e Revoluções no**

- século XX, [S.l.], ano 5, n. 8, v. 2, p. 1-28, 2015.
- PONTARA, G. Gandhi: el político y su pensamiento. **Polis, Revista Latinoamericana**, v. 15, n. 43, p. 19-40, 2016.
- RAGO, M. A “mulher cordial”: feminismo e subjetividade. **Revista Verve**, [S.l.], v. 6, p. 279-296, 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/verve/article/view/5015/3557>. Acesso em: 11 dez. 2018.
- ROTTA, H. A doutrina Truman e a criação do Estado de Israel: o lobby judaico na política americana. **Revista Historiador**, [S.l.], ano 5, n. 5, p. 92-102, dez. 2012.
- SAID, E. **Orientalismo**. O oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SAID, E. **Representações do Intelectual**. As Conferências Reith de 1993. São Paulo. Cia das Letras, 2005.
- SANTANA, C. Notas sobre a História da Revolução Cultural Chinesa (1966-1976). **Revista História Social**, [S.l.], n. 17, p. 115-131, 2009.
- SARTRE, J. P. **Lexistentialisme est un humanisme**. Paris: Les Éditions Nagel, 1970.
- SORJ, B. Geopolítica e cultura: a trajetória de Israel. **História**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 57-71, jul./dez. 2014.
- SOROKIM, P. **The crisis of our age**. New York: EP. Dutton, 1941.
- UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília, 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2019.
- WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**. 5. ed. São Paulo; Campinas: Cortez; Ed. UNICAMP, 2016.
- WEILAND, C. As consequências da busca norte-americana pela primazia nuclear. **Conjuntura Global**, [S.l.], v. 3, n. 3, p. 125-131, jul./set. 2014.
- ZUCCHI, L. K. Implantação do Estado de Israel a gênese dos conflitos israelo/árabes. **Antíteses**, Londrina, v. 7, n. 14, jul./dez. 2014.

Unidade 4

Nova ordem mundial e globalização

Convite ao estudo

Os últimos anos do século XX e a primeira década do século XXI caracterizam-se por uma profunda transformação nas relações internacionais. Comercialmente, a perspectiva neoliberal procurou desburocratizar as trocas financeiras e estimular a criação de um mercado mundial sem travas ou regulações desnecessárias. Politicamente, a democracia liberal também se espalhou pelo mundo a partir da influência das grandes potências como EUA, Inglaterra e Alemanha. Esse período contrasta com as décadas imediatamente posteriores à Segunda Guerra Mundial, nas quais havia uma forte tendência à criação de ferramentas de intervencionismo estatal.

Considerando esse cenário, nós acompanharemos, nesta unidade, os desdobramentos da crise do chamado Estado de bem-estar social, principalmente a partir do fortalecimento de perspectivas neoliberais – como as do governo de Augusto Pinochet, no Chile, Margaret Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos – paralelamente ao esfacelamento da União Soviética. Veremos também de que modo essas mudanças incidiram na organização da produção, das relações de trabalho e dos conflitos sociais, notadamente aqueles que envolveram as potências ocidentais e o mundo árabe.

Paralelamente a essas mudanças de ordem político-econômica, ocorreu uma transformação cultural importante: o surgimento das novas mídias, que permitiram a divulgação de informação em larga escala e em tempo real, transformando a relação das pessoas com seus representantes e, com isso, a própria ideia de cidadania. Hoje em dia as redes sociais exercem uma grande influência nas questões políticas e sociais, como é possível perceber em acontecimentos como a votação do Brexit (*Britan Exit* – saída da Inglaterra da União Europeia), a divulgação de vídeos de grupos extremistas islâmicos convocando jovens a aderirem às suas causas, e a divulgação de documentos sigilosos de governos que ocorreu na última década. Nesse sentido, veremos como a própria narrativa sobre a história acompanhou essas mudanças e teremos a oportunidade de pensar em um balanço do “breve século XX” (HOBBSAWM, 1995), considerando as discussões que compuseram o repertório dos historiadores a partir do fim da década de 1990: os negacionismos, o fim da história e os relativismos. Mas, afinal, será que podemos estabelecer

uma relação direta entre as novas formas de pensar a história e os novos modos de circulação da informação, típicas do fim do século?

Tendo em vista essas novas configurações, vamos nos orientar, nesta unidade, pela reflexão em torno do impacto que as novas tecnologias têm não apenas nos eventos políticos em si mesmos, mas, também, na narrativa que se cria sobre eles. Será que nossas práticas em sala de aula estão preparadas para lidar com o impacto das novas formas de comunicação digital?

Uma das situações que podem pôr à prova nossa prática em relação aos impactos das mídias digitais em nossa visão de mundo é o contato com culturas diferentes que, eventualmente, são descritas de modo enviesado nas redes. Imagine que sua escola receba um aluno refugiado e que você, enquanto professor de História, pode contribuir para sua integração na comunidade escolar. Diversas questões podem advir desse contexto, tais como os desafios na compreensão do idioma e das tradições, a necessidade de desconstruir as narrativas muitas vezes preconceituosas que temos de certas culturas e, também, a possibilidade de enriquecer a compreensão dos alunos sobre uma realidade distinta da sua. Vamos começar nossa jornada?

Do neoliberalismo à queda do muro de Berlim

Diálogo aberto

Nesta unidade, vamos refletir sobre a onda neoliberal que reorganizou as relações internacionais a partir do fim da década de 1970. Veremos que tanto o governo Thatcher quanto a ditadura chilena de **Augusto Pinochet** (1974-1990) e os anos de **Ronald Reagan** (1981-1989), nos Estados Unidos, foram importantes capítulos da construção de uma nova hegemonia político-econômica baseada na primazia do mercado. Neste cenário, nem mesmo a poderosa União Soviética foi capaz de resistir aos avanços neoliberais, principalmente a partir da eleição de Mikahil Gorbachev (1931), que instituiu profundas mudanças no comunismo soviético a partir das reformas Perestroika e Glasnost. Esse novo modo de gerir e organizar o Estado, como veremos, estava diretamente ligado à construção de uma imagem positiva da liberdade individual e da iniciativa privada, transformando, assim, a relação entre economia e cultura a partir dos instrumentos de marketing político e comunicacional que se generalizam a partir da década de 1980.

Pensando, então, que, se de um lado construía-se uma imagem de que o neoliberalismo seria o caminho para as sociedades serem bem-sucedidas, de outro, enfraquecia-se a imagem do comunismo como alternativa política. No entanto, mesmo nesse cenário desfavorável, Cuba manteve-se como um dos poucos redutos comunistas no mundo, mesmo com dificuldades econômicas – reforçadas pelo embargo econômico imposto pelos EUA – polêmicas em relação ao cumprimento dos direitos humanos e todo o imaginário negativo, ligado à pobreza, que se construiu sobre o país. Atualmente, no Brasil, foram reascendidas, na internet, discussões que santificam ou demonizam certa corrente de pensamento, criando polarizações como *comunismo x capitalismo, esquerda x direita*, etc., sendo Cuba uma referência positiva ou negativa, dependendo da posição em que se está.

Se, nas décadas de 1970 e 1980, a informação já circulava de modo acelerado, atualmente, com a internet, tornou-se praticamente impossível para um indivíduo acompanhar todo o fluxo de ideias, opiniões e dados acerca dos acontecimentos globais. Essa aceleração promove, também, hoje em dia, uma abertura inédita: deixamos de ser apenas receptores de opiniões e informações e nos tornamos, nos espaços on-line, produtores de opinião. Tal mudança tem efeitos positivos óbvios, como a maior democratização dos pontos de vista disponíveis. Mas, será que essa pluralização de vozes não traz, também, alguns aspectos problemáticos? Vamos pensar, por exemplo, no caso

do movimento do Brexit (saída do Reino Unido da zona da União Europeia). Nesse caso, a empresa de mineração e análise de dados Cambridge Analytica, na Inglaterra, promoveu uma distribuição de dados de usuários de internet e, com isso, ajudou a delinear perfis de usuários que poderiam ser potenciais alvos de propagandas políticas, neste caso, a favor ou contra o Brexit.

Com esse caso, é importante perceber que a relevância da mídia na construção de nossas alternativas e horizontes políticos não se dá apenas em cenários eleitorais. No nosso cotidiano, as imagens que formamos acerca de regimes políticos distintos do nosso, por exemplo, guarda intrínseca relação com as informações às quais temos acesso. Retomando, então, o cenário apresentado no contexto de aprendizagem, no qual você é um professor de História e dá aulas para uma turma com um aluno refugiado proveniente de Cuba, imagine a seguinte situação. Em uma aula em que você aborda a ascensão do neoliberalismo, um de seus alunos lembra do imaginário negativo que se tem sobre Cuba, segundo o qual o país não seria bem-sucedido por não ter adotado políticas neoliberais (ao menos não em larga escala). Será que a imagem que a turma tem desse país seria condizente com a narrativa do aluno cubano? Retomando, por exemplo, o discurso que tem circulado sobre Cuba nas redes sociais brasileiras, de que modo você, professor, poderia contribuir, a partir desse exemplo, para o aprofundamento da discussão sobre o papel da mídia em nossas visões de mundo?

Não pode faltar

A palavra *neoliberalismo* é, há algumas décadas, um termo bastante usual nas grandes mídias. Você certamente já ouviu falar dela de modo positivo, como sendo a única solução para os problemas econômicos da contemporaneidade, ou de modo negativo, como o que há de pior em termos de reação ao Estado de bem-estar social. Nesta seção, vamos atentar às origens desse debate, que remonta às décadas de 1970 e 1980. Embora as ideias neoliberais fossem antigas – há, por exemplo, o famoso livro de **Friederich Hayek** (1899-1992), *O caminho da servidão*, de 1944 –, foi a crise econômica da década de 1970 que colocou esse debate na ordem do dia em vários países do Ocidente. O alegado fracasso das políticas da democracia social que haviam vigorado após a Segunda Guerra criava um clima favorável à elaboração de novas estratégias econômicas e, além disso, diminuía o potencial de resistência dos setores prejudicados pelas novas medidas, uma vez que associava às medidas de cunho social os efeitos da crise econômica que se espalhou pelo mundo a partir da crise do petróleo, em 1973.

As oscilações econômicas da década de 1970 encerraram um período de relativa prosperidade na Europa e nos Estados Unidos. As medidas do chamado

“**welfare state**” – um conjunto de benefícios e serviços sociais universais garantidos pelo Estado – buscavam equilibrar a relação entre economia e justiça social, e haviam se consolidado em grande parte dos países do chamado primeiro mundo. No Estado de bem-estar, a prioridade dos governos está mais relacionada ao combate à escassez, à miséria e à desigualdade do que aos aspectos fiscais das trocas comerciais. O Estado, inclusive, atuava como contrapeso para mitigar os efeitos do livre-mercado, principalmente a partir de uma política de impostos redistributiva. Nessa concepção, toda pessoa deveria gozar de proteção, do berço ao túmulo, e isso era concebido como um direito universal. Já nos anos 1960, todavia, alguns setores, especialmente ligados ao mercado financeiro, começam a questionar de modo sistemático a viabilidade dessas políticas: afinal, perguntavam, será que um país pode arcar com níveis tão altos de despesa pública sem gerar problemas sérios de longo prazo?

Esse tipo de questionamento esteve na base, a partir de 1973, de uma crise de legitimidade do Estado-Providência. Conforme a crise econômica e a insegurança trabalhista cresciam em países como a Alemanha, a Inglaterra e os Estados Unidos, os setores conservadores passaram a formular novas alternativas para solucionar a crise, tais como a redução do papel do Estado na economia, a flexibilização de leis trabalhistas, o controle dos sindicatos e novas políticas tributárias. É nesse contexto, portanto, que as ideias outrora defendidas por Hayek ganham espaço no debate público e se condensam naquilo que se costuma chamar de neoliberalismo. Na definição de David Harvey:

“O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado

(preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício. (2008, p. 6)



Exemplificando

Para entender como o neoliberalismo deixa de ser uma ideia dentre outras e se torna uma corrente hegemônica, podemos retomar uma ocasião paradigmática narrada por Perry Anderson (1995), na qual grandes nomes do pensamento liberal, como Milton Friedman, Karl Popper, Michael Polanyi, Ludwig von Mises e Lionel Robbins, se reúnem, em 1947, na Suíça, para organizar suas ideias e divulgá-las aos organismos governamentais. Na declaração de fundação da sociedade podemos encontrar a base da crítica que, na década de 1970, ajudaria a enfrentar a hegemonia do Estado de bem-estar:

“Os valores centrais da civilização se acham em perigo. Em grandes extensões da superfície da Terra. As condições essenciais da dignidade e da liberdade humanas já desapareceram. Noutras, acham-se sob a constante ameaça do desenvolvimento das atuais tendências políticas. A posição do indivíduo e o grupo autônomo se acham progressivamente solapados por avanços do poder arbitrário. Mesmo o mais precioso bem do Homem Ocidental, a liberdade de pensamento e de reflexão, encontra-se ameaçado pela disseminação de credos que, reivindicando o privilégio da tolerância quando em posição minoritária, buscam apenas galgar uma posição de poder - a partir da qual possam suprimir e obliterar todas as concepções que não a sua. (HARVEY, 2008, p. 15)

À diferença do liberalismo clássico, formulado nos séculos XVIII e XIX por nomes como Adam Smith (1723-1790) e Stuart Mill (1806-1873), o neoliberalismo contava com a crise de seu oponente imediato, o socialismo, como paradigma comparativo. Diante disso, a proposta era inverter o sinal da maior parte das propostas que, naquele momento, pendia para a primazia das questões sociais. Assim, o rompimento com o poder dos sindicatos, o baixíssimo gasto com medidas sociais e a prioridade à estabilidade da moeda por meio da disciplina orçamentária, tornaram-se os novos pressupostos aceitos por grande parte dos países capitalistas do Ocidente. Essas medidas, que procuravam organizar o andamento da economia a partir do livre mercado, foram bastante criticadas em seu tempo, e grande parte dos regimes baseados nesse repertório, como veremos, aliou suas medidas de austeridade econômica a uma ampla política repressiva.

Embora a adoção das medidas neoliberais tenha sido, nas décadas de 1970 e 1980, um fenômeno mundial, algumas regiões do globo sofreram mais fortemente seus efeitos. No caso da América Latina, a adoção de medidas como o livre-câmbio, a não intervenção estatal na economia e a desregulamentação das relações de trabalho foram fundamentais para a consolidação da hegemonia norte-americana na região. Conforme Luis Bandeira,

“A adoção de tais medidas, como a privatização das empresas estatais, a desregulamentação da economia e a liberalização unilateral do comércio exterior pelos países da América Latina constituiria condição fundamental para que pudessem renegociar a dívida externa e receber qualquer recurso das agências financeiras internacionais. Assim eles passariam a depender sempre de financiamentos do BID ou do BIRD para a execução de obras públicas, tendo de sujeitar suas respectivas políticas econômicas e decisões de investimentos à fiscalização internacional, por meio de condicionalidades, que ameaçavam atingir igualmente a política de defesa, com a fixação de limites para os gastos militares. (2002, p. 135)

Esse conjunto de medidas – conhecido como o **Consenso de Washington**, em referência à centralidade dos interesses americanos – teve seu auge no Chile a partir de 1973. Apesar de o Chile ter uma das repúblicas democráticas mais consolidadas do continente americano, o regime popular de **Salvador Allende** (1970-1973), baseado numa aliança entre seu partido, a Unidade Popular (UP), e vários movimentos sociais comunistas e anarquistas, não foi capaz de conter os efeitos das políticas de embargo econômico impostas pelos Estados Unidos. Após um golpe militar que terminou com a morte de Allende, seu antigo subordinado, **Augusto Pinochet** (1915-2006), dá início à implantação de medidas neoliberais – privatizações e isenções fiscais – aliadas a uma fortíssima repressão aos movimentos de contestação. Francisco Lira (2010) destaca a importância da influência do governo dos EUA no regime chileno, tanto materialmente (o apoio militar americano foi decisivo para o sucesso do golpe) quanto em termos ideológicos. A Universidad Católica do Chile tornou-se, naquela época, um grande centro de debate das teses dos chamados *Chicago Boys*, grupo de economistas liberais influenciados por Milton Friedman (1912-2006).

Mas você pode se perguntar: como uma população que vivia sob um regime de bem-estar social aceitou a cassação de seus direitos e a imposição de medidas tão duras como as de Pinochet? Para entender esse aspecto tão delicado, é preciso levar em conta que, no caso chileno, as medidas econômicas

vieram acompanhadas da perseguição a dissidentes e de leis que criminalizavam protestos e associações sindicais (OLAVARRÍA; VASQUEZ, 2014). Calcula-se que, ao longo da ditadura de Pinochet, 40.000 pessoas tenham sido mortas pelo regime. Esses números assombrosos nos permitem visualizar um aspecto que, geralmente, acompanhava a implantação dos regimes neoliberais nesse contexto, mas que foi posto em prática de modo dramático no caso chileno: a “doutrina de segurança nacional”, que procurava, por meio de um amplo controle de imprensa, divulgar o anticomunismo e estimular a necessidade de aceitação das medidas excepcionais do Estado.

Já nos Estados Unidos, após o fracasso dos anos finais do governo de Jimmy Carter (1977-1981), os republicanos encontraram o clima favorável para a eleição de Ronald Reagan (1981-1989), crítico dos princípios do New Deal e do intervencionismo estatal na economia (MELLO FILHO, 2011). Um dos slogans de Reagan, a saber, a contradição entre a liberdade e a igualdade, foi incessantemente divulgado pela sua poderosa equipe de marketing. Antes mesmo que fosse eleito, em 1981, os conservadores americanos já trabalhavam em sua “mitologia” de grande comunicador e de grande líder do combate ao comunismo. Na esfera econômica, seu governo caracterizou-se por conceber os indivíduos como competidores e empreendedores em potencial, estimulando os discursos em torno da busca pelo sucesso individual em oposição ao coletivismo de tendência socialista. Assim, Reagan acionava antigas simbologias americanas, como as do *self-made-man*, que não precisava do apoio do Estado para lograr suas conquistas. Como você pode perceber, essa ideia tem uma concepção de liberdade bastante específica e alinhava-se a uma tendência mundial de questionamento das políticas distributivas. Observe, por exemplo, como o conceito é mobilizado por Reagan no primeiro ano de seu governo:

“Se nós procurarmos pela resposta de por que, por tantos anos, nós avançamos tanto, prosperamos como nenhum outro povo na Terra, foi porque aqui neste país nós libertamos a energia e genialidade individual do homem na maior amplitude que já havia sido feita. Liberdade e dignidade para o indivíduo tem sido mais acessível e assegurada aqui que em qualquer outro lugar da Terra. (REAGAN, 1981 *apud* MELLO FILHO, 2011, p. 88)

Apesar de o governo de Reagan ter impulsionado o neoliberalismo pelo mundo, especialmente pela América Latina, o regime que talvez seja o exemplo mais conceitualmente puro desse conjunto de teses é o inglês, especificamente o regime da conservadora (Tory) primeira Ministra Margaret Thatcher (1925-2013). Para Reginaldo Moraes (2013), o governo Thatcher é

um paradigma das medidas neoliberais, tendo podido converter-se, inclusive, em um movimento, o “thatcherismo”. Segundo Perry Anderson,

“O modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado. (1995, p. 10)

Uma das insígnias da Primeira Ministra, muito famosa por seus discursos e por sua firmeza na negociação com os sindicatos, era a frase “*there’s no alternative*” (não há alternativa). Esse slogan ajudava a consolidar a imagem de Thatcher como um “mal necessário”, o que ajudou a mitigar uma parte considerável da oposição a seu regime. Foi a imprensa internacional, todavia, quem forneceu à sua estratégia de marketing o que se tornaria sua marca registrada: a alcunha de “dama de ferro”. Assim, Thatcher consolidava, para além do plano econômico, uma simbologia muito importante para a manutenção de seu regime e para as relações internacionais inglesas, especialmente com os governos de Reagan, nos Estados Unidos, e de Gorbachev, na URSS.



Refleta

O conflito ocorrido nas Guerras Malvinas (Falkland Islands, na Inglaterra) pode nos ajudar a entender a relação entre publicidade política, neoliberalismo e relações diplomáticas. O território foi disputado pela Argentina e pela Inglaterra em um conflito armado iniciado em 1982. Naquela ocasião, a Argentina vivia um período de ditadura militar, e a entrada na Guerra procurava estimular o patriotismo dos argentinos para, assim, desacelerar o processo de queda do regime. A derrota para os ingleses, todavia, acabou gerando o efeito contrário, contribuindo para o fim do regime de Leopoldo Galtieri (1926-2003). Por outro lado, a vitória inglesa ajudou a consolidar a imagem da “Dama de Ferro”, aspecto que foi decisivo para sua eleição no pleito de 1983. Afinal, quais os possíveis usos políticos e midiáticos de um evento militar? Você consegue pensar em outros exemplos dessa relação?

Margaret Thatcher ficou conhecida por provocar uma grande insatisfação popular dentro da Inglaterra e, paralelamente, obter um grande reconhecimento internacional. Além de manter laços estreitos com os Estados Unidos – tanto com Reagan como, posteriormente, com George Bush –, sua política internacional também se estendia para domínios antes vedados aos ingleses, como a URSS. Para compreendermos os sucessivos encontros diplomáticos e, inclusive, os muitos acordos firmados entre os dois países, precisamos recuar um pouco no tempo para observarmos o que se passava politicamente na União Soviética durante a década de expansão do neoliberalismo pelo Ocidente.

A figura de **Mikahil Gorbachev** (1931) tornou-se mundialmente associada ao fim do regime soviético e à abertura do regime ao capitalismo ocidental. Todavia, desde a morte de Stalin, em 1953, algumas discussões sobre o futuro do regime comunista já circulavam dentro do Partido Comunista. A figura de Nikita Krushov (1894-1971), secretário do partido entre 1953 e 1964, é fundamental para compreendermos esses movimentos de revisão dos primeiros anos da Revolução. Esse movimento interno ocorria em paralelo a um período de recrudescimento das tensões internacionais, especialmente com os EUA (a Crise dos Mísseis, por exemplo, deu-se no governo Krushov, em 1962). As demandas por investimento tecnológico, aliados ao clima de “restauração” do socialismo “puro”, inspirado em Lênin, fizeram de Krushov um governante bastante popular. Uma das ocasiões mais representativas de sua gestão foi a famosa declaração feita por ele, em 1956, por ocasião do XX Congresso do Partido Comunista, na qual ele criticava o culto à personalidade que havia marcado a era stalinista, bem como mencionava publicamente os famosos “expurgos stalinistas”, que ocorreram entre 1937 e 1938 e deixaram cerca de 690.000 mortos.

Economicamente, o restaurador Krushov tentava reduzir o poder das burocracias sindicais, estimulando também a discussão sobre a rotatividade dos quadros do partido. A heterodoxia de Krushov, contudo, chega ao fim com a ascensão de seu sucessor na direção do partido, Leonid Brejnev (1906-1982), em 1964. A partir dessa posição, Brejnev coordenaria vários setores do governo soviético, nunca deixando de ocupar cargos fundamentais na direção do partido durante as décadas de 1970 e 1980. Brejnev, antigo protegido de Krushov, projetava-se a partir de uma crítica a seu antecessor: considerava-o demasiado “ocidental” e propunha que a herança de Stalin não deveria ser totalmente esquecida. Esse contexto marca uma radicalização nas tensões com os Estados Unidos. Uma das medidas mais polêmicas de Brejnev, a chamada “doutrina da soberania limitada”, previa que a URSS era a guardiã do comunismo pelo mundo e, por isso, estava autorizada a invadir os territórios de sua área de influência que pudessem interferir nesse interesse. Esse foi o argumento, inclusive, da invasão da Tchecoslováquia (1968) e do Afeganistão (1979).

O começo da década de 1980 foi marcado com a morte de Brejnev, pela ascensão de Iuri Andropov. Seu curto governo, de 1982 a 1984, foi marcado pela animosidade em relação ao governo Reagan e, sobretudo, pela ascensão de um líder que marcaria a alteração das relações da URSS com o Ocidente, Gorbachev (FRANCISCON, 2016).

Os esforços de Gorbachev concentravam-se na modernização da URSS internamente e, sobretudo, no restabelecimento de relações com o Ocidente, após o longo período de hostilidades da Guerra Fria. Suas ações diplomáticas envolviam, além da negociação pessoal com o governo americano, uma tomada de posição favorável às causas dos países ocidentais em debates internacionais na ONU, por exemplo. Um dos momentos mais representativos dessa aproximação é o apoio dado aos EUA na Guerra do Golfo, que sinalizava que novas alianças militares e estratégias poderiam ser feitas no futuro. Outra medida que agradava os americanos era a proposta de Gorbachev de que a soberania dos territórios soviéticos deveria ser respeitada, e que Moscou não iria mais interferir em governos que optassem por deixar o bloco.

As reformas internas de Gorbachev se organizavam a partir de duas frentes, que ficaram conhecidas como *Perestroika* (reestruturação, em russo) e *Glasnost* (transparência, em russo). A primeira delas envolvia os aspectos econômicos da URSS, tais como a flexibilização da restrição a empresas internacionais, a abertura ao capital estadunidense, a desburocratização das relações econômicas e a importação de engenheiros americanos. A Glasnost atuava como o corolário das medidas econômicas e buscava tornar o país politicamente mais moderno. Dentre as principais metas do projeto incluíam-se a abertura política, a democratização das eleições, a desmilitarização e o debate sobre os conflitos étnicos na URSS.



Assimile

As medidas de incentivo ao desarmamento que partiram de Gorbachev e logo se consolidaram com os acordos feitos com o governo americano de George Bush, presidente americano entre 1989 e 1993, não explicam, sozinhas, o fim da Guerra Fria. Um outro desdobramento importante nos ajuda a dimensionar a complexidade dessas relações. Durante todo o período de conflito entre EUA e URSS, a Alemanha permaneceu dividida entre Alemanha Ocidental (capitalista, sob influência americana) e Alemanha Oriental (socialista, sob influência soviética). A derrubada do muro físico que dividia a capital alemã, Berlim, em 1990, foi um dos pontos altos dos acordos sobre desarmamento que se estabeleciam entre os EUA, de Bush, e a URSS, de Gorbachev. A reunificação alemã, nesse sentido, marcou não somente o fim formal das hostilidades entre

os dois países como, também, o amadurecimento da campanha internacional sobre o desarmamento nuclear.

A aproximação promovida por Gorbachev pôde, na transição da década de 1980 para a década de 1990, reorganizar as alianças e estratégias globais e contribuiu para consolidar a hegemonia de países como a Inglaterra e os EUA, grandes divulgadores do pensamento neoliberal. Assim, embora não se possa afirmar que a URSS tenha se tornado, instantaneamente, um regime capitalista clássico, as medidas de Gorbachev foram um importante marco na globalização econômica, política e cultural que, expandindo-se por meio do discurso neoliberal, se tornaria hegemônica no fim do milênio.

Sem medo de errar

Pensando na integração do aluno e, paralelamente, nas possibilidades enriquecedoras do diálogo com um ponto de vista diferente, na situação-problema desta seção, você poderia organizar uma roda de conversa e apresentação com a turma. Inicialmente, sugira que o aluno fale um pouco a respeito de sua experiência de origem, como era sua comunidade escolar, como se dá o acesso a bens de consumo e como se organizam as famílias, por exemplo. Em seguida, peça para que os outros alunos perguntem a ele a respeito das informações que tinham a respeito do país de origem do novo aluno, dando a ele a oportunidade de responder às questões. Para finalizar, estabeleça com a turma um diálogo sobre o tipo de informação que nos chega, pela internet, a respeito de Cuba. Essa atividade pode consolidar a reflexão acerca do papel da mídia na construção de visões políticas e, ainda, estimular a turma a considerar a importância de contar com narrativas diversas na composição de nossos posicionamentos nas redes sociais.

Ao final dessa atividade, os alunos estarão habilitados a refletir sobre quais seriam os aspectos problemáticos da circulação de informações digitais. Muitas vezes os sites, blogs e páginas utilizam-se de uma linguagem não opinativa (quase científica) para conferir credibilidade a suas opiniões. É importante que os alunos consigam identificar e diferenciar os discursos de opinião daqueles que procuram descrever simplesmente a realidade. Neste sentido, a experiência de interlocução com o aluno é o primeiro passo para uma reflexão mais ampla sobre as possibilidades e os conflitos da integração digital que é, para nós professores, hoje em dia, um imperativo prático.

1. Tendo em vista a relação que Margareth Thatcher estabelecia com a esfera política e com a esfera da propaganda institucional, assinale a alternativa correta:

- I. Margareth Thatcher possuía ampla base de apoio para seu programa de ajustes, motivo pelo qual a urgência em implantar as medidas neoliberais, retratada na charge, convergia com o desejo de sindicatos, associações patronais e movimentos sociais.
- II. A propaganda em torno de Thatcher foi uma eficiente peça de sustentação de seu governo, inclusive a partir da alcunha de “dama de ferro”, conferida a ela pela oposição, mas amplamente utilizada a seu favor por sua equipe de marketing.
- III. Uma das principais teses do chamado “thatcherismo” era a urgência na implantação das medidas de austeridade. Essa urgência ajuda a explicar a ausência de tempo de negociação com sindicatos e movimentos trabalhistas.
- IV. Thatcher, conhecida como a Dama de Ferro, era dona de uma vertiginosa oratória, capaz de agradar até mesmo a líderes da oposição. Seu partido, contudo, por ser muito conservador, evitava envolver seu nome em estratégias de marketing.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I e IV.
- e) II e IV.

2. Leia atentamente o fragmento a seguir:

“O líder nazista que definiu a revolução nacional-socialista como uma contra Renascença estava mais próximo da verdade do que provavelmente imaginava. Ela representou a etapa final da destruição da civilização construída pelo homem moderno a partir da Renascença e que era, acima de tudo, uma civilização individualista. O individualismo tem hoje uma conotação negativa e passou a ser associado ao egoísmo. Mas o individualismo a que nos referimos, em oposição a socialismo e a todas as outras formas de coletivismo, não está necessariamente relacionado a tal acepção. Só de maneira gradual, no decorrer deste livro, é que poderemos esclarecer a distinção entre os dois princípios opostos. Por enquanto podemos dizer que o individualismo, que a partir de elementos fornecidos pelo cristianismo e pela filosofia da antiguidade clássica pôde desenvolver-se pela primeira vez em sua forma plena durante a Renascença e desde então evoluiu e

penetrou na chamada civilização ocidental, tem como características essenciais o respeito pelo indivíduo como ser humano, isto é, o reconhecimento da supremacia de suas preferências e opiniões na esfera individual, por mais limitada que esta possa ser, e a convicção de que é desejável que os indivíduos desenvolvam dotes e inclinações pessoais. “Liberdade” é agora uma palavra tão desgastada que devemos hesitar em empregá-la para expressar os ideais por ela representados durante aquele período. Talvez “tolerância” seja o único termo que ainda expresse o pleno significado do princípio que predominou durante esse período, e apenas em tempos recentes voltou a declinar, desaparecendo de todo com o advento do Estado totalitário. (HAYEK, 1990, p. 42)

Levando em consideração a influência das ideias de Hayek na formulação do neoliberalismo inglês, assinale a alternativa correta.

- a) O neoliberalismo de Reagan e Thatcher é inspirado pelas ideias de Hayek apresentadas no fragmento, especialmente pela equiparação da ideia de liberdade à ideia de liberdade individual.
- b) O neoliberalismo não possui instrumental teórico para defender a ideia de liberdade, sendo apenas uma postura econômica adotada durante a década de 1980.
- c) O fragmento de Hayek ajuda a entender porque Gorbachov, líder da URSS, confrontava os governos ocidentais em torno do tema da liberdade.
- d) Hayek tenta associar os regimes socialistas à ausência de liberdades individuais e, com isso, estimula a adesão do bloco soviético ao neoliberalismo.
- e) O liberalismo do século XIX, assim como o neoliberalismo de Hayek, estava fundamentado na constatação de que o socialismo soviético era um exemplo de ausência de liberdade individual.

3. Leia o texto a seguir para responder à questão:

“Ao escrever este livro quis dirigir-me diretamente aos povos da União Soviética, dos Estados Unidos e, na verdade, aos de todos os demais países.

Tenho me encontrado com chefes de Estado, líderes e representantes desses povos, mas com este livro desejo conversar sem intermediários com os cidadãos do mundo inteiro sobre assuntos que dizem respeito a todos nós, sem exceção.

Eu o escrevi porque acredito no bom senso das pessoas. Tenho certeza que, como eu, elas se preocupam com o futuro do nosso planeta. Essa é a questão mais importante de todas.

Precisamos nos encontrar e discutir, precisamos atacar os problemas com espírito de colaboração e sem animosidade. Sei

muito bem que nem todos concordarão comigo. Para dizer a verdade, eu também não concordaria com tudo o que os outros pudessem dizer sobre vários pontos. Isso faz com que o diálogo seja ainda mais importante, e esse livro é minha contribuição.

Perestroika não é um tratado científico ou uma peça de propaganda, embora os pontos de vista, conclusões e análises que o leitor encontrará aqui sejam, é claro, baseados em valores definidos e premissas teóricas. É mais uma coleção de pensamentos e reflexões sobre a Perestroika, os problemas que estamos enfrentando, a escala das mudanças envolvidas e a complexidade, a responsabilidade e a singularidade de nossa era. [...] Se esse livro ajudar a reforçar a confiança internacional, poderei considerar que atingiu sua finalidade. (GORBACHEV, 1987, p. 7)

Tendo em vista o fragmento apresentado, assinale a alternativa correta.

- a) As medidas Perestroika e Glasnost foram feitas a despeito da relação que Gorbachev mantinha com o Ocidente e não se relacionam com o avanço do neoliberalismo em termos mundiais.
- b) O fragmento indica que Gorbachev estava preocupado com os conflitos internos que a economia soviética atravessava, pouco se relacionando com as demandas por reconhecimento internacional.
- c) A Glasnost ajudou a desburocratizar o partido comunista soviético, muito embora, como se pode depreender do fragmento, tenha sido a Perestroika a grande responsável pela crise econômica do regime soviético na década de 1990.
- d) O apelo público feito por Gorbachev na introdução do seu livro sobre as reformas indica que há uma convergência entre necessidades internas da URSS e a deliberação de se integrar politicamente com a comunidade internacional na década de 1990.
- e) A Glasnost e a Perestroika foram imposições dos governos neoliberais à URSS e atuavam como requisitos para que o país pudesse participar de organismos internacionais como a ONU.

A “guerra ao terror” e o século XXI

Diálogo aberto

Caro aluno,

Ao longo desta unidade temos tido a oportunidade de acompanhar algumas mudanças que marcaram as últimas décadas do século XX. Não só econômica e politicamente, politicamente, mas também culturalmente, alteraram-se não apenas os conteúdos das relações histórico-sociais como também sua forma. Sucintamente, vimos que a ampliação do papel da esfera da opinião pública, da imprensa e, sobretudo, o aparecimento das tecnologias de marketing político e comunicação digital alteraram profundamente a relação que os homens e as mulheres do fim do século estabeleceram com seus governantes, suas sociedades e sua própria identidade.

Os últimos anos do século XX, como veremos nesta seção, estiveram marcados por um processo amplo de mundialização das instâncias decisórias, das estratégias econômicas e, também, da própria informação. O acesso à internet, por exemplo, e a possibilidade de receber e transmitir informações em tempo real alteraram profundamente nossa concepção de tempo histórico e, também, nossa capacidade de lidar com a velocidade das mudanças. Certamente você conhece os aspectos positivos da integração digital. Contudo, será que refletimos o suficiente sobre os aspectos negativos dessa mudança?

Todos nós em geral, e os adolescentes em particular, somos submetidos a um vasto contato com o mundo digital. Os conteúdos disponíveis na rede, como você sabe, provêm de uma variedade de lugares, alguns deles inacessíveis ao observador comum antes da internet. A ampliação do acesso ao mundo digital nas primeiras décadas do século XXI está associada à circulação rápida de informações, processo iniciado ainda no fim do século passado, com a globalização. Como você sabe, a globalização caracteriza-se por ser não apenas um processo econômico, mas também por possuir uma dimensão cultural importante, a partir da qual se generalizam modos de vida e visões de mundo para os quatro cantos do globo.

Nesse sentido, tente imaginar que cada país viveu, a seu modo, esse processo. O acesso à internet, por exemplo, o símbolo mais comum de um mundo conectado, é uma rara possibilidade para mais de 4 bilhões de pessoas – mais que a metade da população mundial. Portanto, se, por um lado, tratamos aqui de projetos globais, é preciso lembrar que eles se articulam com histórias locais.

Tendo isso em vista, imagine que um aluno afirme, em uma aula a respeito do tema da globalização, que, com a internet livre e disponível para todo o mundo, todas as sociedades poderiam conhecer os melhores modos de se organizar e, assim, aos poucos, todos os povos viveriam de acordo com as mesmas regras. Então, com as novas tecnologias, passaríamos do conhecimento de sociedades plurais pela internet, para a construção de uma grande aldeia homogênea. Sabendo que o aluno cubano possui uma experiência distinta desse processo – na medida em que Cuba é um dos poucos lugares no mundo que, sobretudo na década de 1990, esteve razoavelmente apartado da globalização – proponha uma atividade na qual o aluno exponha seu ponto de vista sobre o tema e, depois, sugira uma reflexão de conclusão.

Não pode faltar

O termo *globalização* é um daqueles conceitos que circulam amplamente nas discussões acadêmicas e na grande mídia há algumas décadas. Certamente você já ouviu esse termo sendo usado nas discussões mais variadas, desde aquelas sobre os benefícios da sociedade em rede até aquelas sobre as crises que acometem as economias mundiais e que são postas na conta do processo de globalização. Apesar de muito debatido, o conceito começou a ser aplicado, no fim da década de 1980, com uma intenção descritiva. A proposta era nomear um processo de crescente integração econômica sob a égide neoliberal e a correlata internacionalização dos dispositivos culturais, de transporte e de comunicação. Em certo sentido, o termo remetia à ideia de “mundialização”, que já era mobilizada para referir-se à expansão europeia no século XV e aos processos de colonização. Uma peculiaridade importante, que debateremos ao longo desta seção, é o fato de que a circulação de pessoas e de ideias que caracteriza as últimas décadas do século XX esteve amparada em uma revolução informacional. Por isso, muitos autores preferem o termo “aldeia global” para descrever esse processo já que, mais do que uma ampliação nas possibilidades de troca comercial, a globalização se caracteriza por um contexto de comunicação instantânea de hábitos e bens simbólicos. Um exemplo desse fenômeno, que você já deve ter visto, são as lojas de fast-food norte-americanas espalhadas pelos locais mais distantes do globo: uma metáfora do potencial homogeneizador da globalização.

Alguns analistas importantes desse processo, como David Harvey (1996), destacam a velocidade das trocas, econômicas e simbólicas, como um dos elementos centrais da globalização, o que teria causado uma remodelação em nossa própria percepção sobre o mundo em que vivemos. Conforme Helena Lastres e Marta Aun (1999, p. 102), nesse sentido, “devido particularmente

ao recente e significativo aumento da amplitude e a velocidade de circulação de bens e serviços, informações, valores e símbolos culturais, destaca-se a abertura de novos horizontes de tempo e espaço, historicidade e territorialidade”.

Um dos aspectos econômicos mais importantes da globalização é a generalização do padrão de produtividade dos países ricos que, sem impedimentos de atuação nas regiões mais pobres, acabaram projetando-se como exportadores de tecnologia, que é o bem de maior valor no comércio global. Amparados pela ideia neoliberal – que orientava as maiores economias do mundo como os EUA, de Ronald Reagan e George H. W. Bush, e a Inglaterra, de Margareth Thatcher – os países de economia dominante se beneficiaram da liberalização econômica e da financeirização da economia, que deixou os países pobres ainda mais dependentes do centro exportador de bens de capital. Isso significa, basicamente, que a relação de centro-periferia se torna ainda mais visível na globalização, na medida em que um dos pilares de sustentação desse regime de trocas comerciais é a agudização da divisão internacional do trabalho (alguns países exportam tecnologias e produtos de alto valor agregado e outros, mais pobres, exportam produtos primários e, proporcionalmente, importam mais produtos tecnológicos).

É importante destacar a dimensão conflitiva da globalização. Por um lado, esse processo é paralelo à formação e ao fortalecimento de blocos econômicos e, por outro, é acompanhado de um processo de uniformização cultural, que incide fortemente nas organizações comunitárias e na cultura tradicional de todos os países envolvidos nas dinâmicas de troca. Como salienta Renato Ortiz (2007), nesse sentido, o processo de globalização é acompanhado de um processo de “mundialização”, que se refere à uniformização do universo cultural.

“[...] sem essa dimensão material dificilmente discutiríamos a mundialização da esfera cultural. Mas ela também corresponde à noção de “concepção de mundo”, um universo simbólico específico, que se tece no interior do processo, mas não se confunde inteiramente com ele. Concepção de mundo que se contrapõe a outras visões de mundo e que marca a diversidade dos elementos culturais na situação de globalização (ORTIZ, 2007, p. 11).



Refleta

Uma das imagens canônicas do processo de homogeneização cultural é a instalação de unidades da rede McDonald's em países pertencentes à antiga URSS. Na imagem a seguir você pode ver uma filial da lanchonete em Kalin-

grado, na Rússia. Considerando os aspectos simbólicos presentes na foto, você consegue imaginar o impacto da inserção de novos hábitos cotidianos, inclusive alimentares, no estilo de vida das pessoas dessas regiões?

Figura 4.1 | McDonald's na Rússia



Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:McDonald%27s_in_Kaliningrad,_Russia.jpg. Acesso em: 12 dez. 2018.

Sinteticamente, enquanto no plano econômico a globalização diz respeito à generalização do paradigma liberal, notadamente à implantação da agenda do Fundo Monetário Internacional que incluía, especialmente para os países pobres, a austeridade fiscal, a reforma da previdência e a desregulamentação comercial, no plano da cultura a globalização significou a circulação de ideias e modos de vida globais e cosmopolitas, muitas vezes em franca oposição às tradições culturais nacionais. Com isso, voltamos à nossa discussão sobre o caráter contraditório do processo e nos dedicaremos a pensar sobre um outro aspecto multifacetado da globalização: o surgimento, em paralelo ao fortalecimento da economia-mundo, de blocos econômicos regionais.



Assimile

É preciso ressaltar quando vamos falar em blocos econômicos, que há diversas formas de integração regional. Algumas delas são:

Zonas de preferência tarifária: passo inicial da integração, facilitação

de preços em alguns produtos específicos (ex.: Associação Latino-americana de Integração – ALADI).

Zona de livre comércio: eliminação ou redução considerável das tarifas alfandegárias (ex.: Tratado de Livre Comércio das Américas – NAFTA).

União Aduaneira: eliminação das taxas acompanhada de taxação aos países não pertencentes ao bloco (ex.: Mercado Comum do Sul – MERCOSUL).

União política e monetária: mercado comum e moeda comum (ex. União Europeia – UE).

Efetivamente, a contradição entre globalização e regionalização é apenas aparente. Os blocos econômicos, como a União Europeia, consolidada em 1993 a partir do tratado intitulado *Growth, Competitiveness and Employment: the challenges and ways forward into the 21st century*, oferecem suporte à globalização na medida em que garantem a existência de mercados transnacionais.



Assimile

A formação de blocos econômicos também se relaciona com movimentos antiglobalização. A partir de 1999, quando de uma reunião do G8 em Colônia, na Alemanha, diversos setores, especialmente dos países pobres, se articularam para reivindicar o perdão da dívida externa desses países. Desde então, toda reunião dos líderes mundiais é acompanhada de uma série de protestos. Além deles, o movimento antiglobalização organizou, em 2001, em Porto Alegre, o Primeiro Fórum Social Mundial, com o objetivo de discutir os impactos negativos da globalização em países pobres e encontrar alternativas para o crescimento desigual que os blocos econômicos europeus e americanos impunham, a partir dos encontros do Fórum Econômico Mundial de Davos. O slogan do movimento “uma nova globalização é possível” ajuda a compreender que a ideia não era simplesmente negar o mundo moderno e global, mas, sim, pensar em dispositivos que freassem a concentração de capital nas mãos de grandes e poucas empresas transnacionais.

Nesse momento, vamos refletir um pouco sobre alguns efeitos do processo de globalização. Na medida em que a acumulação de capital se concentra nos países ricos (que têm mais tecnologia e, com isso, seus bens têm maior valor) e a produção, muitas vezes, é deslocada para os países pobres, que nem sempre têm condições de trabalho compatíveis com a dignidade humana, será que

podemos falar que a globalização tem o mesmo sentido para todos os países? Efetivamente, um dos traços principais do processo, a saber, a concentração do poder decisório nas grandes empresas, muitas delas mais poderosas que os Estados nacionais, gera consequências sérias na vida dos trabalhadores, especialmente dos países periféricos. Conforme Octavio Ianni (1998)

“Simultaneamente, desenvolvem-se a concentração do capital, no sentido da crescente reinversão do excedente, lucro ou mais-valia, e a centralização do capital, através de absorção de empreendimentos menos ativos, secundários ou marginais pelos mais ativos, dinâmicos ou agressivos. Assim é que as forças produtivas e as relações de produção atravessam territórios e fronteiras, globalizando-se (IANNI, 1998, p. 28).

A hipótese de Ianni pode ajudar a compreender, por exemplo, alguns casos específicos de empresas (públicas e privadas) que, dadas às novas condições de divisão internacional do trabalho, protagonizaram um deslocamento comercial nas últimas décadas, em que indústrias de produção de automóveis, bancos internacionais e até mesmo marcas dedicadas ao entretenimento, como a Nintendo, vêm tentando negociar com os governos dos países nos quais se instalam. Em troca de uma contrapartida financeira (geralmente sob a forma de redução de impostos), essas grandes empresas tentam encontrar mercados internacionais cada vez mais abertos às suas demandas, contando, para isso, com uma força de trabalho que, nos países mais pobres, costuma receber menos salário que um trabalhador receberia, pelo mesmo posto, em países mais desenvolvidos.

Nesse sentido, a globalização implica, necessariamente, em um desenvolvimento desigual, tanto na relação entre os países quanto na organização interna dos mercados nacionais. As principais mudanças no mundo do trabalho engendradas pela economia globalizada receberam o nome de “toyotismo” (em analogia ao fordismo, seria um modelo inspirado no sistema de montagem das fábricas da Toyota). Tal fenômeno pode ser descrito da seguinte maneira: as empresas tornam-se as instituições principais da economia, e não os Estados; as empresas focam mais na inovação e na invenção do que na reprodução de peças de menor valor agregado (daí o conceito de “capitalismo cognitivo”, que seria a exploração não apenas da força de trabalho braçal dos funcionários, mas, principalmente, de sua criatividade e de seu conhecimento) e, por fim, têm importância decisiva a pesquisa, a comunicação, o marketing e o design (SARAIVA; VEIGA-NETO, 2009).

Se antes a empresa exigia do trabalhador uma jornada de trabalho extensa e exaustiva, o novo modo de produzir que caracteriza as economias de ponta a partir dos anos 1990 foca, precisamente, em diminuir essa jornada de trabalho. Mas, afinal, isso não é algo positivo? Efetivamente, a produtividade das fábricas e das empresas, com o auxílio da tecnologia, cresce exponencialmente. Isso permite que os empregadores diminuam a jornada formal de trabalho. Contudo, esse é o elemento que caracteriza as relações de trabalho contemporâneas – o trabalhador está envolvido com a instituição não apenas durante a jornada de trabalho, mas, também, no seu tempo de lazer. Isso ocorre porque como o maior valor dessa nova organização produtiva é a criatividade e o conhecimento, as pessoas tendem a passar mais tempo se qualificando, ainda que o façam de modo indireto. Aprender a manipular computadores, por exemplo, pode parecer uma tarefa prazerosa e até mesmo um divertimento, mas certamente capacita os trabalhadores para exercerem funções no mundo do trabalho. O efeito disso é que a linha divisória entre trabalho e lazer se torna, paulatinamente, mais difusa. “O trabalho de produção material, mensurável em unidades de produtos por unidades de tempo, é substituído por trabalho dito imaterial, ao qual os padrões clássicos de medida não mais podem se aplicar” (GORZ, 2005, p. 15 *apud* PERUZZO, 2011, p. 20).



Exemplificando

A Google é uma das empresas que melhor sintetiza esse novo modo de produção característico das grandes corporações globais. A foto é de um escritório da empresa em Hamburgo, na Alemanha. Como você pode observar, a instalação de uma mesa de pingue-pongue no ambiente de trabalho destoa bastante da ideia de “emprego assalariado” que temos ao observar uma linha de montagem fordista, por exemplo. Efetivamente, o funcionário que tem tempo para descansar, ainda que na própria empresa, é mais criativo e, por isso, mais lucrativo.

Figura 4.2 | Escritório da Google em Hamburgo



https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Google_offices#/media/File:GoogleHH_003.jpg. Acesso em: 17 dez. 2018.

Para além das dimensões internas do mundo do trabalho, um outro efeito de desigualdade que está no bojo do processo de globalização é que os países mais desenvolvidos e mais ricos passam a desenvolver novas formas de colonialismo e, como salienta Atilio Borón (2007), de imperialismo. Isso ocorre para conter as resistências regionais à globalização e ao neoliberalismo, de modo que uma ampla propaganda precisa ser mobilizada para, diante do enfraquecimento das identidades nacionais, garantir a legitimidade simbólica da matriz econômica. Diferentemente da era do imperialismo clássico, na virada do século XIX para o XX, o neoimperialismo globalizado não está mais restrito a disputas territoriais (embora elas ocorram eventualmente, como é o caso do Afeganistão). Na verdade, as disputas passam, agora, por outras instâncias, notadamente culturais e comerciais. Para esse novo colonialismo, são fundamentais as questões do audiovisual, do cinema e do marketing, e a internet contribuiu centralmente com isso. Pense, por exemplo, na generalização do modelo americano de beleza que, através do cinema e da mídia digital, alcança jovens em todo o mundo. Recentemente, noticiou-se que um número considerável de jovens mulheres orientais, especialmente sul-coreanas, estavam buscando cirurgias estéticas para afinar o nariz, a fim de aproximar-se do modelo ocidental. Essa demanda, quando se torna exacerbada, nos ajuda a entender contextualmente a relevância desse colonialismo que se espraia culturalmente. Para Herica Lene (2005), nesse sentido,

“Finalmente, fora do centralismo financeiro do capital, a globalização tende a impor-se apenas como ideologia e virtualidade. Sua segunda forma é o seu *formato midiático* ou a sua representação social trabalhada pelas “elites logotécnicas” constituídas por jornalistas, financistas, professores, especialistas em marketing, artistas e tecnoburocratas. (LENE, 2005, p. 4)

Talvez o grande evento comunicativo global, que exacerba as tensões do processo de globalização, seja o atentado ocorrido nos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001. As imagens dos ataques ao Pentágono e às torres gêmeas do World Trade Center correram o mundo em questão de minutos, e toda a “aldeia global” assistiu, boquiaberta, à transmissão on-line dos ataques. Nesse sentido, além de expor as quase 3000 mortes (entre reféns, bombeiros e trabalhadores dos prédios), o evento descortinou um outro aspecto, até então inédito, das dinâmicas de guerra global: a implantação da retórica do medo e da ameaça a civis, transmitida em tempo real, não deixava mais dúvidas sobre a simbiose entre velocidade de comunicação, conflitos econômicos e práticas de mobilização política. Imediatamente após o atentado, os Estados Unidos, com o apoio de diversos países ocidentais, deram início a

uma campanha político-midiática conhecida como “**guerra ao terror**”, que justificava medidas de exceção – como a invasão ao Afeganistão e o ataque eventual a alvos civis – como medida de proteção e retaliação aos atentados.

“Depois da Guerra Fria, a União Soviética deixou de existir como inimigo dos Estados Unidos, que precisaram fabricar um novo inimigo para continuar o jogo maniqueísta e, assim, justificar o terror de Estado desenvolvido pelas políticas administrativas e financeiras americanas. Logo foi apontado o novo inimigo – o fundamentalismo islâmico – portador do mal, e o próprio satã era Osama Bin Laden. Sua ligação com diversos atentados cometidos contra os interesses americanos, no decorrer da última década do século XX, faz dele o homem mais procurado pelos Estados Unidos, o inimigo público nº 1, tendo sido sua cabeça colocada a prêmio. (WELLAUSEN, 2002, p. 106)

Embora o fundamentalismo não fosse um tema inédito nas relações internacionais, a adoção de métodos terroristas fomentou uma associação quase imediata, em grande parte da opinião pública, entre mundo árabe e extremismo religioso. Efetivamente, não apenas os EUA sofreram ataques terroristas nos últimos anos – a França, com o episódio de Charlie Hebdo, e a Espanha, com o massacre em Las Ramblas, são exemplos da extensão dos alvos civis. Todavia, para que possamos compreender esse fenômeno de modo amplo, vale considerar que organizações como a Al Qaeda (que assumiu a autoria dos ataques em 2001) possuía relações antigas com os países ocidentais. Durante a invasão soviética ao Afeganistão, ainda na década de 1990, os EUA envolveram-se no conflito, fomentando grupos locais que posteriormente se radicalizaram. Essas conexões, apesar de não autorizarem uma justificativa para os ataques a civis, servem como lembrete para que nós, historiadores e professores de história, estejamos sempre atentos às dimensões macropolíticas e de longa duração que costuram eventos aparentemente desconectados.



Pesquise mais

A relação entre fundamentalismo e terrorismo é um tema bastante candente nas discussões contemporâneas sobre direito internacional, ciências sociais e história do tempo presente. As reações xenófobas a membros de países árabes, a crise migratória que as guerras civis no oriente médio provocaram e, sobretudo, a mistura entre componente religioso e político na construção do discurso fundamentalista são importantes aspectos desse debate. Para saber mais a respeito das hostilidades ao modo de vida ocidental que informam alguns desses

grupos terroristas e, também, sobre o próprio debate conceitual sobre o tema, consulte:

MAGALHÃES, D.; NASSER, M. As relações do terrorismo moderno com a religião. **Revista Nures**, n. 17, p. 1-9, jan./abr. 2011.

PROCÓPIO, A. Terrorismo e relações internacionais. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 44, n. 2, p. 62-81, 2001.

SMAILI, S. Migrantes, pós-colonialismo e fundamentalismo: enlaces entre Oriente e Ocidente e a questão do Islã. **Revista Psicologia USP**, v. 26, n. 2, p. 145-151, 2015.

Outro exemplo de como os movimentos terroristas estão intimamente relacionados à dinâmica da sociedade global é o caso de grupos como o ETA (*Euskadi Ta Askatasuna* - Pátria Basca e Liberdade). A partir da década de 1970, o ETA envolveu-se em um conflito com o governo espanhol em torno da autonomia da região do País Basco. Uma série de atentados terroristas marcou a história do grupo que, recentemente, em negociação com o governo de Madri, depôs suas armas na intenção de tornar-se uma via parlamentar de oposição. Assim como no caso espanhol, a composição multiétnica da Irlanda também esteve envolvida em disputas em torno da identidade regional, principalmente a partir do esforço do IRA (*Irish Republican Army* - Exército Republicano Irlandês), que pretendia separar a Irlanda do Reino Unido. Essas tensões são exemplares no sentido de nos fazerem refletir sobre a relação entre as demandas geopolíticas da globalização (que ignoram as divisões étnicas e regionais em nome de uma mundialização do capitalismo) e a radicalização de certos setores sociais.

É importante perceber que a globalização não é, portanto, um processo destituído de tensões, e que entender o surgimento desses grupos radicais é uma tarefa que envolve um olhar multidisciplinar, capaz de capturar as intersecções entre a globalização econômica, o colonialismo cultural e o surgimento de movimentos que procuram reafirmar sua identidade em contraposição à “aldeia global”.

Sem medo de errar

Sabemos que as novas plataformas de circulação de informações, especialmente a partir da popularização da internet, podem causar a sensação de que estamos todos conectados, não havendo mais obstáculos para a integração de todas as sociedades do globo. Todavia, conforme vimos na discussão sobre o tema, a globalização não significa, automaticamente, igualdade de acesso

ou ausência de hierarquias econômicas e culturais. Os países mais pobres, alocados na categoria de produtores com mão de obra barata, também viveram um processo de perda de suas referências culturais tradicionais, substituídas, muitas vezes, pelos aspectos culturais globais que advêm dos países mais desenvolvidos, mais ricos e, por isso, mais capazes de impor seu estilo de vida.

Nesse sentido, tente imaginar que cada país viveu, a seu modo, esse processo. Tendo isso em vista, imagine que um aluno afirme em uma aula a respeito do tema da globalização, que, com a internet livre e disponível para todo o mundo, todas as sociedades poderiam conhecer os melhores modos de se organizar e, assim, aos poucos, todos os povos viveriam de acordo com as mesmas regras. Então, com as novas tecnologias, passaríamos do conhecimento de sociedades plurais pela internet para a construção de uma grande aldeia homogênea. Sabendo que o aluno cubano possui uma experiência distinta desse processo – na medida em que Cuba é um dos poucos lugares no mundo que esteve razoavelmente apartado da globalização – proponha uma atividade na qual o aluno exponha seu ponto de vista sobre o tema e, depois, sugira uma reflexão de conclusão.

Inicialmente, peça para que o aluno exponha como é o acesso à internet em seu país, destacando quais elementos de seu cotidiano são perpassados pelo uso de tecnologias digitais. Em seguida, peça para que os alunos, reunidos em duplas, pesquisem sobre o acesso à internet em diversos países, como Cuba, China, Coreia, Estados Unidos e Brasil. Com base nesses dados, reúna os alunos novamente e peça para que respondam, a partir de sua pesquisa, às seguintes questões:

- O acesso à internet é feito de forma ilimitada em todos os países?
- Existe controle no uso da internet nos países em questão?
- Quais aspectos da cultura tradicional desses países estão retratados na internet?

Por fim, peça para que os alunos escrevam um pequeno ensaio, mobilizando os temas estudados e a pesquisa elaborada, no qual ponderem sobre as diferentes formas que assume o processo da globalização, destacando, principalmente, a importância da internet na generalização de padrões culturais.

Faça valer a pena

1. A imagem a seguir reúne alguns importantes líderes da América Latina em 2008, no Fórum Social Mundial.

Figura | Líderes da América Latina no Fórum Social Mundial em 2008



Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:World_Social_Forum#/media/File:F%C3%B3rum_Social_Mundial_2008_-_AL.jpg. Acesso em: 18 mar. 2019.

Com base na ideia de globalização e nos movimentos que surgem para contestá-la, identifique os personagens na foto e, em seguida, assinale a alternativa correta.

- a) Movimentos como o Fórum Social Mundial cobram, dos países desenvolvidos, que a globalização seja estendida aos países periféricos, deixando de ser apenas um acordo entre as maiores economias do mundo.
- b) O slogan do Fórum “um outro mundo é possível” ajuda a entender o que levou os países periféricos a oporem-se a toda e qualquer globalização: eles reivindicam um retorno aos antigos paradigmas nacionalistas pré-1960.
- c) Os personagens da foto foram responsáveis por divulgar o modelo da globalização neoliberal na América Latina, em consonância com a agenda neoliberal.
- d) O Brasil, ao contrário de outros países da América Latina, não foi atingido pelo movimento da globalização, o que se explica pela vocação agrária do país e pelo fato de que ele não se inseriu na economia mundial a partir da exportação de produtos industrializados.
- e) A imagem retrata um dos movimentos que, amparados por algumas lideranças políticas latino-americanas, alertam para os malefícios da globalização nos moldes neoliberais e propõem, em oposição a ele, um outro tipo de integração, focada nos mercados regionais.

2. Leia o fragmento e, em seguida, julgue as afirmativas:

Na virada do século, o longo período de transição – genericamente denominado pela literatura econômica e sociológica de “pós-fordismo” – chegou à maturidade. A crise (que se declarou na década de 1970) do regime de acumulação da grande indústria taylorista e de sua regulação fordista-keynesiana abriu, após a transição das décadas de 1980 e 1990, o caminho para um novo regime de acumulação de tipo cognitivo. (COCCO, 2009, p. 148)

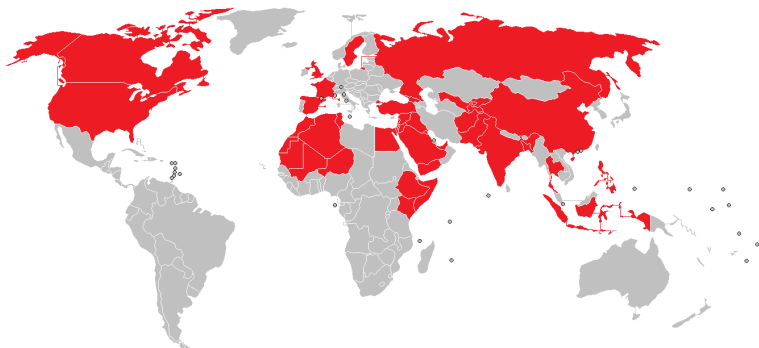
- I. O chamado “capitalismo cognitivo”, típico do que o autor chama de “pós-fordismo”, é um regime de produção no qual o trabalhador não é explorado.
- II. O regime de acumulação cognitivo é mais eficiente que os anteriores, baseados na força de trabalho física.
- III. Após a década de 1990, empresas como a Toyota e a Google inauguraram um regime de acumulação baseado na criatividade e no conhecimento dos funcionários.
- IV. A economia globalizada demanda agilidade produtiva e qualificação constante, de modo que o capitalismo cognitivo é o mais rentável nessa configuração.

A partir do conceito de “capitalismo cognitivo”, no marco do processo de globalização, assinale a alternativa correta:

- a) Estão corretas apenas as afirmativas I e II.
- b) Estão corretas apenas as afirmativas I, II e III.
- c) Estão corretas apenas as afirmativas I, III e IV.
- d) Estão corretas apenas as afirmativas II, III e IV.
- e) Estão corretas apenas as afirmativas III e IV.

3. Embora o terrorismo não seja uma invenção do século XX e, muito menos, uma exclusividade de grupos ligados ao mundo árabe, os ataques do 11 de setembro tiveram efeitos importantes na construção de um discurso xenófobo e hostil às pessoas oriundas de países árabes. Isso não aconteceu apenas nos EUA, mas, também, em outros países, especialmente europeus, que também vivenciaram atos de terrorismo assumidos por grupos fundamentalistas islâmicos. Observe as imagens a seguir para responder à questão:

Figura | Países afetados pelo terrorismo islâmico 2001-2011



Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Islamic_terrorism#/media/File:Islamic_terrorism.png. Acesso em: 18 mar. 2019.

Figura | Embaixada do Paquistão em Londres



Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Demonstrations_and_protests_against_terrorism#/media/File:Free_Britain_from_the_Curse.jpg Acesso em: 18 mar. 2019.

Tendo em vista as imagens e a discussão sobre fundamentalismo e terrorismo no século XXI, assinale a alternativa correta.

- a) A primeira imagem demonstra que a Europa e os EUA são os alvos prioritários dos ataques terroristas, isso ocorre porque, além das questões econômicas, esses lugares possuem forte apelo simbólico para a hegemonia mundial do Ocidente.

- b) A xenofobia e a expulsão de imigrantes são caminhos legítimos para combater o terrorismo, na medida em que, comprovadamente, a cultura árabe é violenta e não deve ser tolerada em países ocidentais.
- c) Ambas as imagens ajudam a perceber que o terrorismo não tem relação com a economia, mas sim com os aspectos imateriais da globalização, na medida em que a cultura das regiões árabes foi substituída pela “aldeia global”.
- d) Após os atentados de 11 de setembro, EUA e Europa endureceram suas políticas de controle de imigrantes, de modo a satisfazer as demandas de grupos xenófobos que creditam os ataques à destruição das comunidades locais pelas forças da globalização.
- e) A segunda imagem indica que os ingleses são, contrariamente ao norte-americanos, hostis à relação de diplomacia com árabes. Tal postura é injustificada, pois a Inglaterra não vivenciou ataques terroristas durante os anos de 2001 a 2011.

Historiografia e pensamento na contemporaneidade

Diálogo aberto

Em 2017, a Universidade de Oxford, na Inglaterra, elegeu o termo “pós-verdade” como a “palavra do ano”. A ideia era destacar um aspecto muito presente nas redes sociais e nos debates digitais de modo geral: o fato de que, na lógica da chamada pós-verdade, as crenças pessoais ganham um estatuto mais importante do que os fatos objetivos.

As discussões em torno de noções como a “pós-verdade” e sobre as novas formas de divulgação das ideias são incontornáveis para o trabalho em sala de aula. Afinal, sabemos que, por terem amplo acesso à internet, muitos adolescentes se defrontam com sites que abordam temas históricos de modo incompleto ou, às vezes, de forma inconsequente, sem primar pela idoneidade e pela seriedade das fontes. Esses discursos se baseiam, de modo geral, na alegação de que a história não possui uma verdade apenas, e que se trata, sempre, de “interpretações”.

Para refletir sobre isso, vamos retomar o contexto de aprendizagem desta unidade. Você é professor em uma escola que recebeu um aluno vindo de Cuba. Imagine que em uma de suas aulas, uma aluna, informada por vídeos opinativos e notícias sobre esse país recentemente divulgados na internet, acredita que a organização política e social de Cuba é uma ameaça à democracia no mundo, especialmente à brasileira, pois os “esquerdistas”, inspirados pelo governo cubano, estariam tentando instaurar o comunismo por aqui. E, de acordo com a aluna, isso seria catastrófico, uma vez que em Cuba, nas palavras dela, “as pessoas passam fome e têm sua liberdade de consumo restringida pelo governo”.

O aluno cubano, então, interrompe a colega para defender seu país, afirmando que a imigração de sua família foi feita de forma legal e voluntária, de modo que a fala dela seria, antes de tudo, preconceituosa e composta por informações tendenciosas. A aluna rebate a resposta do colega dizendo que “tudo é relativo” e que essa é a visão dela sobre Cuba. Diante dessa situação conflituosa, de que forma você, como professor da turma, poderia abordar esse assunto mostrando aos alunos os perigos do *negacionismo* e, ao mesmo tempo, envolvendo-os numa discussão sobre o acesso à informação no mundo digital e a chamada “pós-verdade”?

Caro aluno, seja bem-vindo!

Nesta seção, encerraremos nosso percurso pelo “breve século XX” (HOBBSBAWM, 1995). Após o fim da Guerra Fria e a consolidação da unificação alemã, circulou pelo mundo um sentimento generalizado de que uma parte importante da história política do Ocidente estava sendo encerrada. Nem sempre de modo consensual, vários intérpretes se colocaram questões a respeito de quais seriam os próximos passos e desafios a serem superados por um sistema capitalista que, àquela altura, parecia triunfar sobre quase todo o globo. Uma das abordagens mais famosas que emerge nesse contexto é a de Francis Fukuyama (1992), filósofo e economista americano, autor do best-seller *O fim da história e o último homem*, publicado em 1992.

Esse livro, resultado de alguns artigos anteriores de Fukuyama, parte do diagnóstico de que, se o socialismo estava se desintegrando com o fim da URSS e o capitalismo estava, ao contrário, generalizando-se pelo mundo, não havia motivos para supor que a economia de mercado fosse ainda questionável. Para ele, o liberalismo (o único sistema econômico, em seu ponto de vista, intrinsecamente democrático) era o último estágio do desenvolvimento das sociedades. Nessa perspectiva, os totalitarismos, especialmente aqueles que ele via nos países do chamado “terceiro mundo”, eram nada mais que resíduos de uma evolução destinada a triunfar. Assim, nessa perspectiva evolutiva, tratava-se de fazer com que as sociedades alcançassem o patamar das democracias liberais, cujo paradigma era os Estados Unidos.

O “fim da história”, nesse sentido, não significava o fim dos eventos em si mesmos, mas significava, isso sim, que a sociedade havia alcançado tal grau de desenvolvimento que as instituições básicas e a tecnologia já se encontrariam em um estágio que as habilitava a resolver quaisquer conflitos que a sociedade pudesse ainda vir a oferecer. Fukuyama antevia, pois, um mundo de paz, amparado pela tecnologia. Nesse mundo, não haveria mais ímpetus morais para a guerra, já que a igualdade seria alcançada pela generalização dos benefícios da civilização liberal.

Agora, você pode estar se perguntando: todas as sociedades do globo poderiam ser enquadradas nesse esquema? Para Fukuyama, não. Todavia, ele previa que as sociedades não liberais, ou totalitárias, como ele preferia chamar, perderiam espaço paulatinamente, ficando sem condições de enfrentar o mundo liberal. O mundo árabe, por exemplo, seria uma dessas regiões que sucumbiria, aos poucos, ao irresistível progresso das democracias ocidentais. Conforme salienta Rosa Maria Vieira, “mais do que propriamente término dos conflitos ou mudanças circunstanciais, o fim da história

representa, na realidade, o esgotamento de qualquer possibilidade alternativa para o capitalismo e suas manifestações democrático-liberais” (1993, p. 128).



Assimile

A tese do “fim da história”, apesar de creditada à discussão dos anos 1990 e, especialmente, à Fukuyama, é bastante antiga. Vários autores elaboraram “filosofias da história” que tinham por base também um fim *apriorístico* do processo histórico. Georg F. Hegel (1770-1831), por exemplo, acreditava que o fim da história estava inscrito no desenvolvimento da própria autoconsciência do espírito histórico, a que ele dava o nome de Espírito Absoluto. Karl Marx (1818-1883), anos depois, inspirado no método dialético de Hegel, propunha que o fim da história poderia ser alocado na superação da sociedade de classes. Para ele, o “motor” da história era precisamente a luta entre classe operária e burguesia e, nesse sentido, ele supunha que a abolição dessa divisão viria após o cumprimento da missão revolucionária do proletariado. Fukuyama, inclusive, procura amparar-se nesses dois pensadores, tão teoricamente distintos de seu objeto, para justificar sua teleologia, ou seja, sua narrativa que pressupunha um “fim” para a dinâmica do tempo histórico.

Na introdução de sua obra de 1992, Fukuyama nos apresenta em que tipo de raciocínio historiográfico ele baseia sua aposta. É importante observar esse argumento para perceber o impacto que suas teses tiveram na comunidade dos historiadores:

“Os pensadores mais profundos do século XX atacaram diretamente a ideia de que a história é um processo coerente ou inteligível; na verdade, eles negaram a possibilidade de que qualquer aspecto da vida humana seja filosoficamente inteligível. Nós, no Ocidente, nos tornamos completamente pessimistas em relação à possibilidade de progresso geral das instituições democráticas. Esse profundo pessimismo não é acidental, mas um dos eventos políticos verdadeiramente terríveis da primeira metade do século XX - duas guerras mundiais destrutivas, o surgimento de ideologias totalitárias e a virada da ciência contra a humanidade na forma de guerra nuclear, armas e danos ambientais. As experiências de vida das vítimas da violência política deste século passado - dos sobreviventes do hitlerismo e do stalinismo às vítimas de Pol Pot - negariam que houvesse algo como o progresso histórico. De fato, estamos tão acostumados a esperar que o futuro contenha más notícias sobre a saúde e a segurança de práticas

políticas decentes, liberais e democráticas, que temos problemas em reconhecer boas notícias quando chegar (FUKUYAMA, 1992, p. XIII [tradução nossa])

As boas notícias que Fukuyama esperava dar, a do progresso e a da superação dos conflitos entre as sociedades, acabaram se convertendo em uma antiprophecia. Menos de 10 anos após a publicação do livro, em 2001, o ataque às torres gêmeas do World Trade Center parecia desafiar, ponto a ponto, a tese de Fukuyama. Efetivamente, o século XXI começava com um fato histórico impactante, e muitas das esperanças de que se inaugurava um período de paz e consenso foram soterradas na poeira das torres.



Reflita

O fim da Guerra Fria também motivou outras análises em torno dos projetos de futuro possíveis que se descortinavam naquele contexto. Uma delas é a de Samuel Huntington, sintetizada na fórmula do “choque de civilizações”. Assim como Tvetzan Todorov, que desconfiava do otimismo de que o fim da Guerra Fria fosse levar, automaticamente, a uma sociedade mais desenvolvida e pacífica, Huntington analisava o fim dessas esperanças em termos da necessidade do conflito. Mais pontualmente, ele afirmava que, até então, os conflitos haviam se dado entre países do Ocidente, mas que agora, após a década de 1990, a tendência era de que o Ocidente e o mundo árabe entrassem em um conflito ainda mais aprofundado e universal: um choque civilizacional. O autor destaca que o elemento cultural que perpassa as questões econômicas está na base dos conflitos modernos. Nesse sentido, o choque se daria entre dois modos de vida, duas concepções de mundo. Conforme salienta Francisco da Cruz

“As suas teorias [de Huntington] serviram aos grupos anti-islâmicos no Ocidente para legitimar a perseguição aos muçulmanos (controle das fronteiras, das comunicações, vigilância e restrições aos locais de culto e reunião, etc.) e também para pretexto de combate aos grupos radicais no mundo islâmico que igualmente pregam uma *guerra de civilizações* com o Ocidente e que subscrevem as ideias de Huntington sobre a sua necessidade (CRUZ, 2015, p. 140 [grifo nosso]).

Após o 11 de setembro, como você pode imaginar, as teses de Huntington ganharam ainda mais proeminência, tornando-o, sob alguns pontos de vista, profético. Em seu ponto de vista, diante das relações e dos intercâmbios culturais que estruturaram saberes e práticas nos últimos milênios

– o cristianismo, a religião dominante no Ocidente, por exemplo, surgiu no Oriente Médio – faz sentido falar de um “choque de civilizações”?

Eventos traumáticos como o 11 de setembro motivaram na sociedade em geral, e principalmente entre os historiadores, uma reflexão sobre dois aspectos centrais da experiência do século XX: a memória coletiva e o trauma. Esses dois aspectos, que voltaram à tona a partir dos eventos das torres gêmeas, constituíam discussões bastante associadas, na comunidade dos historiadores, aos traumas da Segunda Guerra Mundial, especialmente ao Holocausto e a eventos como o genocídio ocorrido em Ruanda, em 1994. Apesar dos grandes debates públicos sobre a necessidade da memória, o fim do século XX vê surgir uma série de movimentos chamados “negacionistas”. Esses movimentos foram uma tentativa de negar alguns eventos, como o próprio Holocausto, associando-os a uma “conspiração internacional” ou, ao menos, diminuindo o impacto de seus efeitos e relativizando a morte dos judeus nos campos de concentração. Embora essas leituras não sejam corroboradas pelos historiadores profissionais de modo geral, o fato de que elas passassem a circular pela internet ajudou a projetar a discussão no espaço público, de modo que os historiadores se viram diante da necessidade de reafirmar a existência de fatos como o Holocausto. Agora, você pode se perguntar: por que algumas pessoas negariam eventos como esse?

Para entendermos essa posição, precisamos considerar que a história do Holocausto envolve uma disputa de memória. Por ser um fenômeno de magnitude global, que incide nas relações institucionais entre as nações (especialmente no que diz respeito a Israel) e, também, na questão das identidades nacionais, as discussões em torno do negacionismo revestiram-se, também, de contornos políticos. Assim, é interessante observar esses fenômenos a partir de um duplo olhar: ao mesmo tempo em que são apostas intelectuais são, também, apostas políticas. Alguns negacionistas alegam, nesse sentido, que o “testemunho” e a “memória” não são “evidências” e, por isso, não podem servir como “prova histórica”. Frente a isso, como salienta Caldeira Neto,

“O papel da historiografia neste processo é de suma importância, tendo em vista que coube à História quantificar e qualificar diversas fontes que dessem sustentação às versões das vítimas do Holocausto. Convém ressaltar que estas fontes não se configuram apenas a partir de relatos orais de testemunhas dos acontecimentos, mas também por uma série de provas documentais, inclusive documentos do governo nazista (parte daqueles que “sobreviveram” ao processo de destruição), chegando até as confissões de oficiais do governo nacional socialista, como o caso

de Rudolf Hess, que admitiu a sua culpa perante o Tribunal de Nuremberg, apesar da tentativa deste em deslegitimar o tribunal (CALDEIRA NETO, 2009, p. 1106).



Exemplificando

Embora tenha ganhado força com a internet, o negacionismo tem suas origens no imediato pós-Segunda Guerra. Além disso, não surge, como aborda Pierre Vidal Naquet (1988), como uma negação total do Holocausto. Primeiramente, reduz o número de vítimas, depois, relativiza as “justificativas” para o Holocausto e, só então, passa a negar a própria existência do evento.

Exemplarmente, como nos conta Caldeira Neto, podemos rastrear o surgimento do movimento negacionista francês:

“Os principais articuladores do surgimento do negacionismo são, basicamente, Pierre Guillaume e Paul Rassinier. Guillaume, fundador de “A Velha Toupeira” (1965), foi membro do grupo “Socialismo ou Barbárie” (criado por Cornelius Castoriadis e Claude Lefort). Rassinier, antigo membro da Seção Francesa da Internacional Socialista (SFIO), fora, durante a Segunda Guerra Mundial, prisioneiro dos campos de concentração de Buchenwald e Dora-Nordhausen (MILMAN, 2000: 120). Rassinier é considerado o fundador do negacionismo, por conta do lançamento do livro “A mentira de Ulisses”, onde defende a ideia de que a Segunda Guerra Mundial havia sido armada por um complô judaico de dominação mundial. Por conta de tal livro, fora expulso da SFIO, o que o levou a uma peregrinação por diversas organizações políticas extremistas, tanto de esquerda quanto de direita. Afastou-se gradativamente das tendências esquerdistas, para se aliar a figurões da extrema-direita francesa (Vichystas e colaboracionistas, inclusive) e assumiu gradativamente um caráter fortemente antissemita, antes mascarado como antissionista ou anti-imperialista (CALDEIRA NETO, 2015, p. 1108).

Além de se configurar como um desafio para a historiografia, na medida em que parte de um ponto de vista relativista (ou seja, aposta na ideia de que a história é um conjunto de “interpretações” e que o historiador não é mais ou menos autorizado do que qualquer outra pessoa a “interpretar” o passado), o revisionismo também se relaciona com o crescimento de novos movimentos de extrema-direita e, eventualmente, ligados ao neonazismo. Na França, por exemplo, personagens como Jean Marie Le Pen (pai de Marine Le Pen, que ficou em segundo lugar nas últimas eleições presidenciais) evocam

constantemente as teorias de negação do Holocausto. No Brasil, apesar de haver sites e redutos de adeptos do negacionismo do Holocausto, outros eventos motivam a postura “relativista”, notadamente aqueles ligados ao período da Ditadura Militar. Alguns grupos de extrema-direita alegam, por exemplo, que a Comissão da Verdade ignora a versão militar dos eventos e tratam o período de 1964 a 1985 como “regime militar” e não “ditadura militar”. Hoje em dia, a questão do negacionismo ganha contornos ainda mais amplificadas com a internet e serve de base para o que se convencionou chamar de “pós-verdade”, ou seja, uma leitura na qual importam menos as evidências reais dos acontecimentos do que a função de opinião de uma ou outra tese.

Conforme Ricardo Castro, essas discussões de caráter revisionista e negacionista se relacionam, tanto politicamente quanto culturalmente, com a ampliação dos espaços de enunciação que caracteriza a virada do século XX para o século XXI. Nesse sentido, grupos antes sem alcance ideológico ou influência midiática ampla passam a protagonizar os espaços de debate, amparando-se na ideia de que os historiadores não detêm o monopólio acerca do passado.

“Surge uma nova forma de divulgação de informações que revolucionou a forma como as pessoas se relacionam entre si, a *World Wide Web*, mais conhecida como Internet e, principalmente para o que nos interessa aqui, uma nova forma de ativismo político, o ciberativismo. A “rede mundial de computadores” permite que essa nova extrema-direita fascista amplifique sua voz e se torne visível aos mais jovens e àqueles sem esperanças com a transformação política do mundo que os oprime. [...] A crescente importância da cultura conspiracionista aumenta também a demanda por abordagens mistificadoras da história que frequentemente estão a serviço de uma ideologia, a maior parte das vezes da extrema-direita, a já mencionada pseudo-história (CASTRO, 2014, p. 8-9).

Conforme Luís Moraes (2011), o aspecto mais significativo do crescimento das teorias da conspiração e dos revisionismos é a ideia de que os fatos históricos não podem ser matéria de evidência, mas se constituem, apenas, enquanto “interpretações”. Mas, afinal, será que os modos de observar e narrar a história são sempre “interpretações”? Esse é um aspecto muito interessante do debate. Ao longo do século XX diversas teorias historiográficas focaram em criticar as antigas filosofias da história de caráter teleológico, ou seja, que estabeleciam um fim de antemão para o processo de desenvolvimento histórico e que, com isso, engendravam uma concepção evolutiva de história. Além disso, correntes importantes como a Escola dos Annales e o estruturalismo

de Michel Foucault (1926-1984) contribuíram para relativizar a ideia de que a história deveria medir-se pelos mesmos paradigmas “científicos” que as ciências naturais. Essas análises geraram abordagens mais amplas e plurais, em cujo bojo se desenvolveu a ideia de que a “interpretação” era um fator constitutivo da narrativa histórica. Mas, se é assim, não há nenhum tipo de freio para as opiniões e, de fato, cada um pode falar o que quiser?

Esse é o desafio que se coloca, no século XXI, não apenas aos historiadores, mas também a outros profissionais cujo ofício é interpretar o mundo social de modo geral. Estabelecer critérios, tais como a validação dos pares (isto é, a crítica que os historiadores fazem aos próprios historiadores), é fundamental, ainda que não se trate mais de critérios estanques. Tal questão nos leva a um dos aspectos mais importantes do debate historiográfico contemporâneo: o paradigma pós-moderno. O uso do termo “pós-modernidade” não é consensual nos debates historiográficos. O conceito que pretende, segundo seus defensores, descrever uma sociedade de padrões mais fluidos e, sobretudo, um olhar sobre o mundo que o interpreta de modo fragmentário e não coerente em si mesmo, é também criticado por alguns autores, como Jurgen Habermas (1986), que acreditam que a própria ideia de “modernidade” não está efetivamente superada. Zygmunt Bauman parte de uma diferenciação interessante, que pode nos ajudar na aproximação ao conceito:

“Uma das razões pelas quais passei a falar em “modernidade líquida” e não em “pós-modernidade” [...] é que fiquei cansado de tentar esclarecer uma confusão semântica que não distingue sociologia pós-moderna de sociologia da pós-modernidade, “pós-modernismo” de “pós-modernidade”. No meu vocabulário, “pós-modernidade” significa uma sociedade (ou, se se prefere, um tipo de condição humana), enquanto “pós-modernismo” refere-se a uma visão de mundo que pode surgir, mas não necessariamente, da condição pós-moderna. Procurei sempre enfatizar que, do mesmo modo que ser um ornitólogo não significa ser um pássaro, ser um sociólogo da pós-modernidade não significa ser um pós-modernista, o que definitivamente não sou (BAUMAN, 2004, p. 321 *apud* SANTOS; SILVA, 2012, p. 43).

A ideia de “pós-modernidade”, portanto, embora não seja consensual, procura dar conta de um contexto de pluralização de sentidos e referentes. Emancipando-se das rígidas definições da ciência, e inspirada em uma leitura de cariz foucaultiana, essa ideia procura dar conta de observar um mundo composto por distintos discursos e lugares de enunciação. Para entender

de que modo essa ideia se cristaliza na historiografia, podemos partir da analogia que Marshal Berman (1940-2013) recuperou de Karl Marx quando se propôs a descrever a modernidade: “tudo o que é sólido desmancha no ar”. Nessa passagem, marcada por profundas alterações no próprio sentido da história e em nossos modos de perceber o tempo, a pós-modernidade seria a culminação desse processo no qual, segundo Bauman, aquilo que era sólido se liquifica, torna-se fluido, prescindindo da tarefa da ordem, que era a tarefa da modernidade.

No mundo líquido de Bauman, algumas certezas, metaforicamente, derreteram. Tudo se passa como se, atingidos os objetivos da modernidade, a humanidade tivesse de se recolocar a questão sobre o sentido de sua própria existência. Após a emancipação coletiva, que havia sido o objetivo das sociedades ocidentais ao longo dos últimos 300 anos (desde 1789), restaria a tarefa de emancipação individual. Isso gera, todavia, uma ultraconcentração no próprio sujeito, rompendo os vínculos comunitários, típicos da modernidade, que costumavam nos dar segurança. Vejamos como ele coloca essa questão em sua obra *Modernidade líquida*:

“A apresentação dos membros como indivíduos é a marca registrada da sociedade moderna. Essa apresentação, porém, não foi uma peça de um ato: é uma atividade reencenada diariamente. A sociedade moderna existe em sua atividade incessante de “individualização” assim como as atividades dos indivíduos consistem na reformulação e renegociação diárias da rede de entrelaçamentos chamada “sociedade”. Nenhum dos dois parceiros fica parado por muito tempo. E assim o significado da “individualização” muda. Assumindo sempre novas formas - à medida que os resultados acumulados de sua história passada solapam as regras herdadas, estabelecem novos preceitos comportamentais e fazem surgir novos prêmios no jogo. A “individualização” agora significa uma coisa muito diferente do que significava há cem anos e do que implicava nos primeiros tempos da era moderna - os tempos da exaltada “emancipação” do homem da trama estreita da dependência, da vigilância e da imposição comunitárias (BAUMAN, 2001, p. 40).



Pesquise mais

As ideias de “modernidade líquida” e “pós-modernidade” fazem parte de um rico e multifacetado debate. Muitos autores discordam do próprio emprego desses termos, e é fundamental conhecer essas discussões e entender como elas incidem em outros objetos. Para saber mais sobre elas, consulte:

SHINN, T. Desencantamento da modernidade e da pós-modernidade: diferenciação, fragmentação e a matriz de entrelaçamento. **Scientiæ zudia**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 43-81, 2008.

GOERGEN, P. O embate modernidade/pós-modernidade e seu impacto sobre a teoria e a prática educacionais. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 28, p. 149-169, maio/ago. 2012.

RAGO, M. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**, n. 3/4, p. 12-43, 1995/1996.

Se, afinal, nosso tempo é marcado pela descontinuidade, pela liquidez que afeta não apenas o modo como olhamos para a história, mas também o modo como vivemos e nos relacionamos, o que podemos ainda fazer? Temos que aceitar, resignadamente, que não há mais grandes narrativas ou grandes esperanças coletivas? Apesar das discordâncias entre os autores, há um ponto consensual nesses debates: a importância da tarefa de reflexão permanente. Para essa tarefa devem confluir historiadores, sociólogos, filósofos e todos os interessados em compreender o mundo em que vivem, inclusive mobilizando instrumentos como a internet e as redes sociais para tornar a discussão cada vez mais ampla e difundida, sem que, com isso, se sacrifique o rigor das pesquisas e a seriedade das investigações.

Sem medo de errar

Caro aluno, conforme nos aproximamos, em sala de aula, de temas do presente, que envolvem não apenas os temas canônicos da história, mas também a experiência e os testemunhos dos alunos, algumas questões e alguns dilemas costumam se colocar. Hoje em dia esses dilemas são ainda mais candentes, pois envolvem o amplo acesso à tecnologia com vários blogs e páginas nas redes sociais que fornecem uma série de informações e textos de opinião e que têm, no limite, a pretensão de substituir a antiga autoridade incontestável do professor, antes visto como o detentor do monopólio do conhecimento de sua área específica. Essa mudança na forma de acesso e circulação da informação causa impacto na relação entre professores e alunos em sala de aula, e é muito comum que eles tragam informações colhidas na internet que não são, exatamente, condizentes com os debates científicos. Desacreditar sua busca afirmando que a internet é um território perigoso não é, certamente, a melhor maneira de estimulá-los a refletir sobre o assunto.

Pensando nisso, vamos apresentar uma possibilidade de resolução da situação-problema apresentada no início desta seção, a saber, um contexto em que uma aluna confronta um colega de turma imigrante recém-chegado de Cuba e, em defesa de seu ponto de vista, alega que as informações vistas por ela na internet a permitem fazer certas afirmações sobre Cuba uma vez que, segundo ela, “tudo é relativo”.

Você pode começar acessando, com os alunos, alguns desses sites “negacionistas” mencionados pela aluna. Procure analisar, junto com eles, quais são as fontes que o site menciona. Os autores são confiáveis? Há links para sites institucionais? Quais fontes foram históricas utilizadas? Além disso, problematize com os alunos, nesse momento, a ideia de “fonte” e “documento histórico”.

Em seguida, procure pensar, a partir desses textos, na linguagem polemista utilizada por eles. Será que, observando as escolhas das palavras de um texto, conseguimos entender as intenções do autor ou avaliar sua credibilidade? Sabemos que a linguagem de um texto científico pode ser, eventualmente, árida. Contudo, vale a pena mostrar aos alunos que a escolha por determinados termos é, mais que uma escolha estética, um posicionamento de outras ordens. Assim, muitas vezes os sites negacionistas, ou que não diferenciam claramente evidências de opiniões, tendem a escolher um vocabulário acusativo e valorativo, bem diferente das análises baseadas em fontes seguras e estudos científicos já que, nesses casos, muitas vezes não é possível encontrar uma receita simples para explicar situações complexas, como o caso da realidade cubana.

Esses encaminhamentos podem ajudar a transformar a internet e as redes sociais em aliados do debate de sala de aula. O fato positivo de que as informações passem a circular de modo acelerado e irrestrito pode ser destacado, e, junto com ele, a necessidade de que os alunos percebam que é preciso não abrir mão de todos os critérios de veracidade, diferenciando artigos de opinião daqueles que têm embasamento historiográfico. Nesse sentido, estimule-os a pesquisar em sites confiáveis, que funcionem como ferramentas de pesquisa e que contem com avaliações profissionais sobre os temas. Com isso, o debate sobre as *fake news* e a “pós-verdade”, que os alunos certamente conhecem, pode sair do plano da “opinião” e radicar-se, efetivamente, na construção da autonomia de pesquisa dos alunos.

Faça valer a pena

1. A imagem a seguir é uma fotografia do memorial do 11 de setembro:

Figura | Memorial do 11 de setembro



Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:New_York_-_National_September_11_Memorial_South_Pool_-_April_2012_-_9693C.jpg. Acesso em: 7 jan. 2019.

A partir da imagem e da emergência do debate sobre memória e trauma, assinale a alternativa correta:

- a) Eventos como os atentados às torres gêmeas corroboram a tese de Fukuyama de que não há mais espaço para traumas na sociedade liberal.
- b) A tese de Huntington, que considera que o choque de civilizações é ainda uma questão para a sociedade do século XXI, ajuda a entender a importância dos memoriais para a reafirmação do discurso xenófobo nos EUA.
- c) Os memoriais, como os construídos para lembrar os atentados de 11 de setembro, são uma prova de que Huntington estava certo quando afirmava que as sociedades ocidentais devem manter uma postura belicosa em relação ao Oriente.
- d) A construção de memoriais ajuda a perceber que nem todas as tensões que envolvem a memória coletiva dos séculos XX e XXI estão superadas.
- e) Tanto Fukuyama quanto Huntington devem ser interpretados como profetas e, paulatinamente, o Ocidente se torna mais independente em relação ao mundo árabe.

2. Apesar de ser muito atuante em países como França e Alemanha, o movimento negacionista também ocorreu no Brasil. Conforme lembra Castro:

“No Brasil, [o repertório negacionista] foi traduzido pelo ideólogo integralista Gustavo Barroso e editado no início dos anos 1930. No final do século XX, a Editora Revisão se dedicou a publicar no

Brasil livros negacionistas e a fazer propaganda sistemática do tema. Seu editor foi processado pela justiça do Rio Grande do Sul e, finalmente, condenado em última instância pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2003. Atualmente, a editora não tem mais atividades legais em território nacional (CASTRO, 2014, p. 10).

O STF também julgou, recentemente, algumas reivindicações em torno da chamada “Comissão da Verdade”, que é uma comissão organizada para investigar e tornar públicos os assassinatos e as torturas cometidos pelo Estado brasileiro durante a ditadura militar. Alguns setores ligados aos militares afirmam que não houve perseguição do Estado e, sim, um conflito civil entre dois grupos armados. Sua alegação é de que a ideia de que o Estado se comportava de modo assassino é uma “invenção dos historiadores”, que estariam dominados por ideologias de esquerda.

Tendo em mente essas questões, assinale a alternativa correta.

- a) Negar os fatos ocorridos na ditadura militar é um direito daqueles que preferem esse tipo de governo, já que, no mundo contemporâneo, todas as opiniões devem ter o mesmo valor uma vez que não há, efetivamente, nada além de “interpretações”.
- b) A existência de documentos que comprovam os assassinatos cometidos pelo Estado, organizados pela Comissão da Verdade, são atacados pelos negacionistas com o argumento de que são “conspiratórios”.
- c) Os setores que apoiam os militares estão dispostos a aceitar a Comissão da Verdade, já que as interpretações da história devem ficar restritas aos historiadores.
- d) Conforme o trecho indica, o Brasil não teve um movimento negacionista robusto, o que se deve ao fato de que aqui, ao contrário da Alemanha ou França, há leis que coíbem esse tipo de postura.
- e) Embora não haja uma relação de implicação causal, muitas teorias conspiracionistas embasam teses de grupos que se identificam com a esquerda, como afirma a Comissão da Verdade.

3. Leia atentamente o fragmento a seguir, que conclui a obra de Fukuyama, e, em seguida, julgue as sentenças:

“Alexandre Kojève acreditava que, em última análise, a própria história reivindicaria sua racionalidade. Isto é, vagões suficientes chegariam à cidade de tal forma que qualquer pessoa razoável, olhando para a situação, seria forçada a concordar que havia apenas uma viagem e um destino. É duvidoso que estejamos nesse ponto, pois, apesar da recente revolução liberal mundial, as evidências disponíveis agora sobre a direção das perambulações dos vagões permanecem provisoriamente inconclusivas. Tampouco podemos, em última análise, saber, desde que a maioria dos vagões chegue

à mesma cidade, se seus ocupantes, tendo olhado um pouco para seu novo ambiente, não os acharão inadequados e fixarão seus olhos em uma nova e mais distante viagem (FUKUYAMA, 1992, p. 339 [tradução nossa]).

- I. A partir do fragmento, podemos perceber que as teses de Fukuyama supõem uma história linear e fatalista, assemelhando-se, nesse e em outros pontos, das ideias de Karl Marx sobre o fim da história.
- II. A metáfora do trem ajuda a entender que, para Fukuyama, o triunfo do liberalismo não era uma obviedade, embora seja, no fim do século XX, incontornável.
- III. Para Fukuyama, o choque de civilizações seria o responsável pela falência do modelo liberal, inclusive contribuindo para que, como sugere a metáfora, as pessoas não se deem conta de para onde estão indo.
- IV. Karl Mark, Wilhel Hegel e Francis Fukuyama têm em comum a ideia de que a história não pode ser pensada a partir de um ponto de vista teleológico, já que o chamado “fim da história” escapa ao entendimento individual.

Assinale a alternativa que contém apenas as sentenças corretas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I e IV.
- e) II e IV.

- ADELMAN, M. Visões da pós-modernidade: discursos e perspectivas teóricas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n° 21, jan./jun. 2009, p. 184-217. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/09.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2018
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- AVILA, C. O golpe no Chile e a política internacional (1973): ensaio de interpretação. **História**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 290-316, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v33n1/14.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2018.
- BANDEIRA, L. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 45, n. 2, p. 135-146, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n2/a07v45n2.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2018.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BORÓN, A. A. A questão do imperialismo. In: BORÓN, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Orgs.). **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D1449.dir/cap23.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.
- CALDEIRA NETO, O. Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história. **Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 1097-1123, jul.-dez. 2009,. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/viewFile/2507/4026>. Acesso em: 22 dez. 2018.
- CASTRO, R. F. O negacionismo do holocausto: pseudo-história e história pública. **Resgate**, v. XXII, n. 28, p. 5-12, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645773>. Acesso em: 22 dez. 2018.
- COCCO, G.; VILLARIM, G. O capitalismo cognitivo em debate. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 148-151, set. 2009. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/93998>. Acesso em: 12 dez. 2018.
- CRARY, J. **24/7 – Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Cosac Naif, 2014.
- CRUZ, F. 22 anos depois: o que aconteceu à teoria do “choque de civilizações” de Samuel Huntington? **Lusíada. Política Internacional e Segurança**, n. 12, p. 127-142, 2015.
- FIORI, J. L. Sobre o poder global. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 73, p. 61-72, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000300005. Acesso em: 12 dez. 2018.
- FRANCISCON, M. A trajetória política e intelectual de Gorbachev e as relações internacionais da URSS. **Saeculum - Revista de História**, João Pessoa, v. 34, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/viewFile/26254/15838>. Acesso em: 7 dez. 2018.

FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Cidade: Rocco, 1992. 145 p. Resenha de Rosa Maria Vieira. O fim da história: de Hegel a Fukuyama. RAE, v. 33, n. 3, maio/jun. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v33n3/a12v33n3.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2018.

FUKUYAMA, F. **The end of history and the last man**. Toronto: The Free Press, 1992.

GORBACHEV, M. Outubro como um marco na história contemporânea. **Revista Estudos Avançados**, v. 12, n. 32, 1998. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9035>. Acesso em: 7 dez. 2018.

GORBACHEV, M. **Perestroika**. Novas ideias para o meu país e para o mundo. São Paulo: Best Seller, 1987.

HABERMAS, J. Jurgen Habermas: 60 anos. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 98, 1986.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**. História e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HAYEK, F. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos**. O breve século XX. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. Globalização e neoliberalismo. **São Paulo em perspectiva**, v. 12, n. 2, p. 27-32, 1998. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n02/v12n02_03.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

LASTRES, H. M. M.; AUN, M. P. Novas tecnologias da informação e blocos mundiais: a experiência da União Europeia. **Comun. Inf.**, v. 2, n. 1, p. 98-110, jan./jun. 1999. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/44982>. Acesso em: 12 dez. 2018.

LENE, H. A emergência do capitalismo cognitivo e as mudanças no jornalismo econômico. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, 2005. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lene-herica-emergencia-do-capitalismo-cognitivo.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

LIRA, F. Do socialismo ao neoliberalismo. O Chile dos anos 1970. **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v. 3, n. 6, ago. 2010. Disponível em: <https://img.fae.edu/galeria/getImage/1/261427454798353.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2018.

MELLO FILHO, M. **A economia política do governo Reagan**: Estado neoliberal, tributação e gasto público federal nos Estados Unidos da América entre 1981 e 1988. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MORAES, R. O legado de Margaret Thatcher. **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 19-29, 2. sem. 2013.

MORAES, L. O negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o passado. XXVI

In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SNH, 2011 p. 1-16. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312810501_ARQUIVO_ANPUH-2011-ARTIGO-Luis_Edmundo-Moraes.pdf. Acesso em: 22 dez. 2018.

OLAVARRÍA, F.; VÁZQUEZ, J. Construcción neoliberal de la política social chilena en el discurso de Pinochet. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 22-30, jan./jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802014000100003&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 7 dez. 2018.

ORTIZ, R. Anotações sobre o universal e a diversidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 7-16, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a02v1234.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

PERUZZO, C. Relações públicas no capitalismo cognitivo. **Revista Organicom**, ano 8, n. 15, p. 15-29, 2º semestre de 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139103>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SANTOS, G. F.; SILVA, O. G. T. Conceito de “modernidade líquida”: revisão teórica e implicações para a prática da vida. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 3, n. 5, p. 40-61, 2012. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/view/1490>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

SARAIVA, K.; VEIGA-NETO, A. Modernidade líquida, capitalismo cognitivo e educação contemporânea. **Revista Educação e Realidade**, n. 24, v. 2, p. 187-201, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8300>. Acesso em: 12 dez. 2018.

VIDAL-NAQUET, P. **Os assassinos da memória**: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo. Campinas: Papirus, 1988.

WELLAUSEN, S. S. Terrorismo e os atentados de 11 de setembro. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 83-112, out. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v14n2/v14n2a05.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

ISBN 978-85-522-1406-9



9 788552 214069 >